

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2017–2021**

DEZEMBRO/2017

SUMÁRIO

1	PERFIL INSTITUCIONAL	5
1.1	Missão, Princípios, Valores e Visão	5
1.1.1	Missão	5
1.1.2	Princípios	5
1.1.3	Valores	5
1.1.4	Visão	5
1.2	Breve Histórico da Universidade Federal do Paraná	6
1.2.1	Dados do Relatório de Gestão	8
1.2.2	Inserção Regional, Nacional e Internacional	9
1.2.3	Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição	13
1.2.3.1	A expansão do ensino superior	14
1.2.3.2	Educação Superior no Paraná – aspectos históricos	15
1.2.3.3	O Complexo Hospital de Clínicas da UFPR	18
1.3	Cenários e Perspectivas	18
1.3.1	No campo das políticas públicas	18
1.3.2	No campo do planejamento e da avaliação	20
1.4	Área(s) de Atuação Acadêmica	22
1.5	Políticas de Ensino	23
1.5.1	Políticas de acesso, acompanhamento e permanência no ensino de graduação	23
1.5.2	Educação a distância	25
1.5.3	Atividades formativas e programas institucionais	26
1.5.4	Formação de professores	26
1.5.5	Mecanismos para Democratizar o Acesso à Pós-Graduação	27
1.5.6	Educação Profissional e Técnica	31
1.6	Políticas vigentes e diretrizes de Pesquisa	31
1.7	Políticas e diretrizes de Extensão e Cultura	37
1.8	Política de Inovação da UFPR	40
1.8.1	Coordenação de Empreendedorismo e Incubação de Empresas	41
1.8.2	Coordenação de Propriedade Intelectual	42
1.8.3	Coordenação de Transferência de Tecnologia	42
2	GESTÃO ADMINISTRATIVA	43
2.1	Organização administrativa	43
2.1.1	Órgãos colegiados: atribuições, competências e composição	44
2.1.1.1	Conselho Universitário	44
2.1.1.2	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	45
2.1.1.3	Conselho de Planejamento e Administração	47
2.1.1.4	Conselho de Curadores	48
2.1.2	Órgãos de apoio às atividades acadêmicas	49
2.1.2.1	FUNPAR	49
2.1.2.2	Complexo Hospital de Clínicas (CHC)	49
2.1.2.3	FUPEF	50
2.1.3	Sistema de Bibliotecas	50
2.1.4	Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas	51
2.1.5	Superintendência de Infraestrutura (SUINFRA)	51
2.1.6	Organização e gestão de pessoal	52
2.1.6.1	Corpo docente – composição, políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho	52

2.1.7	Cronograma e plano de expansão do corpo docente, com titulação e regime de trabalho, detalhando perfil existente e pretendido para o período de vigência do PDI	54
2.1.8	Corpo técnico/administrativo – estruturação, políticas de qualificação, plano de carreira e/ou cargos e salários e cronograma de expansão.....	54
2.2	Políticas de atendimento aos discentes	55
2.2.1	Formas de acesso, programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas).....	55
2.2.2	Estímulos à permanência	55
2.2.3	Organização estudantil (Espaço para participação e convivência estudantil).....	57
2.2.4	Acompanhamento dos egressos	57
3	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	58
3.1	Projeto Pedagógico Institucional - PPI	58
3.2	Grupos e áreas de pesquisa	62
4	INFRAESTRUTURA	64
4.1	Infraestrutura física	64
4.2	Estratégias e meios para comunicação interna e externa	64
4.2.1	Superintendência de Comunicação e Marketing (SUCOM).....	65
5	AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	65
6	COMPROMISSO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	66
7	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	69
7.1	Graduação	69
7.2	Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.....	73
7.3	Extensão e Cultura	75
7.4	Gestão	77
7.5	Desenvolvimento Institucional	80
7.6	Internacionalização	82
7.7	Recursos Humanos.....	85
7.8	Inclusão, Diversidade e Assuntos Estudantis.....	85
7.9	Tecnologia de Informação e Comunicação.....	87
7.10	Infraestrutura.....	88
	ANEXO I – PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DO PCCTAE	91
	ANEXO II – PDTI da UFPR	106
	ANEXO III – PLANO DIRETOR DA UFPR	206

APRESENTAÇÃO

A Coordenadoria de Planejamento Institucional da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças da Universidade Federal do Paraná apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional para o quinquênio 2017–2021, que é fruto de ampla discussão com a comunidade universitária, dentro dos princípios democráticos e republicanos que norteiam a gestão de nossa instituição centenária. Após várias rodadas de discussão, presencialmente e por meios eletrônicos, chega-se à versão aqui apresentada neste documento, que servirá de base para orientar as ações na UFPR pelos próximos cinco anos.

1 PERFIL INSTITUCIONAL

Uma organização é definida pela sua Missão, que deve estar fundada em seus Princípios e Valores, constituintes fundamentais da Cultura Organizacional. Para o decorrer do quinquênio que se inicia, estabelece-se uma Visão organizacional, em torno da qual devem ser colocados todos os objetivos estratégicos.

1.1 Missão, Princípios, Valores e Visão

1.1.1 Missão

Fomentar, construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento humano sustentável.

1.1.2 Princípios

- Universidade pública, gratuita, de qualidade e comprometida socialmente.
- Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Liberdade na construção e autonomia na disseminação do conhecimento.
- Respeito a todas as instâncias da sociedade organizada.

1.1.3 Valores

- Comprometimento com a construção do saber e formação de profissionais competentes e compromissados socialmente.
- Ambiente pluralista, onde o debate público é instrumento da convivência democrática.
- Preservação e disseminação da cultura brasileira.
- Proposição de políticas públicas.
- Comprometimento da comunidade universitária com a Instituição.
- Gestão participativa, dinâmica e transparente comprometida com melhores condições de trabalho e qualidade de vida.
- Eficiência, eficácia e efetividade no desenvolvimento das atividades institucionais.
- Isonomia no tratamento dispensado às Unidades da Instituição.
- Respeito aos critérios institucionais usados na alocação interna de recursos.
- Cultura de planejamento e avaliação contínua da vida universitária.

1.1.4 Visão

Ser uma Universidade de Excelência em ensino, pesquisa e extensão e inovação, com Planejamento e gestão inovadora, valorizando as pessoas, reconhecida na academia nacional e internacional, vivendo em sintonia com a sociedade e suas instituições, defendendo de forma intransigente uma

Universidade pública e gratuita capaz de produzir e reproduzir conhecimento com qualidade e cidadania¹. O presente Plano de Desenvolvimento Institucional é norteado pelas ações para Educação, Ciência e Tecnologia do Plano Plurianual (PPA 2016-2019) e pela Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI 2016-2019).

1.2 Breve Histórico da Universidade Federal do Paraná

A história da Universidade Federal do Paraná é marcada por grandes feitos e está muito ligada à história de desenvolvimento do Estado do Paraná.

No dia 19 de dezembro de 1912, Victor Ferreira do Amaral e Silva liderou o processo de criação efetiva da Universidade do Paraná, tornando-se o seu primeiro Reitor. A fundação da Universidade veio na esteira da prosperidade da economia paranaense, graças à abundante produção e ao bom comércio da erva-mate. Segundo ele, o dia 19 de dezembro que “[...] representava a emancipação política do estado, devia também simbolizar a sua emancipação intelectual”².

Em 1913 a Universidade começou a funcionar, ofertando os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Medicina e Cirurgia, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia. Após um período de dificuldades, com a mobilização das lideranças do estado em 1950, ocorreu a federalização e a Universidade do Paraná tornava-se uma Instituição pública e gratuita. Este avanço determinou uma fase de expansão da Universidade. As construções do Hospital de Clínicas em 1953, do Complexo da Reitoria em 1958 e do Centro Politécnico em 1961 comprovam a consolidação da Instituição.

Após 104 anos de história marcada por perseverança e resistência, a UFPR é, além de símbolo de Curitiba, a maior criação da cultura paranaense. Uma Instituição fruto da audácia de seus fundadores, que se orgulha de ser a primeira do Brasil e ao mesmo tempo é orgulho para todos os paranaenses.

Em 2016 a UFPR completou cento e quatro anos bem vividos, respeitando a diversidade e o pluralismo de ideias, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade. É apenas uma adolescente pelos padrões das Universidades ao redor do mundo, mas é com energia que caminha em direção ao futuro a fim de projetar-se no cenário das grandes instituições.

A UFPR se abriu para a sociedade e, sobretudo, compreendeu que é patrimônio de todo o povo brasileiro, existindo para servi-lo, para abrir novas perspectivas de desenvolvimento humano e para ajudar a construir uma nação soberana, desenvolvida e igualitária. Tornou-se uma realidade factível para as pessoas de diferentes etnias e das mais diversas classes sociais.

O compromisso da Instituição é com a qualidade do ensino, com a democratização da educação,

¹ O presente Plano de Desenvolvimento Institucional é norteado pelas ações para Educação, Ciência e Tecnologia do Plano Plurianual (PPA 2016-2019) e pela Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI 2016-2019).

² FARACO, C. A. **Breve Histórico da Universidade Federal do Paraná**. In: Universidade Federal do Paraná em Construção – 90 anos. Editora UFPR, Curitiba, 2002.

com a socialização de seus benefícios, com a democracia e com o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do País. Manifesta igual preocupação com a paz, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente.

A UFPR está presente em todas as regiões do estado através de seus *Campi*, Unidade Administrativa e Unidade Acadêmica. No centro da capital, Curitiba, a instituição se faz presente através do *Campus* Reitoria, *Campus* Saúde, *Campus* Edifício Central, *Campus* Estudantes, *Campus* Progepe, *Campus* Ubaldino e *Campus* Hospital de Clínicas (HC). No bairro Batel encontram-se o *Campus* Artes e o *Campus* Centro da Visão. O *Campus* Agrárias está instalado no bairro Cabral, no bairro Jardim das Américas encontra-se o *Campus* Politécnico. No bairro Água Verde está o *Campus* Maternidade Victor Ferreira do Amaral. Ainda em Curitiba a instituição possui *Campi* nos bairros Juvevê e Jardim Botânico. Na Região Metropolitana estão instaladas a Fazenda Experimental do Canguiri (Pinhais-PR) e a Unidade Administrativa Piraquara (Piraquara-PR).

No litoral paranaense a UFPR está presente através do *Campus* Litoral (Matinhos), do Centro de Estudos do Mar (Pontal do Sul), Unidade Acadêmica de Mirassol, Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá e Centro de Administração Federal (Paranaguá). No interior do estado a presença da instituição se dá através dos *Campi* Palotina, Jandaia do Sul, das Unidades Acadêmicas de Maripá e Toledo além das fazendas experimentais em Bandeirantes, Castro, Paranaíba, Rio Negro e São João do Triunfo, ocupando uma área de 15.697.898,37 m² em terrenos e 585.227,35 m² de área construída em 314 edificações.

Possui também o Complexo do Hospital de Clínicas envolvendo o Hospital de Clínicas e o Hospital Maternidade Victor Ferreira do Amaral, no qual atua por meio de contrato de gestão com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH. Tem vínculo com o Hospital do Trabalhador em parceria com o Estado do Paraná e o município de Curitiba possui um Hospital Veterinário em Curitiba e outro em Palotina. Esses hospitais associam a prestação de serviços à população, principalmente nos procedimentos de alta complexidade, à formação de recursos humanos em saúde, como requer a uma instituição universitária.

Oferece à Comunidade 155 cursos de graduação (104 cursos diurnos, 51 cursos noturnos) com 27.792 alunos matriculados; Coordenação de Integração de Políticas de Educação a Distância que atende a 2.913 alunos matriculados; 51 cursos de residência médica com 370 alunos residentes matriculados; 32 programas de residência multiprofissional com 222 matriculados; 112 cursos de especialização ofertados para 3.999 alunos, 73 cursos de Mestrado nos quais estão matriculados 3.371 alunos e 52 cursos de doutorado com 2.616 alunos. Oferece ainda à comunidade acadêmica da UFPR e a sociedade em geral, mais de 1 milhão e 200 mil itens bibliográficos, disponíveis em 20 bibliotecas físicas, e mais de 50.000 itens digitais armazenados nas Bibliotecas Digitais da UFPR.

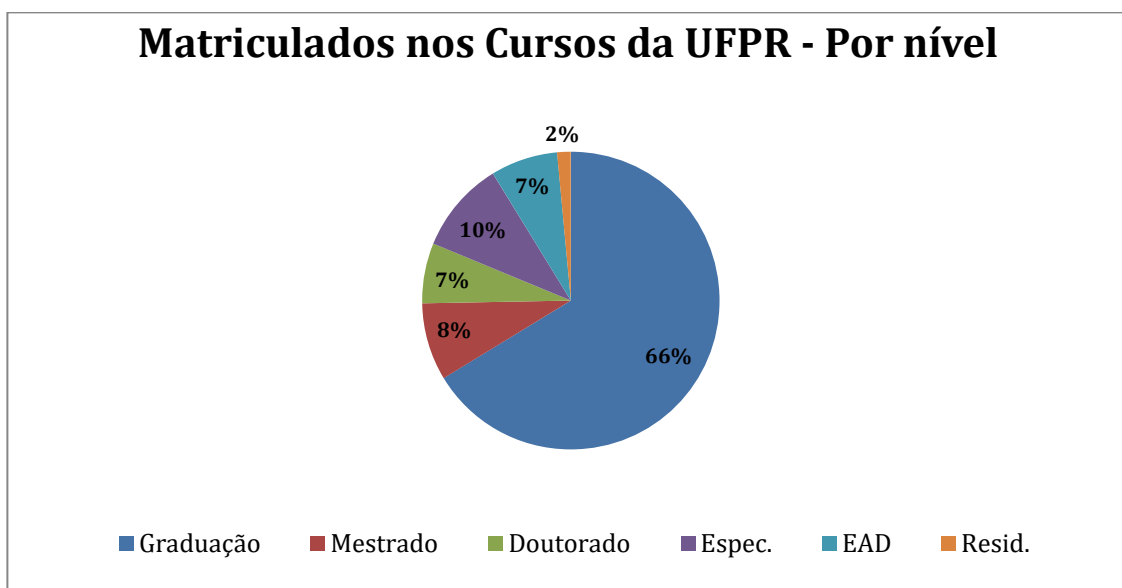


Figura 1: Distribuição de matrículas na UFPR

Para desenvolver estas atividades conta com um corpo docente com 2.632 professores dos quais 2.428 (15 graduados, 42 especialistas, 348 mestres e 2023 doutores) pertencem ao quadro efetivos e 204 são professores substitutos ou professores visitantes. O corpo técnico-administrativo é composto por 3.715 servidores dos quais 1.824 estão lotados no Complexo Hospital de Clínicas.

Resultam, assim, mais de quinze milhões de metros quadrados de área total – incluindo a não-edificada – e uma comunidade superior a 46 mil pessoas entre discentes e servidores.

1.2.1 Dados do Relatório de Gestão

A Universidade Federal do Paraná, com sede em Curitiba no estado do Paraná, fundada em 19 de dezembro de 1912 e restaurada em 1º de abril de 1946, é autarquia de regime especial com autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, mantida pela União Federal nos termos da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Para desenvolver suas competências institucionais a Universidade atua no ensino superior nos níveis de graduação (licenciaturas, bacharelados e cursos superiores de tecnologia) e pós-graduação (*stricto e lato sensu*), no desenvolvimento da pesquisa e nos programas e projetos de extensão e cultura.

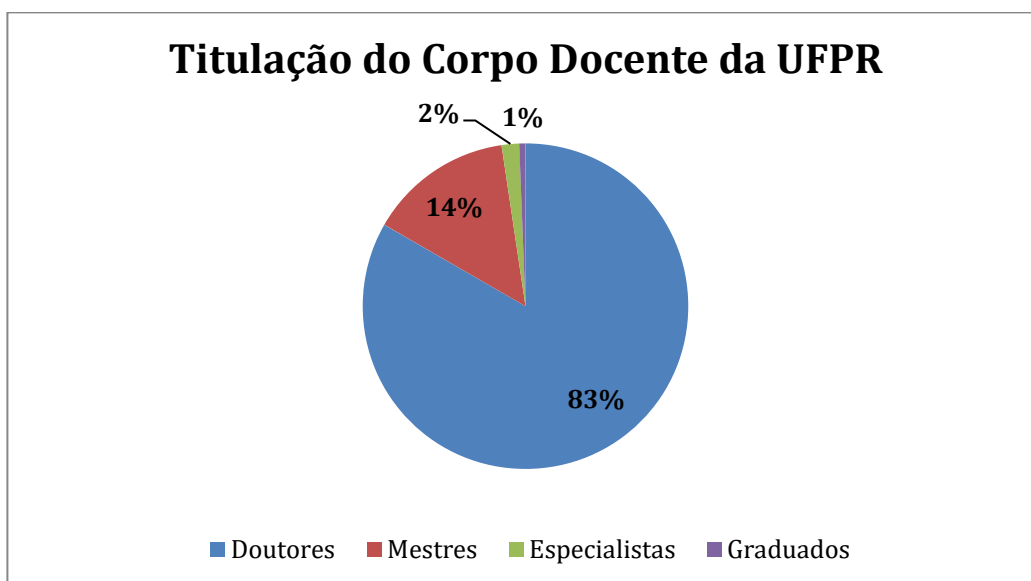


Figura 2: Distribuição da Titulação Docente na UFPR

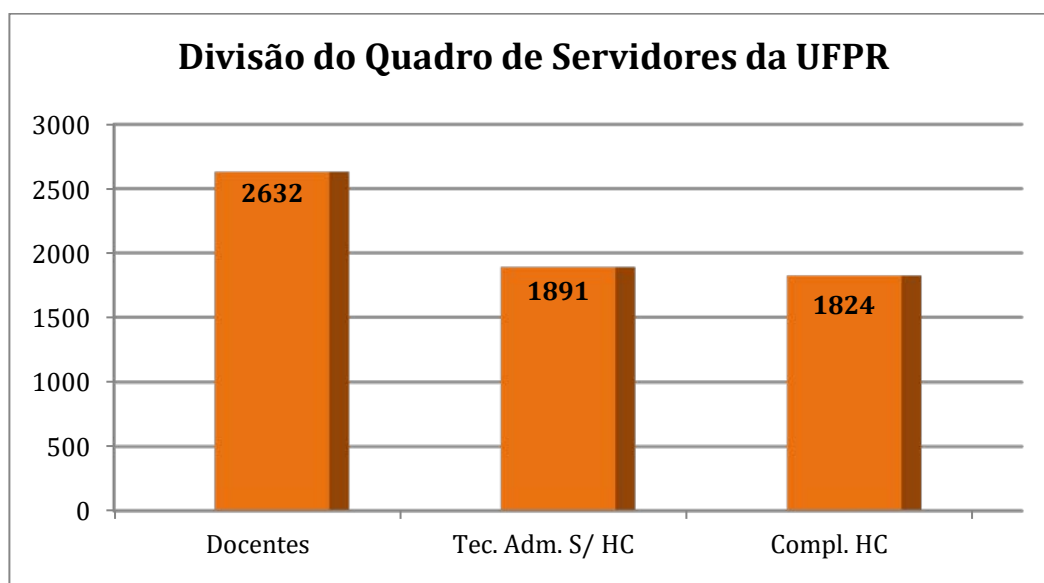


Figura 3: Composição do Quadro de Servidores da UFPR

1.2.2 Inserção Regional, Nacional e Internacional

A Universidade Federal do Paraná, além da sede Curitiba, está inserida fisicamente na Região Metropolitana de Curitiba (Piraquara e Pinhais) e 7 outras localidades do estado do Paraná, onde estão instalados os *campi* Centro de Estudos do Mar (Pontal do Paraná), Jandaia do Sul, Litoral (Matinhos), Palotina, as Unidades Acadêmicas de Balneário Mirassol, Maripá e Toledo. Nessas regiões são ofertados diferentes cursos de graduação: Agroecologia, Artes, Ciências, Ciências Exatas, Computação, Educação do Campo, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura, Engenharia de Produção, Geografia, Gestão Ambiental, Gestão de Turismo, Gestão e

Empreendedorismo, Gestão Imobiliária, Gestão/Administração Pública, Informática e Cidadania, Linguagem e Comunicação, Medicina, Oceanografia, Saúde Coletiva re Serviço Social.

A inserção regional também se verifica pela existência de cinco fazendas experimentais no Estado: Bandeirantes, Castro, Paranavaí, Rio Negro e São João do Triunfo. Além do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá.

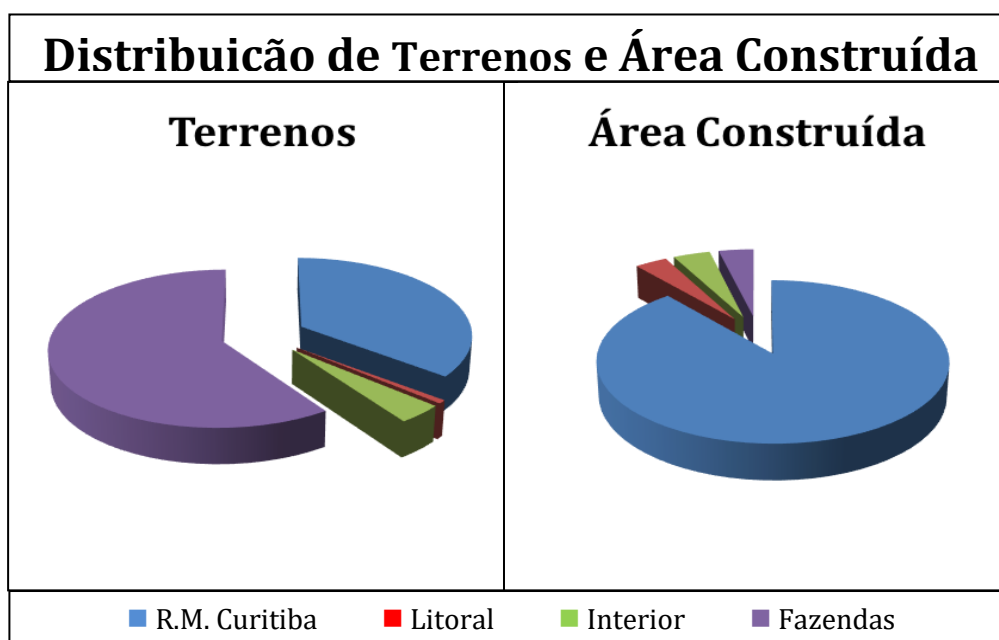


Figura 4: Distribuição de terrenos e área construída da UFPR

Tabela 1: Distribuição de terrenos e área construída da UFPR

Localização	Área (m ²)	
	Terrenos	Construída
R.M. Curitiba	5.597.274,04	520.827,02
Litoral	114.484,75	20.043,07
Interior	618.691,32	22.898,10
Fazendas	9.367.448,26	21.459,16

As ações da UFPR também se estendem para a região do Vale do Ribeira. O Programa Vale do Ribeira da UFPR desenvolve ações de Ensino, Pesquisa e Extensão nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento sustentável junto às comunidades dessa região do Paraná onde os municípios apresentam baixo IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal).

Tabela 2: Dados do IDH/M 2000/2010

Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Ranking Estadual	Ranking Nacional
Adrianópolis	0,683 / 0,667	374 / 331	3268 / 2752
Bocaiúva do Sul	0,719 / 0,640	273 / 369	2655 / 3308
Cerro Azul	0,684 / 0,573	372 / 398	3254 / 4801
Doutor Ulysses	0,627 / 0,546	398 / 399	4179 / 5267
Itaperuçu	0,675 / 0,637	381 / 374	3365 / 3373
Rio Branco do Sul	0,702 / 0,679	330 / 307	2953 / 2475
Tunas do Paraná	0,686 / 0,611	370 / 390	3221 / 3900

Fontes: PNUD/IPEA/FJP;IPARDES – Tabulações Especiais

Nota: dados do IDHM referentes a 2000 / 2010

FONTE: www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download

A Universidade Federal do Paraná possui um programa de mobilidade acadêmica nacional que possibilita o intercâmbio entre alunos de Instituições Públicas com a finalidade de ampliar a experiência acadêmica dos estudantes, facilitando-lhes a oportunidade de conhecer novas realidades e buscar o enriquecimento de sua formação acadêmica.

A inserção internacional da UFPR se dá através de programas da PRPPG, com mestrado e doutorado sanduíche e programas da Agência UFPR Internacional (AUI). Dentre outros programas, a AUI faz a gestão de mobilidade acadêmica vinculada à Associação de Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM), ao Grupo Tordesilhas, ao Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras e ao Erasmus +.

A UFPR é signatária do Protocolo do Ministério de Relações Exteriores que destina vagas a alunos oriundos de países em desenvolvimento, latino-americanos e de língua portuguesa. O programa derivado da assinatura do Protocolo é o PEC-G, voltado à Graduação, e o PEC-PG, voltado à Pós-Graduação. Há ainda o programa de Reingresso, destinado ao acolhimento e inserção de alunos refugiados ou em situação de risco na UFPR. Esta mobilidade permite que os alunos fiquem até 1 ano fora de seu país por meio dos Programas de Intercâmbio. O intercâmbio é viabilizado por meio de Termo de Cooperação assinado entre a UFPR e outras Universidades Estrangeiras.

Em termos de Pesquisa e Pós-Graduação a Universidade Federal do Paraná ocupa lugar de destaque no conjunto das IFES brasileiras, tendo sido ranqueada em 2017 como a 8ª instituição no país e como 1ª colocada no Estado do Paraná pelo Ranking da Folha de São Paulo. Vale salientar que a UFPR mantém colaborações com várias Instituições, seja por meio de projetos de pesquisa, seja pela

participação em programas de Pós-Graduação Interinstitucionais, uma iniciativa de parceria com outras Instituições que conjuntamente buscam aprimoramento institucional. A Instituição participa com êxito das chamadas nacionais, possuindo grupos de excelência em várias áreas.

Os 104 anos da UFPR foram celebrados com importantes conquistas. Na Graduação foram criados no Setor de Artes, Comunicação e Design (SACOD), os cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Design de produto e Design Gráfico, no Setor Litoral (SL), os cursos de Geografia e Administração Pública e no Setor Palotina (SP), o curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia. Foram criados 3 novos Departamentos, sendo 2 no Setor de Ciências Humanas: O Departamento de Linguística e Letras Clássicas (DELIN), separou-se e foi criado o Departamento de Polônês, Alemão e Letras Clássicas e o DELIN passou a chamar-se Departamento de Literatura e Linguística e foi criado o Departamento de Ciência Política e 1 Departamento no Setor de Ciências Biológicas: Departamento de Prevenção e Reabilitação em Fisioterapia.

Ocorreu a transformação da Assessoria de Relações Internacionais (ARI) em Agência UFPR Internacional, propiciando maior representatividade e agilidade ao órgão que assim poderá desenvolver suas atividades de forma mais autônoma. Dentro da política de relações internacionais, a atual administração considera estratégica a consolidação dos acordos de cooperação tradicionais, além de criar novas oportunidades com instituições de países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos economicamente. Neste sentido foram geradas novas oportunidades de cooperação e intercâmbio estudantil com Universidades da América do Norte, Ásia, América do Sul e África. A UFPR possui atualmente 185 Acordos de Cooperação vigentes, intermediados pela Agência UFPR Internacional, com instituições de ensino superior e pesquisa dos cinco continentes³. Estes acordos contemplam cooperação científica e tecnológica, intercâmbio acadêmico e interação cultural. Nos últimos anos tem-se ampliado o intercâmbio estudantil na Graduação. Destacam-se neste item atividades com Universidades da Europa, principalmente da Alemanha, França, Espanha, Itália e Portugal.

Também a Assessoria de Comunicação Social (ACS) passou a ser Superintendência de Comunicação e Marketing (SUCOM), com o objetivo de propiciar maior autonomia de ação nas atividades pertinentes à sua gestão.

A partir de dezembro a UFPR adotou definitivamente o uso do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que propõe mais celeridade ao trâmite de processos e também assegura o cumprimento dos prazos estabelecidos, a transparência da tramitação, economia de tempo, de despesas de deslocamentos e de insumos.

Em dezembro foi inaugurada a pista de Atletismo que tem padrão A2 o que a capacita a receber competições nacionais e internacionais de nível oficial. E foi entregue o *Campus* Rebouças que passou a integrar a infraestrutura da UFPR por meio da revitalização do Edifício Teixeira Soares

³ Fonte: UFPR/SIGeA - Sistema de Integrado de Gestão de Acordos

(antiga sede administrativa da RFFSA no Paraná) e também das novas construções erguidas para a oferta de boas condições para a vivência da comunidade acadêmica e seu desenvolvimento pleno.

Pós-graduandos da UFPR de diferentes Programas têm participado do Programa de Desenvolvimento Educacional que se cristalizam em colaborações científicas, além de iniciativas que permitem a bi-titulação. A participação nos Programas de cooperação bilateral como aqueles com a Alemanha (CAPES-PROBAL), Argentina (CAPES-SECYT), Espanha (CAPES -MECD), França (CAPES -COFECUB), Portugal (GRICES) e com os Estados Unidos (CAPES-FIPSE e CAPES/UTEXAS) é consolidada na UFPR.

Esses Termos de Cooperação fortalecem a Instituição, pois demonstram que nos últimos anos, por meio das ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, a UFPR tem se firmado como uma das importantes Universidades no cenário nacional. As ações são de inclusão e de ampliação. Além de trabalhar em prol da inclusão de estudantes na Universidade, avançam na busca de novas possibilidades de inserção da UFPR na comunidade internacional.

1.2.3 Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição

A UFPR é uma Universidade centenária, ideia lançada por Rocha Pombo em 1892 e concretizada pela ousadia de intelectuais paranaenses, entre eles Victor Ferreira do Amaral. Foi sob comando deste que, em 19 de dezembro de 1912, a UFPR foi criada, com aprovação dos Estatutos e eleição da primeira diretoria, apoiada pelo Governo do Estado do Paraná e pela Prefeitura Municipal de Curitiba. Passou a instituição pública federal pela Lei N° 1254, de 4 de dezembro de 1950, com sede e foro na capital.

A UFPR é patrimônio da Sociedade, existe para servi-la, para abrir perspectivas de desenvolvimento humano e para ajudar a construir uma Nação soberana, pujante e igualitária. Nesse século de existência expandiu seus *campi* ao interior do estado, hoje em três municípios além de Curitiba; ampliou seu quadro discente a mais de 30 mil alunos, 85% deles no nível graduação e os demais nos níveis Mestrado, Doutorado, Especialização e Residência Médica; alcançou em seu corpo de servidores o expressivo número de 6.347 pessoas, sendo mais de um terço composto por docentes (41,5%) e consolidou tradição em Ações de Ensino de Graduação e Pós-graduação, de Pesquisa, de Extensão, de Cultura e de disponibilização de serviços à Comunidade, incluindo transferência de tecnologias.

Além de assegurar o grau de excelência no exercício de suas atividades-fim, a Universidade Federal do Paraná dirige esforços hoje em prol de uma maior eficiência na gestão, conforme adiante este documento evocará, e para prosseguir atendendo as demandas crescentes que se apresentam no desenvolvimento de produtos e de ações inovadoras, na preocupação com a sustentabilidade ambiental e nas políticas de inclusão. Trata-se de algumas das ações que a UFPR institucionalizou na última década, consoante o compromisso de permanentemente responder às exigências de seu tempo e da Sociedade, e que continuará sendo consolidado no elenco de diretrizes e metas do presente PDI.

1.2.3.1 A expansão do ensino superior

A política de expansão da Educação Superior no Brasil tem sido objeto de estudo de muitos educadores e pesquisadores. Publicações enfatizam que sua análise não pode deixar de considerar as metas traçadas no Plano Nacional de Educação – PNE que estabelecem os compromissos de matricular 50% da população da faixa etária apropriada, ou seja, 18 a 24 anos, até 2024 e de ter 40% das matrículas em Instituições de Educação Superiores públicas⁴.

Historicamente, e em especial nas últimas quatro décadas, a Educação Superior no Brasil passou por duas fases de forte expansão. A primeira delas coincidiu exatamente com o período militar. De 1964 a 1980 o número de matrículas nesse nível de ensino aumentou quase dez vezes. Contraditoriamente, no período subsequente, de abertura política e redemocratização do país (1980-1995), o sistema apresentou um crescimento meramente vegetativo.

Em 1980 havia 882 instituições de Educação Superior no país. Em 1995, apenas 12 instituições tinham se agregado ao sistema, contabilizando um modesto crescimento de 1,36% no período (MACEDO, 2005, p. 3).

A segunda fase de forte expansão iniciou-se a partir de 1996. Em 12 anos (1996-2007), segundo dados do Censo da Educação Superior 2007, outras 1387 novas escolas de nível superior foram criadas.

Dados mais atuais (Censo da Educação Superior 2015, o mais recente disponibilizado pelo INEP/MEC) registram a existência de 2.364 instituições de educação superior. Esse aumento do número de instituições desencadeou uma elevação do número de matrículas, que chegaram a 4.880.381 alunos matriculados em 2007. Porém esse crescimento se deu majoritariamente na Educação Superior privada de tal sorte que desse total 25,4% das matrículas são em instituições públicas e 74,6% em instituições privadas.

O ano de 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e criação dos Centros Universitários como uma nova forma de organização acadêmica, inaugurou uma nova fase da história da Educação Superior no Brasil. A partir desse ano, o sistema privado começou a se expandir numa velocidade inédita.

Tem-se hoje, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2015, um sistema em retração, com 87,5% das instituições de categoria administrativa privada e configuradas como de pequeno porte, sendo 4,3% de Universidades, 6,8% de Centros Universitários e 88,9% de outras organizações acadêmicas, o que define um sistema de educação superior diversificado, mas não universitário. O sistema público de ensino sofre forte contingenciamento de recursos, o que exige uma crescente eficiência na gestão e uma eficácia na captação de recursos extra orçamentário de forma que a

⁴ Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (PNE 2014–2024).

UFPR possa continuar cumprindo com sua missão institucional.

O panorama atual do ensino de graduação, descortinado pelo Censo da Educação Superior de 2014, apresenta um sistema em que a participação das instituições públicas representa uma participação de 24,3% no número de matriculados em cursos de graduação. Deste universo fazem parte 295 instituições (das quais 107 são Universidades) respondem por 1.952.145 matrículas (das quais 1.663.222 são em Universidades), enquanto que as 2.069 instituições privadas atendem à 6.075.152 estudantes.

Hoje o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI pode ser considerado como o responsável pela última grande ampliação no quadro de docentes e discentes na UFPR, motivando agora a busca por uma melhoria qualitativa nos indicadores de desempenho. Com uma taxa de escolarização bruta de 34,6% da população na faixa etária de 18 a 24 anos e com uma taxa de escolarização líquida de 18,1% (dados de 2015) há muito ainda a ser feito para o alcance das metas do PNE, em especial no decênio 2011-2020. Por isso, não obstante sua oportunidade e pertinência, a expansão do sistema público federal de Educação Superior deve estar associada a reestruturações acadêmicas e curriculares que proporcionem maior mobilidade estudantil, trajetórias de formação flexíveis, redução das taxas de evasão, utilização adequada de pessoas e recursos materiais colocados à disposição das Universidades federais.

A Conferência Mundial de Educação Superior (CMES), realizada em Paris de 5 a 8 de julho de 2009, apontou que o novo papel da Universidade na realidade atual é “estar comprometida com o desenvolvimento econômico, social e humano das sociedades”. ‘Há muito a fazer e creio que a declaração final da CMES 2009 nos orienta a princípios e valores coerentes para enfrentar os desafios atuais, a partir da perspectiva de cooperação internacional solidária’ (CMES, CARVALHO, 2009). A CMES 2009 enfatiza assim a necessidade de compartilhar avanços, experiências, programas e projetos reforçando a integração e promovendo a cooperação entre todos os países. Presente à reunião, o Ministro da Educação do Brasil reforçou que “temos que impedir o progresso da tendência à privatização do ensino superior, mas sem excluir alianças com o setor privado, que deve também ser objeto de rigorosa avaliação”.

Ressalta-se a necessidade de um novo tipo de instituição de Educação Superior, com dimensão empreendedora, mas também de excelência na prestação do serviço público, com capacidade de desenvolvimento e inovação e eficiência no seu funcionamento. Assim a UFPR enfrenta o desafio de se mostrar uma organização ambidestra, apresentando capacidade de inovação e, ao mesmo tempo, excelência operacional.

1.2.3.2 Educação Superior no Paraná – aspectos históricos

No Paraná, diferentemente do que acontecia nos centros maiores do país no início do Século XX, o contexto exigiu que a primeira instituição de Educação Superior não fosse uma faculdade isolada, mas uma Universidade. Os fatos que levaram, em final do século XIX, um estado tão novo na Federação, que até há pouco tempo havia sido Comarca de São Paulo, a desenvolver e levar a termo

a ideia da criação de uma Universidade são relatados principalmente por Wachowicz (1983), Westphalen (1987) e Faraco (2002), autores que fundamentam os dados históricos da fundação e instalação da Universidade do Paraná.

Os antecedentes remontam às históricas lutas pelas terras, que marcaram a ocupação do território paranaense. Uma das mais ferrenhas ocorreu por problemas fronteiriços com Santa Catarina, no início do século XX, sobre o território que ficou conhecido como Contestado. A situação foi agravada pela concessão de terras a estrangeiros construtores de ferrovias na região. Wachowicz defende a tese de que essa questão está de alguma forma, articulada à ideia de criação da Universidade do Paraná.

Durante a questão do Contestado, um dos políticos que demonstrara maior sensibilidade pela causa paranaense havia sido Vitor Ferreira do Amaral, médico, representante da elite campeira. Sua atuação nesse processo o levou à conclusão de que faltava ao Paraná “massa crítica” para defender suas causas. Para comprovar essa hipótese, realizou pessoalmente, no início do século, um levantamento dos paranaenses formados, e constatou que havia nove médicos, quatro engenheiros e um número [não registrado] mais significativo de bacharéis em Direito.

O estado contava com um fato antecedente nesse campo: a tentativa de Rocha Pombo, em 1891, de criar, sozinho, uma Universidade. Para isso obteve autorização pela Lei nº 93 do Congresso Legislativo Estadual, em 1892. Porém tal iniciativa não passou do lançamento da pedra fundamental. (WESTPHALEN, 1987, p. 9). Esse projeto não foi além por pressão do movimento em favor do federalismo educacional. Assim, sem conseguir o apoio dos políticos locais e federais, o autor acabou desistindo da ideia.

A ideia de Educação Superior foi a de garantir uma cultura geral, subsidiando a ação no mundo do trabalho, haja vista que Vitor Ferreira do Amaral defendia a formação em cursos superiores como fundamento para o exercício de qualquer atividade profissional.

Evidencia-se a ideia de se criar uma Universidade para difundir conhecimento, se não para as massas em geral, pelo menos para uma classe média, que aqui preponderava. Seria uma Universidade “que segundo jornal da época formaria ‘o homem que sabe, em oposição ao homem que finge saber’” (MOREIRA, 2002 p. 9).

Assim, o modelo de Universidade pretendido ainda não incluía a Pesquisa, era meramente de Ensino. Tratava-se de promover o Ensino para paranaenses, mas com um conteúdo fundamentado mais em formação básica geral do que especificamente profissionalizante. Talvez se possa inferir que o cunho moral de formação do cidadão culto aproxima de alguma forma, a instituição, em seus primeiros tempos, do modelo inglês.

Paralelamente ao grupo liderado por Vitor Ferreira do Amaral, havia surgido outro, que defendia, também, a criação da Universidade paranaense. Esse tinha um de seus expoentes na pessoa do militar positivista Nilo Cairo. A união desses dois grupos possibilitou a criação da Universidade

cujo respaldo legal foi dado pela Lei Rivadávia Correia, de 1911, que desoficializou e liberou o ensino superior no país, pertencendo ao grupo de instituições que Luiz Antonio Cunha chamou de “Universidades passageiras” (CUNHA, 1986, p. 198-211) no qual se incluem, também, a Universidade de Manaus, criada em 1909 e dissolvida em 1926, e a Universidade de São Paulo, fundada em 1911 e que encerrou suas atividades em 1917⁵.

Nesse contexto foi fundada e instalada a Universidade. Os primeiros cursos ofertados foram: Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia, e, em 1914, Medicina e Cirurgia. Vitor Ferreira do Amaral foi seu primeiro reitor, permanecendo no cargo, mesmo que simbolicamente, até 1948.

Os anos 50 e 60, por sua vez, foram marcados por expressiva expansão física, com destaque ao Complexo da Reitoria, Centro Politécnico e Hospital de Clínicas. A UFPR consolidava-se, então, como Universidade multicampi. Nos anos subsequentes incorporou o antigo Colégio dos Jesuítas de Paranaguá, hoje o Museu de Arqueologia e Etnologia, e a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná (1977); e inaugurou as sedes do Setor de Ciências Biológicas, no Centro Politécnico (1979) e do Centro de Biologia Marinha em Pontal do Sul (1981).

No final dos anos de 1960 houve a criação da Biblioteca Central (BC) e até o final dos anos 1980, formou-se o Sistema de Bibliotecas (SiBi/UFPR). Em 1968 num esforço conjunto da Escola de Engenharia, da Escola de Medicina e do Departamento de Histologia a Reitoria inaugura o Centro de Microscopia Eletrônica, o primeiro na região Sul do Brasil e um dos pioneiros do País.

Em 30 de agosto de 1971, por iniciativa de professores do curso de Engenharia Florestal, foi instituída a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná – FUPEF do Paraná, entidade de direito privado sem fins lucrativos, para ser uma instituição autônoma com o objetivo de viabilizar diversas atividades que até então eram realizadas pelo então Centro de Pesquisas Florestais – CPF (em funcionamento desde 1968, quando foi criado para dar apoio ao Convênio com a FAO – *Food and Agriculture Organization*, da Organização das Nações Unidas – ONU (1967-1969)). Inicialmente a FUPEF atuou junto aos cursos de Engenharia Florestal e Engenharia Industrial Madeireira, a partir de 2011 teve seu Estatuto alterado para ampliar as suas áreas de atuação.

Em 1980 deu-se a instalação da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, a FUNPAR. Em 1993 a UFPR dá início à sua interiorização no Paraná mediante a criação do Campus Palotina e de centros de pesquisa agrícola e florestal em quatro municípios. Outras três expansões físicas muito significativas consistiram na inauguração da Escola Técnica (atual Setor de Educação Profissional e Tecnológica – SEPT), em 1994; do Campus Jardim Botânico, em 1997; e do Setor Litoral, já no novo Século XXI. Na continuidade da expansão, foram criadas as unidades em Jandaia do Sul e Toledo.

⁵ Não confundir com a atual Universidade de São Paulo – USP, que é estadual.

Quanto ao Estado do Paraná, no último Censo do Ensino Superior (2015) publicado pelo INEP, os dados mostram 186 instituições, das quais 14 são públicas sendo 4 federais (3 delas na capital do estado), 7 estaduais e 3 municipais.

Tabela 3: Instituições de Ensino Superior no Paraná

Categoria Administrativa	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Total	186	56	130	15	5	10	9	5	4	161	45	116	1	1	-
Pública	14	3	11	10	2	8	1	-	1	2	-	2	1	1	-
Federal	4	3	1	3	2	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-
Estadual	7	-	7	7	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	3	-	3	-	-	-	1	-	1	2	-	2	-	-	-
Privada	172	53	119	5	3	2	8	5	3	159	45	114	-	-	-

1.2.3.3 O Complexo Hospital de Clínicas da UFPR

O Hospital de Clínicas é um órgão suplementar da Universidade Federal do Paraná, inaugurado em 5 de agosto de 1961. Atualmente, é o maior hospital público do Paraná e o terceiro hospital universitário federal do país.

A partir da contratação com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), em 30 de outubro de 2014, tanto o Hospital de Clínicas (HC), quanto a Maternidade Victor Ferreira do Amaral (MVFA), ambos os hospitais universitários (HUs) pertencentes à Universidade Federal do Paraná, passaram a atuar sob a mesma esfera administrativa denominada de Complexo HC (CHC).

O HC é o Hospital de Ensino da UFPR de referência, com qualidade no Ensino, Pesquisa e Extensão nas diferentes áreas da Saúde, inserido no SUS, com atendimento de referência nos níveis terciário e quaternário e articulado com a rede pública de saúde no sistema referência e contra referência nos níveis primário e secundário. Atende uma demanda de cerca de 3.760 alunos de graduação ao ano de diversos cursos da área da saúde: Medicina, Enfermagem, Nutrição, Farmácia, Odontologia, Terapia Ocupacional, Psicologia. Atividades de Ensino, Extensão e Pesquisa consolidam-se rotineiramente no HC-UFPR por meio de estágios supervisionados, atividades de extensão junto à comunidade assistida e pesquisa articulada com a assistência hospitalar. Nesse sentido, além das atividades de Graduação, oferece vagas para 51 programas de Residência Médica e 32 programas para Residência Multiprofissional na área da Saúde. Abriga também programas de Mestrado e Doutorado. Realizam quase três milhões de procedimentos por ano entre atendimentos ambulatoriais, cirurgias, internações e exames. Todo o atendimento é feito pelo SUS, sendo o maior prestador de serviços ao SUS no Paraná. São 545 leitos físicos em 49 unidades de internação, dos quais 400 estão ativos e contratados com o Sistema Único de Saúde.

1.3 Cenários e Perspectivas

1.3.1 No campo das políticas públicas

As diretrizes da política acadêmica em desenvolvimento nas Universidades, em especial nas Universidades públicas, requerem a aceitação tácita de que tanto na Graduação como na Pós-

graduação as tendências internacionais exercem influência significativa no fazer acadêmico.

O Século XXI acentuou enormemente a importância do contexto mundial, de tal sorte que hoje os estudiosos das questões acadêmicas destacam em seus estudos e investigações as consequências da “mundialização” e “globalização” sobre os processos de formação na Educação Superior, que não podem mais ser pensados nos limites das fronteiras nacionais.

O exemplo do movimento de revisão desencadeado na Europa a partir do Processo de Bolonha, implantado em 1999 e que, ao completar quase 20 anos, apresenta reflexões importantes sobre os resultados possíveis na reconfiguração de sistemas de Educação Superior, com exigências locais diferenciadas, e do ENLACES, como perspectiva de construção de um espaço comum latino-americano para responder as exigências de uma Educação Superior que congregue necessidades globais com os desafios cotidianos dos problemas locais, dá bem a dimensão da importância da internacionalização no papel a ser desempenhado pelas instituições de educação superior.

A verdade é que, não obstante a enorme gama de estudos e os espaços de reflexões nacionais e internacionais, a missão básica da Educação Superior permanece vinculada a quatro objetivos principais:

- *A produção de novos conhecimentos (função de Pesquisa);*
- *A formação de pessoal altamente qualificado (função de Ensino);*
- *A integração do ensino e da pesquisa com demandas sociais, buscando comprometimento da comunidade universitária, e estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico ao saber dos demais segmentos da sociedade (função da Extensão).*
- *A função ética, que inclui a cidadania e a crítica social dentro do princípio do livre pensar.*

Os debates que têm sido travados deixam claro que, com o avanço da ciência e da tecnologia, os representantes dos países industrializados, de há muito conscientes de que o saber, o conhecimento e a informação tornaram-se os elementos motores da sociedade mundial, buscam todas as formas de defesa do acesso universal à Educação Superior.

Mas, não há que confundir informação com conhecimento. Informação é um conjunto de dados, com significado, a ser transformado em conhecimentos. O conhecimento pressupõe uma capacidade crítica de transmissão de informações e de aprendizagem que permite a transformação do arcabouço de informações em um conjunto de saberes com a capacidade de gerar a transformação necessária para o desenvolvimento. Observe-se que os países ditos ricos e desenvolvidos (ou aqueles que almejam atingir essa condição) investem maciçamente na pesquisa científica e tecnológica.

É evidente que, para atingir um estado de maior desenvolvimento endógeno, autossustentável, humano ou apenas para serem independentes, os países em desenvolvimento necessitam de mais conhecimento, de mais saberes, de mais tecnologia. Os saberes são produzidos basicamente nas

Universidades e quem os desenvolve são os cidadãos formados nos estabelecimentos de Educação Superior, isto é, os cientistas, os engenheiros, os pesquisadores, os cientistas sociais, os educadores e outros tantos profissionais cidadãos.

No momento em que a Educação Superior sofre as influências do processo de globalização da economia e da conseqüente queda das fronteiras do conhecimento, mais e mais espaços se abrem para os intercâmbios de conhecimentos seja no nível de Graduação, seja no nível da Pós-graduação.

O estreitamento das relações culturais intra e interpaíses têm-se constituído em elemento favorecedor da mobilidade acadêmica e da qualidade do processo de formação.

1.3.2 No campo do planejamento e da avaliação

Buscando uma participação plural no processo de planejamento do desenvolvimento institucional de nossa instituição, a PROPLAN convidou a comunidade universitária a uma ampla discussão a respeito dos objetivos estratégicos para o quinquênio 2017–2021.

1. Dando continuidade ao processo de planejamento da UFPR, coordenado pela CPI/PROPLAN, para o período 2017–2021, foi feita a convocação pelo Gabinete da PROPLAN dos responsáveis pelas unidades abaixo relacionadas, para a preparação e elaboração do novo PDI e Planejamento Estratégico da UFPR. O objetivo desse encontro presencial foi utilizar as Técnicas de Planejamento Estratégico para que se pudessem definir os temas centrais do novo PDI, com todo o detalhamento exigido pelo MEC e com o aprofundamento do estudo de cada ação estratégica.
2. O encontro ocorreu nos dias 17, 18 e 19 de abril de 2017, no espaço do CEPPAD no Setor de Ciências Sociais Aplicadas, das 08h30min as 12h00min.. Foram convidadas as Unidades: Gabinete do Reitor; Pró-reitores (PRA, PRAE, PROEC, PROPLAN, PROGRAD, PRPPG e PROGEPE); SUINFRA, Agencia de Inovação; SUCOM; Agencia Internacional; Assessor de Governança da Tecnologia e da Informação; Direção dos Setores:
 - Setor de Artes, Comunicação e Design
 - Setor de Ciências Agrárias
 - Setor de Ciências Biológicas
 - Setor de Ciências da Saúde
 - Setor de Ciências da Terra
 - Setor de Ciências Exatas
 - Setor de Ciências Humanas
 - Setor de Ciências Jurídicas
 - Setor de Ciências Sociais e Aplicadas

- Setor de Educação
 - Setor de Educação Profissional e Tecnológica
 - Setor de Tecnologia
 - Setor Litoral
 - Setor Palotina
 - Campus Jandaia do Sul
 - Campus Toledo
 - Centro de Estudos do Mar
 - Representante dos discentes junto ao CEPE
 - Representante dos docentes junto ao CEPE
 - Representante dos técnicos administrativos junto ao CEPE
 - Representantes do fórum de coordenadores de graduação junto ao CEPE
 - Representantes do fórum de coordenadores de pós-graduação junto ao CEPE
 - Representantes do fórum de coordenadores de extensão junto ao CEPE
3. No primeiro dia foi feita uma apresentação dos conceitos básicos de planejamento estratégico, compreendendo Missão, Visão, Valores, Posicionamento Estratégico, análise SWOT, Mapas Estratégicos e Objetivos, Planos de Ação e Indicadores estratégicos. Nesse dia foram discutidos Missão, Valores e Visão.

4. A partir do segundo dia, foram montados grupos de trabalho segundo dez eixos temáticos de planejamento, a saber:

- I. Gestão Administrativa
- II. Graduação
- III. Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
- IV. Extensão e Cultura
- V. Internacionalização
- VI. Inclusão e Diversidade
- VII. Assuntos Estudantis
- VIII. Gestão de Pessoas
- IX. Infraestrutura
- X. Tecnologia da Informação (TI)

Produziram extenso material contendo a análise de cada eixo e as propostas de objetivos estratégicos a serem perseguidos no quinquênio.

1.4 Área(s) de Atuação Acadêmica

A Universidade Federal do Paraná tem comprovado há 104 anos a importância de se investir na educação com qualidade, voltada às necessidades da sociedade para a qual desenvolve suas atividades e para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país.

Atua em todas as áreas da Classificação Internacional EUROSTAT/UNESCO/OCDE, que são: Educação; Humanas e Artes; Ciências Sociais, Negócios e Direito; Ciências, Matemática e Computação; Engenharia, Produção e Construção, Agricultura e Veterinária, Saúde e Bem Estar Social; Serviços. É por isso que sua preocupação em efetivar suas ações no ensino, na pesquisa e na extensão conjugadas ao seu compromisso social, tem feito da UFPR um exemplo de ações voltadas à inclusão social, ao atendimento dos acadêmicos, aperfeiçoamento dos servidores, além daquelas em parceria com entidades e empresas que visam ao benefício da sociedade em geral.

1.5 Políticas de Ensino

1.5.1 Políticas de acesso, acompanhamento e permanência no ensino de graduação

Atualmente, a UFPR possui cerca de 30 mil estudantes nos seus 139 cursos de graduação presenciais. O acesso a esses cursos faz-se por meio de dois processos seletivos: o processo seletivo próprio – PS-UFPR – e o sistema de seleção unificada mantido pelo Ministério da Educação – SISU-MEC. Pelo primeiro processo, são preenchidas 80% das vagas e, pelo segundo, 20%. Em ambos os processos, são observadas as reservas de vagas instituídas pela Lei 12.711/2012, que destina vagas a estudantes egressos da escola pública (EP), com renda familiar *per capita* inferior a 1,5 salários mínimo (RI), autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) e, a partir de 2016, a estudantes com deficiência (PCD). Para cada um desses segmentos, são reservadas, respectivamente, 50% (EP), 50% (RI), 28,51% (PPI) e 21,86% (PCD), com base na prevalência desses segmentos na população do Estado do Paraná, segundo o último censo populacional do IBGE.

A UFPR integra ainda a Comissão Universidade para Índios (CUIA), instituída pela Lei Estadual nº 13.134/2001 e responsável pelo Vestibular Específico Interinstitucional dos Povos Indígenas, que seleciona candidatos indígenas às vagas suplementares reservadas na UFPR e nas Universidades Estaduais Paranaenses. A UFPR destina uma vaga suplementar em todos os seus 139 cursos de graduação, aos dez estudantes indígenas selecionados por meio desse vestibular específico. Para tanto o NUEI (Núcleo Universitário de Educação Indígena), vinculado à PROGRAD, acompanha e qualifica a política de acesso, permanência e afirmação indígena na UFPR. Merece destaque o comitê gestor, instituído pela Resolução 37/04 - COUN, que é uma comissão constituída, especificamente, para o acompanhamento das políticas indígenas e o Projeto AMEI (Acolhimento e Monitoria de Estudantes Indígenas), que dentre suas ações está o desenvolvimento de estratégias educacionais de afirmação social, étnica, psicopedagógica, linguística, cultural, digital e institucional, em especial no primeiro ano de vida universitária dos estudantes indígenas.

Para determinados cursos, a UFPR também mantém processos seletivos específicos. Este é o caso de cursos tais como os de Letras LIBRAS e de Educação no Campo, cujas vagas se destinam prioritariamente a segmentos da população cuja formação escolar foi realizada sob condições específicas. Também mereceram uma modalidade própria de ingresso cursos que possuíam uma alta taxa de evasão. Esse foi o caso dos cursos de Matemática, Matemática Industrial e Estatística. Para esses cursos, foi implementado o processo seletivo estendido, que consiste de uma terceira fase na qual os estudantes, em número de duas vezes o total de vagas, cursam disciplinas durante um semestre e, ao final desse semestre, os melhores classificados ocupam as vagas disponibilizadas.

A UFPR, a exemplo do que ocorre com a maioria das Universidades públicas brasileiras, tem índices de evasão acima do aceitável, em determinados cursos. Por isso, a redução da evasão nesses cursos tornou-se uma preocupação constante e, em breve, deve se converter numa política institucional. Para mitigar os efeitos da evasão e ampliar a ocupação das vagas disponibilizadas, foi criado o Processo de Ocupação de Vagas Remanescentes (PROVAR). O número total de vagas

remanescentes preenchidas pelo PROVAR atinge cerca de 10% das vagas ofertadas a cada ano nos cursos de graduação.

O acompanhamento acadêmico e pedagógico, sobretudo nos casos dos estudantes que possuem necessidades especiais e/ou que demandam ações especiais de acessibilidade, também merece uma atenção especial da UFPR. O Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), vinculado à PROGRAD, tem atuado desde 2005 junto a esse público, realizando o acompanhamento dos processos de inclusão e educação na UFPR, com apoio psicopedagógico, equipamentos específicos, bem como softwares de acessibilidade adquiridos e/ou desenvolvidos por professores da própria UFPR. As ações do NAPNE consolidaram a presença e a permanência dos estudantes com deficiência (PCD), transtornos do espectro autista, distúrbios da aprendizagem e, mais recentemente, (2016), dos estudantes com altas habilidades/superdotação, por meio do NEPAHS (Núcleo de Estudos e Práticas em Altas Habilidades/Superdotação) nos cursos de graduação, educação profissional e de pós-graduação. O resultado mais visível da atuação do NAPNE foi a criação e o pleno funcionamento há três anos do curso de Letras LIBRAS, voltado a formação de professores para educação bilíngue de surdos.

A UFPR no que se refere às políticas afirmativas para pretos e pardos para além do sistema de cotas, já referido, conta com o NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros) que se constitui como um centro de referência que articula e promove atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao campo de estudos afro-brasileiros. O NEAB colabora com a permanência simbólica e material dos estudantes negros e negras cotistas e não cotistas, por meio de um espaço de estudos acolhedor e do processo de seleção de bolsas do PIBIS, destinadas especificamente para essa demanda. A coordenação do NEAB organiza o acolhimento de seu público alvo no início do ano letivo, realizam palestras, cursos de língua estrangeira, discussões em grupos e apoia atividades estudantis, assim como tem sido lócus de recebimento de denúncias de discriminação racial sofrida por estudantes.

Hoje, o espaço de políticas afirmativas e inclusivas na Universidade foi muitas vezes ampliado, indo muito além dos cursos de graduação. Isso tem exigido um novo modelo de inserção institucional, sobretudo do NAPNE, NUEI e NEAB na UFPR, muito provavelmente no formato de uma superintendência submetida administrativamente ao Gabinete do Reitor.

Em suma, percebe-se com certa facilidade que a UFPR progrediu consistentemente nas suas políticas de acesso e de permanência. Um fator importante para o progresso nessas áreas foi o fato de que puderam contar com unidades administrativas dotadas de pessoal técnico e planos de gestão bem focados nesses objetivos. Além do NAPNE, NUEI e NEAB destaca-se o Núcleo de Concurso (NC), cuja estrutura administrativa e logística esteve permanentemente a serviço das melhorias e inovações nas políticas de acesso. A ausência de um progresso similar em outras áreas do ensino de graduação – tais como gestão curricular, estágio, avaliação de curso, emissão e registro de diploma, apoio a programas institucionais etc. – muito se deve à falta de uma infraestrutura similar bem dimensionada para as suas necessidades. Um ponto de estrangulamento comum a quase todas as áreas com taxas de progresso inferiores ao esperado é a inexistência de sistema digitais de gestão,

acompanhamento e controle. O único sistema digital disponível à gestão dos cursos de graduação, o SIE, atende somente às necessidades imediatas dos registros acadêmicos: matrícula, criação de disciplinas, abertura de turmas, lançamento de notas etc. Nada pode contribuir para instrumentalizar os estudos e as decisões envolvidas numa reforma curricular, nem para agilizar a tramitação da documentação necessária para a autorização de um estágio curricular. Trabalhando assim num ambiente destituído de sistemas digitais, os servidores não dispõem de meios eficazes para compartilhar seus conhecimentos com os demais colegas, de tal modo que não apenas se compromete a gestão dos processos e programas, mas também se inviabiliza a gestão do conhecimento sobre suas demandas e exigências.

Por isso, uma das prioridades da PROGRAD durante a vigência desse novo PDI deverá ser justamente diversificar, expandir e qualificar os seus sistemas digitais para atender a 100% das suas ações. Isso é o que precisa ser feito a curto – e talvez a curtíssimo – prazo. Mas, em médio prazo, a própria adesão ao SIE precisará ser revista. Portanto, é importante que qualquer ação na primeira direção também leve em conta essa medida que, embora possa ser por ora postergada, terá que ser tomada em um futuro próximo.

1.5.2 Educação à distância

Um segmento do ensino de graduação cuja qualidade e expansão devem ser sobejamente beneficiadas com a melhoria da infraestrutura digital é a educação à distância. Em 1999, foi criado o Núcleo de Educação à Distância (NEAD) para institucionalizar a oferta de cursos na modalidade à distância. Desde a sua implantação, esta modalidade de ensino vem-se expandindo constantemente, fazendo-se presente atualmente em todos os níveis, por meio de cursos de ensino médio, graduação e pós-graduação *lato sensu*. Hoje essa unidade se denomina Coordenação de Integração de Políticas de Educação a Distância (CIPEAD) e está vinculada à PROGRAD. No ano de 2006, ocorreu a implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UaB)/CAPES, e a UFPR estreou nesse sistema com a oferta do curso de Graduação em Administração, com 250 alunos. Atualmente, por intermédio da UAB, são ofertados dois cursos de graduação e sete cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Também se destaca a inclusão de práticas de EaD na educação presencial. Atualmente, cerca de 600 disciplinas estão habilitadas para ser integral ou parcialmente ofertada a distância. Está em curso um programa institucional – UFPR Híbrida – que visa esclarecer e apoiar os cursos de graduação da UFPR no planejamento, implantação e consecução da educação híbrida, entendida como a integração, aos processos de ensino e de aprendizagem, de ambientes presenciais e on-line, por meio de metodologias ativas, de modo a expandir as possibilidades de oferta da carga horária dos cursos presenciais por meio de recursos de educação a distância. O grande desafio continua sendo dispor de uma infraestrutura de informática à altura dessa demanda. Ainda não se dispõe, por exemplo, de uma integração bem estruturada entre a base de dados do sistema de regime acadêmico (SIE) e o sistema de cadastramento do Moodle institucional. Nesse sentido, surge a estruturação de um laboratório de design educacional na CIPEAD que possibilite dar apoio para o desenvolvimento de materiais didáticos tanto para os cursos EaD vinculados ao programa UaB como ao projeto

institucional UFPR Híbrida.

1.5.3 Atividades formativas e programas institucionais

A UFPR valoriza e incentiva a diversificação e o enriquecimento curricular por meio de atividades complementares, não-disciplinarizadas. Em todos os cursos de graduação, 240 horas da sua carga horária total devem ser cumpridas nessa modalidade de formação. Podem ser computadas nessa categoria, segundo o Projeto Pedagógico de cada curso, atividades de extensão e pesquisa, além de intercâmbios e estágios extracurriculares, entre outros. Diversos programas institucionais multiplicam as oportunidades para os estudantes cumprirem essa carga horária complementar. Entre eles, destacam-se os programas de iniciação científica (PIBIC e PIBIT), iniciação à docência (PIBID e Licenciatura), educação tutorial (PET), bolsas de cultura e extensão, monitoria, mobilidade e voluntariado acadêmico.

Um evento anual – a SIEPE, Semana de Integração de Ensino, Pesquisa e Extensão – reúne os estudantes e professores de todos esses programas, numa grande mostra de trabalhos desenvolvidos pelos estudantes e em fóruns de discussões sobre os temas que afetam diretamente a formação e a vida universitária. São inscritos, em média, dois mil trabalhos, que durante o evento são apresentados, discutidos e avaliados em sessões temáticas e presenciais.

1.5.4 Formação de professores

A formação de professores é o principal objetivo de uma série de programas institucionais. A UFPR mantém atualmente 25 cursos de licenciatura em todos os seus seis *campi*, cobrindo todas as áreas do conhecimento abrangidas pelos componentes curriculares da educação básica brasileira. A preocupação com a formação de professores na UFPR remonta a 1938, quando da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, que foi incorporada em 1942 a então nascente Universidade do Paraná, o que lhe possibilitou enfim retomar o reconhecimento oficial como instituição universitária, nos termos da Lei Francisco Campos, então ainda em vigor.

Entre os programas institucionais voltados ao apoio à formação inicial de professores, destacam-se o PIBID e o Licenciatura, que, juntos, somam mais de 700 bolsistas, entre estudantes e professores dos cursos de licenciatura e professores das escolas de educação básica. Na formação continuada de professores, destacam-se o PARFOR e o PDE; o primeiro mantido pela DEB/CAPES e o segundo, por meio de um convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná. O PDE está na sua 10ª edição e já capacitou, ao longo dessa última década, mais de dois mil professores da rede pública estadual. Além desses programas, há uma série de ações também no campo da pós-graduação, como programas voltados especificamente para a qualificação profissional de professores da educação básica. Entre esses programas, destacam-se os dois programas na área de educação – acadêmico e profissional – e seis programas de mestrado profissionais, no formato PROF, nas áreas de filosofia, história, matemática, química, biologia e educação ambiental.

A gestão das políticas institucionais para esse segmento esteve até aqui concentrada na Coordenação de Formação de Professores (COPEFOR) da PROGRAD, em atividade há mais de uma década.

Também tiveram participação ativa nesse processo o Setor de Educação, por meio do Centro de Articulação das Licenciaturas (CEALI), além do Núcleo das Licenciaturas, que funciona como órgão colegiado vinculado à COPEFOR. Com as novas diretrizes protagonizadas pela Portaria 158/2017 CAPES, essas várias unidades devem ser reunidas numa única unidade gestora, de natureza colegiada, com a missão precípua de conceber, revisar e gerir as políticas de formação de professores, tanto inicial quanto contínua, na UFPR. A essa coordenação geral de formação de professores devem também se juntar os programas de pós-graduação voltados a esse segmento – notadamente, os PROF –, permitindo assim que, em médio prazo, se possa experimentar na UFPR o surgimento de um verdadeiro *sistema* de formação de professores, reunindo graduação e pós-graduação, a exemplo do que ocorreram na formação de cientistas com a estruturação de uma *cadeia formativa* cujos elementos articuladores principais são a iniciação científica, mestrado, doutorado e estágios de pós-doutoramento.

1.5.5 Mecanismos para Democratizar o Acesso à Pós-Graduação

O Sistema de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná oferecido a candidatos diplomados em cursos de Graduação destaca-se por sua importância no conjunto do Sistema de Ensino Estadual, Regional e Nacional. Esse Sistema caracteriza-se pela cobertura de amplo espectro de áreas de conhecimento e abriga alguns dos Programas de Pós-Graduação mais tradicionais e pioneiros do país, iniciados em 1965 e início dos anos 70, passando por uma grande expansão nos últimos 5 anos. Atua nas modalidades *Lato sensu* e *Stricto sensu*.

- ***Pós-Graduação lato sensu.*** A UFPR tem uma longa história com os programas *Lato sensu*, estes cursos são regidos pela Resolução COUN 42/03. No ano de 2017 através de um despacho do Supremo Tribunal Federal se autorizou e regulamentou em âmbito nacional que as Universidades Federais a cobrem mensalidades para estes programas (especializações e MBAs).

As especializações são uma forma de educação que tem como perfil de ingresso profissional das diversas áreas do saber em busca de novos desafios e conhecimentos específicos. Em 2016 na UFPR foram ofertados 131 cursos, alguns com mais de uma turma, nas grandes áreas de: gestão, educação, engenharias, saúde, agrícola e meio ambiente, atendendo desta forma 3999 discentes.

Historicamente estes programas contribuem com uma parcela significativa para o FDA, com a regularização e legalização, pretende-se ampliar esta fonte de renda externa. Esta renda será revertida para aplicações de melhoria da infraestrutura como laboratórios e salas de aula, e apoio à pesquisa provendo os programas de *stricto sensu* com recursos. Apesar de ser claramente uma fonte de recursos para a UFPR às especializações e MBAs também geram conhecimento no formato de monografias e artigos que, pela própria proposta deste tipo de pesquisa, tem um caráter aplicado, aproximando a UFPR da indústria e sociedade paranaense. Os programas de *lato sensu* também servem como uma vitrine da UFPR para a sociedade e podem ajudar a aumentar o interesse no *stricto sensu* de algumas áreas.

Diretrizes da Coordenação de *lato sensu* para o PDI:

- Rever as resoluções que regem o *lato sensu*, dando mais flexibilidade e normatizando a aplicação de recursos dentro da UFPR.
- Aumentar a visibilidade destes programas em âmbito regional e nacional.
- Melhorar a qualidade dos cursos *lato sensu* através de ações pontuais junto às coordenações e secretarias.
- Dar visibilidade ao conhecimento gerado pelos cursos de especializações.
- Incentivar os departamentos a proporem e criarem novos cursos *lato sensu* para suprir as necessidades da sociedade paranaense.
- Ampliar e aproximar a colaboração com as fundações de apoio para uma melhor gestão dos cursos.

• **Pós-Graduação *Stricto Sensu*.** Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* na UFPR são oferecidos nos níveis: Doutorado e Mestrado (modalidades: acadêmico e profissional), por meio dos quais se conferem graus e se expedem, respectivamente, diplomas de Doutor e Mestre. Vale destacar a institucionalização recente do estágio de pós-doutorado na UFPR, como uma decorrência da melhoria da qualificação docente, também vinculada à consolidação dos Programas de Pós-Graduação e das atividades da Pesquisa desenvolvida na Instituição.

Os Planos Nacionais da Pós-Graduação preconizaram a expansão da Pós-Graduação no Brasil. A UFPR não está alheia a esta tendência: Em 2001 a UFPR possuía 33 cursos de Mestrado e 18 de Doutorado. Os valores atuais mostram 85 opções de Mestrado (73 acadêmicos e 12 profissionais) e 54 de Doutorado – Figura 2. Vários cursos de Mestrados estão em fase de elaboração e apresentação de proposta para criação de Doutorado, o que deve incrementar ainda mais a oferta dessa modalidade na UFPR. Devido a esta grande expansão uma atenção deve ser dada à consolidação dos novos programas, especialmente pela elevação de notas dos programas vigentes.

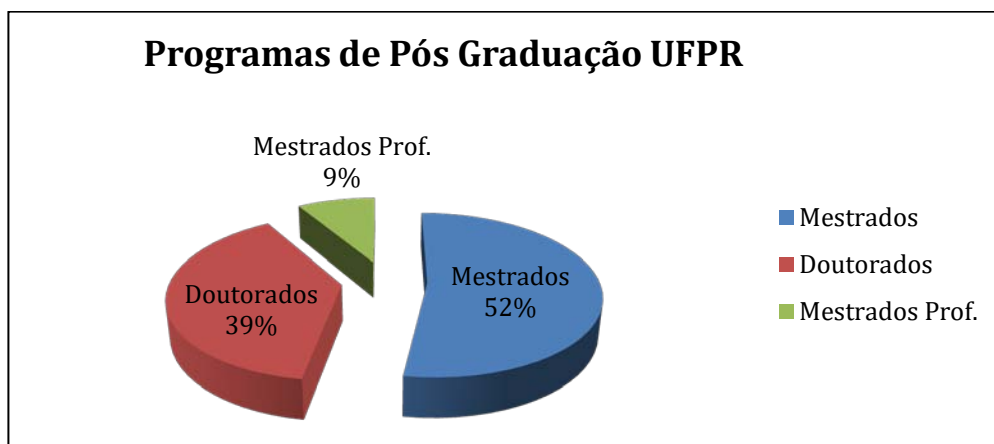


Figura 5: Programas de Pós-Graduação UFPR

A Figura 6 mostra a distribuição dos programas de Mestrado e Doutorado da UFPR por conceito em 2017. Vale destacar que dos 19 Mestrados que apresentam nota 3 (22%), 8 são novos, isto é ainda não passaram pela primeira avaliação e tendem a sustentar suas notas até que um ciclo de

avaliação seja completado. A UFPR possui 23 programas com nota 4 (30,7%), 27 programas com nota 5 (36%), 9 programas com nota 6 (12%) e 2 programas nota 7 (2.6%).

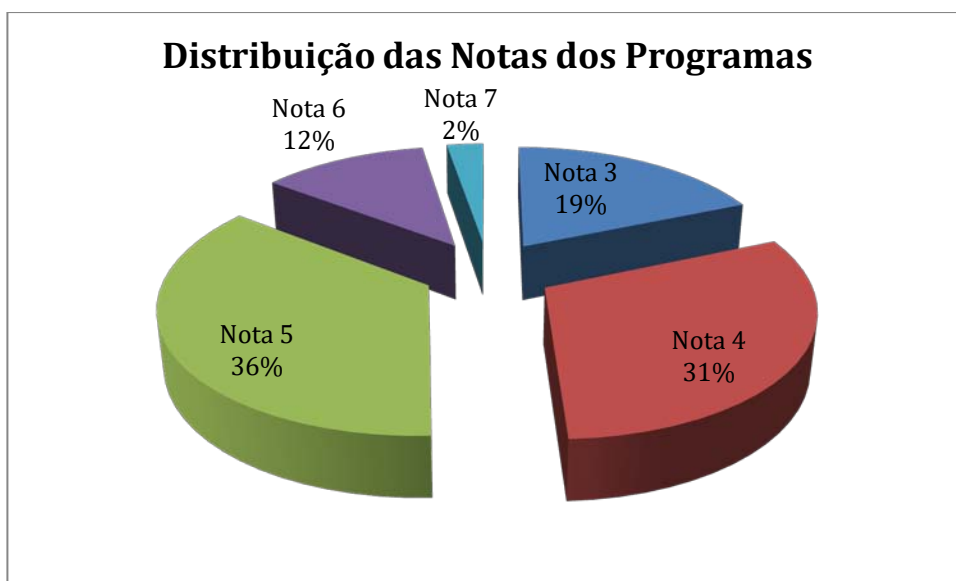


Figura 6: Distribuição dos conceitos por programas – 2017

A Instituição contempla estudos avançados todas as áreas do conhecimento, com 6663 alunos matriculados no ano de 2016 nos programas de Pós-graduação, sendo 2758 doutorandos, 3598 mestrandos e 307 mestrandos profissionais.

Informação atualizada do conceito de mestrados e doutorados

A Instituição tem seus programas de pós-graduação avaliados com os seguintes conceitos:

Tabela 4: Quantidade de mestrados por conceito CAPES

Conceito	Quantidade
3	19
4	28
5	28
6	08
7	02

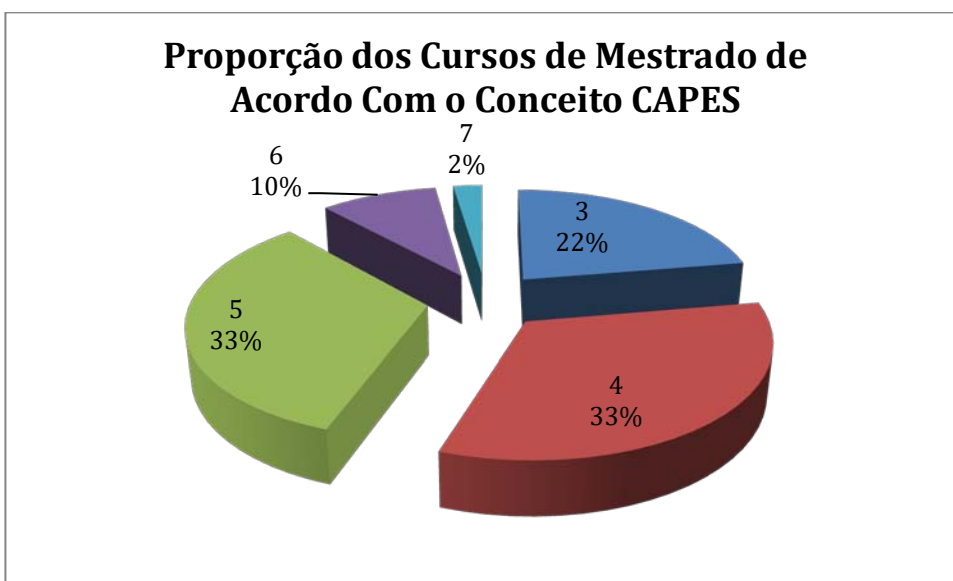


Figura 7: Proporção de cursos de mestrado de acordo com o conceito CAPES

Tabela 5: Quantidade de cursos de doutorado por conceito CAPES

Conceito	Qtde
3	01
4	16
5	27
6	08
7	02

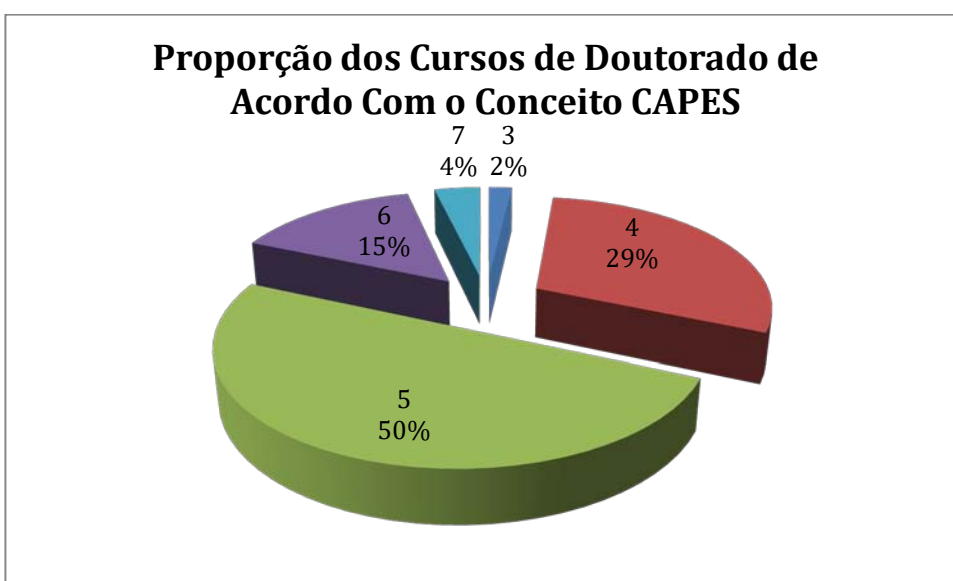


Figura 8: Proporção de cursos de doutorado de acordo com o conceito CAPES

No caso dos programas com conceito 3, devido ao fato de serem programas novos, uma atenção

especial é dada no sentido de que suas atividades sejam consolidadas.

1.5.6 Educação Profissional e Técnica

O Setor de Educação Profissional e Técnica (SEPT) atualmente oferta 2 cursos técnicos de nível médio: Agente Comunitário de Saúde (na modalidade Pós-Médio) e Petróleo e Gás (na modalidade concomitante). Também são oferecidos por este setor os Cursos Superiores de Tecnologia: Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Comunicação Institucional; Gestão da Qualidade; Gestão Pública; Luteria; Negócios Imobiliários; Produção Cênica e Secretariado. No nível de pós-graduação o SEPT oferta os cursos de Bioinformática e Especialização em Engenharia de Software e Especialização em Mídias Integradas na Educação.

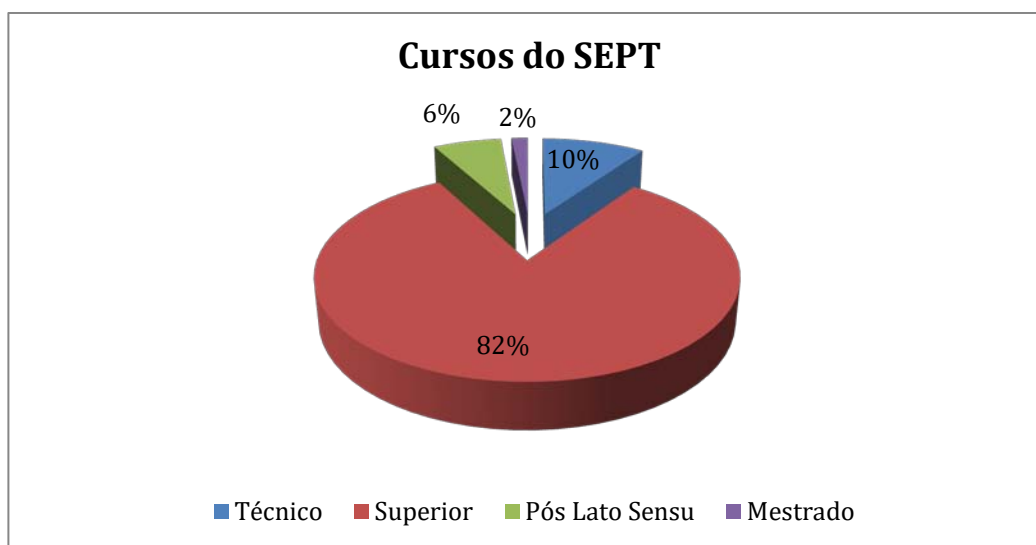


Figura 9: Dados do Setor de Educação Profissional e Tecnológica

Em 2016 o SEPT atendia a 1.806 alunos matriculados com a seguinte distribuição: 175 alunos no nível técnico, 1487 no nível superior, 116 alunos de pós-graduação *lato sensu* e 28 alunos de mestrado.

1.6 Políticas vigentes e diretrizes de Pesquisa

A pesquisa na UFPR abrange o desenvolvimento de metodologias e práticas de investigação científica, artística e cultural visando geração de conhecimento e transferência de saberes. A pesquisa impacta diretamente as atividades em nível de graduação e de pós-graduação, envolvendo alunos de graduação através da iniciação científica e/ou estágios, e de pós-graduação com mestrandos, doutorandos e pesquisadores em pós-doutorado. Historicamente os projetos institucionais de pesquisa contam, em sua maioria, com o apoio dos programas de Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* (PPGs).

Os dados referentes à pós-graduação e à pesquisa na UFPR indicam melhoria do perfil da qualificação dos pesquisadores com o simultâneo aumento do número e qualidade de programas de pós-graduação. Associado a isso, a UFPR tem fortalecido sua política de qualificação e capacitação de servidores, buscando alcançar patamares de excelência. Esta evolução pode ser acompanhada

pelo número de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e bolsistas de produtividade; em 2010 o número de Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq era 411, e 271 docentes eram bolsistas de Produtividade do CNPq. No censo de 2016 a UFPR registrava 555 Grupos de Pesquisa no CNPq e 432 pesquisadores com bolsa de produtividade do CNPq e da Fundação Araucária, sendo que deste total 132 são pesquisadores nível 1. A maturidade dos pesquisadores também é confirmada pelas inúmeras parcerias nacionais e internacionais, assim como pela participação em comitês editoriais de revistas científicas de circulação internacional.

1.6.1 Diretrizes de Pesquisa

- Dar suporte aos pesquisadores UFPR no cadastramento/atualização de informações junto ao CNPq (grupos de pesquisa) ou demais agências de fomento nacionais e internacionais;
- Dar suporte aos docentes e servidos na elaboração e submissão de projetos de pesquisa;
- Estabelecer contatos e parcerias com instituições de pesquisa nas escalas regional, nacional e internacional visando a promoção da pesquisa e da internacionalização na produção do conhecimento;
- Promover uma maior integração das atividades de pesquisa com as atividades de ensino e extensão da UFPR;
- Divulgar e orientar docentes e discentes sobre normas de ética em pesquisa.

Quanto aos auxílios financeiros:

- Definir critérios e sistemática de liberação de auxílios financeiros à pesquisa científica alinhada aos objetivos e à missão institucional da UFPR;
- Desenvolver programas de apoio às atividades de pesquisa como: manutenção de equipamento/participação e organização de eventos científicos/pesquisa básica e aplicada;
- Apoiar a CRI/PROPLAN na caracterização de projetos de pesquisa auxiliando na tramitação de convênio e/ou contratos;
- Assegurar à UFPR e a seus pesquisadores o direito de patente e royalties sobre produtos de pesquisa;
- Estimular uma cultura de captação de recursos para pesquisas estabelecendo políticas para agilizar convênios e contratos com esse propósito.

Para incentivo à Iniciação Científica:

- Estimular pesquisadores e aumentar o envolvimento estudantes de graduação no processo de investigação científica, artística e cultural da Universidade;
- Fomentar a vocação científica, artística e cultural, e incentivar os talentos potenciais entre os estudantes de Graduação;
- Aumentar a captação de bolsas de Iniciação Científica, artística e cultural nos órgãos de fomento;
- Valorizar a participação dos docentes nas atividades da IC;
- Difundir a política de creditação de carga horária de iniciação científica como atividade complementar nos cursos de graduação da UFPR;

- Valorizar e reconhecer institucionalmente os bolsistas voluntários de Iniciação Científica, Artística e Cultural;
- Reduzir a burocracia e os trâmites no processo de cadastramento e acompanhamento de bolsas de Iniciação Científica, Artística e Cultural;
- Rever e promover alterações na SIEPE – Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPR.
- Cadastrar todos os alunos participando em atividades de iniciação científica no âmbito de projetos institucionais ou de projetos da responsabilidade dos docentes

1.6.2 Políticas de pesquisa

O Plano Institucional de Pesquisa da Universidade Federal do Paraná destina-se a orientar ações estratégicas e os projetos institucionais – isto é, encaminhados pela UFPR enquanto Instituição – de solicitação de recursos a serem apresentados às Chamadas e aos Editais de Agências de fomento às pesquisas Internacionais, Federais e Estaduais.

O plano estratégico da pesquisa define eixos estruturantes considerando as competências humanas e de infraestrutura, bem como as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação do MCTI do Brasil e diretrizes de diversos órgãos/agências de fomento internacionais. Nesta definição se consideram também os anseios coletivos por uma Universidade dinâmica que compartilha entre os setores as linhas de investigação e benefícios de uma infraestrutura de pesquisa complementar.

A produção científica dos docentes da UFPR tem aumentado quantitativa e qualitativamente, conforme dados estatísticos de fontes mundiais (ex: Scimago), o que revela o esforço e dedicação dos pesquisadores e dos grupos de pesquisa, notadamente. Entre 2009 e 2017, a produção científica subiu 174 posições no ranking mundial. No âmbito nacional, em 2017 a UFPR ocupa a 12ª posição, confirmando sua posição de excelência em pesquisa sendo líder entre as instituições de pesquisa no Estado do Paraná.

A excelência dos grupos de pesquisa da UFPR é confirmada na forte participação em redes de pesquisa como é o caso dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) e programas de excelência científica (PRONEX) em áreas de interesse para o desenvolvimento regional e do país. Áreas contempladas: Ciências Agrárias, Ciências Exatas e Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Ecologia e Meio Ambiente, Nanotecnologia, Saúde, Engenharia e Tecnologia da Informação.

O Programa de Iniciação Científica para estudantes da Universidade Federal do Paraná prevê a Iniciação Científica na UFPR nas modalidades remunerada (com bolsas) ou voluntária. Este Programa visa incentivar a participação dos estudantes de Graduação da UFPR em projetos de pesquisa para que desenvolvam o pensamento e a prática científicas, artísticas e culturais sob a orientação de pesquisadores qualificados. Assim, a Iniciação Científica deve contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, construtivo e independente, preparando o aluno para os parâmetros que caracterizam o rigor do trabalho científico, artístico e cultural, bem como preparando os jovens profissionais para interagirem com a sociedade.

Neste programa em que a Instituição dispõe de cotas institucionais da própria UFPR (Bolsas do Tesouro Nacional), do CNPq / PIBIC e da Fundação Araucária, os pesquisadores envolvem

estudantes de Graduação em seus projetos de pesquisa, contribuindo tanto para familiarizar o aluno com o rigor técnico e científico, artístico e cultural quanto para estimular o pensamento crítico necessário para atividades profissionais de todas as áreas do conhecimento.

Além dos programas Institucionais de iniciação científica, artística e cultural é incentivada a inclusão de alunos dos cursos de graduação em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, com recursos captados diretamente pelos docentes. Esta atividade traz uma contribuição significativa na criação de oportunidades de formação complementar dos discentes.

Considerando o perfil da Pós-Graduação e da Pesquisa na UFPR, acima exposto, são políticas da PRPPG em parceria com a AUI – Agência UFPR Internacional:

- *Reconhecer, apoiar e divulgar a excelência científica instalada na UFPR*, confirmada nos indicadores de pesquisa e índices de avaliação dos programas de pós-graduação.
- *Buscar a melhoria dos indicadores de desempenho em todas as áreas, reconhecendo as especificidades de cada área do conhecimento*: apoiar a participação em editais de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos *nacionais* e internacionais; apoiar a divulgação/publicação em vetores de alto impacto; incentivar a contratação de docentes qualificados e direcionados à geração de conhecimento.
- *Internacionalização da Pesquisa*:
 - Incentivo a interações entre docentes/grupos de pesquisa da UFPR e docentes/pesquisadores estrangeiros de comprovada competência;
 - Participação de pesquisadores estrangeiros com consolidada capacidade científica que venham a UFPR participar de atividades de pesquisa e de orientação;
 - Promoção do Programa Professor Visitante, oferecendo maior flexibilidade na contratação, viabilizando a participação de pesquisadores ativos de comprovada produção científica e capacidade de nucleação de novas linhas de pesquisa e promoção da internacionalização;
 - Ccolaborações científicas através de protocolo de intenções e convênios de cooperação e introdução de novas metodologias e práticas científicas, artísticas e culturais no âmbito das linhas de pesquisas;
 - Apoio e incentivo à dupla-titulação para os cursos de Pós-Graduação *Stricto sensu*;
 - Prospecção de grupos e temas emergentes de pesquisa no âmbito da UFPR e propiciar-lhes o estímulo para o desenvolvimento de suas atividades com qualidade e segurança.
 - Incentivo à realização de convênios em programas lançados pelas agências nacionais e internacionais de incentivo à pesquisa;
- *Valorização das atividades de pesquisa e pós-graduação no âmbito das resoluções da UFPR na avaliação de progressão dos docentes, concursos públicos, modelos de distribuição de vagas entres outros.*

- *Elaboração editais de fomento à pesquisa interna e com parceiros externos a UFPR comprometidos com o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, a exemplo:*
 - Fortalecimento do programa de manutenção de equipamentos multiusuários, permitindo garantir continuidade nas pesquisas realizadas na UFPR, reforçando a manutenção preventiva com o intuito de reduzir a necessidade de manutenção corretiva.
 - Reforço do programa de apoio à participação e organização de eventos científicos nacionais e internacionais e expansão para apoiar outras atividades de pesquisa realizadas fora da UFPR.
 - Apoio à pesquisa básica e aplicada, através de editais específicos, incluindo o Fundo de Desenvolvimento Acadêmico (FDA) que contempla as atividades fins da UFPR na Pós-Graduação e pesquisa. No que se refere à PRPPG, este programa possibilita a pesquisadores vinculados a programas de Pós-Graduação a aquisição de equipamentos de pequeno porte, manutenção emergencial de equipamentos, e outras modalidades de suporte a pesquisa na UFPR.
 - Dar suporte à elaboração e acompanhamento de projetos com potencial de alta competência para a submissão em editais nacionais e internacionais.

- *Discussão continuada nos grupos temáticos do plano institucional de pesquisa;*

- *Buscar a melhoria do desempenho em todas as áreas do conhecimento:* a mudança do perfil da Pós-Graduação consiste em um processo lento e de muita persistência que necessariamente passa por várias prioridades onde se incluem: a) um planejamento para definir metas e objetivos dos programas de pós-graduação; b) melhoria dos processos formativos dos discentes; c) melhoria da qualidade do conhecimento produzido no âmbito da pós-graduação.

- *Proximidade e apoio às coordenações de programas e cursos de pós-graduação pelo:*
 - Estabelecimento de um conjunto de atividades de acompanhamento às coordenações e colegiados;
 - Apoio à visita dos coordenadores de área da CAPES e de consultores de área aos programas de pós-graduação;
 - Promoção de eventos de planejamento e desenvolvimento dos programas;
 - Revisão e agilidade nos trâmites associados às atividades dos programas de pós-graduação.
 - Atualização das resoluções referentes à pós-graduação visando a reforçar a autonomia dos programas e atender às especificidades das áreas de conhecimento.
 - Aprimoramento dos sítios eletrônicos, uma das principais fontes de informações ao público.
 - Investimento continuado no sistema de gerenciamento dos programas de pós-graduação (SIGA) oferecendo apoio administrativo aos coordenadores de curso e disponibilizado com maior agilidade informações aos discentes.
 - Otimização do programa Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD);

- Otimização dos procedimentos de Editoração e Veiculação de Revistas UFPR, que conta com vários de seus periódicos indexados como Qualis A e B e, garantindo a qualidade e condições de funcionamento e expansão do SER (Open Journal System);

- *Internacionalização da Pós-Graduação:*

- Incentivo às interações entre docentes/grupos de pesquisa da UFPR e docentes/pesquisadores estrangeiros de elevada competência;
- Apoio à vinda de pesquisadores estrangeiros de alta qualificação que venham a UFPR ministrar Cursos/Disciplinas de curta ou média duração;
- Incentivo ao Programa Professor Visitante;
- Apoio à realização de colaborações científicas que possam resultar em convênios de cooperação e introdução de novas metodologias científicas no âmbito das linhas de pesquisa dos programas;
- Apoio e incentivo e simplificação dos trâmites relacionados à cotutela e atividades de dupla-titulação para os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
- Estruturação de estratégias de atração de alunos estrangeiros (mestrado, doutorado e pós-doutorado) para desenvolver seus estudos na UFPR, especialmente de doutores e pós-doutores;
- Desenvolvimento de programas para melhoria da capacitação de idiomas para docentes, discentes e servidores técnico-administrativos envolvidos na pós-graduação;
- Melhoria dos canais de comunicação por teleconferência com centros internacionais.
- Normatização dos procedimentos nos processos seletivos para ingresso de alunos estrangeiros na pós-graduação.

- *Revisão e fortalecimento das linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação; Implantação de políticas de valorização dos processos formativos:*

- Redimensionar as grades curriculares a fim de incrementar a oferta de disciplinas formativas que assegurem sólida formação em pesquisa;
- Ofertar disciplinas que possam ser aproveitadas por vários programas de pós-graduação de forma a reduzir a demanda docente e aproveitamento mais racional dos recursos humanos;
- Propor métodos que permitam inovar as ações de ensino e pesquisa dos programas pelo processo de transmissão ao vivo de disciplinas que podem ser acompanhadas de forma remota e sem redução de qualidade.

- *Maior visibilidade ao sistema de PG da UFPR, através:*

- Do aprimoramento do sítio eletrônico dos programas, com padronização institucional, transparência e internacionalização;
- Da melhoria da divulgação das Teses e Dissertações produzidas nos programas

- através de seus sites por meio de procedimentos eletrônicos e automatizados;
- Da otimização dos procedimentos de Editoração e Veiculação de Revistas UFPR;
 - Da definição de políticas de acompanhamento dos periódicos para que os mesmos alcancem melhores indexações em bases bibliométricas de referência.
- *Estabelecimento de uma Sala de Apoio a Publicações*, visando incrementar a qualidade das publicações de revistas (Sistema SER) e produção de artigos científicos da UFPR.

1.7 Políticas e diretrizes de Extensão e Cultura

A *Pró-Reitoria e Extensão e Cultura* tem por objetivo desenvolver de forma integrada ações de Extensão, Cultura e desenvolvimento social articulando Ensino, Pesquisa e Extensão de forma inter e multidisciplinar. Isto acontece através da reflexão e discussão sobre o espaço social e os agentes nele envolvidos, privilegiando ações conjuntas com as administrações públicas e a sociedade civil, objetivando o desenvolvimento sustentável e a transformação social. Desta forma o corpo acadêmico é preparado para o processo permanente de educação e interação dialógica com a comunidade interna e externa em que se unem conhecimentos teóricos e práticos no processo de inclusão social e construção do conhecimento, socializado através de debates, publicações, apresentações e exposições. A PROEC é responsável, em linhas gerais, pela promoção e difusão de iniciativas culturais e artísticas, e pela orientação e definição de políticas relativas à Extensão Universitária. Além das Coordenadorias de Extensão e de Cultura, a Editora da UFPR e o Museu de Arqueologia e Etnologia também fazem parte da PROEC, o que exprime a diversidade de ações sob sua responsabilidade. A *Coordenadoria de Cultura* é responsável pelo Festival de Inverno da UFPR, evento realizado anualmente em Antonina, por três espaços culturais: Musa – Museu de Arte da UFPR, Teatro da Reitoria e TEUNI – Teatro Experimental da UFPR, e também, por cinco grupos artísticos: Coro, Orquestra Filarmônica, Grupo de MPB, Têssera Companhia de Dança e Companhia de Teatro Palavração. Os Grupos apresentam anualmente duas temporadas oficiais de espetáculos nos espaços culturais da UFPR. São eventos gratuitos, com excelência artística e direcionados a um público heterogêneo. Além das temporadas oficiais, os Grupos Artísticos também se apresentam em diversos espaços dentro e fora da UFPR, sempre assumindo a função de pesquisa e difusão artística. A participação nos Grupos Artísticos da UFPR é aberta a alunos, servidores técnico-administrativos, professores e pessoas da comunidade externa, o que se configura como uma possibilidade democrática na experiência com linguagens artísticas, independente do vínculo com a Universidade. Um evento de grande importância promovido pela Coordenadoria de Cultura é o já consagrado Festival de Inverno da UFPR, que acontece todos os anos, no mês de julho, na cidade de Antonina. Com vinte e duas edições ininterruptas, o Festival propicia a abertura de um espaço alternativo de aprendizagem, prática, reflexão crítica, apreciação e produção artístico-cultural, numa verdadeira articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Busca, também, formas diferenciadas de socializar o conhecimento artístico em ambientes diferentes do acadêmico formal, num processo de integração com os mais variados segmentos da sociedade, bem como a descoberta e o aprofundamento da dimensão estética, servindo como elo entre as mais variadas áreas artísticas.

Além disso, o programa tem se preocupado com o resgate do fazer artístico e do universo histórico local, assim como com o artesanato de toda a região litorânea, investindo na melhoria da qualidade do ensino de arte e na troca de experiências – por meio do convívio de todos os participantes, artistas e professores – estimulando a expressão múltipla da arte num contexto de interdisciplinaridade.

A partir de uma política de valorização e divulgação das ações culturais, que incluem as Temporadas Oficiais dos Grupos Artísticos, o Festival de Inverno e Exposições, a Coordenadoria de Cultura atingiu, no período de 2012 a 2016, correspondente à vigência do último PDI, um público de aproximadamente 500 mil pessoas.

Visando à produção, promoção e difusão da arte e da cultura dentro e fora do ambiente universitário, possibilitando a divulgação da música, das artes visuais, das artes cênicas e da dança, a equipe da Coordenadoria de Cultura tem o propósito de atingir um público ainda maior, fazendo com que esse tipo de ação seja cada vez mais acessível a todas as camadas da população, o que se reflete nas Diretrizes por ela estabelecidas para o período de 2017 a 2021.

Por sua vez, a **Coordenadoria de Extensão** (COEX) é responsável pela orientação, coordenação, supervisão e certificação de atividades de Extensão Universitária realizadas na UFPR. Para a definição da Política de Extensão da UFPR, a PROEC conta com o Comitê Assessor de Extensão (CAEX), composto por representantes da PROEC (Pró-Reitor e Coordenador de Extensão) e todos os Setores da UFPR, dos Campi Palotina, Jandaia do Sul e Toledo, e do Diretório Central de Estudantes. Este Comitê desempenha ação contínua de acompanhamento e avaliação de propostas e relatórios das atividades extensionistas, bem como no estabelecimento de critérios para apreciação destes registros e para distribuição de bolsas, contribuindo de forma importante para a orientação e consolidação da Extensão na UFPR.

Os Programas e Projetos são realizados em conjunto com vários grupos parceiros, como instituições públicas e privadas, ONGs, associações e outros em fase de organização, e envolvem todos os Setores da UFPR. Estas iniciativas contam com um número historicamente crescente de bolsas, que viabilizam e incentivam a participação de discentes nas Ações de Extensão. Além disso, tem sido ampliada a quantidade de Cursos de Extensão realizados na UFPR, de forma isolada ou articulados a Projetos e Programas.

No período de vigência do PDI anterior, é possível notar o aumento do número de Programas e Projetos de Extensão registrados (atualmente temos 313 projetos e 28 programas). Da mesma forma, os números de discentes, docentes e técnicos administrativos da Universidade vêm se expandindo. Considera-se que esta expansão decorre em parte da ação da PROEC no incentivo ao desenvolvimento de atividades extensionistas, bem como do reconhecimento da comunidade universitária da relevância da Extensão como elemento indissociável do Ensino e da Pesquisa, na formação promovida na UFPR.

Vinculada à PROEC, a *Editora da Universidade*, criada em 1987, concretizou-se como uma importante unidade a elevar o nome da UFPR, através das inúmeras publicações que fez ao longo de sua história.

A finalidade principal da Editora UFPR é a publicação de livros, cuja tônica temática é decorrente da produção intelectual e científica de autores nacionais e internacionais das diversas áreas do conhecimento e da cultura. Com esse objetivo cada vez mais acentuado é que a Editora da UFPR vem expandindo cada vez mais a sua produção, sendo cada vez mais procurada por autores/pesquisadores para publicação de seus originais.

A Editora também teve um aumento considerável na sua produção editorial, atingindo a marca de 57 livros novos produzidos ao longo do ano de 2016, com a reedição de 8 livros e vendidos 12.668 exemplares. Foram dezenas de títulos traduzidos lançados pela Editora desde o início dos anos 2000, o que tem feito com que ela ganhe cada vez mais reconhecimento do público leitor, do mercado editorial brasileiro, notadamente o universitário, e também espaço na mídia. Podemos destacar ainda que no campo da tradução temos vários vencedores do Prêmio Jabuti.

Editora também administra uma livraria no Edifício D. Pedro II, no espaço da Reitoria, que comercializa os livros do seu próprio catálogo e também de outras editoras universitárias brasileiras; e participa das Bienais do Livro e das demais feiras do livro que acontecem pelo Brasil, a fim de promover e comercializar o seu catálogo. Além disso, patrocina duas feiras universitárias do livro, uma no primeiro e outra no último quadrimestre do ano, que são abertas à comunidade externa e também têm atraído a atenção da mídia em geral que sempre as tem repercutido.

Por sua vez, o *Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR* (MAE) é responsável pela preservação do patrimônio histórico-cultural constituído pelo acervo de 80.000 peças, divididas em quatro coleções (Arqueologia, Cultura Popular, Etnologia Indígena, Documentação Textual, Sonora), e pelo desenvolvimento de ações referidas a esse acervo que articulem ensino, pesquisa, extensão, ações educativas e museológicas.

Além da atuação científico-acadêmica, o MAE constitui para a população litorânea de baixa renda a mais segura referência de museu, articulando conhecimentos produzidos no âmbito acadêmico à história regional e ao saber dos múltiplos atores locais (grupos indígenas, comunidades caiçaras, afrodescendentes, entre outras), oferecendo à comunidade nacional e internacional uma leitura destes variados universos de pensamento social por meio das exposições de longa duração e das temporárias; e desenvolve visitas guiadas aos espaços museais e oficinas didáticas para o público escolar, realizadas pela equipe de profissionais e pelos graduandos bolsistas. O acesso do público portador de necessidades especiais, notadamente os deficientes visuais, aos conteúdos expositivos e materiais didáticos do MAE são garantidos pela perspectiva de transposição das informações para suportes museográficos adaptados para leitura em braille, sinalizações de ambiente e por materiais didáticos manipuláveis. No campo da cultura, o MAE disponibiliza para a comunidade litorânea uma agenda denominada Sábados no Museu que contempla eventos artísticos e culturais originados

na própria comunidade ou a ela direcionados por agentes culturais de outros municípios da região ou do estado.

Em 2016 foram contabilizados 31.106 visitantes no Colégio Jesuíta e 2.477 na sala didático expositiva em Curitiba perfazendo um Total de 33.583 visitantes.

Com esta breve síntese, é possível perceber a abrangência e as diversas ações desenvolvidas pela **PROEC**, contribuindo ativamente para a consolidação do compromisso social de nossa Universidade para com sua comunidade interna – docentes, técnicos e discentes – e a externa. **As políticas e diretrizes gerais**, abaixo relacionadas, e estabelecidas para o período de vigência do PDI, visam a fortalecer tal comprometimento, e ao aperfeiçoamento e expansão de atividades e processos, já em desenvolvimento ou que são compreendidos como desdobramentos necessários para o que foi construído até o momento:

- Esclarecer a comunidade universitária sobre o conceito de extensão, possibilidades de ação, bem como sobre sua relevância para a formação acadêmica;
- Promover a valorização institucional de coordenadores e participantes de programas e projetos de extensão;
- Aperfeiçoar a infraestrutura para coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades de extensão;
- Promover intercâmbios entre extensionistas a partir de ações de internacionalização e de divulgação científica;
- Contribuir com subsídios para as discussões de reformulação de currículos de cursos focando a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação;
- Inovar, expandir e consolidar as atividades de extensão e cultura;
- Fortalecer e aprimorar a divulgação das atividades de extensão e de cultura desenvolvidas no âmbito da UFPR, interna e externamente à Universidade;
- Fortalecer as políticas e o apoio institucional a ações artísticas e culturais na UFPR;
- Ampliar quantitativa e qualitativamente o escopo editorial, da editora, incluindo o desenvolvimento de produção digital;
- Contribuir para a proposição e implementação de políticas relativas à preservação e fruição do patrimônio histórico-cultural e arquivístico na UFPR; e
- Estabelecer e fortalecer cooperação e parcerias com outras instituições sociais e de ensino superior, nacionais e internacionais.

1.8 Política de Inovação da UFPR

A Agência de Inovação UFPR tem por objetivo promover a articulação da Universidade com a sociedade civil, aproximando a produção científica de suas aplicações práticas. Através da colaboração entre academia, empresas e governos, a AGITEC buscará contribuir para o aumento da competitividade e relevância das pesquisas desenvolvidas na UFPR com o propósito da inovação.

A Agência de Inovação UFPR visa dar suporte à comunidade interna nas demandas de proteção do conhecimento; orientar os procedimentos, em conjunto com outras unidades administrativas, sobre

transferência de tecnologia; definir planos de capacitação e eventos para empreendedorismo e projetos de geração de negócios inovadores.

Com atividades estabelecidas desde 28 de maio de 2008, a Agência de Inovação UFPR possui três coordenações: Propriedade Intelectual; Transferência de Tecnologia; Empreendedorismo e Incubação de Empresas. Em dezembro de 2015, formalizou o Comitê Assessor de Inovação, importante e representativo grupo dos setores da Universidade.

A Agência de Inovação busca ser um espaço dinâmico e colaborativo, facilitando as formas de relacionamento da Universidade com a Sociedade e a oferta de mecanismos de suporte para as comunidades interna e externa da UFPR visando à inovação. Dentre os objetivos da Agência de Inovação, destacam-se:

- I- Zelar pela política de inovação tecnológica da UFPR para estar em consonância com a legislação em vigor; II- valorizar a pesquisa aplicada e que resulta em inovação tecnológica capaz de agregar valor econômico e melhoria da qualidade de vida da sociedade.
- II- Articular parcerias estratégicas entre a UFPR e os setores empresariais, governamentais e não governamentais para atuar em projetos cooperativos de desenvolvimento científico e tecnológico;
- III- Estimular o processo de pré-incubação e incubação de empresas inovadoras de base tecnológica no âmbito da Universidade;
- IV- Difundir a cultura de proteção da propriedade intelectual na Universidade para estimular o registro, o licenciamento e a comercialização dos ativos intangíveis; e
- V- Disseminar a cultura empreendedora para toda a comunidade universitária.

A Agência de Inovação UFPR teve sua criação por meio da Resolução 16/08 - COPLAD - 2008. Teve em sua origem a fusão de três unidades já existentes: o NEMPES (Núcleo de Empreendedorismo da UFPR), o Portal de Relacionamento UFPR e o Núcleo de Propriedade Intelectual. Ela é um órgão suplementar na estrutura administrativa da Universidade, em termos de gestão tecnológica, vinculado diretamente à Reitoria.

Desde a sua criação, a Agência de Inovação UFPR mantém a atuação efetiva junto aos elementos que compõem o Sistema Nacional de Inovação.

1.8.1 Coordenação de Empreendedorismo e Incubação de Empresas:

A Coordenação de Empreendedorismo e Incubação de Empresas tem por objetivos centrais disseminar a cultura empreendedora para toda a comunidade universitária e estimular o processo incubação de empresas inovadoras de base tecnológica no âmbito da Universidade. Busca aprimorar as competências empreendedoras dos alunos, permitindo a eles novas opções de carreira e a

possibilidade de converter seus trabalhos acadêmicos realizados nos cursos em soluções inovadoras para a sociedade.

1.8.2 Coordenação de Propriedade Intelectual:

Tem como objetivo principal a orientação e suporte aos processos de proteção da propriedade intelectual gerada na UFPR.

Em razão da necessidade de adequações dos objetivos da Propriedade Intelectual no âmbito da Inovação Tecnológica, alguns ajustes técnicos e legais foram necessários, como por exemplo, a definição dos ramos da propriedade intelectual que atendem o proposto.

A Coordenação de Propriedade Intelectual, dentro da estratégia de disseminação da cultura de PI, participa, cria e executa vários eventos durante o ano.

1.8.3 Coordenação de Transferência de Tecnologia

A Coordenação de Transferência de Tecnologia é oriunda da extinta unidade Portal de Relacionamentos UFPR.

Sua principal atribuição é permitir que o conhecimento gerado na UFPR possa ser transferido para sociedade, com o objetivo de alcançar a inovação e os benefícios sociais e econômicos que ela poderá oferecer.

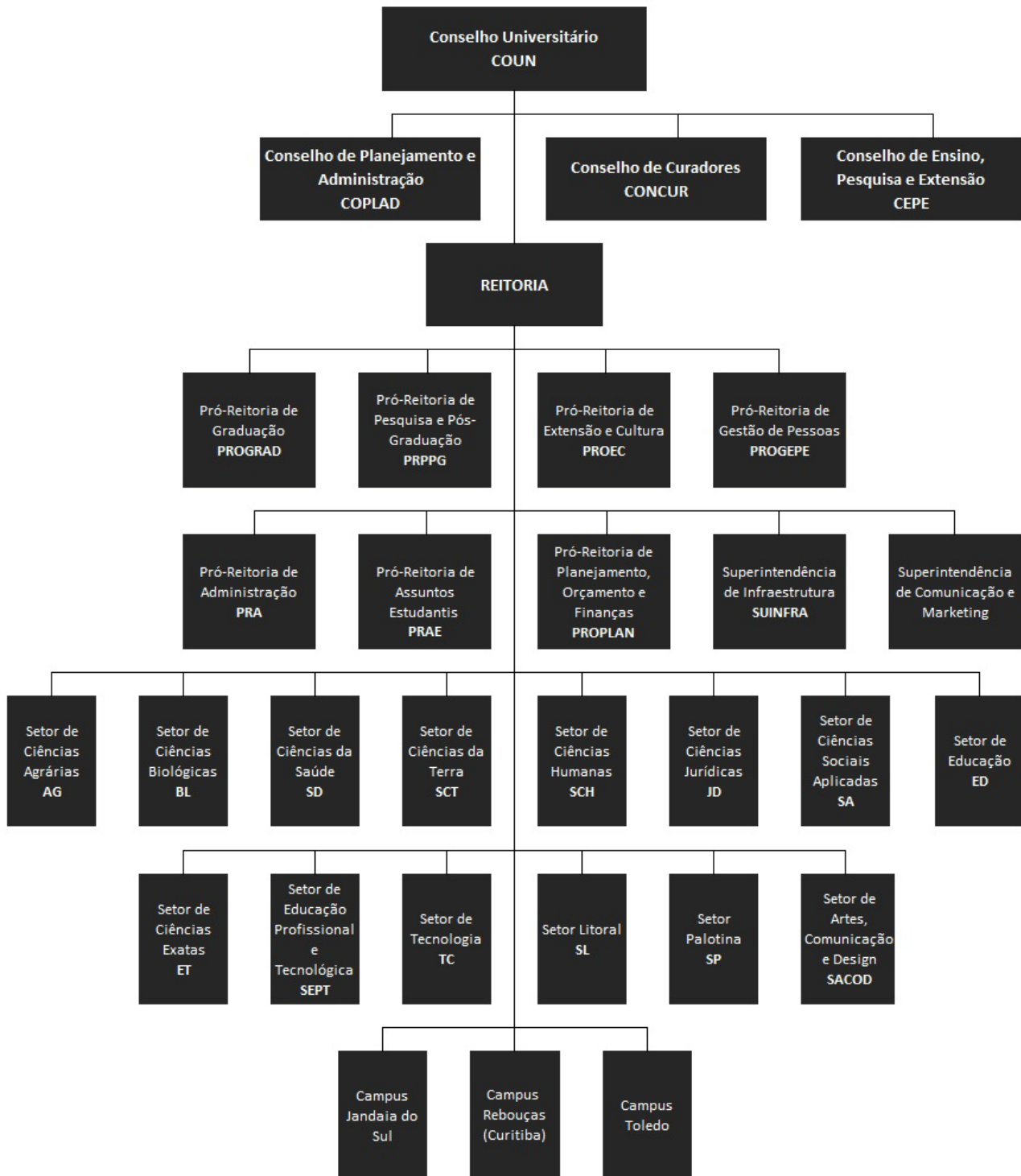
No âmbito de elaboração de contratos, também apoia a Coordenação de Propriedade Intelectual com a condução dos Contratos que tratam a matéria (acordos prévios, MTA, cláusulas específicas e reconhecimento de direitos).

2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

2.1 Organização administrativa

O organograma funcional apresenta descrição sucinta dos níveis estratégicos e táticos da estrutura organizacional da Universidade Federal do Paraná.

Figura 10: Organograma funcional da UFPR



Fonte: CPI/PROPLAN

O organograma da UFPR apresentado na Figura 10 reflete a situação atual, quando da elaboração deste PDI, mas um dos objetivos estratégicos é exatamente a revisão desse organograma e da estrutura burocrático-administrativa da instituição, de forma a que esta seja adequada às atuais demandas de eficiência e eficácia administrativa, sem prejuízo de seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão.

2.1.1 Órgãos colegiados: atribuições, competências e composição

Integram a organização administrativa da UFPR os seguintes órgãos colegiados:

- Conselho Universitário (COUN);
- Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD);
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE); e
- Conselho de Curadores (CONCUR).

Apresenta-se a seguir as atribuições dos Conselhos:

2.1.1.1 Conselho Universitário

Definição

O Conselho Universitário, resultante da reunião dos membros do Conselho de Planejamento e Administração com os do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, será presidido pelo Reitor e funcionará como órgão máximo deliberativo para traçar a política universitária e como instância recursal.

Atribuições

São as seguintes as atribuições do Conselho Universitário:

- I- Exercer jurisdição superior e traçar a política geral da Universidade;
- II- Aprovar o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade e suas modificações;
- III- Elaborar o seu próprio regimento;
- IV- Julgar os recursos interpostos das decisões do Reitor, bem como das deliberações e das demais decisões dos Conselhos de Planejamento e Administração e de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- V- Propor ao Governo Federal, em parecer fundamentado, a destituição do diretor ou vice-diretor de unidade universitária, no caso de ser solicitado pelo conselho setorial;
- VI- Propor ao Governo Federal, com parecer fundamentado a destituição do Reitor ou Vice-Reitor;
- VII- Deliberar, após inquérito administrativo, sobre a intervenção em qualquer unidade Universitária;
- VIII- Deliberar sobre a suspensão temporária, total ou parcial do funcionamento da Universidade;

- IX- Outorgar títulos de Doutor e Professor *Honoris Causa* e de Professor Emérito;
- X- Criar, transformar e suprimir cursos de Graduação ou Pós-Graduação;
- XI- Decidir sobre os casos omissos deste Estatuto e do Regimento Geral; e
- XII- Deliberar sobre os vetos apostos pelo Reitor às decisões do Conselho de Planejamento e Administração, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e de suas próprias e às deliberações ou atos de quaisquer órgãos colegiados da Universidade.

Composição

Compõem o Conselho Universitário os membros do Conselho de Planejamento e Administração e os do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, nos termos do art. 22 do Estatuto da UFPR.

2.1.1.2 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Definição

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é órgão superior, normativo, deliberativo e consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão.

Atribuições

Como atribuições do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão figuram:

- I- Elaborar seu regimento;
- II- Integrar o Conselho Universitário;
- III- Estabelecer e deliberar sobre políticas gerais de ensino, pesquisa e extensão da UFPR;
- IV- Fixar normas gerais complementares as do Estatuto e do Regimento Geral sobre:
 - a) Testes seletivos para ingresso na UFPR;
 - b) Currículos e programas;
 - c) Normas básicas de controle e registro da atividade acadêmica;
 - d) Cursos de graduação, pós-graduação e extensão;
 - e) Concursos e provas de seleção para cargos e funções de magistério; e
 - f) Política de pessoal docente.
- V- Fixar normas para o Programa Institucional de Bolsas;
- VI- Emitir parecer sobre a criação, transformação ou extinção de departamentos e lotação dos respectivos docentes ressalvados as competências do COPLAD;
- VII- Emitir parecer sobre a criação, transformação e suspensão de curso de Graduação e Pós-Graduação;
- VIII- Opinar em matéria de sua atribuição, nos casos em que for solicitado por qualquer órgão da administração superior da Universidade ou por decisão da plenária deste Conselho;
- IX- Julgar os recursos em matéria de ensino, pesquisa e extensão;

- X- Fixar anualmente o calendário escolar; e revalidar diplomas e certificados concedidos por Universidades estrangeiras;
- XI- Fixar anualmente o calendário escolar; e
- XII- Revalidar diplomas e certificados concedidos por Universidades estrangeiras, salvo nos casos previstos em legislação específica.

Composição

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é integrado pelos seguintes membros, conforme o art. 19 do Estatuto da UFPR:

- a) Reitor, seu presidente;
- b) Vice-Reitor, seu vice-presidente;
- c) Um representante docente e respectivo suplente de cada setor, eleitos pelos professores em exercício do setor, em eleições diretas, livres e secretas, por um período de dois anos, permitida uma recondução;
- d) Um representante dos servidores técnico-administrativo e respectivo suplente, eleitos por seus pares em eleições diretas, livres e secretas, por um período de dois anos, permitida uma recondução;
- e) Um representante dos coordenadores dos cursos de Graduação e profissionalizante e respectivo suplente, eleitos por seus pares por um período de um ano, permitida uma recondução;
- f) Um representante dos coordenadores dos cursos de Pós-Graduação “*Stricto sensu*” e respectivo suplente, eleitos por seus pares por um período de um ano, permitida uma recondução;
- g) Representantes do corpo docente na proporção de um quinto do total de membros docentes, desprezada a fração, e seus respectivos suplentes, com mandato anual, permitida uma recondução, observado o disposto no Estatuto da UFPR; e
- h) Dois representantes da comunidade e seus respectivos suplentes, eleitos na forma do art. 16, inciso V do Estatuto da UFPR.
- i) Um representante dos servidores docentes aposentados pela UFPR com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 1º A escolha dos representantes previstos na alínea “d” será realizada na mesma data e em chapa vinculada à chapa dos representantes dos representantes dos servidores técnico-administrativos para o COPLAD.

§ 2º Dentre os representantes previstos na alínea “g”, um docente e respectivo suplente deverá pertencer a um curso de Pós-Graduação *Stricto sensu*, escolhido por seus pares.

§ 3º As Pró-Reitorias de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e Cultura participam do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com direito a voz.

2.1.1.3 Conselho de Planejamento e Administração

Definição

O Conselho de Planejamento e Administração, órgão superior deliberativo, normativo e consultivo em matéria de administração e de gestão econômico-financeira, é responsável pela formulação de políticas nas áreas administrativa, patrimonial, de recursos humanos e financeiros.

Atribuições

- I- Discutir e propor políticas nas áreas administrativa, patrimonial, financeira e de recursos humanos;
- II- Aprovar os quadros do pessoal docente e técnico-administrativo;
- III- Aprovar o regimento da Reitoria, dos setores, dos órgãos suplementares e o seu próprio, bem como suas alterações;
- IV- Fixar normas gerais complementares às do Estatuto e do Regimento Geral em matéria que lhe for afeta, ressalvando a competência do Conselho Universitário;
- V- Julgar os recursos em matéria de sua competência, bem como os de decisões das suas câmaras;
- VI- Homologar a mudança de sede de docentes e técnico-administrativos de outra Instituição pública federal de ensino superior para a Universidade, ou desta para aquela;
- VII- Deliberar sobre convênios, acordos, ajustes e contratos a serem firmados pela Administração com órgãos do poder público ou entidades de caráter privado que envolvam pagamentos superiores a um valor anualmente estipulado pelo próprio Conselho;
- VIII- Deliberar sobre propostas de criação, modificação e extinção de órgãos administrativos;
- IX- Aprovar a alienação de bens móveis e imóveis da Universidade;
- X- Deliberar sobre medidas preventivas e corretivas de atos que envolvam indisciplina coletiva no âmbito da Universidade;
- XI- Aprovar, acompanhar e avaliar o plano anual e plurianual da Universidade, no âmbito de sua competência;
- XII- Aprovar a aceitação de legados, doativos, doações e heranças sob condição ou encargo;
- XIII- Emitir parecer e fixar normas em matéria de sua atribuição;
- XIV- Homologar as eleições para compor o Conselho de Curadores previstas no Estatuto;
- XV- Aprovar, acompanhar e avaliar a proposta orçamentária global e o orçamento da Universidade, ressalvadas as competências do Conselho de Curadores;
- XVI- Aprovar taxas, contribuições e emolumentos cobrados pela Universidade;
- XVII- Homologar a prestação de contas do exercício previamente aprovada pelo Conselho de Curadores; e

XVIII- Homologar os resultados das eleições de representantes docentes e técnico-administrativos.

Composição

O Conselho de Planejamento e Administração é formado pelos seguintes membros:

- I- Reitor, seu presidente;
- II- Vice-Reitor, vice-presidente;
- III- Diretores dos setores;
- IV- Dois representantes de cada classe docente da carreira do magistério superior e dois representantes do magistério de segundo grau da Universidade Federal do Paraná, eleitos na forma regimental;
- V- Quatro representantes do corpo discente com mandato anual, permitida uma recondução, observado o disposto no art. 63 do Estatuto;
- VI- Três representantes dos servidores técnico-administrativos com mandato de dois anos; e
- VII- Dois representantes da comunidade, com mandato anual, escolhidos pelo Conselho Universitário dentre os indicados pelas entidades que representam, um deles recrutado entre as classes produtoras.

§1º O ex-Reitor que, no último período, tenha exercido pelo menos metade de seu mandato, os Pró-Reitores de Administração, de Planejamento, Orçamento e Finanças e de Recursos Humanos, os Diretores do Hospital de Clínicas e da Escola Técnica participam do Conselho de Planejamento e Administração apenas com direito a voz.

§2º Os representantes mencionados no inciso IV e seus suplentes, serão escolhidos para mandato de dois anos pelos docentes da classe respectiva, em eleições convocadas pelo Reitor.

§3º Os representantes mencionados no inciso VI e seus suplentes serão escolhidos cada qual pelos membros de seus respectivos segmentos de servidores técnico-administrativos em exercício e de servidores técnico-administrativos aposentados pela UFPR, em eleição convocada pelo Reitor.

§4º Os representantes referidos nos incisos V e VII terão suplentes escolhidos da mesma forma que os titulares.

2.1.1.4 Conselho de Curadores

Definição

O Conselho de Curadores é órgão destinado a exercer a fiscalização econômico-financeira da Universidade.

Atribuições

- I- Examinar a contabilidade, os balancetes mensais e a documentação respectiva da Universidade;
- II- Exarar parecer sobre a prestação de contas do Reitor, dos diretores e demais ordenadores

- de despesas;
- III- Opinar sobre a aceitação de doações e legados que criem encargos financeiros para a Universidade;
 - IV- Apreciar quaisquer outros assuntos que digam respeito à fiscalização econômico-financeira; e
 - V- Elaborar seu regimento.

Composição

O Conselho de Curadores compõe-se de:

- I- Cinco representantes da classe de professor titular e respectivos suplentes, eleitos pela comunidade docente para mandato de dois anos, sendo o resultado das eleições homologado pelo Conselho de Planejamento e Administração;
- II- Um representante do Ministério da Educação, indicado pelo Ministro de Estado;
- III- Representantes do corpo discente na proporção de um quinto do total de membros, desprezada a fração, com mandato anual, permitida uma recondução, observando o disposto no art. 63 do Estatuto; e
- IV- Um representante da comunidade, escolhido na forma do art. 16, inciso VII, do Estatuto.

Cabe ao Conselho de Curadores, por decisão plenária, eleger o seu Presidente, e Vice-Presidente, com mandato de um ano.

2.1.2 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

2.1.2.1 FUNPAR

A Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura – FUNPAR é uma Instituição de apoio à UFPR, criada em 1980 e que tem, dentre seus objetivos o de promover e apoiar a execução de programas e eventos de ensino, de pesquisa, de extensão, de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de assistência social e de saúde, atividades culturais, de caráter social, de filantropia e de proteção ambiental, de acordo com as políticas estabelecidas pelos Conselhos Superiores da Universidade Federal do Paraná.

Em suas atividades de apoio à UFPR, destacam-se a gestão de cerca de 700 projetos/ano nas mais diversas áreas do conhecimento e, também, as ações junto aos três hospitais escola: Hospital de Clínicas e Maternidade Victor Ferreira do Amaral, pertencentes à UFPR e atualmente formando o CHC, e Hospital do Trabalhador em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.

2.1.2.2 Complexo Hospital de Clínicas (CHC)

A contratualização com a EBSEERH garantiu a manutenção do CHC como entidade assistencial com identidade universitária e administrado de forma a:

- Promover a integração entre as atividades acadêmicas e sua estrutura organizacional do Hospital de Clínicas, procurando conciliar os interesses docentes, discentes, assistenciais e de pesquisa, para desenvolver ações conjuntas que reflitam positivamente na formação de recursos humanos na área da saúde;
- Estabelecer ações de intercâmbio técnico, científico e administrativo com os diversos setores da UFPR, visando troca de experiências e soluções conjuntas para problemas comuns; e
- Incentivar a atividade de pesquisa, desenvolvendo ações que possibilitem aos pesquisadores, maiores facilidades de acesso a recursos e maior proximidade com os órgãos financiadores de pesquisa, pois é a única atividade que poderá nortear, com segurança, o crescimento científico, acadêmico e assistencial da Instituição.

2.1.2.3 FUPEF

A FUPEF tem por finalidade estatutária o desenvolvimento e o aprimoramento das ciências florestais, incluindo-se aí também a ciência e tecnologia, do meio ambiente e biodiversidade, promovendo a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e também o apoio sistemático ao desenvolvimento da atividade florestal, especificamente nas áreas de Conservação da Natureza, Economia Florestal, Manejo Florestal, Silvicultura, Tecnologia e Utilização de Produtos Florestais.

A FUPEF apoia projetos de ensino, pesquisa, extensão ou desenvolvimento institucional, e de inovação tecnológica, atuando na execução administrativa e financeira dos recursos dos projetos, sejam públicos ou privados, por meio de convênio ou outro instrumento formalizador, junto a Universidade Federal do Paraná. Essa relação é amparada pela Lei nº 8.958/94, regulamentada pelo Decreto nº 7.423/2010 e pela Resolução nº 17/11-COPLAD/UFPR.

Como fundação privada, sem fins lucrativos, presta serviços dentro de sua área de atuação, e atua também como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), nos termos da Lei nº 12.243/2016.

2.1.3 Sistema de Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (SiBi/UFPR) é órgão suplementar ligado diretamente ao Gabinete do Reitor, sendo composto por 20 bibliotecas distribuídas em diferentes áreas geográficas no estado do Paraná (Curitiba, Palotina, Jandaia do Sul, Toledo, Pontal do Paraná e Matinhos).

O SiBi/UFPR tem como missão ofertar à comunidade universitária, e também para a comunidade em geral, controle e acesso adequados a informações em Ciência e Tecnologia, reconhecidos como essenciais para as atividades universitárias, de cunho acadêmico e administrativo, e para o pleno exercício da cidadania, mediante o fortalecimento do compromisso dos servidores com o SiBi/UFPR, a UFPR e os usuários.

Para o seu efetivo funcionamento, o SiBi/UFPR possui as seguintes diretrizes: a) Democratização do acesso à informação disponível na UFPR; b) Respeito ao princípio do controle bibliográfico universal; c) Atendimento à comunidade da UFPR e à comunidade em geral; d) Maximização no emprego dos recursos disponíveis na UFPR, inclusive mediante acompanhamento e uso de novas tecnologias da informação; e) Ampliação dos canais de comunicação interna do SiBi/UFPR e entre o SiBi/UFPR e a comunidade usuária; f) Participação efetiva na elevação contínua da qualidade das atividades acadêmicas e administrativas da UFPR; g) Otimização da utilização, pelos usuários, dos recursos informacionais disponibilizados pelo SiBi/UFPR; h) Manutenção, preservação, disponibilização e acesso do conteúdo técnico-científico gerado na UFPR.

2.1.4 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas

Atualmente a legislação brasileira regulamenta as parcerias que envolvem instituições públicas através dos seguintes instrumentos: Convênios, Contratos e Cooperações Técnicas.

Universidade Federal do Paraná procurando estreitar os laços com a comunidade, busca efetivar parcerias nas mais variadas áreas. Através dos instrumentos legais permitidos a UFPR estabelece parcerias com representantes de todos os segmentos da sociedade, sejam eles privados ou instituições governamentais nas esferas municipal, estadual e federal, além de relacionar-se também através de Cooperações com parceiros internacionais. Cabe observar que a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Paraná – FUNPAR e a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná – FUPF Paraná, assumem papel relevante nessas parcerias.

2.1.5 Superintendência de Infraestrutura (SUINFRA)

A Superintendência de Infraestrutura (SUINFRA) tem como objetivo zelar pela infraestrutura da Universidade Federal do Paraná, construindo e conservando seu patrimônio.

Como principais atividades, é da sua competência:

- Desenvolver estudos e projetos de prédios e infraestrutura dentro da Universidade;
- Controlar obras e serviços de engenharia;
- Manter o controle e registro de documentos referentes ao espaço físico da Universidade;
- Gerenciar o estacionamento dentro do campus;
- Fiscalizar reformas, adaptações e demais obras que envolvam a infraestrutura da Universidade.

Sua atuação é pautada pelo Plano Diretor da UFPR, contendo as Diretrizes para Ocupação dos Espaços da UFPR, aprovado pela Resolução nº50/2009 – COPLAD e que tem sua Impressão mais recente em janeiro de 2011.

Esse Plano Diretor tem como políticas

- Garantir o interesse maior da Universidade frente ao atendimento a necessidades pontuais de outro setor/departamento;
- Buscar a diversidade de usos e garantir a presença de alunos e atividades de ensino de graduação no maior número possível dos espaços e edifícios ocupados pela UFPR;
- Otimizar espaços livres e construídos da Universidade em todos os campi organizando fluxos e demandas por área;

- Permitir a integração das atividades precípua da Universidade entre si e com a comunidade, servindo-se de idéias que valorizem o compartilhamento e a permeabilidade;
- Remanejar atividades e funções de modo a permitir que todas as atividades - ensino, pesquisa, extensão e administração – sejam exercidas com condições de trabalho adequadas;
- Valorizar as atividades de integração da comunidade universitária com a arte e o esporte;
- Dar visibilidade ao conhecimento gerado em locais específicos como museus e espaços culturais;
- Agregar atividades com grau de complexidade semelhante de maneira a otimizar as redes de infra-estrutura;
- Privilegiar a verticalização nas novas construções, adequando à necessidade de garantir a acessibilidade universal, a otimização do uso do solo. Na verticalização, procurar atender salas de aula e outras de uso intensivo nos primeiros pisos e sequencialmente: laboratórios (quando houver e quando possível), atividades administrativas e gabinetes de professores;
- Desenvolver, sempre que possível, projetos que permitam atividades de diferentes funções de maneira a garantir o uso intensivo do edifício e uma distribuição de fluxos com vistas à maximização do uso da infra-estrutura instalada e dos recursos investidos;
- Valorizar os espaços livres com a criação de áreas de convivência e de integração acadêmica;
- Estabelecer um código de posturas para as novas edificações e adequar, quando possível, as edificações existentes a essas normativas de maneira a facilitar a manutenção e minimizar custos.
- Organizar o fluxo de veículos com um sistema viário completo atendendo as diferentes hierarquias de tráfego, entre elas o transporte cicloviário e as vias de pedestres;
- Prever novas áreas de estacionamento quer seja em espaços adequados ainda livres e possíveis de uso para essa atividade, quer seja pela previsão de áreas para a instalação de edifícios garagem com gerenciamento a ser desenvolvido pela administração;
- Definir padrão para projetos arquitetônicos a serem utilizados quando de propostas de ampliação.
- Garantir que as atividades de pesquisa sejam realizadas em edifícios especialmente projetados para esse fim denominados condomínios de laboratórios

2.1.6 Organização e gestão de pessoal

2.1.6.1 Corpo docente – composição, políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

O corpo docente efetivo da UFPR compõe-se hoje de 97 % de Mestres e Doutores, sendo 83 % de Doutores. O incremento na qualificação geral do quadro docente surge de uma política inequívoca levada na Instituição onde o apreço à formação continuada e a valorização da titulação são valores presentes no processo.

Em 2016:

Tabela 6: Titulação do corpo docente

Titulação	Qtde	%
Graduação	15	1
Especialização	42	2
Mestre	348	14
Doutor	2.023	83
Total	2.428	100

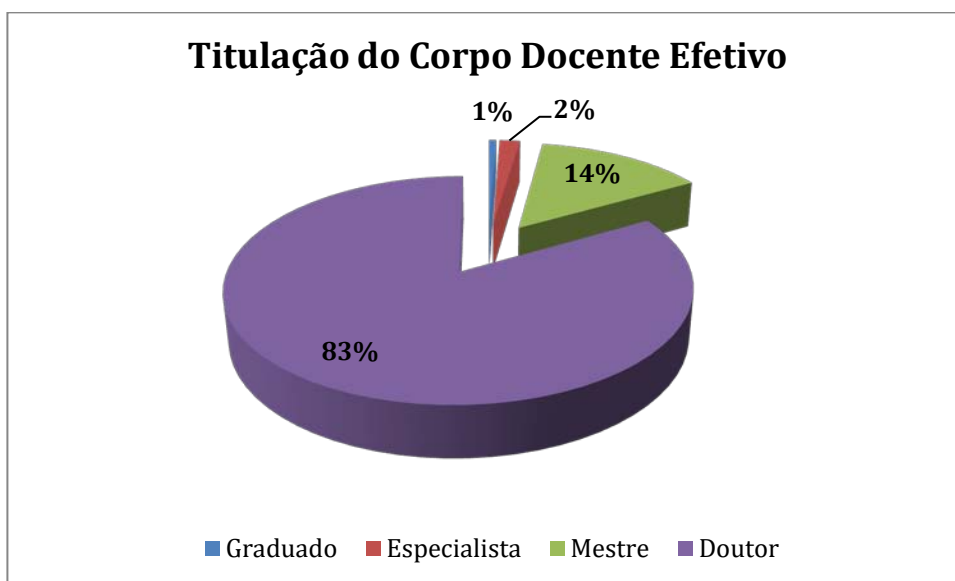


Figura 11: Titulação do corpo docente efetivo

O regime de trabalho docente nas IFES é normalizado por lei, possuindo três modalidades (20 h/s; 40 h/s; DE), apresentando-se os quantitativos a seguir:

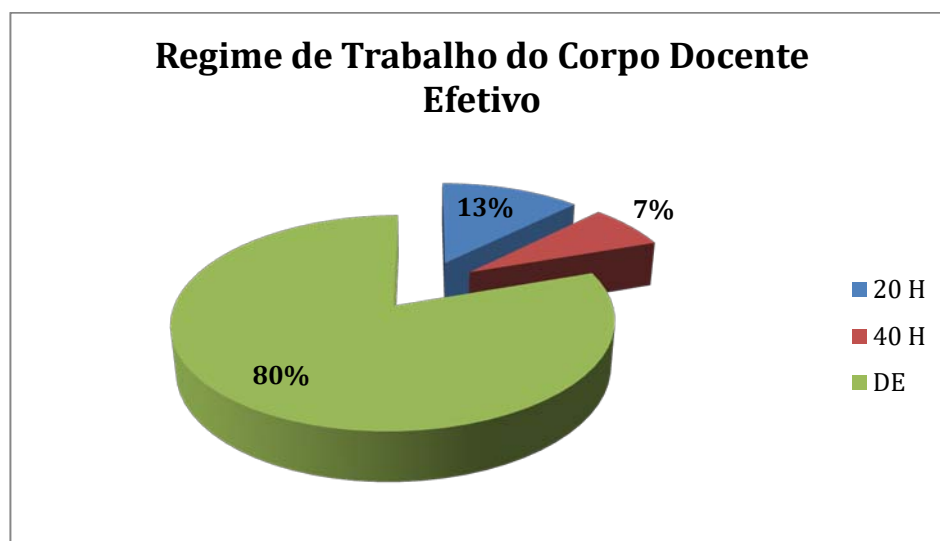


Figura 12: Proporção do regime de trabalho do corpo docente efetivo

Tabela 7: Distribuição do regime de trabalho do corpo docente efetivo

Regime	Qtde	%
40 H	174	7
DE	1.950	80
Total	2.428	100

O plano de carreira é fixado por lei em todas as IFES. Na admissão na carreira, também, o processo é normalizado por lei, na forma de concurso público de provas e títulos para qualquer Instituição pública, podendo variar um pouco nos critérios específicos. De uma forma geral as provas são: escrita (demonstração de conhecimento); didática (habilidade de transmitir conhecimento); títulos (histórico de trabalho e estudos na área do concurso), defesa da produção intelectual e, se for o caso,

prova prática (demonstração de habilidade manual e técnica na área de conhecimento). No caso da contratação de profissionais temporários o teste é simplificado, constituindo-se da avaliação dos títulos e prova didática, podendo ou não haver as outras provas.

Mantendo em mente a qualificação do quadro docente e a eliminação da necessidade de qualificação futura, esta IFES tem como praxis o estímulo à exigência de titulação mínima de doutor e o regime de trabalho de Dedicção Exclusiva para os concursos realizados, excetuando-se casos devidamente justificados.

2.1.7 Cronograma e plano de expansão do corpo docente, com titulação e regime de trabalho, detalhando perfil existente e pretendido para o período de vigência do PDI

Com relação a planos de expansão do corpo docente, esta IFES, bem como todas as demais IFES, tem as mãos atadas à política de recursos humanos do governo federal quanto à autorização para a realização de novos concursos e, por conseguinte novas contratações. A aplicação do Modelo de Alocação de vagas previsto na resolução 07/2005 do Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD) da UFPR pressupõe uma necessidade de 2400 docentes ministrando 8 horas aula/semana para que haja 100 % de efetividade didática dentro da sala de aula e / ou laboratório, considerando-se as especificidades dos diferentes cursos e dos tipos de aulas, a saber: as aulas teóricas, que implicam um maior número de alunos e as aulas práticas, que se caracterizam pelo atendimento personalizado ou em pequenas equipes, (além de aspectos éticos de determinadas profissões, bem como riscos de contaminação, incêndio, explosão, intoxicação, etc.). Cabe observar que a alteração de número de ingressantes, de tamanho das turmas ou a criação de novas ofertas de cursos pode alterar esse quantitativo de forma expressiva. Assim, observa-se um equilíbrio entre a necessidade e a situação atual.

2.1.8 Corpo técnico/administrativo – estruturação, políticas de qualificação, plano de carreira e/ou cargos e salários e cronograma de expansão

O quadro de pessoal da Universidade é composto de 3.715 técnico-administrativos ativos, sendo que 1.795 destes prestam serviços no Hospital de Clínicas.

A partir de dezembro de 2005 com a sanção da Lei 11091/05, os servidores da UFPR tiveram a possibilidade de optar por uma reestruturação da sua carreira instituída pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

O plano de carreira está estruturado em 05 Níveis de Classificação – A, B, C, D e E; 4 Níveis de Capacitação – I, II, III e IV; e 39 padrões de vencimento básico, justapostos com intervalo de 1 padrão entre os níveis de capacitação e 2 entre os níveis de classificação.

O referido Plano tem estabelecido em seu bojo três grandes programas: Programa de Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, Programa de Avaliação de Desempenho e Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento.

O Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento dos Técnico-Administrativos é um dos instrumentos

estratégicos da Instituição para o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus servidores, capacitando-os em consonância com as metas institucionais e possibilitando a ascensão nos diversos níveis da carreira.

A elaboração e implantação do Programa de Avaliação de Desempenho visam garantir um modelo gerencial que permita mensurar os resultados obtidos pelo servidor ou pela equipe de trabalho, mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, previamente pactuadas com a equipe de trabalho, considerando o padrão de qualidade de atendimento ao usuário definido pela Universidade, com a finalidade de subsidiar a política de desenvolvimento institucional e do servidor.

A implementação do Programa de Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal Técnico-Administrativo, enquanto instrumento de gestão, propõe um modelo gerencial priorizando os objetivos institucionais como elemento fundamental para definição da política de gestão de pessoas.

Este programa deve analisar os aspectos quantitativos e qualitativos do quadro atual de servidores. Nesta análise é fundamental apontar a necessidade ideal de pessoal nas unidades de trabalho, identificando os desvios de função existentes e a realidade da terceirização de algumas atividades. Somente com dados consistentes será possível desenvolver políticas de remanejamento e, sobretudo de reposição e ampliação do quadro de servidores por meio de concursos públicos.

2.2 Políticas de atendimento aos discentes

2.2.1 Formas de acesso, programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas)

As formas de acesso, além do processo de vestibular, estão descritas no item *1.5.1 Mecanismos para democratizar o acesso*.

Além do apoio pedagógico prestado pelos docentes durante o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas das disciplinas, Programas de Orientação Acadêmica têm sido incluídos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC, com o objetivo de minimizar a evasão e otimizar o aproveitamento acadêmico por meio do acompanhamento da vida acadêmica dos alunos. A Instituição oferece apoio financeiro ao discente de várias formas:

- Programa Institucional de Bolsas em várias modalidades: bolsas extensão, cultura, inovação, monitoria, licenciar, iniciação científica, permanência de caráter social; e
- Investimento de recursos financeiros em ações que resultam em melhorias na qualidade de formação profissional da UFPR.

2.2.2 Estímulos à permanência

A educação, em todos os seus níveis e modalidades, deve ter como princípio a formação integral que encerra como objetivo essencial o desenvolvimento do indivíduo formado por valores éticos, sociais e políticos, tendo em vista a igualdade, a inclusão social e a diversidade, de maneira a preservar a

sua dignidade como pessoa e parte da coletividade. Também deve ter como objetivo o desenvolvimento de ações coletivas e sócias, através dos princípios da solidariedade e da justiça social. As especificidades da formação do sujeito requerem ações práticas que levem ao sucesso acadêmico e o engajamento na comunidade, possibilitando a permanência da comunidade discente, buscando minimizar a evasão escolar. Neste sentido, a UFPR tem incentivado programas e políticas que contemplem essa temática, através de diferentes ações, como: o vestibular em duas fases, o vestibular estendido para alguns cursos, a constituição da CEPIGRAD/PROGRAD, o acompanhamento acadêmico e, sobretudo o estabelecimento de uma política de assistência estudantil estabelecida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE, que gerencia o Programa Nacional de Assistência Estudantis - PNAES.

Prioritariamente, a inclusão e a permanência de estudantes se dão por meio da política de assistência estudantil desenvolvida e aplicada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE.

A PRAE gerencia o programa nacional de assistência estudantil – PNAES, que transfere recursos para a realização da permanência na UFPR por meio de um programa interno denominado de PROBEM – Programa de Benefícios para a manutenção de estudantes com fragilidade econômica. Esse programa se materializa no conjunto dos seguintes auxílios e programas:

- a) Auxílio Permanência – voltadas aos/às estudantes com comprovada fragilidade sócio-econômica, cujo objetivo é proporcionar ao/à estudante as condições de custeio das despesas básicas necessária à manutenção de sua vida acadêmica;
- b) Auxílio à Alimentação – garantindo a gratuidade das refeições nos Restaurantes Universitários da UFPR;
- c) Auxílio à Moradia Estudantil – voltado para estudantes provenientes de outras localidades;
- d) Auxílio Creche – para estudantes com filhos/as matriculados creches privadas , na ausência de vagas em instituições de ensino infantil (0 – 6 anos);
- e) Mobilidade Internacional – para estudantes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica selecionados nos programas de mobilidade internacional;
- f) Programa PROMISSAES – para estudantes estrangeiros do programa PEC – G
- g) Acolhimento Pedagógico – acompanhamento pedagógico com profissionais da área da pedagogia e também por pares, através de programa específico de instrutores;
- h) Acolhimento Psicossocial – acolhimento por assistentes sociais e psicólogos/as. Atendimento individual, plantão psicológico e grupos de discussão;
- i) Apoio a Eventos Estudantis através do apoio logístico e financeiro à realização de eventos de natureza acadêmica, cultural e esportiva na Universidade e à participação

discente em eventos científicos e do movimento estudantil em âmbito municipal, estadual e nacional;

- j) Apoio à prática desportiva por meio de parceria com o CED – Centro de Educação Física e do Desporto;
- k) Apoio a atletas e equipes esportivas.

2.2.3 Organização estudantil (Espaço para participação e convivência estudantil)

A UFPR, por meio da Assessoria às Entidades Estudantis – AAE mantém Programa de Apoio às Entidades Estudantis baseado numa relação de diálogo, respeito e apoio às várias formas de organização estudantil: Diretório Central dos Estudantes - DCE, Diretório Interdisciplinar dos acadêmicos do Litoral – dial, Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos, Empresas Juniores, Casas de Estudantes (CEU, CEUC, LAC, CENIBRA, CELU).

Quanto aos espaços de convivência e participação estudantil, a UFPR não tem medido esforços no sentido de garantir os recursos necessários à manutenção, melhoria e expansão das instalações físicas que facilitem a participação e convivência estudantil.

Relação das Obras mais recentes, na UFPR:

- Reforma CEUC;
- Construção do Novo RU Politécnico, que vai atender 2.800 a 3.000 alunos por dia no Campi do politécnico e Jardim Botânico (em andamento);
- Construção do Centro de Convivência (em andamento);
- Reforma da CEU;
- Reforma do DCE;
- Recuperação das instalações de Centros Acadêmicos;
- Construção de R.U. em Palotina, com capacidade de servir 250 refeições por dia;
- Centro de Eventos Estudantis da UFPR: em fase de captação de recursos financeiros complementares para a construção de Bloco Didático para o Curso de Educação Física, liberando a atual instalação física para Implantação do Centro de Eventos da UFPR, permitindo a realização de eventos estudantis de grande porte.

2.2.4 Acompanhamento dos egressos

A Universidade Federal do Paraná dentro de suas políticas afirmativas de ocupação de vagas ociosas e sua responsabilidade social vem construindo gradualmente mecanismos de acompanhamento dos egressos. Entre as ações decorrentes dessa política, pode ser elencada a Associação dos Ex-Alunos da UFPR como um ponto de partida do acompanhamento do egresso. Também se destaca a iniciativa de alguns cursos de Graduação e Pós-Graduação (*lato e Stricto sensu*) que fazem este acompanhamento para retroalimentar o processo de mudança curricular e avaliação dos cursos.

3 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

3.1 Projeto Pedagógico Institucional - PPI

Em uma Universidade do porte e complexidade da UFPR compreende-se que os campos de conhecimento dos cursos - ofertados por departamentos que compõem os diferentes setores em Curitiba ou diretamente por setores ou campus originado dos processos de expansão - possuem suas especificidades, sua historicidade e domínios. Entretanto, alguns princípios pedagógicos parecem perpassar os diferentes cursos e é por entender-se que a função precípua de um Projeto Pedagógico Institucional é explicitar os princípios que o pautaram, tendo em vista orientar a elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos ofertados na UFPR, é que os seguintes princípios são enunciados:

- O protagonismo dos estudantes é condição necessária à sua aprendizagem, desenvolvimento e compreensão conceitual;
- A conectividade entre pessoas alterou a natureza dos tempos e espaços sociais demandando práticas educativas que incorporem novas tecnologias;
- As práticas multi e interdisciplinares na produção da ciência contemporânea apontam para a legitimidade das organizações curriculares que superam as rígidas demarcações disciplinares;
- A valorização da interculturalidade na produção dos conhecimentos é condição necessária para a superação de hierarquias entre saberes disciplinares;
- O ensino superior deve ser compreendido com parte integrante e indissociável de um sistema educacional, de tal modo que seus parâmetros pedagógicos não podem ser concebidos de modo isolado e indiferente às condições das demais etapas da formação escolar;
- A produção e a avaliação das práticas educativas podem – e é desejáveis que assim sejam – compartilhada entre docentes, entre docentes e discentes e entre discentes;
- As práticas avaliativas oportunizam, acompanham e revelam as diferentes formas de aprendizagem do conhecimento acadêmico.

Com base nestes princípios, a seguir são elencadas as atitudes referenciais que devem orientar as relações de ensino-aprendizagem na UFPR e, por isso, devem ser progressivamente incorporadas aos projetos pedagógicos dos seus cursos de graduação:

1. Incentivar ações pedagógicas baseadas em metodologias que mobilizem o potencial criativo e crítico dos estudantes e seus professores. O ensino pode se realizar apenas por meio da abordagem temática e explicação oral de um conteúdo, mas a aprendizagem para o desenvolvimento conceitual dos saberes acadêmicos precisa apoiar-se nas experiências

e relações compartilhadas, nos problemas e desafios criados e nas ações realizadas.

2. Valorizar a contínua interação entre teoria e prática. Numa sociedade mediada por tecnologias cada vez mais complexas, a dialética entre teoria e prática modificou a forma de buscar as informações e de produzir conhecimentos. O acesso livre a bases de conhecimento tem contribuído para que discentes e docentes, individual ou coletivamente, se insiram como sujeitos autônomos nos processos de aprendizagem e de produção do conhecimento.
3. Valorizar práticas docentes compartilhadas que, por meio da integração entre disciplinas, integram campos de saberes de referência no processo de formação teórico-prática dos estudantes. A Universidade possui por natureza uma vocação interdisciplinar: convivem no mesmo espaço uma pluralidade de ideias e concepções, porém, no caso da UFPR, a estrutura organizacional por setores, departamentos e cursos pode ser um fator limitador para as tentativas inovadoras de superação das rígidas demarcações disciplinares. O diálogo entre todas essas instâncias por meio da oferta de disciplinas capazes de integrar estudantes de diferentes cursos, setores e campus, pode ser uma forma de potencializar a interdisciplinaridade e buscar a flexibilização dos componentes curriculares. Ao mesmo tempo, práticas como a docência compartilhada podem ser aliadas do exercício efetivo do que é ser “Universidade”.
4. Inserir progressivamente recursos avançados de tecnologias da informação e comunicação, preferencialmente no formato de práticas de EaD (educação a distância), na educação presencial tendo em vista tanto a flexibilização curricular quanto o desenvolvimento de uma cultura digital. O necessário desenvolvimento de uma cultura digital ao longo do processo de aprendizagem na educação superior exige que a tecnologia seja incorporada à vida do estudante da mesma forma como todas as outras dimensões da sua vida o acompanham durante a sua experiência na Universidade. Nesse sentido, é imperativo que os cursos busquem estratégias que permitam a capacitação profissional de seus docentes na utilização de diferentes recursos tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem.
5. Identificar a interculturalidade como um processo multidimensional que deve integrar todas as etapas do desenvolvimento acadêmico dos estudantes. A formação dos alunos não pode ser pensada como uma atividade apenas intelectual. É um processo complexo, no qual conhecer e intervir no real encontram-se intimamente relacionados. Ao desenvolver uma atividade complexa, o aluno está, ao mesmo tempo, se apropriando de um determinado objeto de conhecimento cultural e se formando como sujeito cultural. Torna-se, assim, imperativo diferenciar os alunos, considerar seus modos de viver, suas experiências prévias, sua história de vida, vinculando-os do contexto sócio histórico que os formou.

6. Inserir os percursos formativos de cada curso em projetos formativos mais amplos válidos para toda a Universidade e reivindicados pela sociedade. Os currículos não devem ser construídos apenas sob as perspectivas dos seus agentes mais imediatos, a saber, professores e estudantes. Ele deve se abrir a políticas institucionais mais amplas, a fim de integrar diferentes perspectivas formativas e abarcar aquelas demandadas pelos diversos agentes sociais. A Universidade deve se abrir à sociedade, conferindo valor formativo à interação com os seus diversos segmentos. No caso particular dos cursos de formação de professores, a interação com a escola de educação básica deve ser priorizada e diversificada, a ponto de se converter num elemento formativo estruturante dos currículos dos cursos.
7. Promover práticas avaliativas processuais que oportunizem acompanhar e revelar as diferentes formas de aprendizagem do conhecimento acadêmico. As diferentes formas e instrumentos de avaliação utilizadas pelo professor para avaliar as aprendizagens dos estudantes deve dar mais ênfase à análise do processo de produção do conhecimento pelo aluno, registrando de forma processual as diferentes etapas e características da construção e elaboração crítica do conhecimento e menos à detecção daquilo que o estudante ainda não aprendeu, buscando valorizar aspectos do conhecimento que o estudante demonstra estar a meio caminho de aprender.
8. Proporcionar oportunidades de integralização curricular diferenciadas, por meio da participação em programas institucionais e atividades fundamentais de pesquisa e extensão. A inserção social da Universidade está assentada no tripé representado pelo Ensino, Pesquisa e Extensão, formato indissociável e que precisa ser considerado nas formas de integralização curricular. Os programas de iniciação à pesquisa, como PIBIC, podem ser tratados como atividades formativas, valorizando o caminho da pesquisa na formação de jovens pesquisadores. A participação em atividades de extensão, como as empresas juniores, programas/projetos de extensão de atenção à comunidade como os que têm sido desenvolvidos pela área da saúde, são exemplos de atividades que devem ser valorizar na integralização curricular dos cursos.
9. Revisar permanentemente a manutenção de pré-requisitos curriculares. A presença de pré-requisitos compromete a flexibilidade, impõe a linearidade e dificulta uma trajetória formativa ajustada às possibilidades e às expectativas do estudante. A decisão por pré-requisitos precisa ser precedida de uma profunda reflexão de caráter epistemológico, cognitivo e pedagógico, e, quando for impositiva a sua manutenção ou adoção, deve estar associada a um programa de orientação e acompanhamento acadêmicos que permita corrigir os seus eventuais efeitos sobre o crescimento dos indicadores de desperiodização e retenção dos estudantes no curso.
10. Proporcionar a participação em programas mobilidade acadêmica. As Universidades têm encontrado na mobilidade acadêmica nacional e internacional uma forma poderosa para o

enriquecimento das capacidades científicas, profissionais e interculturais dos estudantes, convertendo essas iniciativas em uma forma de integralização curricular, tanto na graduação quanto na pós-graduação. A mobilidade inter e intra institucionais, presencial ou a distância, deve ser encarada como uma possibilidade real de enriquecimento cultural e teórico dos percursos formativos, por meio da oferta de disciplinas comuns ou módulos que integrem disciplinas, que atendam às necessidades de diferentes cursos, inclusive em outras línguas. Dessa forma, os projetos pedagógicos de curso podem considerar diferentes trajetórias formativas para a integralização curricular, desde que respeitadas as respectivas diretrizes curriculares.

11. Instituir o estágio como um processo de reflexão progressiva sobre a prática profissional, preparatório para o exercício qualificado no mundo do trabalho. A construção de um profissional, cidadão, comprometido com a ética e dignidade humana passa pelas atividades práticas, cujo *locus* privilegiado é o estágio. No estágio que, ainda de forma preliminar e orientada, o estudante deve ser desafiado a refletir sobre os saberes e fazeres necessários ao exercício de sua profissão. O acompanhamento direto do orientador professor universitário, no campo de estágio, torna-se, portanto, indispensável. Ele deve favorecer e mediar a reflexão sobre a prática profissional, por meio de uma docência compartilhada com o supervisor do campo de estágio. A formação de uma rede de parcerias, composta por organizações (de diferentes naturezas, públicas, privadas, terceiro setor, etc.) é particularmente relevante para qualificar e diversificar as atividades práticas de estágio, sendo, colateralmente, uma forma de viabilizar o papel ativo e integrado da Universidade no cumprimento da sua missão social. Portanto, as atividades de estágio são de natureza própria e devem ser diferenciadas de atividades correlatas, tais como as atividades formativas complementares e aquelas necessárias à produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
12. Integrar as atividades de ensino à divulgação do conhecimento científico por meio de materiais didáticos e paradidáticos. Como uma instituição dedicada à produção e ao crescimento do conhecimento científico, a Universidade também precisa preocupar-se em tornar público esse conhecimento. A divulgação da sua produção científica no formato de materiais acessíveis ao público não-especializado, sobretudo como material didático, permite a inclusão de descobertas inovadoras no processo de ensino aprendizagem desde os anos iniciais do processo de escolarização. Considerando que a inclusão é um princípio fundamental na UFPR, o desenvolvimento de materiais pedagógicos deve considerar a possibilidade do amplo acesso para todos os públicos, respeitando-se sua diversidade. Isso está relacionado tanto ao seu desenvolvimento quanto à sua disponibilidade. Possibilitar que os materiais pedagógicos produzidos sejam acessíveis em LIBRAS e Braile, bem como em suportes digitais que facilitem e potencializem o compartilhamento do conhecimento é um critério relevante.

3.2 Grupos e áreas de pesquisa

Atualmente, a Instituição contabiliza 555 grupos de pesquisa que congregam docentes, discentes de cursos de pós-graduação e graduação, técnicos e colaboradores de diversas instituições nacionais e do exterior.

Os temas estratégicos que definem os eixos estruturantes da pesquisa definidas neste Plano Institucional de Pesquisa deverão ser apreciadas pelo Comitê Central de Ética em Pesquisa, consoante a Resolução no 04/02-CEPE, e deverão na medida do possível atender às demandas de ações afirmativas e propugnar paradigmas de inclusão social e democratização dos resultados, visando a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Os eixos estruturantes são:

a) **Meio ambiente e sociedade.** A ênfase deste eixo estrutural é a análise da relação sociedade – natureza, a qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável, podendo contemplar: conservação e manejo de recursos naturais; economia, desenvolvimento e uso sustentável dos recursos naturais; mudanças climáticas; riscos e vulnerabilidade socioambiental; desastres naturais e prevenção; saneamento ambiental e recursos hídricos; energia, desenvolvimento e meio ambiente; educação e cultura para o desenvolvimento e conservação; avaliação de impactos e restauração de áreas degradadas; e gestão ambiental do meio físico.

b) **Biodiversidade e biociências.** A ênfase deste eixo estrutural é o conhecimento da diversidade biológica, da química de produtos naturais, e da estrutura e expressão gênicas como fundamentos para a bioprospecção, biotecnologia e conservação da vida.

c) **Materiais manufaturados.** A ênfase deste eixo estrutural é relativa ao processamento de materiais e superfícies, interfaces e filmes finos, incluindo química supramolecular, biomateriais, métodos de preparação e fabricação de materiais.

d) **Nanotecnologia.** A ênfase deste eixo estrutural é o desenvolvimento de materiais, compósitos e dispositivos nanoestruturados bem como a caracterização dos mesmos.

f) **Energias renováveis.** A ênfase deste eixo estrutural é o desenvolvimento de tecnologias com aplicação em energias renováveis convencionais e não convencionais podendo contemplar: análise energética; qualidade da energia; conversão, geração, armazenamento e distribuição de energia; integração arquitetônica, processos para captura de carbono, novas tecnologias para energias renováveis não convencionais.

g) **Sistemas agroalimentares e agronegócios.** A ênfase deste eixo estrutural é a construção de arranjos técnicos científicos e produtivos em sistemas agroindustriais e agroalimentares podendo contemplar: tecnologias para agregação de valor de produtos agropecuários e florestais; geração de emprego e renda; tecnologias sociais; estrutura institucional para o agronegócio; competitividade agroindustrial nos mercados nacional e internacional e modelos de mensuração de resultados e

economias de negócio; agricultura familiar; permacultura e produção orgânica de alimentos.

h) Promoção da saúde humana. A ênfase deste eixo estrutural inclui as tecnologias em saúde; terapêutica aplicada e experimental; novos medicamentos; processos de saúde e doença e qualidade de vida; genética molecular de doenças hereditárias; saúde preventiva; tecnologias assistivas e nutrição humana.

i) Modelagem e simulação computacional. A ênfase deste eixo estrutural é a modelagem matemática e a simulação computacional de sistemas físicos, químicos, biológicos além da simulação de processos tecnológicos e computação científica.

j) Democracia, direitos humanos, diversidade e inclusão social. A ênfase deste eixo estrutural é na Democracia e em sua relação intrínseca com os Direitos Humanos e a definição de políticas voltadas para a inclusão da diversidade e para a diminuição das desigualdades sociais. Fomentar e organizar pesquisas voltadas para a discussão do sentido da democracia em sua vinculação com a luta e conquista de direitos voltados para a diminuição de desigualdades sociais, bem como para as exigências ético-políticas da inclusão social e universitária de populações marginalizadas e/ou discriminadas.

l) Sociedade, cultura e linguagem: A ênfase deste eixo estrutural é na Sociedade e dos processos que a constituem, podendo contemplar: documentação e análise de processos, instituições e formas de organização social, de pensamento e de transmissão do conhecimento em diferentes sociedades do passado e do presente, no interior de uma mesma sociedade e entre sociedades distintas; reconstituição e estudo das diferentes linguagens e tecnologias; desenvolvimento profissional e formação de educadores; desenvolvimento de processos e produtos para formulação de políticas públicas; educação de trabalhadores; educação, trabalho e empregabilidade; estratégias organizacionais, relações inter-organizacionais e análise de redes.

As ações transversais da PRPPG no Plano Institucional para a Pesquisa e Pós-Graduação referem-se à:

a) Centros Multiusuários de apoio à pesquisa: O objetivo desta ação é apoiar iniciativas de manutenção e recuperação desta base laboratorial de amplo uso científico, que envolvem várias áreas do conhecimento, de caráter de longo prazo e que merecem tratamento específico.

b) Internacionalização da Pesquisa e Pós-graduação: O objetivo desta ação é promover e intensificar redes de cooperação com pesquisadores de diversas instituições do exterior. Assim como, aumentar a participação institucional em projetos globais.

c) Divulgação científica: Apoiar e assessorar os pesquisadores de forma a incrementar o número de publicações internacionais de alto impacto a fim de disseminar a ciência, inovação e tecnologia desenvolvida na UFPR.

d) Políticas de qualificação linguística: Qualificar docentes e discentes para ministrar e receber

aulas em inglês; Qualificar servidores técnico-administrativos que tenham ação no âmbito da pós-graduação.

4 INFRAESTRUTURA

4.1 Infraestrutura física

Atualmente a Universidade conta com 15.697.898,37m² de área total e 585.227,35m² de área construída, distribuídos por várias regiões do estado, sendo que 89% da área construída está situada em Curitiba e sua Região Metropolitana, e quase 60% de sua área total é dedicada às fazendas.

É um desafio manter a estrutura funcionando, a despeito das restrições orçamentárias, de forma a não prejudicar a continuidade da prestação de serviços de excelência que a Universidade promove.

4.2 Estratégias e meios para comunicação interna e externa

A Superintendência de Comunicação e Marketing tem como missão buscar, estruturar e divulgar com qualidade as informações referentes às ações da Universidade Federal do Paraná para a comunidade interna e externa com o objetivo de contribuir para a formação do cidadão e desenvolvimento humano do Paraná e do Brasil. Dentro dessa perspectiva, o Planejamento de Comunicação para a Instituição envolve a utilização de diversas formas de comunicação – incluindo os veículos de comunicação disponíveis na Instituição, os meios externos de comunicação (mídia em geral, regional e nacional) e materiais de comunicação que de alguma forma levem para públicos específicos a produção nas áreas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, bem como de todas as demais que estão intrinsecamente ligadas ao tripé que sustenta a Instituição pública de ensino superior.

Dessa forma, o Planejamento de Comunicação prevê a utilização do formato da comunicação adequado à mensagem e ao público que se quer atingir, levando em conta os recursos existentes na Instituição e o objetivo que se quer atingir com a ação. Atualmente fazem parte do processo de comunicação a utilização dos meios próprios de comunicação:

- Notícias da UFPR – jornal impresso mensal;
- E-Boletim – boletim eletrônico semanal;
- Site da UFPR – espaço exclusivo para notícias diárias;
- UFPR TV – com diversos programas; e
- UFPR Rádio – rádio-web com espaço para noticiário.

4.2.1 Superintendência de Comunicação e Marketing (SUCOM)

A SUCOM desenvolve seus esforços na área de Assessoria de Imprensa, que trabalha os veículos de comunicação da imprensa regional e nacional. Aliados ao processo jornalístico para difundir as ações desenvolvidas pela Instituição, estão as ações da área de marketing institucional, que trabalha a imagem da Universidade por meio da promoção de eventos internos e para a sociedade em geral – como é o caso do “UFPR: Cursos e Profissões. Uma Feira de Ideias para o seu Futuro”, voltada aos alunos do ensino médio do Paraná; da produção de peças exclusivas de vestuário e objetos de uso pessoal que levam o nome da UFPR; do uso correto da marca UFPR, por meio do Manual de Marca; da produção de materiais institucionais como o Vídeo Institucional, do Perfil UFPR, do Planejamento Estratégico, entre outros. A Assessoria de Comunicação e Marketing atua ainda no suporte às ações desenvolvidas pelas unidades da Universidade que necessitam de auxílio para produção de seus eventos e materiais de divulgação, prestando assessoramento ou mesmo dando forma final à necessidade apresentada.

A Ouvidoria Geral Universitária instalada em 02 de agosto de 2006, na forma presencial, como órgão de assessoria da Reitoria se constitui na nova esfera pública da cidadania que preserva e valoriza a comunidade interna e externa relativa à Universidade Federal do Paraná. É normatizada pela resolução 02/05 COPLAD.

A Ouvidoria Geral constitui-se, assim, numa via desburocratizada e ágil para a solução de problemas e correção de injustiças, além de um importante canal de comunicação entre a comunidade universitária e a administração, contribuindo para o aperfeiçoamento do exercício da cidadania e para um constante feedback, essencial ao aprimoramento institucional e ao aumento de sua credibilidade. Portanto, como um crítico interno que a partir das demandas que lhe são encaminhadas monta uma verdadeira radiografia da Instituição. Com estes dados, elabora pareceres sobre as necessidades de mudanças nos seus procedimentos e normas, objetivando o aperfeiçoamento do desempenho e dos relacionamentos institucionais e a prática da democracia.

5 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Em seus quase cento e cinco anos de existência a Instituição tem experimentado diferentes enfoques e práticas gerenciais e de avaliação, frutos de mudanças conjunturais internas e externas. A velocidade das transformações sociais e a rápida evolução do conhecimento têm demandado uma mudança no perfil da Instituição, provocando uma expansão na oferta de cursos e melhorias nos serviços prestados pela Instituição, perseguindo metas de eficiência e eficácia, com inovação e tecnologia.

Todo mecanismo de planejamento deve possuir um de controle, de forma a completar o ciclo Planejamento–Organização–Direção–Controle. Dessa forma, a avaliação institucional é mecanismo fundamental para os bons resultados do planejamento.

Ao longo dos anos recentes, a UFPR tem buscado um processo de avaliação integrado capaz de analisar toda a Instituição, resultando na melhoria constante da qualidade do ensino, pesquisa e extensão realizadas na UFPR, tripé fundamental de sua existência. A avaliação institucional deve possibilitar a construção de um projeto acadêmico sustentado por princípios como a gestão democrática e a autonomia, que visam a consolidar a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural e cidadão da instituição.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é responsável pela Auto Avaliação, tem realizado periodicamente reuniões de trabalho, participado em eventos regionais e nacionais sobre Avaliação, acompanhando a temática no panorama nacional, com permanente troca de informações e experiências com outras instituições, elaborando novas propostas de trabalho, acompanhando de perto a operação do processo de Auto Avaliação.

Por meio da avaliação é possível identificar estratégias emergentes, instrumentos e ações institucionais necessárias para a formulação de políticas acadêmicas de mais amplo alcance (no real sentido estratégico) e, ao mesmo tempo, fornecer subsídios para a necessária prestação de contas à sociedade. Nesse sentido, a avaliação institucional é um processo por meio do qual não só a Universidade se conhece, como se torna conhecida por outros setores da sociedade.

A participação dos membros da comunidade acadêmica é componente fundamental desse processo, bem como a promoção da articulação entre avaliação, planejamento e o processo de tomada de decisões, tornando possível que a avaliação institucional atue efetivamente como instrumento de mudança e correção de rumos.

6 COMPROMISSO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

A UFPR vem crescendo. De 2009 a 2017 o número de alunos matriculados no nível Graduação aumentou de 22.237 para 27792, e o número de Cursos ofertados nos níveis Graduação e Pós-graduação *Stricto Sensu* aumentou de 191 para 286.

O acesso à educação superior na faixa etária de 18 a 24 anos mais que dobrou no período 2000-2010. A proporção destes jovens que declararam ter tido acesso a este nível de ensino era de apenas 9,1% no ano inicial deste período, mas ao final atingia 18,7% do total (CORBUCCI, 2014).

Com efeito, a demanda pelo Ensino Superior vinha crescendo no Estado, com imediata resposta das Instituições públicas e privadas, que também elevaram o número de vagas e agora estão passando por dificuldades orçamentárias e financeiras. Os números atestam que a relação demanda/oferta mantém-se significativa, especialmente no tocante ao ensino gratuito, como é o caso da UFPR, alertando que esta, a fim de cumprir seu papel social, deve manter uma dinâmica de permanente adaptação aos novos tempos.

Outra singularidade que realça a necessária adaptabilidade da Instituição é o fato da Mesorregião

Metropolitana de Curitiba, onde a UFPR concentra sua maior efetivo em pessoal e infraestrutura física, ser aquela que, dentre as 10 mesorregiões do estado, apresentará de 2008 a 2020 a maior variação (16%) da fração populacional de idade entre 18 e 22 anos com acesso à Educação Superior. O valor corresponde a quatro vezes a projeção para o estado como um todo, reforçando o papel das IES de Curitiba e região metropolitana em atender esse contingente de novos universitários, correlacionando demandas da Sociedade com políticas públicas.

O compromisso social na UFPR traduz-se, também, nas práticas acadêmicas voltadas a princípios que primam pelo bem-estar das comunidades interna e externa e pelo exercício dos direitos e deveres enquanto cidadãos envolvidos com o desenvolvimento sustentável, tendo como diretriz a formação da cidadania.

Deverão prosseguir, também, as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional, e o Núcleo de Apoio a Ações Afirmativas para Inclusão social em atividades de pesquisa e extensão, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

O compromisso social da UFPR manifesta-se igualmente na assistência à saúde da população. Em 2016 seus Hospitais Universitários – Complexo Hospital de Clínicas, Hospital Maternidade Victor Ferreira do Amaral e Hospital do Trabalhador – disponibilizaram à população 788 leitos e realizaram 36.114 internações, 2.560.528 exames complementares, 24.344 cirurgias e 118 transplantes. O HC constitui centro de excelência em algumas áreas capitais, recebendo pacientes também do interior do Paraná e de outros estados. Menção deve ser feita, ainda, aos dois Hospitais Veterinários – Curitiba e Palotina, que servem prioritariamente às atividades de ensino do Curso de Medicina Veterinária, mas prestam, também, assistência em clínica médica, clínica cirúrgica, teriogenologia, e diagnósticos laboratoriais à comunidade em geral.

O compromisso social da UFPR manifesta-se, ainda, por meio de suas ações culturais, desenvolvidas pela Coordenadoria de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Os Grupos Artísticos *Orquestra Filarmônica, Coro, Grupo de MPB, Companhia de Teatro Palavração e Têssera Companhia de Dança* se apresentam em espaços dentro e fora da Universidade por meio de eventos gratuitos com excelência artística. A participação nos Grupos Artísticos da UFPR é aberta a alunos, servidores técnico-administrativos, professores e pessoas da comunidade externa, o que se configura como uma possibilidade democrática na experiência com linguagens artísticas, independentemente do vínculo com a Universidade. O Curso de Dança Moderna da UFPR, vinculado à Têssera Companhia de Dança, tem como objetivo atender aos jovens na faixa etária a partir dos nove anos de idade, pertencentes à comunidade interna e externa da UFPR, proporcionando-lhes o aprendizado e a prática da dança moderna gratuitamente, instrumentalizando-os mediante a transmissão de conhecimentos teóricos e práticos, assumindo a tarefa de contribuir com a formação deste bailarino (física e tecnicamente) e para a renovação, desenvolvimento, pesquisa e produção da cultura. O Projeto de Musicalização por meio do Canto Coral tem como objetivo oferecer a crianças e jovens da faixa etária de sete a quatorze anos a oportunidade de

conhecer os códigos da escrita musical. Para tanto, usam-se os recursos da voz, entendendo-a como instrumento. Em todos os ensaios são abordados exercícios de técnica vocal, relaxamento, concentração, percepção auditiva, coordenação motora, expressão corporal e ritmo, elementos esses que desenvolvem as habilidades necessárias a um bom músico.

No plano econômico, observa-se que a UFPR se localiza na mesorregião que concentra maior parcela do PIB do Estado – 42,1% em 2014. Parcerias da Universidade com instituições públicas e privadas ocorrem de longa data, mas almeja-se a sua ampliação no período 2017–2021, inclusive com instituições de outras regiões, como por exemplo a comunidade do agronegócio do oeste do estado. De fato, o estado do Paraná é vocacionado em muitos setores produtivos, o que permite ampla interação para fins de transferência de tecnologia e formação de profissionais. Cooperações já existentes deverão ser mantidas e ampliadas, e novas criadas, nos setores primário, secundário e terciário.

7 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Neste capítulo são elencados os Objetivos estratégicos para o quinquênio 2017–2021 definidos pela comunidade universitária nas reuniões de discussão em abril/2017.

Os resultados a seguir apresentados são fruto da sistematização das propostas elaboradas pelos grupos de trabalho segundo os eixos temáticos definidos ao longo das reuniões de trabalho ocorridas no mês de abril de 2017. As propostas foram recebidas, tabuladas, reapresentadas à comunidade por meio de uma página específica na internet para que houvesse ampla apreciação, discussão e apresentação de novas contribuições. O processo de consulta se encerrou no dia 20 de agosto de 2017 e o que se apresenta já é fruto desse refinamento.

Em cada eixo, a prioridade de cada objetivo estratégico é definida por um score calculado pelo conceito de Gravidade–Urgência–Tendência (GUT). Quanto maior o score apontado, maior a prioridade do objetivo.

7.1 Graduação

1) Prover sistemas digitais para as rotinas administrativas

a) Score: 486

b) Detalhamento: É urgente superar a “indigência digital” de que padecem praticamente a totalidade das rotinas administrativas da PROGRAD. Excetuando as rotinas executadas pelo SIE relativas ao registro e acompanhamento acadêmico, nenhum outro procedimento gerenciado pela PROGRAD dispõe de uma interface digital para a sua maior agilidade, controle e amplo acesso. Para contornar essa situação limítrofe, precisamos inicialmente incentivar a expansão de uma cultura administrativa que priorize sobretudo a qualidade dos processos. Com essa mudança de cultura administrativa e o apoio técnico necessário tanto do CCE (Centro de Computação Eletrônica) quanto de outros parceiros, devemos ter, nos próximos dois anos, sistemas de informação gerenciais que permitam e/ou agilizem os seguintes processos: estágio, diplomas, currículos, avaliação institucional, registro acadêmico, integração moodle-SIE, gestão de bolsas e acompanhamento acadêmico e de egressos.

2) Aprimorar e diversificar a estrutura de acompanhamento e acesso

a) Score: 448

b) Detalhamento: De acordo com a Res. CEPE 95-A/2015, a Universidade deve oferecer ao corpo discente um suporte no sentido de auxiliá-lo, a partir das fragilidades detectadas, a aproveitar melhor a vida acadêmica, profissional e social. Em razão disso, todo e qualquer estudante merece ter um acompanhamento acadêmico personalizado. Contudo, diante das dimensões do corpo discente da nossa Universidade, é preciso priorizar aqueles estudantes em situação de maior vulnerabilidade. Devem merecer um acompanhamento mais particularizado aqueles estudantes contemplados pelas políticas afirmativas, para que lhes sejam garantidos o acesso e a efetiva permanência na UFPR. Para tanto, deve ser estruturada

e implementada uma nova unidade administrativa voltada para essa finalidade. Pelos mesmos motivos, deve ser também priorizado um programa de melhoria contínua dos processos seletivos para o acesso à UFPR. A diversificação e qualificação desses processos devem favorecer e estimular, sobretudo, o acesso daqueles estudantes que, em virtude de razões étnicas, sociais, econômicas, físicas, educacionais etc., não alcançariam o mesmo desempenho que os demais nos processos seletivos convencionais.

3) Aumentar o número de diplomações

a) Score: 432

b) Detalhamento: Crescimento anual de cinco pontos percentuais no índice de diplomações nos cursos com diplomação, hoje, inferiores a 60% das vagas disponibilizadas nos processos seletivos. Esse crescimento deverá ser refletivo numa redução em igual percentual nos índices de retenção e evasão naqueles cursos.

4) Fortalecer a formação inicial e continuada de professores da educação básica em articulação com as redes de ensino públicas municipais e estadual e em parceria com o MEC e a CAPES

a) Score: 432

b) Detalhamento: A formação de professores é um compromisso central e fundador da UFPR. Ele está manifesto nos seus vários cursos de licenciatura – um total de 25, com presença em todos os seus cinco campi –, alguns deles com mais de 80 anos de funcionamento. Nas últimas décadas, a atenção a esse compromisso foi diversificada na forma de programas institucionais (Licenciar, PIBID, Obeduc, Novos Talentos etc.), em nível de graduação, assim como na multiplicação de programas de pós-graduação *Stricto sensu* (profissionais e acadêmicos) e *lato sensu* (presencial e a distância). No intuito de melhorar e ampliar essas ações formativas, tanto inicial (1ª e 2ª Licenciaturas) quanto continuada (cursos, atividades, especialização, mestrado, doutorado, projetos comunitários em educação pública), voltadas para a docência na educação básica, projeta-se fortalecer a articulação interna entre diferentes unidades, comissões e comitês envolvidos na área, bem como a articulação externa entre a Universidade e as redes públicas de ensino responsáveis pela política e a gestão da educação básica, por meio dos suas instituições escolares, gestores, técnicos e fóruns dirigentes.

5) Incentivar projetos e programas de extensão assimiláveis aos currículos

a) Score: 384

b) Detalhamento: Esse objetivo visa atender ao disposto na meta 12.7 do PNE (Plano Nacional de Educação) 2014-2024 (Lei 13.005/2014), que determina a destinação de 10% da carga horária dos cursos de graduação para atividades de extensão. Será necessário, para tanto, a multiplicação do número de projetos e programas de extensão passíveis incorporação aos currículos vigentes. A meta será, até 2021, expandir esse número a uma taxa de, no mínimo, dois novos projetos ao ano, para cada 200 alunos matriculados no curso – tomando como base uma duração média de dois anos para cada ano.

- 6) Diversificar as possibilidades de cumprimento da carga horária em disciplinas nos cursos de graduação
- a) Score: 343
- b) Detalhamento: Para os cursos presenciais, a forma mais evidente de diversificação nesse domínio é a oferta integral ou parcial de disciplinas na modalidade EaD (educação a distância). A combinação dessas modalidades nos cursos de graduação – em conformidade com os dispositivos legais – configura o principal objetivo do programa UFPR Híbrida. Para esse programa, projeta-se um alcance de, no mínimo, até 2021, 10% da carga horária total em disciplinas de, no mínimo, 50% dos cursos de graduação.
- 7) Aumentar a capacidade de gestão das Coordenações de Curso
- a) Score: 252
- b) Detalhamento: O primeiro passo será sempre estreitar as relações entre as coordenações de curso e as unidades da PROGRAD responsáveis pela gestão acadêmica: COPAP e COPEG. Para tanto, até 2019, deverá estar estruturada uma rotina de capacitação e qualificação das coordenações de curso, com ênfase na gestão dos currículos, dos programas institucionais e dos procedimentos administrativos a cargo das coordenações. Essa rotina de capacitação e qualificação deve ser implementada localmente (por setor ou por campus) e ofertada de maneira continuada. Isso deve refletir na construção de ferramentas mais eficazes para a avaliação institucional.
- 8) Melhorar a infraestrutura de ensino
- a) Score: 196
- b) Detalhamento: O ponto de estrangulamento dos ambientes educacionais da UFPR são as salas de aula. Muitas delas estão sucateadas e não dispõem de equipamentos mínimos para um bom ambiente de aprendizagem. Sem falar que muitas delas poderiam ser adaptadas para um uso mais intensivo e recursivo de TIC (tecnologias de informação e comunicação). É preciso colocar em andamento um programa institucional de incentivo e financiamento de melhorias nesse campo. Para tanto, projeta-se lançar um programa de apoio a projetos setoriais e/ou departamentais de recuperação e modernização de salas de aulas.
- 9) Expandir a mobilidade acadêmica
- a) Score: 180
- b) Detalhamento: O intercâmbio com outras instituições de ensino e pesquisa é vital para a Universidade moderna. Nossos estudantes precisam ser incentivados a interagir com outros ambientes formativos externos à UFPR, seja no país seja no exterior. Para tanto, são fundamentais as ações institucionais tais como convênios, acordos de cooperação, acordos de dupla diplomação, além de participação em programas de bolsas tais como Brafitec/CAPES, Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM) etc. Por outro lado, devemos ampliar também as oportunidades de receber estudantes de outras Universidades e de outros países. Um programa decisivo, nesse sentido, é a PEC-G

(Programa de Estudantes-Convênio de Graduação), no qual a UFPR pode ampliar muitas vezes a sua participação. O objetivo será ampliar o número de estudantes da UFPR que participam de programas de mobilidade acadêmica, assim como atrair para a UFPR um contingente maior de estudantes de outras instituições.

10) Fortalecer e ampliar a qualificação didático-pedagógica do corpo docente da UFPR

a) Score: 175

b) Detalhamento: O curso de Metodologia do Ensino Superior destinado a professores ingressantes no corpo docente da UFPR tem sido ofertado duas vezes ao ano pela COPEFOR/PROGRAD, em parceria com a PROGEPE, desde 2012. Mas, desde então, não foi ainda objeto de uma reestruturação mais ampla, visando não apenas a sua necessária atualização, mas também as possibilidades de continuidade e aprofundamento em determinadas temáticas. Portanto, projeta-se o fortalecimento e expansão dessa iniciativa, em novas bases e com novos parceiros, nas modalidades presencial, híbrida e, a depender das especificidades, exclusivamente à distância.

11) Aperfeiçoar os processos institucionais destinados a aproximar os estudantes do mercado de trabalho

a) Score: 144

b) Detalhamento: O elemento curricular com maior potencial para promover a aproximação, durante a graduação, entre os estudantes e o mercado de trabalho é o estágio. Portanto, qualquer ação nesse sentido, deve ter como primeiro foco a melhoria das condições para a realização do estágio. Em particular, até o final de 2018, todos os procedimentos burocráticos para o registro e certificação do estágio devem estar informatizados, dispensando inteiramente o uso de material impresso e encurtando ao mínimo indispensável o tempo dispendido nos trâmites entre interessados, coordenações, PROGRAD e empresas.

12) Fomentar a integração entre a graduação e a pós-graduação

a) Score: 140

b) Detalhamento: Entre as ações voltadas para essa integração, destacam-se a oferta de disciplinas na pós-graduação com vagas destinadas a estudantes de graduação e a inserção da pesquisa como componente formativo nos programas institucionais mantidos pela PROGRAD (PET, Monitoria, PIBID etc.). Projeta-se que, ao final de 2021, ao menos 20% das disciplinas ofertadas pelos programas de pós-graduação admitam estudantes da graduação como alunos regulares, assim como 20% das atividades realizadas nos programas institucionais acima estejam, de algum modo, articulados à pesquisa, com reflexo nos trabalhos inscritos no EVINCE (Evento Anual de Iniciação Científica).

13) Melhorar o desempenho dos cursos de graduação nas avaliações oficiais

a) Score: 125

b) Detalhamento: Entre as avaliações oficiais, destacam-se o ENADE (Exame Nacional de

Desempenho de Estudantes) e, eventualmente, nas avaliações realizadas *in loco* pelas comissões de especialistas nomeadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). O objetivo é, até 2021, ampliar em um ponto o CPC (conceito preliminar de curso) para os cursos com CPC inferior a cinco (conceito máximo).

7.2 Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

14) Reconhecimento e incentivo de pesquisa

- a) Score: 125
- b) Detalhamento: a. levantamento de indicadores de pesquisa de cada setor b. divulgação dos indicadores de pesquisa mostrados os pontos de excelência e de melhoria em cada setor da UFPR c. registro todas as atividades de pesquisa em andamento na UFPR d. reconhecimento das atividades de pesquisa na progressão dos professores

15) Apoio a elaboração de projetos de pesquisa

- a) Score: 125
- b) Detalhamento: a. divulgação de editais de pesquisa b. apoio a instrumentação de projetos de pesquisa c. Aumentar a capacidade de captar recursos na iniciativa pública, privada e mista.

16) Apoio a internacionalização da pesquisa

- a) Score: 125
- b) Detalhamento: a. incentivo a participação de redes de pesquisa internacionais b. incentivo a participação em editais de fomento internacionais

17) Melhoria da infraestrutura de laboratórios de pesquisa

- a) Score: 125
- b) Detalhamento: a. Manutenção e Funcionamento de equipamentos para pesquisa com especial atenção aos que tem perfil multiusuário.

18) Reforço do aporte interno de recursos para pesquisa

- a) Score: 125
- b) Detalhamento: a. Revisão da distribuição de recursos destinados à finalidade de pesquisa, expandindo programa apoio a participação e organização de eventos científicos, incluir apoio a participação atividade de pesquisa fora da UFPR associadas a redes de pesquisa.

19) Aumento do número de publicações em revistas com impacto

- a) Score: 125
- b) Detalhamento: a. Suporte à submissão de artigos científicos - processo de revisão de artigos de pesquisadores da UFPR b. Prospecção de publicações internacionais. c. Incentivo a publicações dos discentes como forma de melhorar o processo formativo. d. aumento do

score em ranking de pesquisa internacional (ex: Scimago)

20) Política de planejamento e controle do desempenho dos programas de pós-graduação.

a) Score: 125

Detalhamento: a. Estabelecimento de plano de objetivos e metas para os programas de pós-graduação b. Acompanhamento do desenvolvimento das atividades de pós-graduação. c. Melhorar a oferta de disciplinas de caráter formativo e metodológico que garantam melhor perfil em ciência.

21) Oferta de disciplinas “transversais” de pós-graduação (empregadas por vários programas)

a) Score: 125

b) Detalhamento: a. Oferta de disciplinas comuns a vários programas de pós-graduação que possam ser ofertadas de forma presencial e remota (acesso de transmissão ao vivo de disciplinas). b. Oferta Nacional e Internacional de disciplinas de pós-graduação ofertadas pela UFPR.

22) Apoio aos periódicos da UFPR

a) Score: 125

b) Detalhamento: a. Auxílio as atividades relacionadas aos processos editoriais e de publicação dos periódicos da UFPR.

23) Internacionalização da pós-graduação

a) Score: 125

b) Detalhamento: a) Promover ações que permitam projetar a UFPR no cenário internacional através do estabelecimento de parcerias que permitam a interação de docentes e discentes com pesquisadores e grupos de pesquisa do exterior; b) Estabelecer ações que permitam incrementar o número de professores visitantes e alunos do exterior nos programas de pós-graduação da UFPR; c) Aumentar o número de disciplinas ofertadas pelos programas de pós-graduação em idioma estrangeiro; d) instituir programas de idiomas para docentes, discentes e técnicos-administrativos; e) implementação de programas de dupla-titulação com centros de referência internacional em pesquisa.

24) Consolidar a política de inovação da Universidade.

a) Score: 125

b) Discussão sobre a política de inovação da UFPR; Atualizar as resoluções sobre inovação da Universidade; Difundir a Política de inovação da UFPR; elaborar mecanismos de apoio à implantação da Política de Inovação da UFPR.

25) Consolidação da cultura do empreendedorismo e da inovação na Universidade

a) Score: 125

b) Realização de cursos e oficinas sobre empreendedorismo; implantar programas de apoio ao

surgimento e desenvolvimento de novos modelos de negócios; apoiar negócios de base tecnológica e/ou impacto social; contribuir para a formação continuada de professores com a temática de empreendedorismo e inovação; fortalecer o programa de incubação e pré-incubação.

26) Criação do Centro de Empreendedorismo e Inovação da UFPR

- a) Score: 125
- b) Elaboração do espaço para coordenar as ações de empreendedorismo e inovação; Integrar outras ações sobre empreendedorismo e inovação dos diversos campi da Universidade; criação do espaço de incubação de empresas; pré-incubação e prototipagem.

27) Ampliar a quantidade e qualidade das Patentes geradas na UFPR

- a) Score: 125
- b) Consolidar a UFPR como uma das maiores Universidades no Depósito de patentes; Criar processos para avaliação e gestão das patentes da Universidade;

28) Fortalecer o processo de transferência de tecnologia e o desenvolvimento tecnológico da UFPR

- a) Score: 125
- b) Estreitar o relacionamento com entidades promotoras de inovação; Criação de mecanismos de contato e relacionamento com empresas e outras organizações; Aprimorar o processo de transferência de Tecnologia; Ampliar a Integração da Universidade com a Sociedade.

7.3 Extensão e Cultura

29) Reestruturar os fluxos e processos de registro, acompanhamento e avaliação das atividades de extensão com vistas à desburocratização:

- a) Score: 405
- a) Detalhamento: a opinião corrente dos envolvidos com os processos de extensão é que há um excesso de burocracia envolvida na apresentação, avaliação e acompanhamento dos processos de extensão universitária, desestimulando e até mesmo inviabilizado alguns projetos e/ou programas. Revisão, aprovação e implementação de nova resolução de extensão (em substituição a 72/11); Criação de novo sistema de gestão de informações sobre extensão;
- b) Quantificação: Aumento de 20% das propostas de extensão na UFPR até 2021, em decorrência da simplificação burocrático-administrativa, tomadas em relação à situação em 2016.

30) Investir no desenvolvimento da captação de recursos para atividades de extensão e cultura

- a) Score: 392
- b) Detalhamento: Elevar o investimento em ações artísticas, culturais, museológicas e

extensionistas, fortalecendo e ampliando a rede de parceiros no âmbito da UFPR, e dos governos municipal, estadual e federal e iniciativa privada;

- c) Quantificação: aumento de 10% na captação de recursos na área até 2021, com relação ao volume captado em 2016.

31) Alavancar desempenho da Editora UFPR

- a) Score: 336
- b) Detalhamento: a) Melhoria dos processos de divulgação e comercialização dos livros; b) Inserção do catálogo da editora em bases de dados de impacto e relevância científicas reconhecidas nacional e internacionalmente.

32) Plano Institucional de Cultura: Ampliar o acesso da população e comunidade acadêmica aos meios de produção cultural, bens e espaços culturais.

- a) Score: 144
- b) Detalhamento: a) Aprovação e implementação do PIC; b) Aumento da presença das expressões artísticas/culturais da UFPR nos diversos campos e entidades parceiras; c) Incentivo de novas ações culturais por meio de editais, chamadas e residências; d) Fortalecimento e integralização dos espaços museológicos da UFPR.

33) Investir em recursos financeiros e humanos em razão do aumento da demanda de ações extensionistas, culturais, editoriais e museológicas:

- a) Score: 125
- b) Detalhamento: a) aumento do número de servidores das equipes; b) aumento da destinação de orçamento para a Pró-Reitoria e suas unidades.

34) Fortalecer a pesquisa e o ensino no âmbito do Museu de Arqueologia e Etnologia:

- a) Score: 125
- b) Detalhamento: a) ampliação da atuação de docentes e estudantes nos projetos e programas vinculados ao MAE bem, como as publicações oriundas destas ações; b) criação e implantação do mestrado profissional em Museologia conjuntamente com um diretório de pesquisas nas áreas temáticas; c) garantia da execução do Plano de Manutenção do MAE e ampliação do espaço físico.

35) Implantar as ações correspondentes à meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Lei 13.005/14) no que diz a respeito à creditação/curricularização da extensão

- a) Score: 125
- b) Detalhamento: aprovação de orientações e/ou normativas da creditação/curricularização da extensão; aprovação de projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação com a inclusão da creditação da extensão nos currículos.

7.4 Gestão

36) Implantação de Processo de Melhoria Contínua

- a) Score: 504
- b) Detalhamento: É necessária a instalação de uma unidade com o objetivo de atuar na melhoria contínua dos diversos processos da Instituição, reduzindo o tempo de espera e/ou poupando trabalhos desnecessários, propondo formas e procedimentos facilitadores para as atividades da UFPR, imprimindo maior segurança jurídica aos atos daqui emanados. A unidade deverá atuar de forma continuada e sistemática, estabelecendo metodologia própria para a verificação dos diversos processos e procedimentos administrativos realizados na instituição, identificando gargalos e pontos críticos, propondo melhorias nos fluxos de atividades, trabalhos ou processos e monitorando as atividades da organização com o intuito de alcançar seus objetivos. Na revisão dos procedimentos burocráticos, que muitas vezes engessam o desenvolvimento institucional, a unidade terá como principal atribuição verificar se as exigências processuais possuem embasamento legal. Em se tratando de regulamentação interna cabe à unidade verificar as normativas em vigor e propor alterações, caso entenda como apropriadas para a melhoria do fluxo dos processos, seguindo sempre o princípio da segurança jurídica. Quem deve executar: Coordenadoria de Governança e Riscos da UFPR. Sugere-se que a unidade seja vinculada à PROPLAN.
- c) Meta: primeira revisão de 20% dos processos da UFPR ao ano, totalizando 100% ao final de 2021.

37) Publicitação dos indicadores em ponto único de acesso

- a) Score: 504
- b) Detalhamento: Promover o desenvolvimento de ferramenta na internet de forma a melhorar o acompanhamento dos diversos indicadores de desempenho da UFPR concentrados em um único local na página da UFPR, como estratégia de modernização governamental para gerar benefícios à sociedade, facilitando a obtenção de informação pelo usuário. A proposta tem como objetivo possibilitar o acompanhamento de diferentes indicadores da UFPR em um ponto único de acesso, atualizados e obtidos automaticamente, diretamente das bases de dados institucionais e sem intervenção humana, a exemplo de dados de quadro de pessoal, graduação, vestibular (ingressos, concorrência, etc.), orçamento, infraestrutura, extensão, pós-graduação, pesquisa, assistência estudantil, transportes, acordos, etc.
- c) Quantificação: implantação de 100% do Portal de Indicadores da UFPR até 2020.

38) Redimensionamento de Pessoal a partir da ótica administrativa/organizacional

- a) Score: 504
- b) Detalhamento: Esta proposta visa estabelecer parâmetros de forma que se possa mensurar a distribuição da força de trabalho do pessoal técnico administrativo na UFPR de acordo com o tamanho e as características de todos os Setores, Pró-Reitoria ou unidades de trabalho, rompendo com um processo histórico de negociação de vagas, potencialmente gerador de

distorções, que se cristalizaram com o tempo. Este redimensionamento deve utilizar-se do organograma institucional proposto no item 1. Antes da quantificação da distribuição das vagas, faz-se necessário o estudo das melhores formas de organização administrativa, em especial quanto aos efeitos da departamentalização da instituição sobre quantitativo e/ou aproveitamento do trabalho técnico administrativo. Verifica-se que a excessiva departamentalização aumenta a demanda por postos de técnicos administrativos e funções, subutilizando os servidores da instituição e reduzindo seu campo de atuação, visão e desenvolvimento profissional. Sendo assim, viu-se a necessidade de estabelecimento de um modelo de distribuição de pessoal realizado a partir da sinalização de um modelo organizacional administrativo que considere as limitações quantitativas de servidores técnicos, e de forma a estimular a racionalização em sua utilização e distribuição, proporcionando uma distribuição mais justa aos Setores, Pró-Reitorias ou Unidades que se organizam de forma mais eficiente e eficaz em relação ao aproveitamento do trabalho técnico. A proposta apresentada, quando executada, adicionalmente otimizará a utilização dos recursos materiais, promovendo redução nos custos. Estudo do Organograma Ideal e Parâmetros para o novo Modelo de Alocação: 24 meses.

39) Estabelecimento e manutenção de um Organograma Institucional

- a) Score: 504
- b) Detalhamento: Grupo de trabalho concluiu que sem o mapeamento do Organograma Institucional as demais ações poderão ser comprometidas, o que levou à priorização das considerações sobre esta proposição. Foi verificado que já existe a cobrança por parte dos órgãos de controle de um organograma institucional aprovado pela instituição para o estabelecimento de responsabilidades e implicações de ordem administrativa como no caso de autorização de pagamentos de diárias. O mapeamento contribuirá para o correto funcionamento do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) na tramitação de seus processos. Este levantamento possibilitará a visualização e posterior análise ou repensar do modelo de organizacional que a instituição vem adotando historicamente, permitindo proposições de melhoria na sua estrutura e a racionalização dos recursos, em especial no que se refere ao redimensionamento dos servidores técnicos administrativos, conforme abordado no objetivo 25. Planejamento: Projeto coordenado pela PROPLAN, como: instalação de comissão própria específica para este fim. Tempo de elaboração (levantamento dos dados): 90 dias; (apreciação do trabalho e discussão do organograma): 60 dias; (aprovação no COUN): 30 dias. Após aprovado, a PROPLAN informará os setores afins, em especial a PROGEPE, para procederem os ajustes necessários nas respectivas unidades organizacionais em até 24 meses.

40) Criação da atividade UFPR Pensando o Brasil

- a) Score: 343
- b) Detalhamento: Proposta do Chefe de Gabinete, a pedido do Reitor, inserindo a Universidade no cenário de debates sociopolíticos tão necessários à sociedade.
- c) Meta: execução de 35 palestras ao longo do quinquênio, visando à discussão dos temas que são caros à sociedade brasileira.

41) Otimização na Utilização dos Recursos Orçamentários - Elaboração de uma nova matriz orçamentária

a) Score: 315

b) Detalhamento: Viu-se a necessidade de construção de uma nova matriz orçamentária para distribuição dos recursos entre as diversas unidades da UFPR. A matriz orçamentária deve ser construída de forma híbrida, considerando dois fatores de distribuição, que são: 1) a necessidades de recursos para manutenção de cada Setor e Unidade Gestora de Recursos no cumprimento de suas atividades (ótica da demanda), e 2) a participação do Setor na captação de recursos na matriz orçamentária do MEC (cálculo do aluno equivalente - ótica da contribuição no recebimento do recurso). Em relação ao valor recebido pelo aluno equivalente deve-se considerar as inter-relações entre os Setores de Ensino repassando o peso proporcional da participação dos Setores Externos na formação dos alunos. A forma de construção do modelo e suas diretrizes devem ser discutidas previamente à aprovação no COPLAD com os Setores de Ensino e demais Unidades Gestoras de Recursos. Cabe à comissão o estudo e proposições no sentido da normatização dos gastos, políticas de redução de custos, racionalização ou otimização dos gastos, que poderão ser analisados a partir dos processos mapeados e riscos identificados e estimados em cada um deles. Levantamento de Demandas: 90 dias Elaboração do novo modelo: 120 dias Aprovação no COPLAD: 60 dias. Quem deve executar: Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária

c) Meta: Nova matriz orçamentária concluída em 2020.

42) Conectar melhor o Sistema de Bibliotecas da UFPR – SiBi aos projetos estratégicos gerais da Universidade e também de modo particular melhorar a conexão com as gestões setoriais, sobretudo em vista da expansão da Universidade nos *campi* e Setores fora da sede de Curitiba, que demandam maior e melhor diálogo para otimizar a gestão.

a) Score: 300

b) Detalhamento: Rever o planejamento estratégico do SiBi com planos de ação integrados de forma a capacitá-lo na busca da consecução da sua missão institucional de forma integrada com as atuais e futuras necessidades da Universidade.

43) Integrar o SiBi/UFPR a todas as unidades da UFPR, a redes e sistemas de informações nacionais e estrangeiras, mantendo um acervo atualizado e de excelência em ciência e tecnologia, e oferecendo serviços e produtos informacionais para as atividades acadêmicas, administrativas e de pleno exercício da cidadania, sendo reconhecido como ponto de referência dos pesquisadores da UFPR, do Paraná e do Brasil.

a) Score: 300

b) Detalhamento: a) Manter e aprimorar a integração do SiBi/UFPR com a comunidade universitária e também com a sociedade em geral, visando atender suas demandas; b) Revitalizar e divulgar a Coleção Memória UFPR (MUFPR), especialmente mediante a completude da coleção e a oferta das teses e dissertações e dos periódicos publicados em meio digital e das obras publicadas antes de 2004 e outras obras de cunho técnico-científico

gerados pela UFPR; c) Manter e aprimorar a qualidade dos serviços e produtos ofertados, por meio da manutenção de sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas, da ampliação e qualificação dos recursos humanos e da adequação do horário de atendimento das bibliotecas; d) Adequar os espaços físicos, a climatização, o mobiliário e a sinalização interna das bibliotecas, a fim de atender adequadamente os usuários com deficiência, bem como renovar constantemente o parque de equipamentos de todas as bibliotecas, de forma a permitir aos servidores ofertar de forma adequada os serviços e produtos, e aos usuários o acesso adequado aos catálogos, às bases de dados bibliográficas e às Bibliotecas Digitais disponibilizadas pelo SiBi/UFPR; e) Manter atualizado o acervo informacional das bibliotecas, zelando por sua segurança, conservação, preservação e divulgação; f) Manter e ampliar a representação da UFPR junto a entidades, redes e sistemas de informações nacionais e estrangeiras, e a parceria no intercâmbio de publicações; g) Promover continuamente a melhoria da qualidade de vida no trabalho para os servidores do SiBi/UFPR, pela melhoria na infraestrutura física das bibliotecas e pela oferta de eventos que motivem a integração profissional e o bom relacionamento interpessoal; h) Manter o Programa de Gestão do Conhecimento (PGC) para o corpo funcional do SiBi/UFPR, visando disponibilizar mecanismos de comunicação interna, mapear as competências e habilidades das pessoas que trabalham nas bibliotecas, promover seu aperfeiçoamento contínuo, a melhoria na sua qualificação e, conseqüentemente, melhoria na qualidade dos serviços prestados à comunidade interna e externa da UFPR; i) Manter e ampliar o Programa de Educação Continuada dos Usuários do SiBi/UFPR, visando a otimização da utilização dos recursos e produtos informacionais disponibilizados; j) Armazenar, conservar e tratar adequadamente os materiais bibliográficos raros e especiais; k) Manter e aprimorar os serviços informatizados do SiBi/UFPR; l) Promover a segurança do acervo e de todos os outros bens alocados no SiBi/UFPR; m) Revisar, atualizar, modernizar, formalizar e padronizar os procedimentos, atividades e regulamentos do SiBi/UFPR, sempre que necessário (circulação, desenvolvimento de coleções, periódicos, comutação bibliográfica); n) Adequar o acervo sob demanda, e o espaço físico de todas as bibliotecas do SiBi/UFPR para os usuários com deficiências; o) Otimizar a utilização de recursos humanos, do espaço físico e do acervo para benefício dos servidores e usuários do SiBi/UFPR; p) Revisar, atualizar e modernizar as Normas para Apresentação de Documentos Científicos sempre que necessário e adequá-las para uso de pessoas com deficiências; q) Revisar, atualizar e modernizar o Portal da Informação, sempre que necessário; r) Promover campanha de preservação e conservação dos acervos, sempre que necessário; s) Manter e ampliar o Programa de Educação Continuada dos servidores do SiBi/UFPR, visando a sua capacitação; e t) Manter e reestruturar os Grupos e Comissões de Trabalho do SiBi/UFPR, sempre que necessário.

7.5 Desenvolvimento Institucional

44) Implementar políticas e mecanismos de captação de recursos com vistas ao Desenvolvimento Institucional, isto é, atividades que levem à melhoria mensurável das condições das IFEs, para o cumprimento eficiente e eficaz de sua missão, conforme descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional, vedada, em qualquer caso, a contratação de objetos genéricos, desvinculados de

projetos específicos.

a) Score: 425

b) Detalhamento: Como previsto na Lei 8.958/94, entende-se por desenvolvimento institucional, científico e tecnológico os programas, projetos, atividades e operações especiais, inclusive de natureza infraestrutural, material e laboratorial, que levem à melhoria mensurável das condições das IFEs, para o cumprimento eficiente e eficaz de sua missão, conforme descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional, vedada, em qualquer caso, a contratação de objetos genéricos, desvinculados de projetos específicos. A atuação das fundações de apoio em projetos de desenvolvimento institucional para a melhoria de infraestrutura deverá limitar-se às obras laboratoriais, aquisição de materiais e equipamentos e outros insumos especificamente relacionados às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica. De acordo com o Decreto 7.423/2012, é vedado o enquadramento, no conceito de desenvolvimento institucional, de: atividades como manutenção predial ou infraestrutural, conservação, limpeza, vigilância e reparos; serviços administrativos, como copeiragem, recepção, secretariado, serviços na área de informática, gráficos, reprográficos e de telefonia, demais atividades administrativas de rotina, e respectivas expansões vegetativas, inclusive por meio do aumento no número total de funcionários; e realização de outras tarefas que não estejam objetivamente definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição apoiada. Os contratos e convênios realizados entre as IFEs e as Fundações de Apoio devem estar diretamente vinculados a projetos perfeitamente identificáveis nas áreas de efetivo desenvolvimento institucional, não cabendo a contratação de atividades continuadas nem de objetos genéricos, desvinculados de projeto específico, sendo esses e demais riscos identificados, avaliados e controlados, quando cabível. As contratações relativas a projetos classificados como de desenvolvimento institucional devem implicar produtos que resultem em melhorias mensuráveis da eficácia e eficiência no desempenho da IFE, com impacto evidente em sistemas de avaliação institucional do MEC e em políticas públicas plurianuais de educação com metas definidas. (CGU, 2013)

c) Quantificação: Implementação da captação de recursos por meio das fundações de apoio para atividades em

- CAPA
- CELIN
- Núcleo de Concursos
- Fazendas
- Farmácia
- Editora UFPR
- Centro de Microscopia Eletrônica
- Laboratórios

- Atividades de extensão universitária com aplicação dos recursos em DI.
- Restaurantes Universitários
- Imprensa Universitária
- Doações materiais e em espécie
- Museus
- Hospitais veterinários
- Cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização)

Sem prejuízo de outras que se enquadrem no Desenvolvimento Institucional da IES.

7.6 Internacionalização

A criação da Agência UFPR Internacional, cujo regimento foi aprovado no início de 2017, sinaliza a importância dada ao tema Internacionalização. A UFPR entende que para atingir excelência os programas de graduação e de pós-graduação devem contar com ações de internacionalização que vão da mobilidade acadêmica à cooperação internacional e a definição de políticas linguísticas. Em sintonia com as ações do MEC e as diretrizes da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) foi debatida a implantação de programas que visam colocar a UFPR em posição de relevância no cenário internacional nas diversas áreas do conhecimento. As metas de Internacionalização propostas neste PDI foram estabelecidas pela AUI - Agência UFPR Internacional em conjunto com a PRPPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - sendo estas as unidades institucionais responsáveis pela execução das ações de internacionalização, bem como pela proposição de atividades, projetos e programas estratégicos da Universidade nessa área.

O Plano de Internacionalização da UFPR é baseado nos programas de cooperação internacional, mobilidade acadêmica e políticas linguísticas. As metas de internacionalização, estabelecidas com base no Plano de Internacionalização da UFPR, para o quadriênio são:

45) Atração de RH internacional altamente capacitado

- a) Score: 125
- b) Detalhamento: a. Implantação do PIPD - Programa Internacional de Pós-doutorado, que visa atrair jovens doutores do exterior, com comprovada competência, para atuar no ensino, pesquisa, extensão e inovação no país. Esse projeto deriva da constatação de dificuldades em atrair pesquisadores renomados de centros de excelência em pesquisa, os quais dificilmente possuem disponibilidade para permanecer no país por períodos que excedam duas semanas. Por outro lado, os jovens doutores formados em centros de excelência internacionais podem ser uma solução atrativa para que se possam trazer talentos científicos para o país, tendo em vista que, em alguns casos, possuem reduzidas possibilidades de inserção no mercado ou na academia de seus países. A atração desses jovens pesquisadores para o país pode trazer vários benefícios como, por exemplo, (a) a necessidade de que os discentes e docentes da pós-graduação aperfeiçoem suas habilidades em outros idiomas, (b) a possibilidade de aumentar a oferta de disciplinas em outros idiomas aos alunos brasileiros e estrangeiros, (c) a

maior facilidade para que os manuscritos sejam produzidos em outros idiomas (d) maior visibilidade e reciprocidade entre os programas desta Universidade com os centros de pesquisa no exterior e (e) maior interação com esses centros.

b. Modificação das resoluções para atração de Professores visitantes internacionais; O Programa para atração de Professores Visitantes prevê agora visitas de curta duração. Os visitantes internacionais poderão permanecer na UFPR por períodos que variam de 1 mês a 2 dois anos. Será dada prioridade a visitas de menor duração para que mais programas possam receber visitantes. (f). Aumento da produção intelectual qualificada e com parcerias internacionais, por meio de ações em conjunto com o Centro de Apoio à Produção Acadêmica - CAPA

46) Captação de recursos de editais nacionais e internacionais para cooperação internacional

a) Score: 125

b) Detalhamento: a. Capacitação do quadro docente para participação de editais internacionais; b. Prospecção de programas e chamadas internacionais adequadas para as vocações da UFPR por parte da coordenação de Cooperação Internacional da AUI.

47) Mobilidade acadêmica internacional

a) Score: 125

b) Detalhamento: a. Doutorado-sanduíche internacional b. Pós-doutorados em centros de pesquisa de excelência c. Estágios e visitas técnicas ao exterior d. Acordos para cotutela de teses com programas de pós-graduação internacionais; e. Mobilidade eventual para participação em conferências e visitas técnicas.

48) Políticas linguísticas para a excelência científica

a) Score: 125

b) Detalhamento: a. Com o intuito de romper barreiras linguísticas, facilitar a troca de informações entre pesquisadores, professores, alunos e corpo técnico administrativo da comunidade acadêmica, a Agência UFPR Internacional conta com uma coordenação de políticas linguísticas, responsável por planejar, prospectar e fomentar a construção de propostas envolvendo ensino de línguas estrangeiras e elaboração de programas e projetos que envolvam ações linguísticas. Dentre as ações básicas estão o incentivo e apoio no desenvolvimento de competências na produção e publicação – em língua portuguesa e línguas estrangeiras - de textos científicos, apresentações acadêmicas para seminários internacionais, capacitação de docentes e discentes para processos de ensino e aprendizado em língua estrangeira, ampliação do leque de disciplinas ofertadas em inglês, dentre outras línguas estrangeiras. O processo de certificação em línguas estrangeiras também é uma das ferramentas de medida para a definição do grau de proficiência linguística em dado idioma. Além do inglês e do português para estrangeiros, a AUI adota a visão do multilinguismo e multiculturalismo, incentivando paralelamente o aprendizado de idiomas vistos como estratégicos para o desenvolvimento de cada setor. Ainda na perspectiva do multiculturalismo e da internacionalização em casa, considera-se que o ensino de língua

portuguesa para estrangeiros é fator essencial para que haja uma melhor compreensão da nossa cultura, além de constituir-se como ação facilitadora da adaptação e convívio do estrangeiro no Brasil. Outro programa de disseminação e divulgação associado às políticas linguísticas é a produção de conteúdo didático multimídia em diversos idiomas (Educação a distância e divulgação científica em múltiplas línguas). a. Incentivo e suporte à oferta de disciplinas ministradas em outros idiomas na graduação e pós-graduação. b. Qualificação da comunidade acadêmica para o domínio de idiomas, por meio de programas como o Idiomas sem Fronteiras, CAPA, Centro de Línguas, entre outras ações que atuem na área de formação e instrução em outros idiomas. c. Incentivo à publicação e auxílio na revisão de artigos para submissão em periódicos internacionais de impacto por meio das ações supracitadas.

49) Parcerias Institucionais

a) Score: 125

b) Detalhamento: Atualmente a UFPR possui 197 acordos vigentes e ativos. A política da AUI é a de promover e facilitar a institucionalização dos acordos de colaboração internacional, desburocratizando-os e diminuindo o tempo de sua avaliação jurídica. Entende-se que a institucionalização de parcerias internacionais ativas confere visibilidade às ações desenvolvidas, o que permite à AUI planejar e definir estratégias futuras de cooperação internacional em maior escopo, envolvendo diversos pesquisadores e Programas de Pós-Graduação em áreas temáticas afins, garantindo-se assim transversalidade na pesquisa.

50) Envolvimento do corpo discente nas publicações qualificadas dos programas

a) Score: 125

b) Detalhamento: a. Aumentar as coautorias dos discentes da pós-graduação nos artigos publicados.

51) Aumento da participação dos alunos de graduação em grupos de pesquisa

a) Score: 125

b) Detalhamento: a. Aporte de bolsas para que os alunos sejam inseridos em atividades de pesquisa.

52) Inserção nas grades curriculares disciplinas transversais de formação científica-metodológica

a) Score: 125

b) Detalhamento: a. Oferta de disciplinas com caráter científico metodológicas e instrumentais comuns.

53) Incentivo de uso de estratégias de EaD

a) Score: 125

b) Detalhamento: a. Uso de cursos na plataforma EDX b. Oferta de disciplinas em regime EAD – nacional e exterior.

7.7 Recursos Humanos

- 54) Restabelecer e fortalecer os canais de comunicação e interação entre as unidades da UFPR e a PROGEPE para melhoria e aumento do alcance do programa de capacitação.
- a) Score: 125
 - b) Detalhamento: Quem: CDP/PROGEPE Meta: em construção Ações: o - Criação de uma rede de colaboradores nos Setores e Pró-Reitorias. - Criação de sistema de gestão de informação das capacitações.
- 55) Redistribuir o quadro de técnicos administrativos a fim de atender de forma quantitativa e qualitativa todas as lotações da UFPR e viabilizar maior mobilidade dos servidores.
- a) Score: 125
 - b) Detalhamento: Quem: CPP/PROGEPE + Parcerias a definir Meta: em construção Ações: - Elaboração/definição da metodologia de dimensionamento para análise e aprovação pelo COPLAD.
- 56) Aprimoramento da coleta e análise de indicadores para instituição de ações e políticas institucionais de gestão de pessoas.
- a) Score: 125
 - b) Detalhamento: Quem: PROGEPE + Parcerias a definir Meta: em construção Ações: Definição dos principais indicadores para a área de gestão de pessoas. - Levantamento sobre os bancos de dados e sistemas existentes no âmbito da UFPR, suas funcionalidades, bem como a possibilidade de integração dos sistemas. - Encaminhamento dos indicadores para as Coordenações da PROGEPE para estudo e implantação de ações e políticas institucionais. Capacitação, em observância às premissas do PDIC, anexo I.
- 57) Incentivar a criação de ferramentas pelas unidades ligadas à CAISS que possam produzir indicadores que orientem a atuação da Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor nos "Programas de Promoção e Prevenção à Saúde".
- a) Score:
 - b) Detalhamento:
- 58) Buscar estratégias de fortalecimento e atuação conjunta com as demais unidades da UFPR, no que se refere a atuação na Promoção da Saúde da comunidade universitária, dentro de uma abordagem de levantamento das necessidades.
- a) Score:
 - b) Detalhamento:

7.8 Inclusão, Diversidade e Assuntos Estudantis

- 59) Criar uma unidade administrativa, que atue com o tema "Inclusão e Diversidade", a fim de

promover e monitorar as ações afirmativas, acolher e encaminhar as denúncias de violência (de gênero, racismo, capacitismo, LGBTIfobia, xenofobia e preconceitos de várias naturezas)

a) Score: 729

b) Detalhamento: Criar programas, ações, protocolos, formas de acolhimento qualificado, orientação e encaminhamento dos casos de violência, articulados com redes de serviços socioassistenciais internas e externas à Universidade, desenvolvendo de modo contínuo, ações voltadas para a comunidade acadêmica a fim de refletir sobre o tema da diversidade, violências e das diferenças. Ampliar equipe técnica de acordo com demandas identificadas e capacitar as servidoras e os servidores (docentes, técnicos e terceirizados) da Universidade sobre o tratamento adequado a ser dado à questão, articulando junto à Progepe oferta de cursos de formação continuada a fim de prepará-los para atuar com a comunidade na perspectiva da inclusão e diversidade. Criar canais específicos de comunicação e acesso a programas e profissionais para atendimento das denúncias.

60) Desenvolver uma política institucional efetiva de assistência estudantil, sob o olhar da inclusão, permanência e diversidade, garantindo a valorização e a permanência das estudantes e dos estudantes.

a) Score: 125

b) Detalhamento:

- i) Criar redes de articulação e responsabilização de ações entre a PRAE, a Superintendência de Inclusão, Ações Afirmativas e Diversidade, a PROGRAD e demais Pró-Reitorias tendo em vista o acompanhamento acadêmico e outras demandas dos/as estudantes com o intuito de aprimorar os espaços de acolhimento das demandas estudantis relacionadas à permanência, fortalecendo programas existentes e fomentando novas ações de acordo com as transformações das condições da vida acadêmica. Aprimorar os processos de acolhimento e atendimento psicossocial e pedagógico por meio de qualificação e capacitação permanentes a todos os atores envolvidos. Dar voz e visibilidade ao sofrimento e ao adoecimento produzido no contexto e pelas lógicas acadêmicas assim como os devidos enfrentamentos e encaminhamentos dessas situações.
- ii) Ampliar a divulgação de informações sobre o programa de assistência estudantil e demais ações da PRAE a toda a comunidade acadêmica, aprimorando os processos de informação e de comunicação (web site; desenvolver página em redes sociais);
- iii) Desenvolver ferramenta/sistema integrado que propicie o acompanhamento da estudante e do estudante com armazenamento/gerenciamento dos dados de renda, rendimento acadêmico, acompanhamentos psicossocial e pedagógico e demais ações da equipe multiprofissional, de forma a propiciar otimização das rotinas administrativas, garantindo agilidade, desburocratização, transparência e qualidade das informações.
- iv) Implementar uma política de governança dos recursos, com representação discente, consolidando os critérios e procedimentos em Resolução – rever /discutir/atualizar Resolução 31/09. Estabelecer uma política de avaliação, com indicadores quantitativos e qualitativos, da efetividade do PNAES, na perspectiva da inclusão e permanência.

61) Propiciar infraestrutura (física, pessoal e de sistema de informação) para a PRAE e para a

Superintendência de Inclusão, Ações Afirmativas e Diversidade, com proximidade física entre elas e de fácil acesso à comunidade acadêmica, que garantam adequado atendimento tendo em vista a especificidade do tema.

a) Score: 729

b) Detalhamento: a) Ampliar e qualificar os espaços de atendimento psicossocial e pedagógico, promovendo adaptações adequadas que garantam o acesso dentro dos padrões de acessibilidade à comunidade acadêmica de forma a garantir múltiplos e adequados espaços em todos os *campi* de Curitiba, nos campus avançados e setores em outras cidades, para atendimento aos estudantes em suas demandas relacionadas à inclusão, permanência e diversidade. b) Criação de sistema de informação que abranja desde o acolhimento das inscrições até o acompanhamento de estudantes atendidos pelas unidades de assistência e apoio estudantil.

62) Ampliar espaços de diálogo e construção coletiva entre a PRAE e o movimento estudantil (DCE, Centros Acadêmicos e Coletivos)

a) Score: 448

b) Detalhamento:

- i) Organizar eventos sobre Assuntos Estudantis e Inclusão e Diversidade a fim de incentivar a participação discente, ampliando ações com foco na qualidade de vida no campus (oficinas, intervenções, eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer).
- ii) Criar um espaço de discussão e troca de vivências universitária, envolvendo toda a comunidade da UFPR e estimulando a participação nos eventos. Sensibilização da comunidade estudantil em relação ao compromisso social da Universidade e de seu papel enquanto instituição pública, gratuita e de qualidade.

63) Fomentar a promoção de interações culturais, artísticas e esportivas entre membros da comunidade acadêmica

a) Score: 448

b) Detalhamento: Estabelecer parceria entre a PRAE, PROEC, CED e comunidade estudantil objetivando oportunizar à comunidade da UFPR a participação em atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer. Possibilitar condições para que diferentes formas de arte sejam construídas e exercidas pela comunidade acadêmica e descentralizando ações culturais, artísticas e esportivas para os *campi* do interior.

7.9 Tecnologia de Informação e Comunicação

64) Implantar uma gestão de informação otimizada e apta ao atendimento das demandas, acadêmicas, administrativas e técnicas, cotidianas da UFPR.

a) Score: 125

b) Detalhamento: • ampliar capacidades de pessoal; • ampliar investimentos em

equipamentos/infraestrutura; • prover suporte administrativo ao CCE; • Implementação imediata do CGTIC; • formalizar um programa de capacitação permanente; • promover solução de software unificada de gestão; • Definição de uma política/estratégia institucional de TIC.

65) Definir uma política estratégica de TIC que promova o seu alinhamento às exigências internas e às políticas e regulamentações governamentais.

a) Score: 125

b) Detalhamento: • Desenvolver planejamento estratégico de política de TIC • Criar normas de TIC • Implementar a Política de Segurança da Informação • Melhorar e ampliar a Infraestrutura de TIC • Garantir orçamento para investimentos continuados em TIC • Promover Estrutura organizacional de TIC • Desenvolver e manter plano continuado de capacitação de profissionais de TIC • Ampliar o quadro de pessoal na área de TIC • Mapear e gerenciar processos de TIC • Regulamentar e direcionar a adoção ou desenvolvimento de sistemas institucionais • Promover a Gestão da Informação

7.10 Infraestrutura

66) Manter a infraestrutura da UFPR atualizada;

a) Score: 125

b) Detalhamento: 1) eliminar o passivo de infraestrutura existente (por exemplo: segurança, acessibilidade, instalações elétricas, conforto, eficiência, instalações de equipamentos, etc.); conforme a demanda já estabelecida elaborar cronograma de passivos de infraestrutura verificando o tempo de solicitação e sua urgência; 2) fazer o levantamento dos equipamentos já adquiridos e elaborar um cronograma de instalação. 3) Definição de um cronograma de execução para as obras iniciadas e notificadas pelos órgãos de controle e FINEP. 4) os recursos captados das diversas fontes devem estar contidos no planejamento institucional; 5) Divulgação permanente dos critérios utilizados, pelos protocolos e resultados da SUINFRA.

67) Propiciar transparência e comunicação com a comunidade;

a) Score: 125

b) Detalhamento: Utilizar os recursos disponíveis, oriundos de fontes diversas, conforme o planejamento institucional coletivo;

68) Conscientizar a comunidade quanto à necessidade de preservação das instalações da UFPR.

a) Score: 125

b) Detalhamento: Ser eficiente com relação aos gastos com infraestrutura.

69) Estabelecer uma política de ocupação dos espaços;

a) Score: 125

b) Detalhamento: Concluir as obras iniciadas e notificadas pelos órgãos de controle e FINEP;

70) Estabelecer protocolos relativos à infraestrutura em conjunto com as demais Pró-Reitorias e Setores, inclusive relativos à busca de recursos para atividades que envolvam a SUINFRA;

a) Score: 125

b) Detalhamento: Alinhar o planejamento da SUINFRA com os objetivos e metas da Administração Central;

Referências

CGU. 2013, **Coletânea de Entendimentos Perguntas e respostas** Edição Revisada Brasília, maio de 2013 Gestão de Recursos das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Institutos que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

CMES, CARVALHO. (2009). **AMÉRICA LATINA E O CARIBE DEVEM MANTER O DEBATE**. In: **Boletim ESALC informa sobre Educación Superior**. Disponível em http://www.unesco.org.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=910:editorial-no-197-espanol&catid=102:noticias&Itemid=435&lang=es acesso em 09 set 2017.

CORBUCCI, P.R. **EVOLUÇÃO DO ACESSO DE JOVENS À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**. Brasília: IPEA. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3021/1/TD_1950.pdf acesso em 09/09/2017.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues. **A Universidade temporã**, 2^a ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.

MOREIRA, C. A. In: BURMESTER, A.M. de O. (org)... [et al.]. **Universidade Federal do Paraná: 90 anos em construção**. Curitiba: Editora UFPR, 2002. 112 p.

NÓVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

Wachowicz, R. C. 1983, **Universidade do Mate**. Curitiba, Editora da UFPR, 189p.

Westphalen, C. M. 1987, **Universidade Federal do Paraná – 75 Anos**. Curitiba, Editora da UFPR, 116p.

ANEXO I – PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DO PCCTAE

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira – PDIC do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE é parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Paraná. Tem por objetivo atender as Leis nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, bem como, as diretrizes gerais estabelecidas por meio do Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006 e Portaria nº 09, de 29 de junho de 2006, do Ministério da Educação e demais Resoluções da Comissão Nacional Supervisora.

O Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira do PCCTAE busca afirmar que a política de desenvolvimento dos servidores, que envolve capacitação, aperfeiçoamento e avaliação de desempenho, deve estar orientada pelo papel do Estado e pelo projeto de cada um de seus Órgãos para responder a necessidade de qualificar os serviços e de crescimento profissional dos servidores.

O desenvolvimento na carreira visa à qualificação do processo de trabalho, considerando sua natureza dinâmica e o cumprimento da função social da Instituição, constituindo-se em perspectiva funcional que tenha como parâmetros o planejamento, o desenvolvimento organizacional e a realização profissional dos servidores.

De acordo com o artigo 24 da Lei nº 11.091/2005 e o artigo 5º do Decreto nº 5.825/2006, o referido Plano será integrado pelos seguintes Programas: Programa de Dimensionamento das Necessidades Institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas; Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e Programa de Avaliação de Desempenho. Tais programas serão amplamente discutidos e construídos, dentro dos prazos estabelecidos pela referida Lei, com a participação de todos os servidores da UFPR.

As ações de planejamento, coordenação, execução e avaliação do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira do PCCTAE são de responsabilidade do dirigente máximo da UFPR e das chefias das unidades acadêmicas e administrativas em conjunto com a unidade de gestão de pessoas. A Unidade de Gestão de Pessoas deverá assumir o gerenciamento dos programas vinculados ao Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira do PCCTAE. Na UFPR, o Plano será acompanhado e fiscalizado pela Comissão Interna de Supervisão - CIS, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 22, da Lei nº 11.091/2005.

Em conformidade com o disposto no artigo 4º do Decreto nº 5.825/2006, o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira do PCCTAE será definido visando garantir:

- I. A função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE.
- II. A apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos no planejamento institucional.
- III. O aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público.
- IV. A construção coletiva de soluções para as questões institucionais.
- V. A reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais.
- VI. A administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFE.
- VII. A identificação de necessidade de pessoal, inclusive remanejamento, readaptação e redistribuição da força de trabalho de cada unidade organizacional.
- VIII. As condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viável a melhoria da qualidade na prestação de serviços, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos ocupantes da carreira e sua realização profissional como cidadãos.
- IX. A avaliação de desempenho como um processo que contemple a avaliação realizada pela força de trabalho, pela equipe de trabalho e pela IFE e que terão o resultado acompanhado pela comunidade externa.
- X. A integração entre ambientes organizacionais e as diferentes áreas do conhecimento.

ORÇAMENTOS

A execução do Plano e seus Programas serão custeados por recurso do orçamento da UFPR, conforme rubrica específica, aprovado pelo Conselho Universitário. O orçamento poderá especificar recurso do Tesouro, bem como, recurso próprio, na forma da lei, a fim de dar consequência em especial aos programas de capacitação, aperfeiçoamento e de avaliação de desempenho.

2. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Os princípios e diretrizes do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira do PCCTAE são os estabelecidos na Lei nº 11.091/2005 e no Decreto nº 5.825/2006.

A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará os princípios e diretrizes contidos no artigo 3º da referida Lei, que são:

- I. Natureza do processo educativo, função social e objetivo do Sistema Federal de Ensino.

- II. Dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes.
- III. Qualidade do processo de trabalho.
- IV. Reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão.
- V. Vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições.
- VI. Investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público.
- VII. Desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais.
- VIII. Garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal.
- IX. Avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários.
- X. Oportunidades de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas.

E, ainda, os princípios e diretrizes previstos no artigo 2º do Decreto nº 5.825/2006:

- I. Cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as de pesquisa e dessas com o Ministério da Educação.
- II. Corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
- III. Adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.

3. CONCEITOS

Os conceitos aplicados no Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira do PCCTAE são os estabelecidos no artigo 3º do Decreto nº 5.825/2006:

- I. Desenvolvimento – processo continuado que visa ampliar os conhecimentos, as capacidades e habilidades dos servidores, a fim de aprimorar seu desempenho funcional no cumprimento dos objetivos institucionais.
- II. Capacitação – processo permanente e deliberado de aprendizagem, que utiliza ações de aperfeiçoamento e qualificação, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais, por meio do desenvolvimento de competências individuais.

- III. Educação formal – educação oferecida pelos sistemas formais de ensino, por meio de instituições públicas ou privadas, nos diferentes níveis da educação brasileira, entendidos como educação básica e educação superior.
- IV. Aperfeiçoamento – processo de aprendizagem, baseado em ações de ensino-aprendizagem, que atualiza, aprofunda conhecimentos e complementa a formação profissional do servidor, com o objetivo de torna-lo apto a desenvolver suas atividades, tendo em vista as inovações conceituais, metodológicas e tecnológicas.
- V. Qualificação – processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o servidor adquire conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento do servidor na carreira.
- VI. Desempenho – execução de atividades e cumprimento de metas previamente pactuadas entre o ocupante da carreira e a IFE, com vistas ao alcance de objetivos institucionais.
- VII. Avaliação de desempenho – instrumento gerencial que permite ao administrador mensurar os resultados obtidos pelo servidor ou pela equipe de trabalho, mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, previamente pactuadas com a equipe de trabalho, considerando o padrão de qualidade de atendimento ao usuário definido pela IFE, com a finalidade de subsidiar a política de desenvolvimento institucional e do servidor.
- VIII. Dimensionamento – processo de identificação e análise quantitativa e qualitativa da força de trabalho necessária ao cumprimento dos objetivos institucionais, considerando as inovações tecnológicas e modernização dos processos de trabalho no âmbito da IFE.
- IX. Alocação de cargos – processo de distribuição de cargos baseado em critérios de dimensionamento objetivos, previamente, definidos e expressos em uma matriz, visando o desenvolvimento institucional.
- X. Matriz de alocação de cargos – conjunto de variáveis quantitativas que, por meio de fórmula matemática, traduz a distribuição ideal dos Cargos Técnico-Administrativos na IFE.
- XI. Força de trabalho – conjunto formado pelas pessoas que, independentemente do seu vínculo de trabalho com a IFE, desenvolvem atividades técnico-administrativos e de gestão.
- XII. Equipe de trabalho – conjunto da força de trabalho da IFE que realiza atividades afins e complementares.
- XIII. Ocupante da carreira – servidor efetivo pertencente ao quadro da IFE que ocupa cargo de Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
- XIV. Processo de trabalho – conjunto de ações sequenciais que organizam as atividades da força de trabalho e a utilização dos meios de trabalho, visando o cumprimento dos objetivos e metas institucionais.

4. PROGRAMAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DO PCCTAE

4.1 PROGRAMA DE DIMENSIONAMENTO DAS NECESSIDADES INSTITUCIONAIS DE PESSOAL E MODELO DE ALOCAÇÃO DE VAGAS

4.1.1 Justificativa

A área de gestão de pessoas, no contexto das Instituições Federais de Ensino Superior, ao trabalhar no planejamento de ações relacionadas à provimento, distribuição e alocação de vagas, deve estar consubstanciada nas diretrizes previstas no Programa de Reestruturação das Universidades do governo federal que, através do Ministério da Educação dimensionou as IFES, e vem mantendo informações sobre procedimentos de atualização desta mensuração, nos aspectos dos quantitativos de vagas, tanto da carreira docente, como da carreira técnico administrativa.

No que tange a carreira técnico administrativo, o Quadro Referência de Servidores Técnicos Administrativos (QRSTA) das IFES, instituído pelo Decreto 7232/10, de 19/07/2010, publicado no D.O.U. de 20/07/2010, passa a ser, necessariamente, a matriz referencial, a partir da qual a Universidade Federal do Paraná, deve ter consubstanciada suas ações. Isto implica dizer que, como as demais IFES, a UFPR dispõe de um total definido de vagas de cargos técnicos autorizados que, distribuídas internamente, estão direcionadas a atender demandas institucionais de natureza meio e fim.

Importante lembrar que antes da publicação do referido decreto às Instituições Federais de Ensino sofreram grande perda de parte de seu efetivo, pois, as aposentadorias, exonerações e falecimentos não foram repostas na sua totalidade, trazendo grandes prejuízos no quantitativo de pessoal das instituições.

Ainda, há que se destacar que a UFPR possui no seu quadro, servidores de cargos extintos, que ao se aposentarem não são repostos pela figura do técnico referência, gerando, também, déficit no quadro de pessoal.

Em relação ao QRSTA/UFPR, a Pró - Reitoria de Gestão de Pessoas, através da Coordenadoria de Planejamento de Pessoal - CPP, trabalha com o objetivo da contínua análise e tratamento dos dados que retratam a atual distribuição das vagas dos cargos técnicos, entre as diversas unidades da Instituição, sistematizando estudos de dados que, tratados com as análises específicas, resultam na aplicação de procedimentos que vem otimizando a prática da alocação de servidores em áreas de trabalho, de acordo com o registro das devidas necessidades quantitativas e qualitativas, tanto voltadas à natureza dos trabalhos desenvolvidos nas diferentes unidades

institucionais, quanto às atribuições dos cargos técnicos, definidas a partir do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos – PCCTAE, implantado pela Lei 11091/2005.

As ações de mapeamento de dados, de indicadores, de demandas, de diversidades e especificidades compõem o conjunto e a lógica que subsidiam proposta, atualmente trabalhada pela CPP, voltada à alocação de vagas, de cargos técnicos no contexto da UFPR, associada à implantação de um sistema, com disponibilidade de funcionalidades que venham a permitir e, ao mesmo tempo, integrar planejamento e execução das práticas de recrutamento e alocação de pessoal, com convergência às áreas de competências relacionadas à avaliação (estágio probatório e desempenho), capacitação, qualificação, movimentação e distribuição do quadro de pessoal da Instituição, visando o alcance de melhores índices de desempenho institucional.

4.1.2 Objetivos

4.1.2.1 Objetivo geral

Estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir os critérios de distribuição de vagas em consonância com o artigo 6º do Decreto 5.825/2006, mediante:

- I. Análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional.
- II. Análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências.
- III. Análise dos processos e condições de trabalho.
- IV. Condições tecnológicas da IFE.

4.1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos do Programa de Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal e Modelo de Alocação de Vagas são os estabelecidos no artigo 8º, parágrafo 1º, do Decreto nº 5.825/2006:

- I. Identificar a força de trabalho da IFE e sua composição, conforme estabelecido neste Decreto.
- II. Descrever as atividades dos setores em relação aos ambientes organizacionais e à força de trabalho.
- III. Descrever as condições tecnológicas e de trabalho.
- IV. Identificar a forma de planejamento, avaliação e do nível de capacitação da força de trabalho da IFE.
- V. Analisar os processos de trabalho com indicação das necessidades de racionalização, democratização e adaptação às inovações tecnológicas.
- VI. Identificar a necessidade de redefinição da estrutura organizacional e das competências das unidades da IFE.
- VII. Aplicar a matriz de alocação de cargos e demais critérios para o estabelecimento da real necessidade de força de trabalho.
- VIII. Comparar a força de trabalho existente e a necessidade identificada, de forma a propor ajustes.
- IX. Remanejar internamente o pessoal com vistas ao ajuste da força de trabalho à matriz de alocação de cargos.
- X. Identificar a necessidade de realização de concurso público, a fim de atender às demandas institucionais.

4.1.3 Matriz

A matriz de alocação de cargos deverá ser elaborada pela administração após a definição dos indicadores e a relação entre estes e publicadas por Resolução de seu colegiado máximo.

4.1.4 Reorganização do processo de trabalho

Reorganizar o processo de trabalho constitui-se em um processo participativo de análise diagnóstica da situação atual do processo de trabalho nos órgãos que subsidie e se pautem no planejamento estratégico institucional, com vistas à execução de seu projeto pedagógico. Neste sentido, seu resultado pode expressar-se, entre outras, nas seguintes ações:

- I. Abertura de concurso público para reposição e ampliação de pessoal buscando concretizar o quadro ideal e o fim da terceirização e outras formas de vínculo.
- II. Redefinição de estrutura e competências de órgãos.
- III. Democratização das relações de trabalho.
- IV. Definição do papel e responsabilidades das direções e chefias.
- V. Redistribuição de atividades e tarefas entre os servidores.
- VI. Melhoria das condições de trabalho.
- VII. Racionalização dos processos de trabalho e inovações tecnológicas cabíveis.
- VIII. Remoção interna dos servidores.

4.2 PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

4.2.1 Justificativa

As transformações dos processos de trabalho e a rapidez com que surgem novos conhecimentos e informações têm exigido capacitação permanente e continuada, a fim de propiciar um atendimento de qualidade por parte dos servidores públicos. É por meio da capacitação e aperfeiçoamento profissional que os servidores adquirem a capacidade técnica necessária para a execução de suas atividades profissionais e potencialização de seu desempenho individual e coletivo.

O Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, em consonância com as Leis nº 11.091/2005 e 11.233/2005, Decreto nº 5.825/2006 e Portaria nº 09/2006 – MEC compreende a capacitação nas suas mais diversas formas, correspondentes à natureza das atividades do serviço público na área de educação, às exigências dos cargos e ambientes da carreira, incluindo a educação formal.

Além do mais, visa promover o desenvolvimento das capacidades necessárias ao desempenho profissional, capacitação dos servidores para o aperfeiçoamento de suas funções, crescimento integral do servidor enquanto ator responsável pela qualificação institucional e valorização da função pública.

4.2.2 Objetivos

4.2.2.1 Objetivo geral

Promover formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de forma continuada, com vistas ao atendimento das necessidades institucionais, proporcionando aos servidores as condições necessárias ao cumprimento de seu papel e atingimento dos requisitos necessários ao seu pleno desenvolvimento na carreira.

4.2.2.2 Objetivos específicos

De acordo com o artigo 7º do Decreto nº 5.825/2006, são objetivos específicos do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento:

- I. Contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão.
- II. Capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública.
- III. Capacitar o servidor para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE.

4.2.3 Estratégia metodológica

O Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento deve estar em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, instituída pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, além da Lei nº 11.091/2005 e Decreto nº 5.825/2006.

Anualmente, é elaborado o Plano Institucional de Capacitação e Qualificação dos Servidores da UFPR, atendendo as referências legais anteriormente destacadas e, também, em conformidade com a Resolução nº 24, de XXXX – COPLAD. Tal Resolução instituiu os seguintes programas permanentes: Programa de Integração Institucional, Programa de Incentivo e Apoio a Educação Formal, Programa de Treinamento, Programa de Desenvolvimento Pessoal, Programa de Desenvolvimento Gerencial e Programa de Valorização Ético-Profissional do Servidor Público.

Para implementação do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, por meio do referido Plano Institucional, faz-se necessário à realização de um diagnóstico feito de forma participativa, a fim de identificar as necessidades de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores da UFPR atendendo as necessidades de suas respectivas unidades de trabalho. Neste diagnóstico é importante constar quais capacidades são consideradas essenciais para o exercício da função do servidor público, informações inerentes à atividade desenvolvida pela e na unidade, levantamento das necessidades de capacitação para o pleno desenvolvimento da unidade e de seu servidor, entre outras.

Esse diagnóstico irá subsidiar as prioridades para a capacitação e aperfeiçoamento de pessoal, conforme as linhas de desenvolvimento propostas no artigo 7º do Decreto nº 5.825/2006,

conceituadas no próximo item: iniciação ao serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-relação entre ambiente e específica.

No que se refere ao levantamento de necessidades de capacitação, o objetivo é compilar as demandas vinculadas com a melhoria das atividades específicas da Universidade e dos interesses institucionais, com vistas a superação da fragmentação de ações destinadas apenas à aquisição de conhecimentos individuais.

4.2.4 Linhas de capacitação e desenvolvimento

O Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento deverá ser implementado em conformidade com as linhas de desenvolvimento estabelecidas no artigo 7º do Decreto nº 5.825/2006:

- I. Iniciação ao serviço público – visa ao conhecimento da função do Estado, das especificidades do serviço público, da missão da IFE e da conduta do servidor público e sua integração no ambiente institucional.
- II. Formação geral – visa à oferta de conjunto de informações ao servidor sobre a importância dos aspectos profissionais vinculados à formação, ao planejamento, à execução e ao controle das metas institucionais.
- III. Educação formal – visa à implementação de ações que contemplem os diversos níveis de educação formal.
- IV. Gestão – visa à preparação do servidor para o desenvolvimento da atividade de gestão, que deverá se constituir em pré-requisito para o exercício de funções de chefia, coordenação, assessoramento e direção.
- V. Inter-relação entre ambientes – visa à capacitação do servidor para o desenvolvimento de atividades relacionadas e desenvolvidas em mais de um ambiente organizacional.
- VI. Específica – visa à capacitação do servidor para o desempenho de atividades vinculadas ao ambiente organizacional em que atua e ao cargo que ocupa.

4.2.5 Ações que capacitam

As ações de capacitação a serem reconhecidas deverão estar previstas no Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento da UFPR, elaboradas a partir do diagnóstico e levantamento de necessidades realizado anualmente. Entretanto, nem toda ação reverterá em progressão funcional, mas poderá ser considerada na avaliação de desempenho.

O Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento especificará, anualmente, quais ações de capacitação poderão ser utilizadas para a progressão funcional por capacitação. São ações que capacitam:

- I. Cursos modulares – visa o atendimento das demandas de capacitação oriundas dos diversos ambientes organizacionais.
- II. Cursos específicos – visa o atendimento das exigências básicas do ambiente organizacional, do cargo e da carga horária mínima para a progressão funcional.
- III. Eventos – ações de capacitação que envolve a participação de servidores em seminários, simpósios, jornadas, semanas científicas, congressos, encontros, oficinas, palestras, *workshops*, atuação como monitor/instrutor no Programa de Capacitação, cooperação técnica, grupos de estudos, grupos de trabalho, estágios profissionais, participação como aluno especial em disciplina de cursos de educação formal, participação em projetos institucionais e acadêmicos, produção técnica e/ou científica, cursos de extensão, participação em eventos internos e externos.

4.2.6 Ações que propiciam progressão

O Programa deverá especificar quais das atividades, em consonância com as diretrizes nacionais estabelecidas no Decreto nº 5.825/2006, poderão ser utilizadas para a progressão por capacitação profissional dos servidores, respeitadas:

- I. A carga horária da ação de capacitação prevista para o nível de classificação e o nível de capacitação.
- II. A ação de capacitação poderá ser única ou modular.
- III. A ação de capacitação deverá estar relacionada diretamente ao cargo, atividades e/ou ambiente.
- IV. A certificação da ação de capacitação deverá ser reconhecida pela UFPR.

4.2.7 Participantes

O Programa visa atender as necessidades de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores técnico-administrativos, gestores e demais trabalhadores que exercem atividades técnico-administrativas na UFPR.

A definição dos participantes do Programa Anual de Capacitação e Aperfeiçoamento deverá ser feita a partir de cada local de trabalho, em processo coletivo que envolva chefias e servidores, observados os objetivos e metas institucionais de cada setor/unidade e da Instituição como um todo e, também, dos resultados dos processos de avaliação. A participação dos servidores no Programa poderá implicar em afastamento total ou parcial de acordo com o interesse Institucional.

Os servidores docentes e técnico-administrativos poderão atuar como instrutores e/ou monitores, dentro de suas áreas de atuação e/ou formação, cujas atividades desenvolvidas serão incluídas em suas atribuições funcionais.

4.2.8 Avaliação do Programa

A avaliação do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento compreende um processo participativo que envolve todos os atores da ação de capacitação pelo qual se verifica o alcance dos objetivos estratégicos, gerencial e operacional da Instituição e se estabelece indicadores para a ação seguinte.

4.3 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

4.3.1 Justificativa

A avaliação de desempenho é um processo utilizado para mensurar o desempenho e comportamento do servidor público de acordo com as atividades que ele desempenha, das metas e resultados a serem alcançados, assim como, da sua capacidade de desenvolvimento. Tem por objetivo, subsidiar o planejamento institucional, especialmente com relação a política de gestão de pessoas, na definição dos Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento e Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal da UFPR.

Além do mais, é um instrumento para o desenvolvimento de carreira e progressão por mérito do servidor, consistindo em um processo de caráter pedagógico e sistemático, no qual a transparência e a continuidade devem estar contidas nos instrumentos utilizados.

A proposta para os processos de avaliação de desempenho na UFPR parte do princípio de que esta deve integrar o processo de avaliação institucional, orientando-se por objetivos, metas e responsabilidades definidos coletivamente em grupos de trabalho e referenciados nas expectativas do público usuário. Em respeito ao princípio da corresponsabilidade de gestão, o processo deve ser descentralizado em sua execução, com ênfase em aspectos qualitativos e processuais, garantindo subsídios para a melhoria das condições de trabalho e dos serviços prestados.

No sistema proposto, a avaliação de desempenho torna-se um processo dinâmico, facilitador do cumprimento dos objetivos organizacionais, em conformidade com os objetivos individuais de cada servidor e, também, contribuinte para o diagnóstico das necessidades e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle da Instituição.

Todo e qualquer planejamento institucional fundamenta-se em objetivos a serem atingidos, bem como, na função social a ser desempenhada pela Instituição. Neste sentido, a avaliação de desempenho atende as premissas de melhoria das condições técnicas do trabalho individual e coletivo, de planejamento sistemático dos ambientes organizacionais e, por consequência, da excelência nos serviços prestados à comunidade universitária e ao cidadão.

4.3.2 Objetivos

4.3.2.1 Objetivo geral

Conforme artigo 8º do Decreto nº 5.8525/2006, o Programa de Avaliação de Desempenho tem como objetivo promover o desenvolvimento institucional, subsidiando a definição de diretrizes para políticas de gestão de pessoas e garantindo a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

4.3.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos do Programa de Avaliação de Desempenho:

- I. Estimular o trabalho coletivo, visando ampliação do nível de participação dos servidores no planejamento institucional.
- II. Identificar os aspectos facilitadores e dificultadores ao desempenho, relacionados às condições de trabalho coletivo e individual, visando o melhor aproveitamento daqueles e a superação desses.

Além dos objetivos estabelecidos no artigo 8º, parágrafo 1º, do Decreto nº 5.825/2006:

- I. Fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento de pessoal da IFE.
- II. Propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho.
- III. Identificar e avaliar o desempenho coletivo e individual do servidor, consideradas as condições de trabalho.
- IV. Subsidiar a elaboração dos Programas de capacitação e Aperfeiçoamento, bem como, o dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional.
- V. Aferir o mérito para progressão.

4.3.3 Estratégia metodológica

Em conformidade com o artigo 8º, parágrafo 2º, do Decreto nº 5.825/2006, o Programa de Avaliação de Desempenho, como processo pedagógico, coletivo e participativo, deverá abranger, de forma integrada, a avaliação:

- I. Das ações da Instituição.
- II. Das atividades das equipes de trabalho.
- III. Das condições de trabalho.
- IV. Das atividades individuais, inclusive as das chefias.

E, também, deverá utilizar instrumentos estruturados com base nos princípios de objetividade, legitimidade e publicidade e na adequação do processo aos objetivos, métodos e resultados definidos no referido Decreto.

4.3.4 Periodicidade

De acordo com o artigo 9º do Decreto nº 5.825/2006, a aplicação do processo de Avaliação de Desempenho deverá ocorrer no mínimo uma vez por ano ou em etapas necessárias a compor a avaliação anual, de forma a atender a dinâmica de funcionamento da IFE.

4.3.5 Participantes

Em consonância com o artigo 10º do Decreto nº 5.825/2006, participarão do processo de avaliação todos os integrantes da equipe de trabalho e usuários. A Instituição deverá organizar e regulamentar formas sistemáticas e permanentes de participação de usuários na avaliação dos serviços prestados, com base nos padrões de qualidade em atendimento por ela estabelecidos.

5. CRÉDITOS

Reitor	Prof. Ricardo Marcelo Fonseca
Vice-Reitora	Profª. Graciela Bolzón de Muniz
Pró-Reitor de Administração	Prof. Marco Antonio Ribas Cavaliere
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis	Profª. Maria Rita de Assis César
Pró-Reitor de Extensão e Cultura	Prof. Leandro Franklin Gorsdorf
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas	Douglas Ortiz Hamermüller
Pró-Reitor de Graduação e Educação Profissional	Prof. Eduardo Salles de Oliveira Barra
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	Prof. Francisco de Assis Mendonça
Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças	Prof. Fernando Marinho Mezzadri
Chefe de Gabinete da Reitoria	Prof. Paulo Ricardo Opuszka
Diretora da Biblioteca Central	Tânia de Barros Baggio
Diretora do Complexo Hospital de Clínicas	Claudete Reggiani
Diretor-Superintendente da FUNPAR	João da Silva Dias
Diretor do Hospital Veterinário – Curitiba	Rogério Ribas Lange
Diretor do Hospital Veterinário – Palotina	Nelson Luís Mello Fernandes

Auditora Interna	Luciane Mialik Wagnitz Linczuk
Diretor da Agência UFPR Internacional	Prof. André de Macedo Duarte
Procurador-Chefe	Dr. Tiago Alves da Mota
Superintendência de Comunicação	Luciana Panke
Superintendência de Infraestrutura	Prof. Sérgio Michelotto Braga
Diretores de Setor, Campus e Centro	
Setor de Artes, Comunicação e Design	Prof. Dalton Luiz Razera
Setor de Ciências Agrárias	Prof. Amadeu Bona Filho
Setor de Ciências Biológicas	Prof. Luiz Cláudio Fernandes
Setor de Educação	Prof ^a . Andrea do Rocio Caldas
Setor de Ciências Exatas	Prof. Marcos Sfair Sunye
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	Prof ^a . Lígia Negri
Setor de Ciências Jurídicas	Prof ^a . Vera Karam de Chueri
Setor de Ciências da Saúde	Prof. Nelson Luis Barbosa Rebellato
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	Prof. Marcos Wagner da Fonseca
Setor de Tecnologia	Prof. Horacio Tertuliano Filho
Setor de Ciências da Terra	Prof. Pedro Luis Faggion
Setor de Educação Profissional e Tecnológica	Prof. Luiz Antonio Passos Cardoso
Setor Litoral	Prof. Renato Bochicchio
Campus Jandaia do Sul	Prof. Eduardo Teixeira da Silva
Setor Palotina	Prof. Elizandro Pires Frigo
Centro de Estudos do Mar	Prof. Mauricio Almeida Noernberg



PDTI

PLANO DIRETOR
DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO
E COMUNICAÇÃO

Biênio 2016-2017

Versão
Aprovada pelo
COPLAD

UNIVERSIDADE FEDERAL

DO PARANÁ

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Reitor

Prof. Zaki Akel Sobrinho

Vice-Reitor

Prof. Rogério Andrade Mulinari

Pró-Reitor de Administração

Prof. Edelvino Razzolini Filho

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Prof.^a Rita de Cássia Lopes

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Prof.^a Deise Cristina de Lima Picanço

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Laryssa Martins Born

Pró-Reitora de Graduação e Educação Profissional

Prof.^a Maria Amélia Sabbag Zaiko

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Edilson Sergio Silveira

Pró-Reitora de Planejamento, Orçamento e Finanças

Prof.^a Lúcia Regina Assumpção Montanhini

Superintendência de Infraestrutura

Álvaro Pereira de Souza

Chefe de Gabinete da Reitoria

Prof. Alzir Felipe Buffara Antunes

Diretor do Centro de Computação Eletrônica

Edson Flávio de Souza

Assessor de Governança da Tecnologia e da Informação

Prof. Egon Walter Wildauer

Auditor Chefe

Luciane Mialik Wagnitz Linczuk

Procurador Chefe

Maria Albertina dos Santos

DIRETORES

Artes, Comunicação e Design

Prof. Dalton Razera

Ciências Agrárias

Prof. Amadeu Bona Filho

Ciências Biológicas

Prof. Luiz Cláudio Fernandes

Educação

Prof.^a Andrea do Rocio Caldas

Ciências Exatas

Prof. Marcos Sfair Sunyé

Ciências Humanas

Prof. Eduardo Salles de Oliveira Barra

Ciências Jurídicas

Prof. Ricardo Marcelo Fonseca

Ciências da Saúde

Prof.^a Claudete Reggiani

Ciências Sociais Aplicadas

Ana Paula Mussi Szabo Cherobin

Tecnologia

Prof. Horácio Tertuliano dos Santos Filho

Ciências da Terra

Prof. Donizeti Antonio Giusti

Educação Profissional e Tecnológica

Prof. Luiz Antônio Passos Cardoso

Litoral

Prof. Dr. Renato Bocchicchio

Palotina

Prof. Elisandro Pires Frigo

Pontal do Paraná / CEM

Prof. Maurício Almeida Noernberg

Jandaia do Sul

Prof. Dr. Eduardo Teixeira da Silva

COMITÊ DE USUÁRIOS DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Presidente

Egon Walter Wildauer AGT&I/GR

Membros

Edson Flávio Souza CCE (nato)
Mario de Paula Soares Filho COPLAD
Carlos Roberto Stahlschmidt PROGEPE
Fernando Sureck Leal PRAE
Margareth de Araujo Bianchessi PRPPG
Ivanise do Rocio Dzieciol PROEC
Felipe Sanches Bueno PRA
Luise Juliani Mathias PROPLAN
Lucinir Feltrin PROGRAD
Claudia Regina Camargo SIBi
Juliana da Cunha Brizida FORDEP
Carolina Arruda de Oliveira Freire FORPÓS
José Teodoro dos Santos FORGRAD
Pedro Rodrigues Torres Junior SEPT
Valmir Antunes Pereira AGT&I

COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Presidente

Egon Walter Wildauer AGT&I/GR

Membros

Edson Flávio Souza CCE
Marcos Sfair Sunyè COPLAD
Lucinir Feltrin PROGRAD
Carlos Roberto Stahlschmidt PROGEPE
Fernando Sureck Leal PRAE
José Henrique Pinto Ferreira PRPPG
Márcia Cristina Machuca Scofano PROEC
Antônio Rodrigues Barros PRA
Simone Marin Israel PROPLAN
Juliana da Cunha Brizida FORDEP
Carolina Arruda de Oliveira Freire FORDEP
José Teodoro dos Santos FORGRAD
Eduardo Parente FORCHEFE

COMITÊ DE RECURSOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Presidente

Egon Walter Wildauer AGT&I/GR

Membros

Edson Flavio de Souza Direção do CCE
Dieval Guizelini COPLAD
Valmir Antunes Pereira Esp. Sistemas Operacionais
Alessandro Brawerman Esp. Redes e Comunicação de Dados
Denise Fukumi Tsunoda Esp. Banco de Dados
Antônio Rodrigues Barros Esp. Desenvolvimento de Software
Eduardo Todt Esp. Hardware
Luis Carlos Erpen de Bona Esp. Ger. Recursos Computacionais

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PDTI - EqEPDTI (Portaria GR nº 2057, de 08 de outubro de 2015)

Presidente

Egon Walter Wildauer AGT&I/GR

Membros

Aldemir Junglos PRA
Amarílio Motta Floriano PRA/CCE
Edson Flávio de Souza PRA/CCE
Valmir Antunes Pereira PRA/CCE

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
04/03/2016	1.0	Minuta do PDTI para aprovação pelos Comitês de TIC da UFPR.	Equipe de Elaboração do PDTI
15/03/2016	1.1	Minuta do PDTI para aprovação pelo COPLAD, previamente submetida e pré-aprovada pelos Comitês de TIC da UFPR	Equipe de Elaboração do PDTI
06/04/2016	1.1	Versão aprovada pelo COPLAD	COPLAD

Lista de Figuras

Figura 1. Estrutura organizacional do COPLAD e seus órgãos consultivos de assessoramento em TIC	11
Figura 2. Organograma do CCE e inserção da unidade na estrutura organizacional da UFPR.....	13
Figura 3. Estrutura organizacional da área de TIC da UFPR	14

Lista de Quadros

Quadro 1. Princípios	8
Quadro 2. Diretrizes	10
Quadro 3. Unidades do CCE e suas atribuições.....	13
Quadro 4. Valores da área de TIC.	15
Quadro 5. Objetivos Estratégicos de TIC	17
Quadro 6. Matriz SWOT: Ambiente Interno	22
Quadro 7. Matriz SWOT: Ambiente Externo	24
Quadro 8. Matriz GUT.....	27
Quadro 9 - Necessidades Essenciais de TIC	30
Quadro 10 – Necessidades Priorizadas de TIC.....	42
Quadro 11 – Plano de Metas e Ações.....	50
Quadro 12 - Plano de Metas e Ações para Necessidades Priorizadas	71
Quadro 13. Distribuição dos cargos de TI na UFPR. Fonte: SIGEPE-UFPR	73
Quadro 14. Resumo da distribuição dos cargos de TI na UFPR. Fonte: SIGEPE-UFPR	74
Quadro 15. Quadro de pessoal e funções das unidades do CCE	74
Quadro 16 - Demandas por capacitação para profissionais de TIC e para Usuários de TIC.....	76
Quadro 17 - Demandas de capacitação por eixo temático.....	77
Quadro 18 - Cursos demandados por eixo temático.....	80
Quadro 19 - Certificações demandadas por eixo temático	80
Quadro 20 – Aquisições de bibliografias demandadas por eixo temático	81
Quadro 21 – Participação em eventos demandadas por eixo temático.....	81
Quadro 22 - Demandas por capacitação em Desenvolvimento Web para usuários de TIC.....	82
Quadro 23 - Plano Orçamentário	83

Sumário

Lista de Figuras.....	II
Lista de Quadros	II
1. Apresentação.....	1

1.1 Alinhamento Estratégico	2
1.2 Período e Abrangência.....	2
1.3 Revisão do PDTI	3
1.4 Conteúdo	3
2. Lista de Abreviaturas e Siglas	4
3. Glossário	5
4. Metodologia.....	6
5. Princípios	6
6. Diretrizes.....	8
7. Organização da TIC.....	10
8. Resultados 2015.....	14
9. Referencial Estratégico de TIC.....	14
9.1 Visão e Missão	14
9.2 Valores.....	15
9.3 Objetivos Estratégicos de TIC.....	16
9.4 Matriz SWOT da Área de TIC da UFPR.....	17
10. Inventário de Necessidades	24
10.1 Plano de Levantamento das Necessidades	24
10.1.1 Contribuições ao Levantamento.....	25
10.1.2 Problemas Identificados no Levantamento	26
10.2 Critérios de Priorização	26
10.3 Necessidades Identificadas	27
10.3.1 Necessidades ESSENCIAIS de TIC	29
10.3.2 Necessidades PRIORIZADAS de TIC.....	31
11. Plano de Metas e de Iniciativas.....	43
12. Gestão de Pessoas	72
12.1 Plano de Gestão de Pessoas.....	74
12.2 Plano de Capacitação	75
12.2.1 Capacitação para técnicos de TIC.....	77
12.2.2 Capacitação para usuários de recursos da TIC.....	82
13. Plano Orçamentário	83
14. Fatores Críticos para a Execução do PDTI	83
15. Conclusão.....	84
16. Documentos de Referência	84
17. Anexos	88
17.1 Anexo I - Relatório de Necessidades de TIC Executadas em 2015.....	89

1. Apresentação

De acordo com a Instrução Normativa (IN) nº 04/2014 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação (TI) que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período. Permite nortear e acompanhar a atuação da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), definindo estratégias e o plano de ação para implementá-las.

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio de seus Acórdãos, tem recomendado aos órgãos públicos, antes de executarem seus gastos relacionados à TIC, a elaboração de um PDTI, o qual deve contemplar todas as ações, devidamente associadas às metas de suas áreas finalísticas. Desde a publicação da primeira versão da IN nº 04 SLTI/MPOG, de 19 de maio de 2008, pela então Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), essa recomendação tornou-se obrigatória na Administração Pública Federal (APF).

A IN nº 04, essencialmente, disciplina o processo de contratações de bens e serviços de TIC, associando ao processo a obrigatoriedade de um PDTI que relacione as necessidades, alinhadamente ao planejamento estratégico da instituição e a outras referências pertinentes. Exige ainda a criação de um Comitê de TIC executivo e deliberativo, composto por integrantes da alta administração, das áreas usuárias e da área de TIC, com a função principal de suportar e monitorar a execução do PDTI.

A Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (EGTIC) da SLTI¹, é outra iniciativa que retrata a real intenção de amadurecimento da governança de TIC na APF, uma vez que se caracteriza como documento de planejamento estratégico de TIC para a Administração.

No entanto, recentemente o governo federal veio a consolidar suas intenções em prol da TIC com o estabelecimento formal de uma política de governança. Em 15 de janeiro de 2016, por meio do Decreto nº 8.638, por intermédio do MPOG, a Presidência da República instituiu a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O decreto também obriga a criação da Estratégia de Governança Digital (EGD), que substituirá a EGTIC, cuja minuta já foi submetida a consulta pública. No mesmo contexto do decreto, outra importante referência foi a elaboração e divulgação pelo MPOG do Guia de Governança de TIC do SISP – GovTIC, modelo referencial contendo dez práticas relacionadas à Governança de TIC, visando orientar seu estabelecimento pelos órgãos da APF.

A UFPR é membro do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) como órgão Seccional. O SISP, comandado pelo MPOG via Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), lista em seu Guia de PDTI os principais benefícios advindos da realização de um planejamento:

- Alocação mais adequada dos recursos da área de TI de acordo com as prioridades institucionais e com os resultados esperados;

¹ Em 26/11/15, o Governo Federal publicou o Decreto nº 8.578/15 para reestruturação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, criando a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) – com vigência a partir de 17/12/2015, que herda as atribuições da então SLTI relativas à área de TIC do Governo Federal, inclusive como órgão central do SISP.

- Obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública (economicidade);
- Fortalecimento das ações de TI (efetividade);
- Facilitação da Gestão dos recursos da TI (governança);
- Geração de valor para o órgão pela atuação estratégica da TI;
- Satisfação dos “clientes” da TI (áreas finalísticas);
- Disciplina a utilização dos recursos orçamentários para a área de TI;
- Maior transparência para o cidadão;
- Maior compartilhamento de informações.

O PDTI demonstra como uma organização pode realizar a transição de uma situação atual para uma situação futura, a partir da definição de um plano de metas e ações, no que se refere à Tecnologia da Informação e Comunicações. No cenário atual de constantes mudanças, o PDTI representa uma ferramenta de apoio à tomada de decisões para o gestor, habilitando-o a agir de forma proativa contra as ameaças e a favor das oportunidades.

1.1 Alinhamento Estratégico

Conforme ordena a Instrução Normativa nº 04/2014, o presente PDTI mantém alinhamento com a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (EGTIC) 2014-2015 e com sua sucessora, a Estratégia de Governança Digital (EGD) 2016-2019, do SISP. Alinha-se ainda com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016 da UFPR, baseando-se nos valores organizacionais e nas orientações estratégicas da administração central da Universidade, assim como a normas e resoluções internas. Também foram consideradas as legislações federais pertinentes.

O alinhamento estratégico foi realizado da seguinte forma:

- Os Objetivos Estratégicos de TIC definidos no presente PDTI foram alinhados com as referências estratégicas antes citadas;
- Cada necessidade elencada no Inventário de Necessidades de TIC fora alinhada com os Objetivos Estratégicos de TIC.

1.2 Período e Abrangência

O presente PDTI tem período de validade para o biênio 2016-2017.

Sua abrangência contempla **todas as unidades administrativas e acadêmicas/educacionais da UFPR e suas expansões para o período, em todos os campi.**

Constitui exceção na abrangência do presente PDTI as unidades que compõem o Complexo Hospital de Clínicas, geridas pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Também se excetua a área de pesquisa acadêmica e extensão da UFPR, dada sua finalidade distinta e visto que possuem processo de aprovação por instâncias competentes, não cabendo reavaliações no âmbito da Instituição e nem necessidade de concorrerem em prioridade, prazos e recursos financeiros com as demandas de TIC do presente PDTI.

1.3 Revisão do PDTI

O PDTI não é um planejamento estático e imutável. Ao longo de sua vigência, deverá ser revisto e atualizado para atender as necessidades e estratégias da UFPR. Revisões preveem que adequações possam ser realizadas para acomodar novas demandas, atualizar diretrizes e planejamentos (financeiro, pessoal, riscos, etc.) a fim de garantir o alinhamento do Plano com os objetivos institucionais.

Obrigatoriamente, **uma vez por ano**, uma revisão geral do presente PDTI deverá ser realizada. Facultativamente, **outras revisões pontuais poderão ocorrer a qualquer tempo**.

A revisão geral anual deverá ser realizada pela Equipe de Acompanhamento do PDTI (EqAPDTI), por meio de minuta, e submetida à aprovação dos Comitês Consultivos de TIC da UFPR e do Comitê Gestor de TIC, representado pelo COPLAD. A minuta deverá estar acompanhada do relatório parcial e ou final, a fim de motivar alterações que possam garantir o sucesso no Plano atual ou futuro.

As revisões facultativas deverão ser motivadas por eventos ou necessidades oriundas de qualquer parte interessada, submetidas à Equipe de Acompanhamento do PDTI, responsável pela filtragem inicial da mesma. No caso de pertinência da demanda, seguirá o mesmo fluxo das revisões anuais: aprovação nos Comitês de TIC (responsáveis por nova filtragem) e no COPLAD.

1.4 Conteúdo

Os principais pontos apresentados neste PDTI são:

- Elementos estratégicos norteadores do Plano (princípios, diretrizes e objetivos estratégicos de TIC);
- Inventário das Necessidades de TIC da UFPR;
- Plano de Metas e Ações para cumprimento das necessidades elencadas;
- Plano de Gestão de Pessoas, que dispõe sobre os recursos humanos necessários para a execução do PDTI e necessidades de capacitação;
- Plano Orçamentário (Investimentos e Custeio) para o período frente às necessidades de TIC;

2. Lista de Abreviaturas e Siglas

AGT&I	Assessoria de Governança da Tecnologia e da Informação
APF	Administração Pública Federal
COBIT	Control Objectives for Information and related Technology
CCE	Centro de Computação Eletrônica
CGU	Controladoria Geral da União
COPLAD	Conselho de Planejamento e Administração
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EGD	Estratégia de Governança Digital
EGTI	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação
EGTIC ¹	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações
EGTIC ²	Escritório de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações do
CCE EqAPDTI	Equipe de Acompanhamento do PDTI
EqEPDTI	Equipe de Elaboração do PDTI
GovTIC	Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
GSI/PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
IN	Instrução Normativa
ITIL	Information Technology Infrastructure Library
MEC	Ministério da Educação
MP/MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OE	Objetivo Estratégico
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PPA	Plano Plurianual
PPP	Plano de Providências Permanente
PSI	Política de Segurança da Informação
SIC	Segurança da Informação e Comunicações
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFPR	Universidade Federal do Paraná

3. Glossário

Boa/melhor prática	Existência de consenso geral de que a aplicação correta de habilidades, ferramentas e técnicas podem aumentar as chances de sucesso em uma ampla gama de projetos. (Guia PMBOK, 4ª Edição, 2008)
Capacitação	Processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais. (EGD 2016-2019, SISP)
Dados Abertos	Segundo a definição da Open Knowledge Foundation, dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente usá-los, reutilizá-los e redistribuí-los, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença. Isso geralmente é satisfeito pela publicação dos dados em formato aberto e sob uma licença aberta. (EGD 2016-2019, SISP)
Interoperabilidade	No contexto deste documento, interoperabilidade é a capacidade de um sistema (informatizado ou não) de se comunicar de forma transparente (ou o mais próximo disso) com outro sistema (semelhante ou não). (Wikipedia, consultado em 10/12/15)
Padrão de Interoperabilidade	Um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicações, estabelecendo as condições de interação entre sistemas ou recursos computacionais.
Governança de TIC	É o sistema pelo qual o uso atual e futuro da TIC é dirigido e controlado. Significa avaliar e direcionar o uso da TIC para dar suporte à organização e monitorar seu uso para realizar os planos. Inclui a estratégia e as políticas de uso da TIC dentro da organização. (Guia GovTIC do SISP)
Governança Digital	A utilização pelo setor público de recursos de tecnologia da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a disponibilização de informação e a prestação de serviços públicos, incentivar a participação da sociedade no processo de tomada de decisão e aprimorar os níveis de responsabilidade, transparência e efetividade do governo. (Decreto nº 8.638/16)
Inovação	Inovação significa novidade ou renovação, referindo-se a uma ideia, método ou objeto que é criado e que pouco se parece com padrões anteriores. Pode ser também definida como fazer mais com menos recursos, por permitir ganhos de eficiência em processos, quer produtivos quer administrativos ou financeiros, quer na prestação de serviços, potencializar e ser motor de competitividade. (EGD 2016-2019, SISP)
Processo	Conjunto definido de atividades ou comportamentos executados por humanos ou máquinas para alcançar uma ou mais metas. Os processos são disparados por eventos específicos e apresentam um ou mais resultados que podem conduzir ao término do processo ou a outro processo. Processos são compostos por várias tarefas ou atividades inter-relacionadas e consomem recursos na sua execução (tempo, dinheiro, materiais). (BPM-CBOK)
Tecnologia da Informação e Comunicação	Recursos necessários para adquirir, processar, armazenar e disseminar informações. (NBR ISO/IEC 38500: 2009)
Unidades de TIC	Unidades organizacionais administrativas da UFPR voltadas ao provimento e prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, incluindo o Centro de Computação Eletrônica e aquelas descentralizadas junto a Pró-Reitorias e Setores da UFPR.
Área de TIC	Termo que abrange todos os serviços e recursos de Tecnologia de Informação e Comunicações, sejam eles recursos humanos, tecnológicos, computacionais, informacionais ou unidades administrativas.
Usuário	Pessoas que utilizam os recursos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação no dia a dia. (ITIL v3).
Infraestrutura de TIC	Alicerce tecnológico que suporta os serviços de TIC utilizados pela organização, compreendendo hardware, software e redes de comunicação. Na UFPR, excetua-se a telefonia, gerida pela SUINFRA.

4. Metodologia

Como orientação para a elaboração do PDTI, a metodologia adotada foi a do **Guia de PDTI do SISP versão 2.0**, de 2015, adaptada à realidade da Universidade Federal do Paraná e considerando-se o atual nível de maturidade de governança corporativa e de TIC na UFPR. Tal modelo serve para apoiar os órgãos integrantes do SISP na construção de seus Planos Diretores de Tecnologia da Informação e é recomendação constante no Art. 4º, § 7º da IN nº 04/2014 SLTI/MPOG.

5. Princípios

Princípio é a razão fundamental, o elemento central, ou ainda, a base sobre a qual se assenta qualquer matéria ou tema. Constituem proposições estruturantes para determinado fim (padrões de conduta). No contexto do presente PDTI, princípio também pode ser entendido como estratégias relevantes com as quais a área de TIC deve se alinhar. Desta forma, princípio é o alicerce que regerá os padrões de conduta e, sobre o qual, estarão pautadas as ações de Tecnologia da Informação e Comunicação na UFPR.

Podem ser delimitados por valores institucionais, instrumentos legais, diretrizes de governo, recomendações e determinações das instâncias de controle, melhores práticas de mercado e pelo próprio contexto da área de TIC do órgão.

Os princípios – e respectivas fontes/origens – que guiaram a elaboração do PDTI são apresentados a seguir:

ID	Princípio	Origem
P01	Governança de TIC A promoção da Governança de TIC é chave para alcançar o alinhamento estratégico da área de TIC com os objetivos da UFPR e geração de valor aos usuários.	- IN nº 04/2014 SLTI/MPOG - EGTIC 2014-2015 - Acórdão 1.603/2008 TCU - COBIT 5
P02	Otimização de investimentos As contratações de bens e serviços de TIC deverão ser precedidas de planejamento, seguindo o previsto no PDTI, com investimentos coordenados, visando eficiência na aplicação dos recursos públicos.	- IN nº 04/2014 SLTI/MPOG - Acórdão 1.603/2008 TCU - Acórdão 1.558/2003 TCU
P03	Aprimoramento dos profissionais de TIC Promoção do aprimoramento quali-quantitativo dos recursos humanos na área de TIC, em especial no tocante à governança e à gestão de TIC.	- Decreto nº 1.048/1994 - EGTIC 2013-2015 - EGTIC 2014-2015 - Decreto-Lei nº 200/1967 Art. 10. § 7º - Decreto nº 2.271/1997

ID	Princípio	Origem
P04	<p>Adoção de boas práticas</p> <p>A adoção de boas práticas na condução da TIC deve permear todas as suas ações, de forma que todos os serviços e processos de TIC, principalmente aqueles críticos para a UFPR, sejam planejados, organizados, documentados, implementados, medidos, acompanhados, avaliados e melhorados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - COBIT 5 - ITIL 2011 - Acórdão 2.746/2010 – Plenário – TCU - EGD 2016-2019 - Guia de PDTI do SISP, versão 2.0
P05	<p>Segurança e suporte à informação</p> <p>A informação é ativo estratégico e essencial para a UFPR no alcance de seus objetivos, devendo estar disponível, ser confiável, confidencial quando necessário, íntegra, autêntica e contar com suporte adequado, dinâmico e eficaz e com gestão de riscos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - COBIT 5 - EGTIC 2014-2015 - EGD 2016-2019 - Normas complementares do GSI-PR - Estratégia de SIC e de Segurança Cibernética da APF 2015-2018
P06	<p>Gestão de recursos de TIC</p> <p>Os recursos tecnológicos de TIC devem ser geridos para garantir a capacidade, o desempenho, a qualidade e a atualização tecnológica adequadas ao suporte dos serviços e processos de TIC.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - EGTIC 2014-2015
P07	<p>Dados abertos</p> <p>A transparência e a publicidade das informações públicas são dever do estado e direito do cidadão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016, Art. 4º, inciso III. - EGD 2016-2019, OE.01, IE.01.01 e IE.01.04. - EGTIC 2014-2015, Diretriz 3, Objetivo 7, Meta I7.3.
P08	<p>Foco nas necessidades dos usuários</p> <p>As necessidades dos usuários são os principais insumos para o desenho e a entrega de serviços de TIC, com foco no seu pleno atendimento para conquistar a satisfação e a confiança dos usuários.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - EGD 2016-2019
P09	<p>Inovação</p> <p>Devem ser buscadas soluções inovadoras que resultem em melhoria dos serviços prestados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - EGD 2016-2019
P10	<p>Qualidade de dados</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Comitê de Usuários de TI da UFPR

ID	Princípio	Origem
	Manter dados e informações corporativas para atender demandas internas e externas, com qualidade, integradas, com disponibilidade e sem redundância.	

Quadro 1. Princípios.

6. Diretrizes

Diretrizes são linhas que definem e regulam o caminho a ser trilhado. De um ponto de vista mais prático, são instruções ou indicações para se estabelecer o plano e as ações necessárias para se alcançar os objetivos do PDTI.

Junto com os princípios, as diretrizes permearam todas as decisões durante a elaboração do Plano Diretor.

As diretrizes para o PDTI são as seguintes:

Eixo	ID	Diretriz	Origem
Governança de TIC	D01	Fortalecer a Governança de TIC na UFPR, promovendo a aproximação entre a área de TIC e seus usuários, para o adequado alinhamento e alcance dos objetivos, posicionando a área de TIC como parceira estratégica da Administração.	- EGTIC 2014-2015 - EGD 2016-2019 - COBIT 5
	D02	Utilizar ferramentas de TIC e soluções cada vez mais analíticas para o suporte à gestão da UFPR.	- EGTIC/CCE
	D03	Aprimorar as mídias sociais e demais canais de comunicação institucional de forma organizada e estratégica.	- EGTIC 2014-2015 - Comitê de Recursos de TI/UFPR
	D04	Prover as informações necessárias para suportar as decisões da instituição e demandas externas, com qualidade de dados.	- Comitê de Usuários de Recursos de TI da UFPR
Orçamentário e Financeira	D05	Aprimorar e institucionalizar a gestão orçamentária e financeira de TIC para garantir a execução do PDTI.	- IN nº 04/2014 SLTI/MPOG

Eixo	ID	Diretriz	Origem
	D06	Garantir que as propostas orçamentárias de TIC sejam elaboradas, sem conflitar com as bases de planejamento e alinhamento aos objetivos da UFPR.	- EGTIC 2014-2015
Segurança da Informação	D07	Preservar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade da informação custodiada pela UFPR, garantindo a privacidade de dados sigilosos e a transparência das informações públicas.	- ISO/IEC 27002:2007 - ISO/IEC 27001:2008 - PSI UFPR
Gestão de TIC	D08	Manter os processos internos de TIC mapeados, formalizados e otimizados.	- Relatório da Comissão de Reestruturação do CCE 2009
	D09	Propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação.	- Decreto 7.579/2011
	D10	Adotar tecnologias e ferramentas de TIC que propiciem aumento da informatização dos processos, gestão da informação e comunicação, em busca da excelência operacional da UFPR.	- COBIT 5 - ITIL 2011 - Project Management Institute (PMI)
	D11	Estabelecer parcerias para ampliar capacidade produtiva interna e externa em TIC.	- PDI 2012-2016
Contratação de Bens e Serviços	D12	Melhorar e manter rotinas de suporte à aquisição, acelerando a execução e reduzindo os riscos dos processos de contratação de bens e serviços de TIC.	- PDI 2012-2016 - EGD 2015-2019
Inovação	D13	Buscar e incentivar o uso de soluções e tecnologias inovadoras que elevem a produtividade, qualidade e eficiência administrativa e acadêmica.	- PDI 2014-2016 - EGTIC 2014-2015

Eixo	ID	Diretriz	Origem
Gestão de Pessoas	D14	Investir na estruturação, capacitação e qualificação do corpo gerencial e técnico de forma a ampliar competências, desenvolvendo senso de profissionalismo com responsabilidade e comprometimento, sobretudo em gestão e fiscalização de contratos, metodologias e ferramentas de governança/gestão de TIC.	- EGTIC 2014-2015 - EGD 2015-2019 - Decreto-Lei Nº 200/1967 - Decreto Nº 2.271/1997
Conformidade	D15	Estar em conformidade com a legislação, diretrizes, políticas e estratégias do Governo Federal.	- EGD 2016-2019 - TCU
Integração e Interoperabilidade	D16	Integrar processos, equipamentos e dispositivos, sistemas e serviços em um ambiente de total interoperabilidade.	- EGD 2016-2019
Infraestrutura	D17	Possuir uma infraestrutura de TIC de alta disponibilidade, visando garantir a continuidade da operação com o mínimo de interrupção.	- ITIL 2011
Discentes e Sociedade	D18	Disponibilizar sistemas, tecnologias e ferramentas que possibilitem um maior envolvimento e engajamento de alunos e da sociedade no acesso e participação na gestão da UFPR.	- PDI 2012-2016

Quadro 2. Diretrizes.

7. Organização da TIC

O Comitê de Tecnologia da Informação, órgão aprovador do PDTI, conforme orienta a IN nº 04/2014 SLTI/MPOG, é representado na UFPR pelo COPLAD, com caráter deliberativo. O COPLAD possui ainda, como órgãos consultivos de assessoramento, o Comitê de Segurança da Informação, o Comitê de Recursos de Tecnologia da Informação e o Comitê de Usuários de Recursos de Tecnologia da Informação.

O Comitê de Segurança da Informação é responsável por monitorar o ambiente informacional da UFPR, sob a perspectiva da segurança da informação e propor políticas de segurança da informação, resolver conflitos de recursos técnicos e monitorar projetos e níveis de serviço, bem como avaliar a incorporação de melhorias.

O Comitê de Recursos de Tecnologia da Informação é responsável por monitorar as necessidades de recursos de Tecnologia da Informação oriundas do Plano de Desenvolvimento

Institucional (PDI) e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), e propor soluções e alternativas técnicas para as diferentes áreas da Universidade.

O Comitê de Usuários de Recursos de Tecnologia da Informação é responsável por levantar as necessidades informacionais das diferentes áreas da UFPR, apresentando suas demandas aos demais comitês instituídos, ao CCE e, quando o mesmo não tiver condições de supri-las, apresentar sugestões à Administração Central da UFPR ou ao COPLAD.

Cabe ao COPLAD e à Administração Central da UFPR, a responsabilidade final pela aprovação e viabilização das demandas e sugestões geradas pelos Comitês, ficando a execução a cargo da Administração Central.

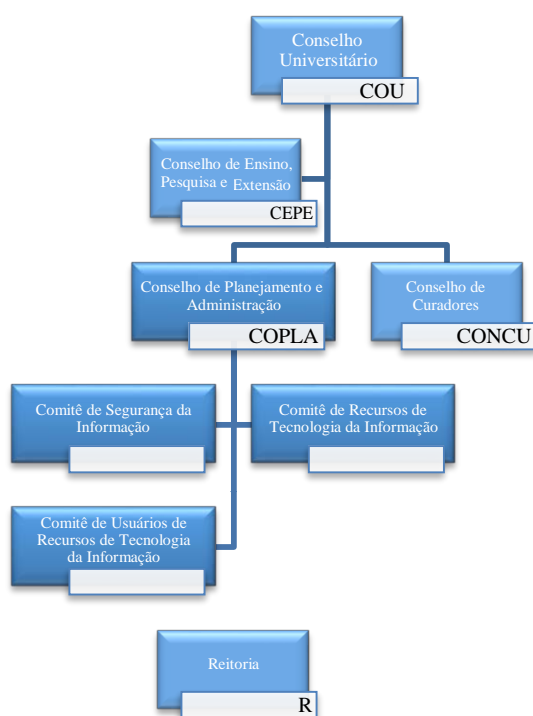


Figura 1. Estrutura organizacional do COPLAD e seus órgãos consultivos de assessoramento em TIC

O Centro de Computação Eletrônica (CCE), órgão suplementar, vinculado à Pró-Reitoria de Administração, é a unidade central responsável pela gestão da área de TIC na UFPR, respondendo como representante da UFPR junto ao SISP.

Atualmente, o CCE conta com uma Direção, uma unidade de Governança de TIC, uma Secretaria Administrativa e 7 Divisões técnicas, responsáveis pelas atividades relacionadas a seguir:

Unidade	Atribuições
Direção	Coordenar as equipes técnicas subordinadas, promovendo a integração entre as áreas e garantindo que os resultados dos serviços do CCE atendam aos objetivos e metas do Planejamento Estratégico da UFPR.
Escritório de Governança de TIC	Planejar, coordenar e orientar atividades relacionadas a Governança de Tecnologia da Informação e da Comunicação no âmbito do CCE, contribuindo no desenvolvimento de política de Governança de TIC para a UFPR, em consonância com as estruturas de gestão e modelos propostos pelo Governo Federal e por esta

Unidade	Atribuições
	Instituição de Ensino, visando promover a qualidade e a melhoria contínua dos serviços prestados pelo CCE à comunidade, a crescente profissionalização da TI e a garantia do alinhamento da TIC com os objetivos estratégicos da Instituição.
Divisão de Apoio ao Usuário	Realizar o atendimento às solicitações dos usuários, relacionadas aos serviços disponibilizados pelo CCE à toda comunidade acadêmica; organizar cursos relacionados ao Sistema de Informações para o Ensino (SIE), criar tutoriais, acompanhar e participar de projetos; analisar, atender e/ou encaminhar à unidade responsável todos os chamados abertos no Sistema Oráculo.
Divisão de Manutenção de Equipamentos de Informática	Manter e adequar equipamentos de informática, como microcomputadores, impressoras, monitores e demais componentes de informática, bem como prestar auxílio no uso destes; pesquisar, orientar e definir políticas em relação a tendências e especificações técnicas de informática que melhor atendam a UFPR.
Divisão de Sistemas de Informação	Atender às demandas de projetos de desenvolvimento de sistemas de informação para as atividades da UFPR, em conformidade com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional, efetuando análise do problema para recomendar a aquisição, contratação de desenvolvimento externo ou então elaborar e executar projetos próprios de desenvolvimento.
Divisão de Web Design	Administrar o sítio institucional www.ufpr.br ; definir projeto visual, layout e estrutura para os sítios institucionais; desenvolver, hospedar e manter sítios institucionais na Internet; atender a comunidade acadêmica, por meio de suporte técnico, treinamento e orientação, com relação ao uso das tecnologias de desenvolvimento para a Internet/web; efetuar o encaminhamento do e-boletim da UFPR.
Divisão de Suporte e Serviços	Prover suporte e atendimento a usuários do Sistema SIE (problemas técnicos); efetuar a gerência de serviços WEB (páginas, ftp, dns, proxy, email, moodle.ufpr); criar e oferecer suporte a páginas web (domínios), sob demanda da comunidade UFPR; instalar, configurar e gerenciar servidores físicos e virtuais, storage e antivírus corporativo; configurar a rede do datacenter (lógica); virtualizar antigos servidores físicos (legados) e migrar serviços; hospedar servidores virtuais para a comunidade UFPR (p. ex. Biblioteca Central, sistema Sophia); criar e manter Firewall e scripts/programas auxiliares; administrar os backups dos servidores (arquivos/bancos de dados); gerenciar arquivo morto de backup, servidores de arquivo "samba" e domínios (Active Directory, Windows) do SIE (p. ex. criação de usuários para TS/SIE); responder a incidentes de segurança de web; apoiar sistemas e bancos de dados legados (Oracle Thales, MS-SQL, Editora), aplicativos Apache/PHP e a criação de editais de compra de equipamentos e serviços.
Divisão de Redes Digitais	<p>Manter a infraestrutura de redes e conectividade da UFPR, tanto interno à Instituição como o acesso à Internet, incluindo o cabeamento, configuração/gerenciamento de equipamentos até o controle de acesso, garantindo assim a segurança, a confiabilidade e a integridade das informações que trafegam pela rede digital da Instituição.</p> <p>Manter o Laboratório de Informática do CCE, destinado a testes, treinamentos e conferências, atuando, ainda, no agendamento e configuração de videoconferências e de transmissão de conteúdo de áudio e vídeo digital (streaming).</p>

Unidade	Atribuições
Divisão de Orçamento e Finanças	Tratar dos assuntos relacionados aos processos de empenhos de compras realizados com fornecedores pelo CCE; operar o SCDP para emissão de diárias e passagens; assessorar a Direção na geração de relatórios gerenciais para suporte a tomada de decisão; interagir com o Departamento de Contabilidade e Finanças; consolidar processos licitatórios; monitorar o fluxo de tramitação dos processos financeiros; controlar as contas orçamentárias, seus saldos, repasses e transferências de recursos para/de outras unidades.
Secretaria Administrativa	Organizar, tramitar e controlar os processos administrativos do CCE; prover apoio administrativo à Direção e demais unidades do CCE; controlar equipamentos e material, recursos humanos, a frequência de estagiários e terceirizados e agendas do CCE; divulgar informações. Realizar o inventário de bens e gerenciar o patrimônio do CCE. Administrar e operacionalizar o serviço de copa.

Quadro 3. Unidades do CCE e suas atribuições.

Existem, ainda, diversas unidades de TIC descentralizadas na Universidade, ligadas a pró-reitorias, setores acadêmicos e a laboratórios de informática. Tais unidades não se encontram vinculadas ao CCE e não atuam, necessariamente, alinhadas às estratégias, políticas, regulamentações, metodologias ou processos definidos pelo Centro de Computação Eletrônica.

Além destas unidades descentralizadas, há diversos recursos humanos com formação específica em TIC prestando apoio direto a setores, chefias de centros e departamentos e a núcleos administrativos, igualmente sem vínculo com o CCE. Algumas destas unidades mantêm, ligadas às mesmas, unidades de TIC que não existem formalmente no organograma da UFPR, mas que são parte integrante de suas estruturas internas, onde alocam tais recursos humanos.

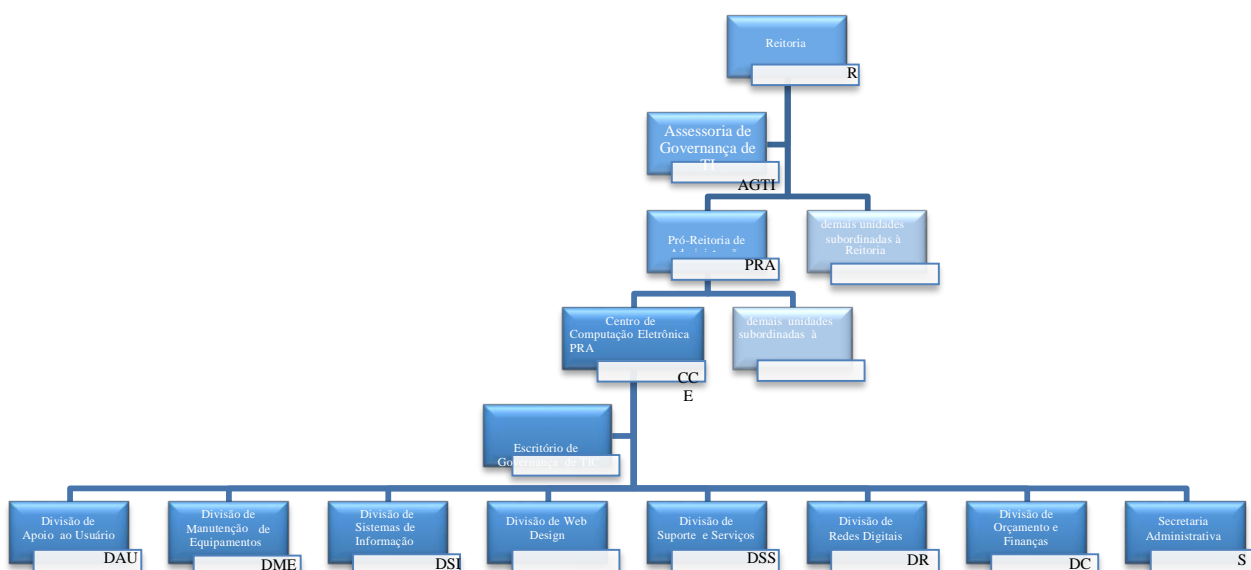


Figura 2. Organograma do CCE e inserção da unidade na estrutura organizacional da UFPR.

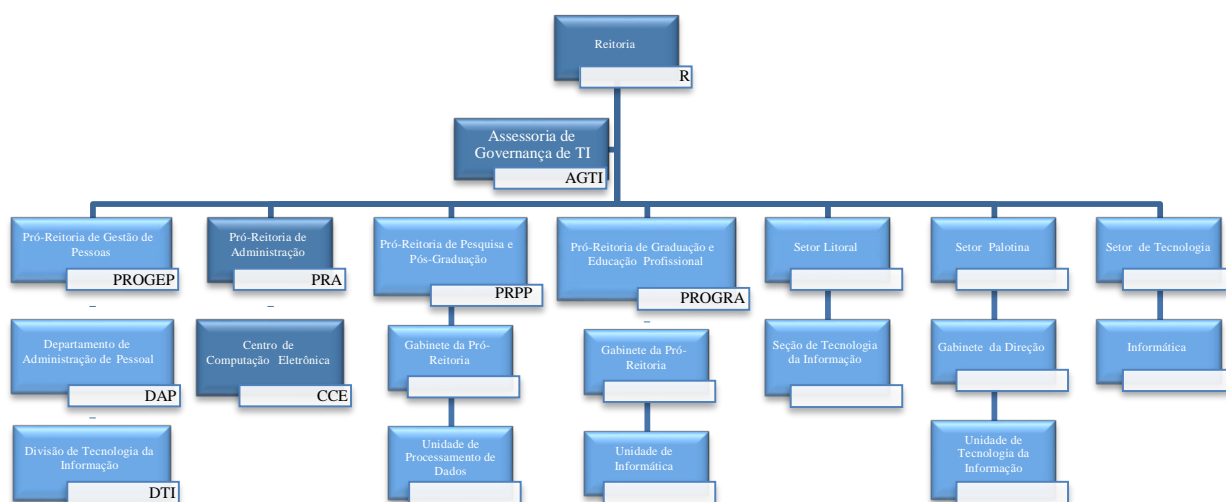


Figura 3. Estrutura organizacional da área de TIC da UFPR.

8. Resultados 2015

Em função de atraso no desenvolvimento e aprovação do presente PDTI, que contempla o ano de 2015, optou-se por adequar as metas ao período 2016-2017 e publicar como anexo os resultados relativos ao primeiro ano do triênio. Para manter coerência com as estratégias da UFPR, o relatório apresentado no Anexo I está pautado nas metas do PDI UFPR 2012-2016 relacionadas à área de TIC, com ações relacionadas atribuídas ao CCE.

9. Referencial Estratégico de TIC

9.1 Visão e Missão

Atualmente a UFPR adota a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações, a Estratégia de Governança Digital, o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPR e legislações aplicáveis como referências estratégicas para suas ações de TIC.

O Planejamento Estratégico de TIC da UFPR é elemento premente de Governança Corporativa e de TIC, identificado como necessidade para a Universidade e deve refletir o futuro pretendido da estratégia global da UFPR, devendo ser elaborado e concebido pelo Comitê Gestor de TIC em conjunto com a comunidade universitária e seus representantes.

Todos os elementos estratégicos de TIC da UFPR deverão ser construídos por ocasião da elaboração do PETI - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação, dentre os quais encontram-se a Visão e Missão da área de TIC.

A título de ilustração do comprometimento da área de TIC da UFPR com o atendimento às atividades finalísticas da Universidade, o presente PDTI toma, ainda, como base a Visão e Missão declaradas pelo Centro de Computação Eletrônica para nortear o atual plano, conforme segue:

Visão

“Ser reconhecido interna e externamente pela excelência, qualidade e inovação na proposição, entrega e sustentação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.”

Missão

“Propor, entregar e suportar serviços de Tecnologia da Informação e da Comunicação de forma confiável, segura, inovadora e alinhada aos pilares de ensino, pesquisa e extensão da UFPR, apoiando-se nas melhores práticas, normas e legislação, com excelência, ética, sustentabilidade, moralidade e respeito à Comunidade Universitária, ao cidadão e ao ambiente.”

9.2 Valores

Colaboração Promover um ambiente propício à integração e realização coletiva dos projetos e ações propostos, favorecendo o compartilhamento de soluções e do conhecimento.	Foco em Resultados Buscar sempre a efetividade na geração de valor para a UFPR.
Inovação Promover um ambiente criativo, que propicie o desenvolvimento de ações inovadoras.	Melhoria Contínua Promover a melhoria contínua dos serviços de TIC prestados à comunidade da UFPR.
Sustentabilidade Assegurar que a informação, as ações e os recursos de TIC sejam economicamente viáveis, ambientalmente corretos, socialmente justos e culturalmente aceitos.	Transparência Incentivar a cultura da publicidade das ações institucionais, com honestidade e respeito, propiciando maior credibilidade à comunidade da UFPR.
Valorização das Pessoas Garantir o reconhecimento da relevante atuação das pessoas nas ações de TIC.	Confiança Assegurar ações que garantam a credibilidade da TIC frente à comunidade da UFPR.
Alinhamento Estratégico Melhorar a governança para alcançar alinhamento da TIC com as diretrizes institucionais.	Competência Mobilizar conhecimentos, habilidades e decisões para prover soluções com excelência.

Quadro 4. Valores da área de TIC.

9.3 Objetivos Estratégicos de TIC

ID	Objetivo Estratégico	Alinhamento Estratégico
OE.01	Posicionar a TIC como parceira estratégica da UFPR, contribuindo ativamente para o atingimento dos objetivos institucionais.	- EGTI 2011-2012, Objetivo 3, Meta 5, Iniciativa Estratégica 19.
OE.02	Prover infraestrutura e demais recursos de TIC necessários, adequados às atividades finalísticas.	- Decreto nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016, Art. 1º, inciso I.
OE.03	Garantir melhoria contínua da qualidade da prestação de serviços de TIC.	- CF, Art. 37, caput. - EGTI 2013-2015, Objetivo 9.
OE.04	Garantir a segurança da informação e comunicação, assim como a privacidade de informações sigilosas.	- EGTI 2013-2015, Objetivo 6. - EGTIC 2014-2015, Objetivo 5, Meta I5.1. - EGD 2016-2019, OE.03, IE.03.01, IE.03.03, IE.03.04, IE.03.05 e IE.03.06. - IN GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008, Arts. 5º a 7º. - ESICSEGCIBER 2015-2018, OE-IX. - Resolução nº 21/14-COPLAD, Arts. 4º, 7º, 8º, 24 e 26.
OE.05	Aprimorar a Gestão e fortalecer a Governança de TIC.	- EGTI 2013-2015, Objetivos 3 e 4. - EGTIC 2014-2015, Objetivo 4, Meta 4.1.
OE.06	Melhorar a gestão e a qualificação do quadro de pessoal de TIC.	- EGTI 2013-2015, Objetivo 1. - EGTIC 2014-2015, Objetivo 1, Meta I1.1. - EGD 2016-2019, OE.05, IE.05.06. - ESICSEGCIBER 2015-2018, OE-II. - PDI-UFPR 2012-2016, Diretriz XXII, Meta 87.
OE.07	Aprimorar o atendimento e conquistar altos índices de satisfação dos usuários e clientes de serviços de TIC.	- Decreto nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016, Art. 4º, inciso I.
OE.08	Aperfeiçoar a gestão dos processos de TIC.	- CF, Art. 37, caput. - EGD 2016-2019, OE.05, IE.05.01.

ID	Objetivo Estratégico	Alinhamento Estratégico
OE.09	Ampliar a informatização de processos da UFPR.	- CF, Art. 37, caput. - Decreto nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016, Art. 1º, alínea 1 e Art. 3º, inciso V.
OE.10	Melhorar a comunicação e o relacionamento da área de TIC com usuários.	- Decreto nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016, Art. 1º, inciso II.
OE.11	Implementar dotação orçamentária específica de TIC.	- EGTI 2013-2015, Objetivo 2. - EGTIC 2014-2015, Objetivo 2, Meta I2.1.
OE.12	Promover ações visando o trabalho integrado das diferentes unidades de TIC da UFPR.	- CF, Art. 37, caput. - EGD 2016-2019, OE.05, IE.05.01, IE.05.02 e IE.05.05.
OE.13	Criar e instituir políticas de TIC para toda a UFPR.	- PDI-UFPR 2012-2016, Diretriz XXII, Metas 83 e 84.
OE.14	Definir e ou adotar padrões de interoperabilidade de sistemas para disponibilizar serviços e informações.	- Portaria nº 92, de 24 de dezembro de 2014 MPOG, Art. 2º. - Decreto nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016, Art. 4º, inciso V.

Quadro 5. Objetivos Estratégicos de TIC.

9.4 Matriz SWOT da Área de TIC da UFPR

A matriz SWOT, cuja sigla – do inglês – significa: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças), idealizada e desenvolvida na Stanford University, nos anos 1960, é um método para formulação do planejamento estratégico, além de permitir que se apresente o diagnóstico da organização em estudo.

“A análise SWOT é uma técnica de análise dos ambientes internos e externos, comumente empregada para avaliação do posicionamento da organização e de sua capacidade de competição.” (SERTEK; GUINDANI E MARTINS 2010, p. 118).

Com base em formulário especificamente elaborado e divulgado nas diversas unidades da UFPR, foi realizado levantamento dos pontos fortes e fracos do ambiente interno da TIC, assim como das oportunidades e ameaças provenientes do ambiente externo.

A matriz SWOT é base para a análise SWOT, a qual não está declarada neste PDTI. A análise das entradas da matriz SWOT, no entanto, foi realizada e contribuiu para a identificação de necessidades de TIC, as quais foram registradas no Inventário de Necessidades.

AMBIENTE INTERNO DA TIC UFPR

CATEGORIA	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Gestão de Pessoas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Bom nível de conhecimento técnico pelas equipes de TIC; 2. Disponibilidade de 6 (seis) vagas anuais para capacitações em TIC junto à Escola Superior de Redes, via RNP; 3. Aprimoramento profissional e conhecimento científico oportunizado na própria UFPR; 4. Bom relacionamento interpessoal entre profissionais da área; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Insatisfação e desmotivação por parte dos profissionais de TIC geradas por: <ul style="list-style-type: none"> – Política salarial do governo federal para a TIC das Universidades; – Sobrecarga de trabalho e equipes desfalcadas em número e competências; – Baixa percepção/reconhecimento da importância da TIC pela comunidade usuária; – Ausência de plano de capacitação, atualização e desenvolvimento de competências para profissionais da TIC e dificuldade de viabilizar capacitações por meio da PROGEPE. 2. Gratificações para funções de chefia são mal remuneradas e insuficientes na área de TIC, gerando desinteresse e dificuldades na alocação de gestores; 3. Baixa cultura de planejamento de TIC <i>versus</i> cultura voltada para a execução; 4. Escassez de profissionais de TIC com interesse na área de gestão e governança, independentemente de gratificação; 5. Alta rotatividade de profissionais de TIC, com consequente perda de conhecimentos e talentos e prejuízos diretos em prazos de projetos e na capacidade de execução; 6. Política de alocação de recursos humanos de maneira descentralizada prejudica capacidade de gestão e execução de demandas pelo CCE; 7. Existência de profissionais de TIC sem formação ou sem perfil para atuar com excelência; 8. Concursos da UFPR para a área de TIC são ineficientes na seleção dos melhores candidatos; 9. Falta de pessoal para a área de suporte técnico de atendimento ao usuário (Litoral); 10. Inexistência de protocolo de boas-vindas para novos servidores, que inclua a apresentação das principais normas e conceitos aplicáveis diariamente, com presença de manual do servidor na Intranet; 11. Falta de ciclo de mini treinamentos internos, entre profissionais da área de TIC, para a disseminação de conhecimentos e boas práticas; 12. Ausência de profissionais específicos para trabalhar com as tecnologias educacionais incluindo ambiente virtual de aprendizagem (AVA – Moodle); 13. Falta de profissionais setoriais para atender estruturas de vídeo, tele e web conferências;
<p>Governança e Gestão</p>	<ol style="list-style-type: none"> 5. Instâncias voltadas à promoção da Governança e melhoria da gestão em TIC (AGTI e EGTIC); 6. Esforços no desenvolvimento de conformidades, documentação, processos, melhoria contínua e planejamento de TIC; 	<ol style="list-style-type: none"> 14. Baixa maturidade institucional em Governança de TIC; 15. Inexistência de planejamento institucional de TIC (PETI, PDTI); 16. Alinhamento estratégico da TIC com as áreas finalísticas é ineficiente; 17. Plano de Desenvolvimento Institucional não contempla diretrizes e objetivos estratégicos de TIC; 18. Posicionamento da TIC na estrutura organizacional não reflete sua importância estratégica para a UFPR;

AMBIENTE INTERNO DA TIC UFPR

CATEGORIA	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
	<p>7. Proximidade com RNP, via Ponto de Presença (POP) instalado nas dependências do Centro de Computação Eletrônica;</p> <p>8. Projeto da Reitoria para criação de Superintendência de TIC;</p> <p>9. Comitês consultivos de TIC para o COPLAD;</p> <p>10. Criação de modelo aberto de documentação e melhoria de Procedimentos Operacionais Padrão;</p> <p>11. Elaboração e submissão ao COPLAD de proposta de criação de Comitê Executivo de TIC;</p> <p>12. Centralização do Moodle institucional na CIPEAD;</p> <p>13. Ampliação na utilização do AVA/Moodle pela comunidade acadêmica;</p> <p>14. Utilização das licenças <i>creative commons</i> por alguns setores da Universidade;</p>	<p>19. Inexistência de Comitê de TIC com caráter executivo, atuante, que promova agilidade, avaliação, direcionamento, monitoramento, controles e apoio à tomada de decisão em TIC;</p> <p>20. Comitês de TIC consultivos para o COPLAD são subutilizados;</p> <p>21. Distanciamento entre a TIC institucional e a academia;</p> <p>22. Existência de várias unidades paralelas de TIC, desvinculadas e desalinhadas com o CCE, consumindo a maior parte dos recursos humanos de TIC da UFPR;</p> <p>23. Dificuldades de priorização de projetos e ações em função de baixa cultura de governança e falta de definição de responsabilidades;</p> <p>24. Repriorizações sem critério de alinhamento estratégico interrompem ou comprometem prazos ajustados pela área de TIC, impactando projetos em pleno andamento;</p> <p>25. Faltam estratégias de serviços de TIC para alcançados objetivos das áreas finalísticas atendidas;</p> <p>26. Falta definição, oficialização e implementação de políticas de TIC;</p> <p>27. Dificuldades de comunicação da área de TIC com a comunidade UFPR;</p> <p>28. Ausência de gerenciamento de capacidade de recursos de TIC, inclusive para o datacenter;</p> <p>29. Carência de documentação dos serviços de TIC;</p> <p>30. Lenta adoção de boas práticas, inclusive com base em modelos amadurecidos de mercado;</p> <p>31. Ausência de orçamento específico e pré-aprovado para investimentos e custeio de TIC;</p> <p>32. Projeto em tramitação para ampliação e reestruturação do datacenter permanece sem a devida prioridade e sem previsão de execução;</p> <p>33. Capacitação dos usuários de TIC mal alinhada às necessidades finalísticas;</p> <p>34. Ausência de áreas/unidades voltadas à Gestão de Projetos e à Gestão de Processos de TIC;</p> <p>35. Ausência de plano de inserção de servidores ao ambiente da UFPR, incluindo serviços e recursos de TIC;</p> <p>36. Falta de definição de processos finalísticos e de TIC;</p> <p>37. Conhecimento de TIC repesado;</p> <p>38. Estrutura organizacional de TIC é inadequada aos tempos atuais e, na prática, pouco aderente às recomendações do Governo Federal;</p> <p>39. Proposta de Comitê Executivo de TIC apresentada ao COPLAD é modesta, não sendo suficiente para garantir adequada governança de TIC;</p> <p>40. Nenhuma prática de Gestão do Conhecimento sendo implementada ou mesmo sinalizada;</p> <p>41. Ausência de site institucional da área de Governança que apresente o portfólio de projetos, diretrizes e ações relativas à governança de TIC da UFPR, gerando baixa visibilidade dos esforços e consequente baixa credibilidade da equipe (desconhecida para a grande maioria das pessoas);</p>

AMBIENTE INTERNO DA TIC UFPR

CATEGORIA	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Sistemas de Informação</p>	<p>15. Amplo rol de sistemas desenvolvidos internamente pelo CCE, com bom nível de integração;</p> <p>16. Metodologia consolidada e padronização no desenvolvimento de sistemas pelo CCE;</p> <p>17. Boa infraestrutura de banco de dados disponível, baseada em Oracle;</p> <p>18. Oferta periódica de treinamentos aos usuários finais dos sistemas SIE e Oráculo;</p> <p>19. Sistema SIE amparado por contrato de suporte e manutenção;</p> <p>20. Bom aporte de pessoal recentemente alocado para desenvolvimento de sistemas;</p>	<p>42. Falta de integração entre alguns dos sistemas de informação gera duplicação de dados e dificuldade de cruzamento e fornecimento de dados ao MEC, a órgãos de controle e para uso gerencial;</p> <p>43. Falta de integração entre plataforma Moodle e SIE;</p> <p>44. Sistemas, muitas vezes, são mal ou subutilizados pelos usuários, gerando críticas imprecisas à área de TIC;</p> <p>45. Adoção de sistemas proprietários não alinhados aos processos finalísticos da UFPR gera resistência por parte dos usuários;</p> <p>46. Baixa capacidade de atendimento de demandas por desenvolvimento de sistemas;</p> <p>47. Falta de priorização para desenvolvimento interno de novo sistema acadêmico <i>versus</i> manutenção do SIE;</p> <p>48. Alimentação deficiente dos sistemas de informação por parte dos responsáveis pelos dados;</p> <p>49. Indefinição por parte dos responsáveis pelos sistemas de informação sobre as funcionalidades e módulos que devem estar disponíveis para os usuários;</p> <p>50. Falta de regras claras sobre padronização visual dos sites institucionais;</p> <p>51. Falta de definição de papéis das áreas de TIC e de comunicação social relacionadas ao desenvolvimento dos sites institucionais;</p> <p>52. Atual metodologia de desenvolvimento de sistemas e forma de trabalho estão desatualizadas, necessitando revisão e atualização de acordo com padrões e metodologias de desenvolvimento consolidadas no mercado público e privado;</p> <p>53. Desarticulação e desvinculação entre unidades de TIC, assim como a indefinição de políticas institucionais para a TIC gera iniciativas paralelas e concorrentes de desenvolvimento de sistemas;</p> <p>54. Ausência de repositório de conhecimento, normas, modelos e padrões, onde as práticas, conceitos e documentos em geral possam ser armazenados e principalmente consultados por servidores (sobretudo os recém-contratados);</p> <p>55. Manutenção de aplicações com framework antigo (<i>Struts</i>) e ausência de plano de modernização de aplicações legadas (CCE);</p> <p>56. Subutilização do SIE;</p> <p>57. Falta de padronização quanto a forma de licenciamento das informações UFPR;</p>
<p>Infraestrutura Tecnológica</p>	<p>21. Ampla infraestrutura de redes de dados, disponível em todos os campi da UFPR;</p> <p>22. Parque tecnológico de desktops e notebooks moderno e adequado às necessidades dos usuários;</p> <p>23. Rede "UFPR Sem Fio" abrangente e em franca expansão;</p>	<p>58. O datacenter é depreciado e há diversos pontos únicos de falha que podem comprometer todos os serviços de TIC da UFPR;</p> <p>59. Datacenter CCE não tem tido investimentos em infraestrutura elétrica, ocasionando pontos de falha;</p> <p>60. Não há contrato de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas elétricos;</p> <p>61. Infraestrutura de redes não totalmente redundante, ocasionando eventuais interrupções nos serviços;</p>

AMBIENTE INTERNO DA TIC UFPR

CATEGORIA	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
	<p>24. Outsourcing de impressão consolidado;</p> <p>25. Constante disponibilidade de ata de registro de preços para aquisição de desktops e notebooks;</p>	<p>62. Parte da infraestrutura de cabeamento metálico de redes está tecnologicamente defasada (CAT5);</p> <p>63. Redes de dados ineficientemente gerenciadas, propiciando instabilidade, sobrecargas, perda de conexão e qualidade, problemas de segurança, etc;</p> <p>64. Redes sem fio não provêm a necessária conectividade com os recursos corporativos, é instável, apresenta áreas de sombreamento e cobertura insuficiente;</p> <p>65. Não há a adoção em plenitude de serviços federados, como EDUROAM, fone@rnp, etc;</p> <p>66. Investimentos em várias estruturas de datacenter dispersas entre campi, não integradas, prestando os mesmos serviços;</p> <p>67. Processo de modernização de desktops e notebooks mais lento para Campi menores;</p> <p>68. Equipamentos muitas vezes são perdidos por falta de estrutura elétrica adequada (exemplo: falta de nobreaks);</p> <p>69. Parque de equipamentos apresenta defasagem em alguns campi (Litoral);</p> <p>70. Carência de infraestrutura tecnológica para apoiar tecnologias de EAD, além de vídeo/web/teleconferências;</p>
Segurança da Informação	<p>26. Política de Segurança da Informação (PSI) da UFPR aprovada e vigente.</p>	<p>71. Ausência de Plano de Gerenciamento de Riscos e de Continuidade, inclusive para TIC;</p> <p>72. PSI não possui plano, regulamentação, gerenciamento, recursos nem priorização para implantação;</p> <p>73. Baixa cultura organizacional em segurança da informação;</p> <p>74. Inexistência de área/setor voltado à segurança da informação;</p> <p>75. Uso de certificado auto assinado em vez de certificado digital emitido por Autoridade Certificadora;</p> <p>76. Política de Segurança de Informação não é divulgada;</p>
Contratações de TIC	<p>27. Criação de modelo de contratação de bens e serviços de TIC conforme Instrução Normativa nº 04/2014 SLTI/MPOG, habilitando o CCE para retomada de contratações;</p>	<p>77. Existência de contratações de TIC descentralizadas, sem controle do CCE, com especificações deficientes e não necessariamente alinhadas às necessidades da UFPR;</p> <p>78. Dificuldades no planejamento e execução de contratações ocasionam períodos sem cobertura contratual;</p> <p>79. Falta de plano de contratações de TIC, incluindo cronograma;</p> <p>80. Deficiência na gestão e manutenção de contratos, visto que existem períodos sem a prestação de serviços, a exemplo da manutenção e ampliação de infraestrutura de redes, há mais de 24 meses sem contrato;</p>
Serviços de TIC	<p>28. Ponto único de acesso aos serviços de TIC (sistema Oráculo);</p> <p>29. Logística favorável permitindo atendimento a todos os campi.</p>	<p>81. Gestão e organização de serviços insatisfatória;</p> <p>82. Baixa credibilidade da TIC entre os usuários;</p> <p>83. Parcela dos serviços de TIC não atendem os níveis de serviços declarados;</p> <p>84. Baixa eficiência no atendimento de chamados técnicos;</p> <p>85. Recursos de TIC (pessoal, infraestrutura de rede, recursos de datacenter, sistemas de informação) insuficientes;</p>

AMBIENTE INTERNO DA TIC UFPR		
CATEGORIA	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
		<p>86. Dificuldade por parte dos usuários em especificar adequadamente os requisitos de TIC;</p> <p>87. Maioria das metodologias de trabalho não documentadas e carentes de revisão e aprimoramento contínuo;</p> <p>88. Ausência de indicadores e metas para atendimentos;</p> <p>89. Ausência de indicadores de qualidade que possam medir a satisfação em relação aos serviços prestados;</p> <p>90. Oráculo não está disponível para profissionais de TIC de unidades desvinculadas/descentralizadas, gerando necessidade de sistemas paralelos de controle de chamados;</p>
Instalações Físicas		<p>91. Salas com pisos, tetos, luminárias e paredes com estética ruim/deprimente (CCE);</p> <p>92. Ambientes não climatizados ou, quando são, com equipamentos antigos, dispendiosos e barulhentos (CCE);</p> <p>93. Obra de novo prédio e reforma do atual espaço ocupado pelo CCE não foram executadas conforme previsto no PDI 2012-2016;</p> <p>94. Ausência de ornamentos como quadros, plantas e outras estratégias para aprimoramento do bem-estar no local;</p> <p>95. Datacenter do CCE sem site backup e:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Alojado sobre laje não dimensionada para o peso dos equipamentos; – Alojado sob caixa d'água (já sofreu alagamento); – Por possuir janelas, sofre com infiltrações e intempéries climáticas, prejudicando o funcionamento de equipamentos caríssimos; – Ocupa área "nobre" que poderia ser utilizada administrativamente pelo CCE; – Sujeito a incêndios (material inflamável) por não se tratar de sala-cofre; – Ar condicionado impróprio para ambiente de datacenter; – Torna caro a passagem de fiação elétrica para nobreak (4º andar do prédio); – Banco de baterias de um dos dois nobreaks precisa ser trocado por baterias adequadas. <p>96. Outros datacenters (ou salas de servidores) em alguns campi são inapropriados, em espaços mal adequados que apresentam riscos de segurança (incêndio, infiltração, calor excessivo, elétrico).</p>

Quadro 6. Matriz SWOT: Ambiente Interno.

AMBIENTE EXTERNO À UFPR		
CATEGORIA	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Gestão de Pessoas	<p>1. Projeto para criação de carreira específica de Analista de Tecnologia da Informação no âmbito do SISP em atendimento ao Acórdão nº 1200/2014 – TCU – Plenário;</p>	<p>1. Baixa oferta de vagas em concursos públicos para cargos de TIC das IFES;</p> <p>2. Prática de baixos salários para cargos de TIC do PCCTAE geram constante evasão;</p>

AMBIENTE EXTERNO À UFPR

CATEGORIA	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<ul style="list-style-type: none"> 2. Carreira de servidor público garante manutenção de quantitativo do quadro de TIC; 3. Disponibilidade de capacitações, tanto por iniciativa do mercado quanto pelo Governo; 	<ul style="list-style-type: none"> 3. Plano de carreiras específico para TIC, em promoção pelo MPOG, não contemplará servidores de TIC das IFES; 4. Capacitações promovidas pelo MPOG normalmente são concentradas em Brasília; 5. Concursos não contratam profissionais de TIC por área de especialidade, e sim generalistas; 6. Contratação de profissionais de TIC “generalistas” ao invés de profissionais especialistas nas áreas de interesse;
Governança e Gestão	<ul style="list-style-type: none"> 4. Diretriz do PPA 2012-2015 do Governo Federal apontando para o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia; 5. Política do Governo Federal voltada para melhoria da governança e gestão da TIC na APF; 6. Estratégia de Governança Digital (EGD), do SISP, que traça a direção da TIC, definindo o plano estratégico para promover a melhoria contínua da gestão e governança de TIC, assim como a sustentação da infraestrutura, além de subsidiar os órgãos na elaboração dos Planejamentos de TIC; 7. Atuação dos órgãos de controle (TCU, CGU) frente aos problemas de gestão e governança de TIC no Governo; 8. Direcionamento dos órgãos normativos e de controle para a elaboração do PDTI; 9. Disponibilidade de padrões, guias e boas práticas de mercado em governança de TIC; 10. O reconhecimento da importância estratégica da TIC nas organizações tem crescido, inclusive nas instituições públicas; 11. Apoio da ANDIFES, via Colégio de Gestores de TIC, ao fortalecimento e uso estratégico da TIC nas IFES; 12. Oportunidade para troca de conhecimentos e cooperação técnica na vasta rede de instituições federais; 13. Padrões promovidos pelo Governo Federal, como ePWG, e-Mag, e-Ping, ICP-Brasil; 14. Central de Serviços e Suporte (C3S) do SISP como canal de suporte e esclarecimento de dúvidas; 15. A TIC tem ocupado, cada vez mais, posições estratégicas junto à Administração Central das IFES, na forma de Superintendências, Pró-Reitorias, Comitês e Conselhos de TIC; 16. Programa Paranaense de práticas e recursos educacionais abertos – REA PARANÁ; 	<ul style="list-style-type: none"> 7. Cortes de recursos financeiros para investimentos e custeio frente à atual crise econômica brasileira; 8. Mudanças na legislação sem tempo hábil ou disponibilização de recursos para sua implementação; 9. Indefinição de responsabilidades relativas a custos de manutenção da REDECOMEP, ocasionalmente gerando despesas imprevistas para a UFPR; 10. Carência de alinhamento estratégico entre ANDIFES e RNP, sobretudo na priorização de investimentos da RNP;
Sistemas de Informação	<ul style="list-style-type: none"> 17. Repositório de software livre Portal do Software Público; 	<ul style="list-style-type: none"> 11. Dependência de sistemas externos da APF;

AMBIENTE EXTERNO À UFPR		
CATEGORIA	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	18. Evolução do mercado, ofertando melhores tecnologias e soluções de software;	
Infraestrutura Tecnológica	19. Padrões consolidados para infraestrutura lógica e física de redes de dados; 20. Alta qualidade dos equipamentos oferecidos no mercado propiciando ótima capacidade de gerenciamento de TIC;	12. Infraestrutura tecnológica tem altos custos de aquisição e manutenção;
Segurança da Informação	21. Decreto nº 8.135 de 04 de novembro de 2013, oportuniza criação de cultura de segurança de informação na APF; 22. Direcionamentos e regulamentações em segurança da informação promovidos pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;	13. Vulnerabilidades inerentes aos sistemas de informática; 14. Frequentes ataques à rede da UFPR;
Contratações de TIC	23. Instrução Normativa nº 04 SLTI/MPOG que regulamenta processo de aquisição de bens e serviços de TIC para a APF; 24. Política de Contratação Conjunta para órgãos integrantes do SISP; 25. Possibilidade legal e recomendação do Governo Federal para execução indireta de atividades executivas de TIC; 26. Recomendação do Governo Federal para adoção de solução de outsourcing de impressão;	15. Oscilação do dólar dificulta aquisições em TIC;
Serviços de TI	27. Estímulo do Governo Federal à adoção do ITIL.	

Quadro 7. Matriz SWOT: Ambiente Externo.

10. Inventário de Necessidades

Por Necessidade, neste documento, entende-se toda e qualquer demanda pertinente à área de Tecnologia da Informação e Comunicação, realizadas pelas áreas interessadas (usuária) ou identificadas pela própria área de TIC. Essas necessidades envolvem recursos tecnológicos (equipamentos de informática, sistemas operacionais, bancos de dados, redes de dados, datacenter), sistemas de informação e aplicativos, processos, aprendizagem, melhorias em gestão e governança, dentre outros, desde que contribuam para o satisfatório alcance dos objetivos da UFPR.

10.1 Plano de Levantamento das Necessidades

A fim de ouvir as diversas unidades da UFPR a respeito de suas necessidades relativas à TIC, foi adotada a seguinte estratégia de levantamento, descrita de forma sucinta:

- Elaboração de análise SWOT preliminar para avaliar o ambiente de TIC da UFPR, executada pelo Escritório de Governança de TIC do CCE;
- Nomeação de Equipe de Elaboração do PDTI (EqEPDTI) – Portaria nº. 2057 GR, de 8 de outubro de 2015;
- Elaboração de formulários específicos, pela EqEPDTI, para levantamento de necessidades e análise SWOT, em formato de documento editável (docx eodt);

- Definição e divulgação de endereço eletrônico para recebimento dos formulários preenchidos (pdti@ufpr.br);
- Encaminhamento ao COPLAD, pelo Assessor de Governança de Tecnologia e da Informação, do ofício AGTI nº 010/2015 contendo ambos formulários, explicando o levantamento e solicitando apoio aos conselheiros na divulgação e preenchimento em suas respectivas unidades. Prazo de devolução estabelecido para 12 de novembro de 2015;
- Encaminhamento do ofício AGTI nº 010/2015 e formulários via e-mail a Setores Acadêmicos e Pró-Reitorias;
- Agendamento e visitação aos Setores Acadêmicos, por parte do Assessor da AGT&I, para sensibilização, divulgação e orientação quanto ao preenchimento dos formulários. Os onze Setores Acadêmicos de Curitiba foram visitados pelo Assessor, mas somente sete Diretores tiveram disponibilidade para reunião. Os demais Setores em Curitiba e os Setores de Jandaia do Sul, Litoral e Palotina foram contatados viatelefone;
- Extensão dos prazos de recebimento dos formulários em trintadias;
- As contribuições relativas à análise SWOT foram analisadas uma a uma e agregadas na análise preliminar. Posteriormente a análise foi submetida à aprovação dos três Comitês de TIC, em três reuniões, durante a aprovação do Plano de Trabalho para elaboração do PDTI;
- As contribuições relativas às necessidades de TIC (mais de setecentas linhas de planilha) foram analisadas pela EqEPDTI e geraram entradas para o Inventário de Necessidades. Complementarmente, a análise SWOT foi utilizada para identificação de necessidades;
- O Inventário consolidado pela EqEPDTI integrou a minuta do PDTI que, por sua vez, foi submetida às considerações e aprovação pelos três Comitês de TIC em reunião unificada, ocorrida em 11 de março de 2016.

10.1.1 Contribuições ao Levantamento

Contribuíram com o levantamento de necessidades por meio do encaminhamento dos formulários de necessidades e ou análise SWOT:

- Setores Acadêmicos:
 - ✓ Setor de Agrárias
 - ✓ Setor de Artes, Comunicação e Design
 - ✓ Setor de Biológicas
 - ✓ Setor de Ciências da Saúde
 - Setor de Ciências da Terra
 - Setor de Ciências Humanas
 - ✓ Setor de Ciências Sociais Aplicadas
 - ✓ Setor Jandaia do Sul
 - ✓ Setor Litoral
 - ✓ Setor Palotina
- Administrativo:
 - ✓ PRA (limitado à participação do CCE)
 - ✓ PROGRAD (limitado à participação do CIPEAD)
- Sistema de Bibliotecas.

10.1.2 Problemas Identificados no Levantamento

Os seguintes problemas foram identificados na execução do levantamento das necessidades:

- O ofício AGTI nº 010/2015 não foi divulgado no COPLAD conforme solicitado;
- A demanda por necessidades de TIC e análise SWOT não foi devidamente divulgada internamente nas Pró-Reitorias por seus titulares ou as áreas subordinadas se omitiram do atendimento;
- À exceção da PRA e PROGRAD, as Pró-Reitorias não manifestaram suas necessidades no levantamento a tempo de submissão da minuta do PDTI aos Comitês Consultivos de TIC;
- Pouca receptividade por parte de alguns diretores de Setores Acadêmicos à visita do Assessor;
- Dentre os Setores Acadêmicos, quatro não registraram necessidades;
- Descumprimento de prazos para envio dos formulários pelas unidades usuárias da UFPR levou a pedido de extensão do prazo (à CGU) para submissão da aprovação do PDTI no COPLAD;
- Obrigatoriedade de submissão da aprovação prévia do PDTI a três Comitês de TIC distintos influenciaram negativamente nos prazos; uma das reuniões não contou com participantes e teve que ser reagendada.

10.2 Critérios de Priorização

A técnica de priorização das necessidades utilizada foi a Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência). Essa ferramenta é utilizada na priorização de problemas e tomada de decisão, auxiliando na formação de estratégias e na gestão de projetos, sendo recomendada pelo SISP no seu Guia de PDTI.

A matriz GUT permite quantificar cada necessidade de acordo com sua gravidade, urgência e tendência no âmbito organizacional, pela atribuição de um valor ponderado, variando de 1 a 5, conforme definições no quadro abaixo:

GUT	Descrição	Pontos	Critério
Gravidade	Impacto do problema sobre coisas, pessoas, resultados, processos ou organizações e efeitos que surgirão, caso o problema não seja resolvido.	1	Sem gravidade
		2	Pouco grave
		3	Grave
		4	Muito grave
		5	Extremamente grave
Urgência	Relação com o tempo disponível ou necessário para resolver o problema. Quanto maior a urgência, menor o tempo disponível para resolver esse problema.	1	Pode esperar
		2	Pouca urgência
		3	Urgente
		4	Muito urgente
		5	Precisa de ação imediata
Tendência	Potencial de crescimento do problema, avaliação da tendência de crescimento, redução ou desaparecimento do problema.	1	Se nada for feito, não irá mudar
		2	Se nada for feito, irá piorar a longo prazo
		3	Se nada for feito, irá piorar a médio prazo
		4	Se nada for feito, irá piorar a curto prazo
		5	Se nada for feito, irá piorar rapidamente/imediatamente

Quadro 8. Matriz GUT.

Após a atribuição, os pontos são multiplicados entre si, fornecendo um total que sugere o “peso” da necessidade para a instituição: quanto maior o peso, mais alta sua prioridade. A prioridade no atendimento das demandas será dada pela ordem descendente dos “pesos” fornecidos pela matriz GUT, onde “1” representa a maior prioridade.

10.3 Necessidades Identificadas

As necessidades elencadas foram divididas em duas tabelas: a primeira tabela identifica necessidades classificadas como “básicas” ou “essenciais”, ou seja, necessidades inerentes e cotidianas de suporte, manutenção e melhoria de soluções e recursos de TIC já implantados na

UFPR; a segunda tabela, identifica as necessidades classificadas como “Priorizáveis”, por representar projetos.

As necessidades essenciais, por representar tal característica fundamental e para garantir sua execução, essas necessidades não foram submetidas à priorização, evitando assim, competir com as necessidades prioritárias relacionadas na segunda tabela.

10.3.1 Necessidades ESSENCIAIS de TIC

ID	Necessidade Essencial	Descrição	Objetivo Estratégico	Objetivos Relacionados
NE.01	Manter o parque de desktops, notebooks e tablets.	Prover serviços de suporte, manutenção e garantia aos computadores e tablets da UFPR, substituindo-os periodicamente para garantia de desempenho e atualização tecnológica, e atendimento das demandas de crescimento, adequando a configuração dos equipamentos às necessidades gerais e específicas da UFPR.	OE.02	OE.04, OE.07
NE.02	Manter a infraestrutura de redes de dados.	Manter, suportar, prover atualização tecnológica e atender demandas por ampliação de toda a infraestrutura de rede de dados (metálica e ótica) da UFPR, incluindo ativos de rede e nobreaks, propiciando conectividade com disponibilidade.	OE.02	OE.04, OE.08
NE.03	Manter e melhorar a conectividade da rede sem fio corporativa (UFPR sem Fio).	Manter a rede sem fio da UFPR funcional, provendo suporte, melhorias e ajustes nos serviços que garantam a disponibilidade e a conectividade para o acesso, facilidade de uso, segurança e a qualidade do serviço.	OE.02	OE.04, OE.08
NE.04	Manter e ampliar a capacidade de datacenters e melhorar a operação de datacenters para hospedagem de serviços e sistemas.	Manter, suportar, atualizar e ampliar o atual parque de servidores e demais recursos de datacenters da UFPR (<i>storages, nobreaks, refrigeração, racks, switches, cabeamento, elétrica, instalações físicas, etc</i>), com foco em alta disponibilidade e capacidade (Plano de Capacidade) de atendimento das necessidades (expansão), promovendo constante atualização dos recursos e adequada operação.	OE.02	OE.03, OE.04, OE.12
NE.05	Manter o atual modelo de impressão corporativa (<i>outsourcing</i>).	Manter contrato de <i>outsourcing</i> de impressão corporativa, promovendo as devidas ampliações no número de equipamentos, assim como adequação às necessidades das unidades da UFPR.	OE.02	OE.03, OE.04, OE.07, OE.08
NE.06	Apoiar a manutenção, a atualização e a ampliação de serviços de teleconferência institucional.	Manter, atualizar e ampliar equipamentos e ambientes de teleconferência, apoiando projetos de criação de ambientes apropriados, provendo demais recursos associados para garantia da operacionalização dos ambientes.	OE.02	OE.03, OE.07, OE.08, OE.09

ID	Necessidade Essencial	Descrição	Objetivo Estratégico	Objetivos Relacionados
NE.07	Manter e ampliar licenciamento para sistemas operacionais servidor.	Manter sistemas operacionais servidor, comerciais ou livres, promovendo sua atualização conforme necessidade e ampliando o número de licenças para atendimento das demandas de crescimento e organização da TI.	OE.02	Não há
NE.08	Desenvolver e manter infraestrutura de software para serviços de TIC.	Contratar, adquirir ou desenvolver internamente sistemas e aplicações que suportem serviços providos pela área de TIC à UFPR, provendo as devidas manutenções.	OE.02	OE.03, OE.04
NE.09	Contratar suporte e manutenção para sistemas corporativos e demais software da UFPR.	Manter contratos para suporte, melhorias e manutenção que garantam a continuidade e modernização de software e sistemas ativos da UFPR, tais como: SIE, Sophia, SIGEU, SICONF, SIGEPE, etc.	OE.02	OE.07, OE.09, OE.14, OE.15
NE.10	Melhorar as condições básicas de trabalho e ferramentas nos ambientes de TIC.	Prover adequações nas condições de trabalho das equipes de TIC e ferramental apropriado à execução de suas atividades, por meio de reforma civil, mobiliários, equipamentos de TIC, mais conforto aos profissionais e minimização de riscos a pessoas e serviços, visando aumento de produtividade e qualidade de vida.	OE.02	OE.03, OE.08
NE.11	Capacitar profissionais de TIC.	Implementar Plano de Capacitação Permanente para profissionais de TIC da UFPR, de acordo com as necessidades institucionais, buscando formar as competências e perfis desejados, incluindo cursos, treinamentos, certificações profissionais, pós-graduação (<i>lato sensu, strictu sensu</i>), participação em fóruns e congressos, etc.	OE.06	OE.02, OE.03, OE.04, OE.05, OE.07, OE.08, OE.09, OE.10, OE.14

Quadro 9 - Necessidades Essenciais de TIC.

10.3.2 Necessidades PRIORIZADAS de TIC

O quadro a seguir apresenta as necessidades de TIC da UFPR em ordem de prioridade, onde o número “1” representa a maior prioridade. A prioridade diminui à medida que o número aumenta.

ID	Necessidade	Descrição	Objetivo Estratégico	Objetivos Relacionados	Prioridade
NP.01	Definir e pré-aprovar orçamento específico para investimentos e custeio em TIC.	Definir orçamento específico e pré-aprovado para investimentos e custeio de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFPR, permitindo a execução das ações do PDTI, conforme orienta a Estratégia de Governança de Tecnologia da Informação (atual Estratégia de Governança Digital) do SISP.	OE.11	OE.01, OE.02, OE.03, OE.04, OE.05, OE.06	1
NP.02	Implantar sistema para Controle de Frequência de Servidores.	Concluir a implantação do sistema Controle de Frequência no âmbito da UFPR para controle de ponto de servidores, envolvendo treinamentos a usuários e adequações na ferramenta.	OE.09	OE.02	2
NP.03	Aprovar e implantar o Modelo de Contratações de Bens e Serviços de TIC.	Aprovar, implantar e manter o Modelo de Contratações de Bens e Serviços de TIC da UFPR conforme legislação.	OE.08	OE.02, OE.03, OE.04, OE.05, OE.06, OE.07	3
NP.04	Reestruturar a área de TIC da UFPR.	Reestruturar a área de TIC da UFPR, aderente às diretrizes governamentais e ao COBIT, contemporânea e adequada às necessidades da UFPR, incluindo a criação de unidade estrategicamente posicionada na estrutura organizacional, por meio da revisão dos estudos realizados para criação de Superintendência de TIC e criação de Conselho Gestor de TIC deliberativo como estrutura de decisão e governança de TIC.	OE.01	OE.05, OE.06, OE.10, OE.11, OE.12, OE.13	4
NP.05	Ampliar a capacidade do serviço de armazenamento de arquivos (docs.ufpr.br) e prover backup centralizado de dados corporativos.	Manter o serviço "docs.ufpr.br" (servidor de arquivos) e ampliar a capacidade de armazenamento para atender todos os dados corporativos da UFPR, obedecendo critérios de capacidade, de segurança - incluindo backup centralizado - e de alta disponibilidade.	OE.02	OE.03, OE.04	5

ID	Necessidade	Descrição	Objetivo Estratégico	Objetivos Relacionados	Prioridade
NP.06	Regulamentar e implementar a Política de Segurança da Informação da UFPR pela TIC.	Regulamentar e implementar as determinações da PSI, incluindo a criação de unidade de Segurança da Informação e Comunicação e Equipe de Tratamento de Incidentes de Segurança da Informação da Universidade (CSIRT - <i>Computer Security Incident Resource Team</i>), conforme Resolução nº 21/14-COPLAD, de 24/09/2014, que cria a Política de Segurança da Informação da UFPR (PSI/UFPR).	OE.04	OE.02, OE.05, OE.07, OE.08, OE.12, OE.13	6
NP.07	Construir prédio destinado à área de TIC da UFPR.	Promover reestruturação física voltada à área de TIC da UFPR, mediante construção de novo prédio, visando instalações compatíveis com as necessidades atuais e futuras, conforme PDI UFPR 2012-2016, Diretriz XXIV, Meta 93.	OE.02	OE.04, OE.05, OE.06, OE.07, OE.10, OE.12	7
NP.08	Implantar sistema de Gestão de Documentos Eletrônicos para controle de portarias e documentos oficiais (PROPLAN).	Homologar e implantar sistema de gestão de documentos em formato eletrônico (em desenvolvimento), inicialmente para gestão de portarias, com expansão posterior para outros documentos oficiais (ordens de serviço, ofícios, memorandos, resoluções, etc).	OE.09	OE.02, OE.03, OE.05, OE.06, OE.15	8
NP.09	Construir novo datacenter e site backup.	Construir novo datacenter e preparar projeto para construção de site backup para abrigar os serviços de TIC, dimensionados para atendimento das demandas atuais e escaláveis para demandas futuras, contemplando requisitos para aumento da segurança das informações e garantia de alta disponibilidade aos serviços.	OE.02	OE.03, OE.04, OE.08, OE.09, OE.12	9
NP.10	Padronizar a identidade visual dos sítios web institucionais da UFPR.	Criar <i>template</i> (modelo) corporativo para padronização e uniformização dos sítios institucionais da UFPR, inclusive quanto à identidade visual, que contemple internacionalização (diferentes línguas) e recursos voltados para melhoria da oferta de informações e serviços acadêmicos, hospedado de forma centralizada pela área de TIC.	OE.05	OE.02, OE.03, OE.04, OE.12, OE.13	10
NP.11	Implantar sistema para automatização de coleta de dados	Implantar sistema destinado à automatização da coleta de dados para o Censo de Ensino Superior.	OE.09	OE.02, OE.03	11

ID	Necessidade	Descrição	Objetivo Estratégico	Objetivos Relacionados	Prioridade
	para o censo do ensino superior (Censo/INEP)				
NP.12	Elaborar o Planejamento Estratégico de TIC da UFPR.	Elaborar o planejamento estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação para a UFPR, de forma participativa e ampla, projetando o cenário futuro a ser alcançado pela TIC, devidamente alinhado aos objetivos institucionais e balizador para os futuros PDTIs.	OE.05	OE.02, OE.12, OE.13	12
NP.13	Mapear a infraestrutura de redes de dados da UFPR.	Projetar e executar mapeamento da infraestrutura de redes de dados da UFPR, gerando e mantendo documentação atualizada, visando estudos para o desenvolvimento do parque tecnológico e melhoria na gestão e investimentos em infraestrutura.	OE.05	OE.02, OE.03, OE.07, OE.08	13
NP.14	Manter e aprimorar a integração entre os sistemas de gestão e os ambientes virtuais de aprendizagem (CIPEAD).	Manter e aprimorar a integração entre os sistemas de gestão e os ambientes virtuais de aprendizagem disponíveis na UFPR.	OE.09	OE.02	14
NP.15	Criar e implementar políticas de TIC para a UFPR.	Criar, aprovar e implementar políticas de TIC para a UFPR, com vistas à organização e aumento da governança de TIC e corporativa, tais como política de recursos mínimos para campi em implantação ou expansão, política de uso de recursos de TIC (e-mail, computadores, sistemas), etc.	OE.09	OE.02, OE.05	15
NP.16	Implantar novo sistema de controle de patrimônio.	Implantar ferramenta web destinada ao controle dos bens patrimoniais da UFPR em substituição ao sistema SAP, que possibilite integração com os sistemas existentes e permita maior agilidade dos processos relacionados à gestão patrimonial.	OE.09	OE.02, OE.03, OE.05, OE.14	16
NP.17	Implantar o SEI - Sistema Eletrônico de Informações - na UFPR.	Implantar na UFPR o Sistema Eletrônico de Informações - SEI como sistema oficial de informações, documentos e processos eletrônicos, em atendimento à Portaria 1.042/2015-MEC e Decreto 8.539/2015-Presidência da República.	OE.09	OE.02, OE.03, OE.05, OE.14	17

ID	Necessidade	Descrição	Objetivo Estratégico	Objetivos Relacionados	Prioridade
NP.18	Integrar todos os sítios institucionais e vinculá-los ao portal www.ufpr.br.	Integrar todos os sítios web institucionais e vinculá-los ao portal www.ufpr.br, em infraestrutura centralizada, permitindo melhor indexação dos mecanismos de buscas e melhorias nos processos de criação, manutenção, segurança e gestão dos sítios, visando melhorar o ranking da UFPR no " <i>Ranking Web of Universities</i> ".	OE.05	OE.02, OE.03, OE.04, OE.07, OE.08, OE.12, OE.13	18
NP.19	Implantar sistema de Acompanhamento de Recomendações (AUDIN).	Implantar sistema de acompanhamento de recomendações de órgãos externos (CGU, TCU) referentes a Planos de Providência Permanente e recomendações internas da AUDIN.	OE.09	OE.02	19
NP.20	Estruturar serviço corporativo de teleconferência.	Elaborar projeto para disponibilização de serviços que contemplem a estruturação de ambiente profissional de teleconferência na UFPR, para fins acadêmicos e administrativos, incluindo salas, equipamentos, software e demais recursos necessários, suporte técnico e operacional para garantia da adequada disponibilidade e uso do ambiente, prevendo a implantação de, minimamente, uma sala por campus.	OE.02	OE.07	20
NP.21	IntegraTI - manter e aprimorar o programa para integração das áreas de TIC da UFPR.	Manter e aprimorar estratégia de Integração - IntegraTI - entre as diversas áreas de TIC da UFPR, com o objetivo de melhorar a entrega de valor pela TIC às áreas finalísticas e administrativas, promover o alinhamento estratégico, tático e operacional, através da integração de processos e pessoas, inclusive estabelecendo canais de comunicação entre os profissionais de TIC da UFPR.	OE.12	OE.01, OE.02, OE.03, OE.04, OE.05, OE.06, OE.07, OE.10, OE.13	21
NP.22	Implantar Escritório de Projetos de TIC.	Criar e implantar escritório de projetos com foco no gerenciamento de projetos de TIC da UFPR e com base no PMBOK.	OE.05	OE.03, OE.06, OE.08, OE.10, OE.12	22
NP.23	Implantar sistema de Gestão e Processo Seletivo de Bolsas (PRAE).	Implantar sistema de gestão de bolsas/auxílio dos programas PROBEM (permanência, alimentação, creche, moradia), PID - Programa de Iniciação à Docência, bolsa permanência do MEC (PBP/MEC), dentre outras, englobando	OE.09	OE.02	23

ID	Necessidade	Descrição	Objetivo Estratégico	Objetivos Relacionados	Prioridade
		funcionalidades como o gerenciamento de processo seletivo de bolsistas, integração com sistema acadêmico e o gerenciamento de pagamentos.			
NP.24	Implantar sistema de Gestão de Estágios.	Implantar sistema de gestão de estágios em substituição ao atual sistema e em atendimento à legislação (Lei nº 11.788/08 e resoluções nº 46/10-CEPE e nº 70/04-CEPE) e possibilitando compartilhamento e socialização de informações para a comunidade acadêmica além de melhor operacionalização dos processos de estágio e conseqüentemente maior conformidade com a legislação vigente.	OE.09	OE.02, OE.03, OE.04	24
NP.25	Implantar melhorias no sistema de gerenciamento do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/ PIC).	Implantar melhorias no sistema de gerenciamento do Programa de Iniciação Científica para facilitar o processo de iniciação científica, tanto para alunos quanto professores, incluindo a PRPPG no gerenciamento do PIBIC.	OE.09	OE.02, OE.03, OE.12	25
NP.26	Implantar sistema para Gestão de Eventos (PROEC).	Implantar sistema de gestão de eventos corporativos e universitários, integrado aos sistemas da UFPR (ex: Arrecadação, Acadêmico, Extensão, etc.)	OE.09	OE.02, OE.12	26
NP.27	Elaborar estudo de capacidade de execução da TIC da UFPR.	Elaborar estudo de capacidade de execução da TIC da UFPR, baseado em referências formais e na cultura institucional, com vistas à proposição de adequação do quadro de Tecnologia da Informação e Comunicação, incluindo outras áreas de conhecimento necessárias à gestão de TIC na UFPR, mapeamento de servidores envolvidos com TIC e necessidades de adequação em contratações (concursos) de forma a estabelecer competências e perfis adequados aos cargos de TIC desejados.	OE.06	OE.02, OE.03, OE.04, OE.08, OE.12	27
NP.28	Elaborar Plano de Gerenciamento de Riscos da TIC.	Elaborar Plano de Gerenciamento de Riscos da TIC corporativa.	OE.04	OE.05, OE.07, OE.08, OE.12	28
NP.29	Implantar sistema de Arrecadações Próprias (PROPLAN).	Implantar sistema de gestão de arrecadações próprias da UFPR, em substituição ao sistema vigente (BB Cobrança) e conjunto de planilhas utilizados para os controles financeiros e em atendimento às resoluções Nº 42/03-COUN, Art. 25, e Nº 36/04-COUN.	OE.09	OE.02	29

ID	Necessidade	Descrição	Objetivo Estratégico	Objetivos Relacionados	Prioridade
NP.30	Readequar e ampliar a rede sem fio corporativa (UFPR sem fio).	Readequar a rede sem fio da UFPR, promovendo constante atualização tecnológica, ampliação de cobertura conforme necessidade, inclusive para salas de aula, e provendo melhorias no atual serviço que garantam a disponibilidade e a conectividade para o acesso, facilidade de uso, segurança e a qualidade do serviço.	OE.02	OE.03, OE.04	30
NP.31	Implantar sistema de Gestão de Compras (PRA).	Implantar sistema para automatizar o controle dos processos de compra na UFPR.	OE.09	OE.02, OE.05, OE.08, OE.12	31
NP.32	Ampliar a capacidade do sistema de correio eletrônico institucional.	Ampliar os limites de armazenamento (tamanho da caixa postal) do sistema de correio eletrônico institucional e do tamanho de anexos para atender necessidades da UFPR, ofertando, ao menos, 5GB para usuários administrativos e docentes da UFPR, 10GB para usuários departamentais e 1 GB para discentes e permitindo a disponibilização de novos recursos, como o porta-arquivos.	OE.02	OE.03, OE.04	32
NP.33	Implantar o Projeto POP (Procedimento Operacional Padrão) em todas unidades de TIC da UFPR.	Implantar a prática de documentação baseada em POPs - Procedimentos Operacionais Padrão em todas as unidades de TIC da UFPR a fim de documentar e padronizar procedimentos operacionais, minimizando falhas operacionais e evitando o represamento de conhecimentos e informações.	OE.03	OE.02, OE.04, OE.06, OE.07, OE.08, OE.12, OE.13, OE.14	33
NP.34	Implantar sistema de Monitoramento de Contratos de Recursos Humanos Terceirizados (DAAST).	Implantar sistema de monitoramento e apoio à fiscalização de contratos envolvendo recursos humanos terceirizados.	OE.09	OE.02	34
NP.35	Integrar a UFPR ao serviço EDUROAM da RNP.	Integrar a UFPR ao serviço EDUROAM, beneficiando-se da integração já existente com a Federação CAFe, provida pela RNP para redes sem fio, flexibilizando o acesso de servidores e pesquisadores, quando na participação em eventos nacionais e internacionais.	OE.02	OE.03, OE.04, OE.07	35

ID	Necessidade	Descrição	Objetivo Estratégico	Objetivos Relacionados	Prioridade
NP.36	Criar Central de Serviços de TIC.	Implantar uma Central de Serviços efetiva, a fim de centralizar a gestão dos serviços providos pela área de TIC de toda a UFPR, com monitoramento proativo e ações reativas rápidas, diminuindo períodos de inatividades de serviços (<i>downtime</i>) e melhorando a percepção do usuário, além de melhorar a qualidade do atendimento e suporte ao usuário.	OE.07	OE.02, OE.04, OE.08, OE.09, OE.10, OE.12	36
NP.37	Implantar Centro de Operações de Rede (NOC).	Implantar centro de operação e monitoramento ativo de serviços de TIC, integrado à Central de Serviços, visando melhoria da disponibilidade dos serviços de TIC.	OE.02	OE.04, OE.07, OE.08	37
NP.38	Implantar Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Graduação) em substituição ao SIE.	Projetar o desenvolvimento de um Sistema Integrado de Gestão Acadêmico (Graduação), integrado aos sistemas de Pós-Graduação, Educação a Distância e Extensão em substituição ao SIE.	OE.03	Não há	38
NP.39	Implantar os processos de Gerenciamento de Portfólio e de Catálogo de Serviços de TIC conforme ITIL v3.	Implantar os processos de Gerenciamento de Portfólio e de Gerenciamento de Catálogo de Serviços de TIC do ITIL v3, visando adoção de boas práticas para alinhamento dos serviços de TIC às necessidades da UFPR.	OE.08	OE.02, OE.03, OE.04, OE.05, OE.07	39
NP.40	Ampliar a redundância por meio de enlaces óticos para acesso à Internet.	Ampliar redundância de <i>links</i> óticos para permitir disponibilidade da conectividade à Internet e entre os campi que ainda não contam com este recurso, prevenindo interrupção dos serviços dependentes.	OE.02	OE.03, OE.04	40
NP.41	Promover adesão a produtos de software com descontos acadêmicos.	Realizar levantamento de oportunidades junto a empresas (<i>Academic Partners</i>) que pratiquem políticas de descontos acadêmicos em soluções de software e propor parcerias, convênios ou contratação visando atender necessidades educacionais e administrativas quando de interesse e vantajoso para a UFPR.	OE.05	OE.02	41
NP.42	Adquirir solução de segurança de borda/perímetro de rede.	Investir em soluções especializadas para segurança de perímetro da Rede UFPR (firewall, AntiSpam, antivírus de borda, IPS/IDS, controle de navegação, <i>Data Loss Prevention</i> , controle de aplicações, criptografia de arquivos, VPN, etc),	OE.04	OE.02, OE.03, OE.08	42

ID	Necessidade	Descrição	Objetivo Estratégico	Objetivos Relacionados	Prioridade
		visando manter a segurança dos ativos informacionais, em consonância com a Política de Segurança da Informação da UFPR.			
NP.43	Implementar melhorias no planejamento, na gestão e no desenvolvimento de sistemas da UFPR.	Elaborar estudo, propor e implementar melhorias no planejamento, gestão e desenvolvimento de projetos de software, como padrão para toda a UFPR, visando aumento da produtividade, agilidade e qualidade, avaliando formação de equipes, esforços conjuntos entre unidades de TIC, necessidades de execução indireta, definição de papéis para os integrantes, considerando padrões e metodologias consolidadas na iniciativa privada e pública.	OE.05	OE.02, OE.03, OE.07, OE.08, OE.09, OE.12, OE.13, OE.14, OE.15	43
NP.44	Reestruturar e manter ambientes de TIC em laboratórios e salas.	Prover suporte na estruturação e reestruturação de laboratórios de informática, assim como em salas de aula, relativamente a recursos de TIC.	OE.02	OE.03	44
NP.45	Prover gerenciamento centralizado de ativos e de itens de configuração de serviços de TIC.	Implementar processos de gerenciamento de ativos e configuração de serviços em toda a Rede UFPR, conforme preconiza o ITIL, visando maior controle e métricas que balizem o correto dimensionamento dos recursos de TIC, como subsídio para investimentos (aquisições e contratações).	OE.08	OE.02, OE.03, OE.07, OE.09, OE.12	45
NP.46	Padronizar e atualizar pacotes de aplicativos de escritório de desktops e notebooks.	Promover a padronização de aplicativos de escritório na UFPR, visando a simplificação de suporte pela área de TIC e do uso pelos usuários, solução para regularização de licenças, para problemas de compatibilidade entre diferentes soluções e facilitação de intercâmbio de documentos interna e externamente à UFPR.	OE.02	OE.03, OE.07, OE.08	46
NP.47	Implantar melhorias no sistema SIGEU.	Implantar melhorias no sistema SIGEU, em desenvolvimento pelo CCE/DSI.	OE.03	OE.02, OE.09	47
NP.48	Implantar sistema de Ensalamento - Gestão de Salas, Horários e Professores (SACOD).	Implantar sistema de ensalamento que permita gestão de salas, de horários e de professores, integrado ao sistema acadêmico.	OE.09	OE.02	48

ID	Necessidade	Descrição	Objetivo Estratégico	Objetivos Relacionados	Prioridade
NP.49	Estruturar unidade técnica especializada em tecnologia e inovação educacional e fortalecer a infraestrutura do serviço atual (CIPEAD).	Estruturar unidade multidisciplinar com profissionais especializados e dedicados nas tecnologias com interface na educação, voltada para provimento de serviços de apoio e inovação à educação, tais como: ambiente virtual de aprendizagem, repositório de recursos educacionais, streaming (teleconferências), etc, e fortalecimento da infraestrutura do serviço atual.	OE.05	OE.02, OE.03, OE.09, OE.12	49
NP.50	Implantar sistema de gestão e infraestrutura de TIC para controle de acesso ao Restaurante Universitário.	Implantar sistema de gestão e infraestrutura de TIC para controle de acesso e gestão financeira dos Restaurantes Universitários da UFPR.	OE.09	OE.02	50
NP.51	Prover licenciamento de software com finalidade educacional ou administrativa.	Prover licenciamento de diferentes programas aplicativos ou sistemas de aplicação específica, voltados ao atendimento de demandas de ensino ou administrativas, com garantia e suporte de manutenção, quando aplicável.	OE.02	OE.07, OE.09	51
NP.52	Criar e implantar Plano de Comunicação da área de TIC.	Desenvolver e implantar Plano de Comunicação para a área de TIC, com vistas a promoção da Governança de TIC, bem como ao alinhamento estratégico, tático e operacional entre unidades e profissionais de TIC da UFPR, necessário à prestação de serviços de TIC de qualidade à comunidade acadêmica.	OE.10	OE.02, OE.05, OE.06, OE.07, OE.12	52
NP.53	Organizar a Rede UFPR sob domínio.	Implantar ambiente de domínio na Rede UFPR, visando organização, padronização e gestão centralizada do parque de ativos e de outros recursos de TIC, como pré-requisito para implementação de processo de gerenciamento de ativos de TIC e planejamento de aquisição de ativos, facilitando e agilizando a realização de serviços comuns de atendimento remoto ao usuário, via rede.	OE.02	OE.03, OE.04, OE.07, OE.08	53
NP.54	Padronizar e atualizar sistemas operacionais de desktops e notebooks.	Adquirir e fornecer licenças de sistemas operacionais, visando projeto de padronização do parque de desktops e notebooks e regularização de licenças, como pré-requisito para projeto de organização da rede em domínio e gerenciamento centralizado de ativos e de configurações na Rede UFPR, conforme boas práticas do ITIL.	OE.02	OE.03, OE.04, OE.07, OE.08	54

ID	Necessidade	Descrição	Objetivo Estratégico	Objetivos Relacionados	Prioridade
NP.55	Adquirir solução de antivírus corporativo para sistemas operacionais de desktops, dispositivos móveis e equipamentos servidores da Rede UFPR.	Aquisição de solução de antivírus corporativo, com gerenciamento centralizado, para instalação em desktops, notebooks, tablets, smartphones e servidores da Rede UFPR, para aumento da segurança da informação e diminuição de incidentes de segurança digital, em consonância com a Política de Segurança da Informação da UFPR.	OE.04	OE.02, OE.03, OE.07, OE.08	55
NP.56	Implantar Portal do Egresso.	Implantar sistema Portal do Egresso em plataforma web, para interação entre a UFPR e os seus alunos egressos.	OE.09	OE.02	56
NP.57	Implantar novo sistema para gestão de estoque e ordens de serviço gráfico (IMPrensa).	Implantar novo sistema de controle de estoque e ordens de serviços gráficos destinado à Imprensa Universitária.	OE.09	OE.02, OE.03	57
NP.58	Elaborar projeto de virtualização de desktops.	Elaborar projeto de virtualização de desktops destinado a áreas acadêmicas e administrativas da UFPR, visando avaliação frente à solução tradicional com desktops físicos.	OE.02	OE.03, OE.04, OE.08	58
NP.59	Implantar IPv6 para toda a UFPR.	Realizar transição tecnológica do padrão de transmissão de dados utilizados na infraestrutura física, lógica, aplicações e serviços de rede utilizados atualmente na UFPR, denominado IPv4, para o protocolo IPv6, alinhado com os parâmetros do "Plano de Disseminação e Uso do IPv6" no âmbito doSISP.	OE.02	OE.03	59
NP.60	Implantar processo de Gerenciamento de Incidentes com base no ITIL.	Implantar o processo "Gerenciamento de Incidentes" na UFPR, para todas as unidades de TIC da UFPR, com base no ITIL v3, visando adoção de boas práticas para alinhamento dos serviços de TIC às necessidades da UFPR.	OE.07	OE.02, OE.03, OE.04, OE.08, OE.10	60
NP.61	Implantar sistema para auxiliar no atendimento do serviço de referência online do SiBi.	Implantar sistema para auxílio no atendimento do serviço de referência online do SiBi para que o usuário seja atendido de forma rápida e funcional.	OE.09	OE.02	61

ID	Necessidade	Descrição	Objetivo Estratégico	Objetivos Relacionados	Prioridade
NP.62	Implantar ambiente de computação em nuvem institucional (<i>corporate cloud</i>) para a UFPR.	Implantar ambiente de computação em nuvem, em nível institucional (<i>corporate cloud</i>), para disponibilização de serviços à comunidade, visando a consolidação e melhor aproveitamento da TIC, oferecendo maior agilidade, padronização, maior eficiência de custos, de gerenciamento, de energia, de armazenamento, de segurança e de acesso.	OE.02	OE.03, OE.04, OE.08, OE.12	62
NP.63	Implantar sistema de Controle de Materiais de Laboratório (JANDAIA).	Implantar sistema de controle de materiais de laboratórios acadêmicos da UFPR (reagentes, vidrarias, etc). (Sistema sendo desenvolvido por Jandaia).	OE.09	OE.02	63
NP.64	Criar rede convergente de voz e dados, aprimorando a integração ao sistema VoIP da RNP.	Melhorar e distribuir aos Campi da UFPR uma rede integrada de voz e vídeo utilizando como base os serviços da RNP, com previsão de substituição das centrais telefônicas atuais, visando maior controle e otimização de custos e permitindo ainda a adesão ao sistema por discentes, que poderão se comunicar gratuitamente com usuários do projeto em nível nacional e internacional.	OE.02	OE.03, OE.08	64
NP.65	Implantar sistema para controle de acesso e gerenciamento de academias do Projeto CED (BIOLÓGICAS).	Implantar sistema para gerenciamento de academias e demais dependências do Projeto Centro de Educação Física e Desportos (CED), incluindo controle de acesso físico por catracas.	OE.09	OE.02	65
NP.66	Capacitar usuários de TIC.	Estabelecer e implementar política de capacitação de usuários vinculada aos serviços ofertados, por meio de cursos e treinamentos internos e externos e pelo uso de mídias digitais contemporâneas, de acordo com as necessidades institucionais.	OE.07	OE.02, OE.04, OE.10	66
NP.67	Implantar sistema de Progressão Docente.	Concluir a homologação e implantar sistema de gestão automatizada do processo de progressão docente.	OE.09	OE.02	67
NP.68	Implantar sistema para controle de requisições de animais de	Implantar sistema para controle de requisições de animais de laboratório do Biotério.	OE.09	OE.02	68

ID	Necessidade	Descrição	Objetivo Estratégico	Objetivos Relacionados	Prioridade
	laboratório do Biotério (BIOLÓGICAS).				
NP.69	Implantar sistema de gestão de listas de e-mail.	Implantar sistema de gestão de listas de e-mail que permitam facilitar a criação de listas, melhorando a experiência dos usuários pela interação entre docentes e discentes e entre administração e servidores.	OE.03	OE.02, OE.08, OE.09	69
NP.70	Implantar sistema de Progressão de Servidores Técnico-Administrativo para CIS-UFPR e PROGEPE.	Implantar sistema de Progressão de Servidores Técnico-Administrativo para Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE (CIS-UFPR) e PROGEPE.	OE.09	OE.02, OE.06	70
NP.71	Implantar sistema de Gestão de Atividades Formativas (JANDAIA).	Implantar sistema destinado a gestão/controle de entrega de atividades formativas complementares de alunos em cursos de graduação e dos cursos de ensino profissionalizante na UFPR. (Estudos para desenvolvimento sendo iniciados por Jandaia do Sul).	OE.09	OE.02	71
NP.72	Renovar o parque de ativos de rede (<i>switches</i> e <i>patch cords</i>)	Renovar o parque de ativos de rede da UFPR por meio da substituição de <i>switches</i> e cabos (<i>patch cords</i>), visando atualização tecnológica, garantia de desempenho e continuidade de serviços.	OE.03	OE.02, OE.04, OE.08	72
NP.73	Implantar serviço de mensageria instantânea corporativa.	Implantar serviço de troca de mensagens instantâneas corporativa, a fim de ampliar os canais de comunicação institucional. Preferencialmente, o serviço deve estar integrado ao sistema de correio eletrônico institucional.	OE.02	OE.03, OE.04, OE.07, OE.12	73
NP.74	Implantar sistema para monitoramento e acompanhamento da saúde do servidor.	Implantar sistema para monitoramento e acompanhamento da saúde do servidor, através de exames periódicos, consultas ao sistema CASA, atestados, faltas e afastamentos, encaminhamentos, pelo menos.	OE.09	OE.02, OE.06	74

Quadro 10 – Necessidades Priorizadas de TIC.

11. Plano de Metas e de Iniciativas

Um Plano de Metas define marcos mensuráveis, controláveis e quantificáveis para a satisfação de cada necessidade registrada no PDTI. Um Plano de Iniciativas define quais ações/iniciativas devem ser executadas para que as metas definidas sejam alcançadas, apontando responsáveis e prazos.

O quadro a seguir consolida os dois planos, provendo metas e ações/iniciativas associadas a cada necessidade registrada no PDTI.

Plano de Metas e Iniciativas – Necessidades ESSENCIAIS de TIC

Necessidade: NE.01		Manter o parque de desktops, notebooks e tablets ²								
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Ações	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.01.1	Atualização e ampliação: disponibilizar meios para aquisição e implantação de equipamentos de TIC	366	365	Nº de dias cobertos por ata(s) de registro de preço	A.01.1	Disponibilizar ata(s) de registro de preços para aquisição de equipamentos de TIC (desktops, notebooks, tablets)	Jan/16	Dez/17	CCE/DMEI	
		>= 505 ³	>= 436	Nº de equipamentos adquiridos e implantados	A.01.2	Adquirir equipamentos de TIC com garantia estendida para atualização/substituição e ampliação do parque	Jan/16	Dez/17	Toda UFPR	
					A.01.3	Prover software básico para equipamentos	Jan/16	Dez/17	CCE/DMEI	
					A.01.4	Prover conectividade à rede UFPR	Jan/16	Dez/17	CCE/DRD	
M.01.2	Prestar manutenção/suporte aos equipamentos de TIC	95%	95%	Percentual de chamados para manutenção e suporte de equipamentos resolvidos	A.01.4	Realizar manutenção (revisões e operações normais na conservação) e suporte (recomendações técnicas, explicações de uso ou esclarecimento de dúvidas sobre programas ou equipamentos) para equipamentos em uso	Jan/16	Dez/17	Unidades de TIC	
		95%	95%	Nº de equipamentos mantidos/suportados em função das demandas			Jan/16	Dez/17	Unidades de TIC	
Necessidade: NE.02		Manter a infraestrutura de redes de dados								

² Por não haver orçamento específico para a área de TIC, o CCE apenas disponibiliza ata de registro de preços para que sejam adquiridos equipamentos de TIC, sob gestão da PRA.

³ Referente a quantidades registradas no levantamento de necessidades para o presente PDTI. Demandas registradas com prazo de atendimento “curto” foram contabilizadas para 2016 e demandas registradas como prazo “médio” foram contabilizadas para atendimento em 2017.

Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Ações	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.02.1	Prover serviços e materiais para manter, suportar atualizar e ampliar a infraestrutura de redes cabeadas (metálica e ótica) da UFPR	366	365	Nº de dias cobertos por contrato de prestação de serviços	A.02.1	Disponibilizar contrato para prestação de serviços, com fornecimento de materiais	Jan/16	Jun/16	CCE/DRD
				Nº de dias cobertos por contrato de suporte técnico em redes	A.02.2	Disponibilizar contrato de suporte técnico necessário para redes	Jan/16	Jun/16	CCE/DRD
		95%	95%	Percentual de chamados técnicos para levantamento atendidos	A.02.3	Prestar serviços de manutenção/suporte e ampliação para chamados abertos	Jan/16	Dez/17	CCE/DRD
				Percentual de chamados técnicos para execução atendidos			Jan/16	Dez/17	CCE/DRD
Necessidade: NE.03		Manter e melhorar a conectividade da rede sem fio corporativa (UFPR sem Fio)							
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Ações	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.03.1	Manter operacional e prover melhorias na atual rede UFPR sem Fio	366	365	Nº de dias cobertos por contrato de suporte técnico	A.03.1	Disponibilizar contrato para prestação de serviços especializados de manutenção/suporte para a solução da rede sem fio	Mar/16	Set/16	CCE/DRD
				0,8>= 0,85 ⁴	0,8>= 0,85	Taxa de cobertura (área / nº de antena)	A.03.2	Realizar mapeamento das áreas funcionais nos campi e identificar as atividades funcionais para as áreas	Jan/16

⁴ Taxa de cobertura menor 0,8 = inaceitável; entre 0,8 e 0,85 = aceitável; maior que 0,85 = desejável.

		0,7>= 0,85	0,7<= 0,85 ⁵	Taxa de produtividade (nº de usuários/antena)	A.03.2	Monitorar a taxa de produtividade de antenas instaladas	Jan/16	Dez/17	CCE/DRD
Necessidade: NE.04 Manter e ampliar a capacidade de datacenters e melhorar a operação de datacenters para hospedagem de serviços e sistemas.									
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Ações	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.04.1	Ampliar capacidade de armazenamento de dados	1	0	Nº de <i>storages</i> implantados	A.04.1	Adquirir e implantar novo equipamento <i>storage</i> no datacenter do CCE	Mar/16	Set/16	CCE/DSS
M.04.2	Substituir equipamentos servidores obsoletos	10	0	Nº de equipamentos servidores substituídos	A.04.3	Adquirir e substituir equipamentos servidores obsoletos	Mar/16	Set/16	CCE/DSS
M.04.3	Ampliar o parque de equipamentos servidores	20	0	Nº de equipamentos servidores para ampliação do parque	A.04.4	Adquirir e implantar novos equipamentos servidores	Mar/16	Set/16	CCE/DSS
M.04.4	Substituir equipamento de refrigeração do datacenter do CCE	100%	0	Solução de climatização de precisão implantada	A.04.5	Adquirir e implantar solução de climatização de precisão	Mar/16	Set/16	CCE/DSS
M.04.5	Substituir banco de baterias do nobreak do CCE	1	1	Nº de bancos de baterias substituídos	A.04.6	Adquirir e substituir banco de baterias de nobreaks para datacenter	Mar/16	Set/17	CCE/DSS
M.04.6	Elaborar estudo de capacidade para o datacenter do CCE	1	0	Plano de Capacidade de Datacenter realizado	A.04.7	Elaborar Plano de Capacidade para planejamento de atendimento atual e futuro	Mar/16	Set/16	CCE/DSS
M.04.7	Melhorar infraestrutura de conectividade e racks do datacenter do CCE	0	8	Nº de switches de alta velocidade (>=10Gbps)	A.04.8	Ampliar número de equipamentos switch para rack de datacenter, com estrutura redundante e links de alta velocidade	Mar/16	Set/16	CCE/DSS

⁵ Taxa de produtividade menor que 0,7=inaceitável; entre 0,7 e 0,85 = aceitável; acima de 0,85 = desejável.

		4	0	Nº de switches por gerência de servidores (1Gbps)	A.04.9	Ampliar número de equipamentos switch para as portas de gerência dos servidores	Mar/16	Set/16	CCE/DSS
		4	0	Nº de racks substituídos	A.04.10	Prover substituição de racks (incluídos switches KVM embutidos)	Mar/16	Set/16	CCE/DSS
		0	4	Nº de racks para ampliação	A.04.11	Prover ampliação do número de racks (com switches KVM), incluindo aquisição e implantação	Mar/16	Set/16	CCE/DSS
M.04.8	Melhorar o controle de acesso (segurança física) ao datacenter	1	0	Solução de segurança física implantada	A.04.12	Adquirir e implantar solução de segurança física para o datacenter do CCE (porta, câmeras de vigilância, mecanismo de acesso, prevenção de incêndio)	Mar/16	Set/16	CCE/DSS
Necessidade: NE.05		Manter o atual modelo de impressão corporativa (<i>outsourcing</i>)							
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Ações		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável
M.05.1	Manter o serviço de impressão corporativa da UFPR	366	365	Nº de dias cobertos por contrato de outsourcing de impressão	A.05.1	Disponibilizar novo contrato de outsourcing de impressão em substituição ao contrato vigente	Jan/16	Ago/16	CCE/DSS
		571	>= 571	Nº de equipamentos de impressão mantidos	A.05.2	Gerenciar contrato de outsourcing de impressão para manter e ampliar o número de equipamentos	Jan/16	Dez/17	CCE/DSS
Necessidade: NE.06		Apoiar a manutenção, a atualização e a ampliação de serviços de teleconferência institucional							
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Ações		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável
M.06.1	Manter o laboratório CCELab e o terminal de teleconferência	25	30		A.06.1	Manter funcional o equipamento terminal de teleconferência (<i>endpoint</i>) e a Unidade de Controle	Jan/16	Dez/17	CCE/DRD

						Multiponto (MCU – <i>Multipoint Control Unit</i>)			
				Nº de sessões de teleconferência efetivadas no CCELab	A.06.2	Manter funcional o laboratório CCELab	Jan/16	Dez/17	CCE/DRD
					A.06.3	Assistir presencialmente as sessões de teleconferência	Jan/16	Dez/17	CCE/DRD
M.06.2	Prestar suporte técnico e orientação no uso e configuração de tecnologias de teleconferência	100%	100%	Percentual de chamados para suporte técnico atendidos	A.06.3	Orientar profissionais da UFPR na operacionalização de equipamento terminal (<i>endpoint</i>) de teleconferência	Jan/16	Dez/17	CCE/DRD
					A.06.4	Orientar aquisição de soluções de teleconferência	Jan/16	Dez/17	CCE/DRD
Necessidade: NE.07 Manter e ampliar licenciamento para sistemas operacionais servidor									
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Ações		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável
M.07.1	Manter licenciamento para sistemas operacionais servidor	10	0	Nº de licenciamentos com suporte renovado	A.07.1	Contratar serviço de suporte técnico para infraestrutura de serviços VMware	Jan/16	Dez/17	CCE/DSS
		10	20	Nº de novos licenciamentos adquiridos (ampliação)	A.07.2	Adquirir licenças VMware para servidores	Jun/16	Jun/17	CCE/DSS
		0	12	Nº de novos licenciamentos adquiridos (ampliação)	A.07.3	Adquirir licenças de Windows Server	Jan/17	Jun/17	CCE/DSS
Necessidade: NE.08 Desenvolver e manter infraestrutura de software para serviços de TIC									
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Ações		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável

M.08.1	Realizar estudo para implantação de ambiente para testes e treinamentos em sistemas corporativos	1	0	Estudo realizado	A.08.1	Realizar estudo contemplando necessidades e custos para implantação e manutenção de ambiente de testes e treinamentos	Jan/16	Dez/17	CCE/DSI
M.08.2	Manter ambiente de produção para sistemas corporativos	99%	99%	Percentual de disponibilidade/ano	A.08.2	Manter operacionais e em alta disponibilidade os ambientes de produção de sistemas corporativos	Jan/16	Dez/17	CCE/DSI CCE/DSS CCE/DRD CCE/DAU
M.08.3	Manter ambiente de homologação para sistemas corporativos	95%	95%	Percentual de disponibilidade/ano	A.08.3	Manter operacionais e disponíveis os ambientes de homologação de sistemas corporativos	Jan/16	Dez/17	CCE/DSI CCE/DSS CCE/DRD CCE/DAU
Necessidade: NE.09 Contratação de suporte e manutenção para sistemas corporativos e demais software da UFPR									
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Ações		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável
M.09.1	Contratação de suporte para o sistema Sophia (SiBi)	92	365	Nº de dias cobertos por contrato de manutenção/suporte	A.09.1	Disponibilizar contrato de suporte e manutenção para o sistema Sophia	Abr/16	Set/16	SiBi CCE/Direção
M.09.2	Manter contrato de manutenção/suporte ao sistema SIE	366	365	Nº de dias cobertos por contrato de manutenção/suporte	A.09.2	Manter o contrato vigente	Jan/16	Dez/17	CCE/Direção CCE/DAU
M.09.4	Manter sistema gerenciador de banco de dados corporativo (Oracle)	366	365	Nº de dias cobertos por contrato de manutenção/suporte	A.09.3	Manter contrato vigente de suporte técnico ao banco de dados Oracle	Jan/16	Nov/16	CCE/DSI
					A.09.3	Disponibilizar novo contrato de suporte técnico ao banco de dados Oracle	Nov/16	Dez/17	CCE/DSI

Necessidade: NE.10		Melhorar as condições básicas de trabalho e ferramentas nos ambientes de TIC								
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Ações	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.10.1	Prover equipamentos apropriados aos técnicos de campo		0	Nº de kits de ferramentas	A.10.1	Adquirir kit de ferramentas de manutenção para profissionais de TIC	Abr/16	Ago/16	CCE/Direção	
M.10.2	Prover adequações em ambientes de trabalho	50%	100%	Percentual de atendimento das demandas registradas para o PDTI	A.10.2	Promover adequações físicas e de mobiliários nos ambientes de TIC	Jan/16	Dez/17	CCE/Direção	
Necessidade: NE.11		Capacitar profissionais de TIC								
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Ações	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.11.1	Capacitar profissionais de TIC de todas as unidades de TIC	42	40	Nº de capacitações viabilizadas (cursos, pós-graduação, treinamentos)	A.11.1	Disponibilizar recursos para viabilizar e ofertar capacitações externas e internas, certificações profissionais e participações em eventos aos profissionais de TIC	Jan/16	Dez/17	CCE/Direção AGT&I PROGEPE	
		96	99	Nº de vagas efetivadas						
		2	11	Nº de certificações alcançadas						
		7	6	Nº de participantes em eventos externos						

Quadro 11 – Plano de Metas e Ações.

Plano de Metas e Iniciativas – Necessidades PRIORIZADAS de TIC

Necessidade: NP.01		Definir e pré-aprovar orçamento específico para investimentos e custeio em TIC.							Prioridade: 1	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável			
M.01.1	Aprovar e disponibilizar orçamento para TIC	1	0	Estudo elaborado	A.01.1	Elaborar estudo para levantamento de custos em TIC com base no PDTI	Abr/16	Jul/16	CCE/EGTIC CCE/Direção AGT&I	
		3	0	Pré-aprovações do estudo nos Comitês de TIC	A.01.2	Submeter estudo aos Comitês de TIC para apreciação, ajustes e pré-aprovação	Ago/16	Ago/16	CCE/Direção AGT&I Comitês de TIC	
		1	0	Orçamento aprovado	A.01.3	Submeter estudo e solicitação de aprovação de orçamento ao COPLAD	Set/16	Dez/16	AGT&I COPLAD Reitoria	
		0	1	Orçamento aprovado disponibilizado	A.01.4	Disponibilizar orçamento aprovado	Mar/17	Dez/17	PROPLAN	
Necessidade: NP.02		Implantar sistema para Controle de Frequência de Servidores.							Prioridade: 2	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável			
M.02.1	Concluir implantação do sistema	1	0	Sistema implantado em produção	A.02.1	Disponibilizar sistema em produção	Jan/16	Jan/16	CCE/DSI	
		20	0	Nº de multiplicadores capacitados	A.02.2	Identificar e capacitar usuários chave da PROGEPE como multiplicadores e pessoal de suporte da DAU/CCE	Mar/16	Jul/16	CCE/DSI	
		1	0	Termo de encerramento de projeto assinado	A.02.3	Realizar adequações no sistema	Mar/16	Jul/16	CCE/DSI PROGEPE	
					A.02.4	Consolidar implantação	Mar/16	Jul/16	CCE/DSI PROGEPE	
Necessidade: NP.03		Aprovar e implantar o Modelo de Contratações de Soluções (Bens e ou Serviços) de TIC.							Prioridade: 3	

Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.03.1	Aprovar e implantar o Modelo de contratações de TIC	1	0	Normativa institucional publicada	A.03.1	Aprovar o Modelo no COPLAD	Jan/16	Mai/16	COPLAD	
		100%	100%	Percentual de contratações executadas com base no Modelo	A.03.2	Utilizar o Modelo como base para contratações de bens e ou serviços de TIC (descontadas as exceções previstas em lei)	Jun/16	Dez/17	Unidades demandantes da UFPR CCE (Direção e Divisões) e demais unidades de TIC Comitês de TIC	
Necessidade: NP.04		Reestruturar a área de TIC da UFPR.						Prioridade: 4		
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.04.1	Aprovar proposta de reestruturação da área de TIC	1	0	Proposta elaborada	A.04.1	Elaborar estudo e formular proposta de reestruturação da TIC	Abr/16	Ago/16	CCE/EGTIC CCE/Direção AGT&I	
		3	0	Proposta pré-aprovada nos Comitês de TIC	A.04.2	Submeter proposta à apreciação e pré-aprovação dos Comitês de TIC	Set/16	Set/16	CCE/Direção AGT&I Comitês de TIC	
		0	1	Proposta aprovada no COPLAD	A.04.3	Submeter proposta à apreciação e aprovação do COPLAD	Out/16	Mar/17	AGT&I COPLAD Reitoria	
M.04.2	Implantar nova estrutura de TIC	0	80%	Percentual de implementação da proposta	A.04.4	Implementar a nova estrutura de TIC aprovada	Abr/17	Dez/17	Reitoria AGT&I	
Necessidade: NP.05		Ampliar a capacidade do serviço de armazenamento de arquivos (docs.ufpr.br) e prover backup centralizado de dados corporativos.						Prioridade: 5		
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	

M.05.1	Ampliar a capacidade de armazenamento de dados	1	0	Nº de <i>storages</i> implantados	A.04.1	Adquirir e implantar novo equipamento <i>storage</i> no datacenter do CCE (conforme NE.04)	Mar/16	Set/16	CCE/DSS	
		100%	100%	Percentual de usuários beneficiados	A.05.2	Incrementar quotas de usuários	Out/16	Dez/16	CCE/DSS	
M.05.2	Garantir backup de diretórios de usuários	100%	100%	Percentual de usuários beneficiados	A.05.3	Garantir backup de diretórios de usuários por meio da política de backup do CCE	Jan/16	Dez/17	CCE/DSS	
Necessidade: NP.06		Regulamentar e implementar a Política de Segurança da Informação da UFPR pela TIC.						Prioridade: 6		
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.06.1	Estruturar área responsável pela Segurança da Informação e Comunicação	1	0	Gestor instituído	A.06.1	Instituir o Gestor de Segurança da Informação para a UFPR	Abr/16	Mai/16	Reitoria	
		1	0	Unidade criada e estruturada	A.06.2	Criar e estruturar unidade de Segurança da Informação e Comunicação no CCE (DSinf)	Jun/16	Out/16	Gestor de SI CCE/Direção	
		0	1	Equipe constituída	A.06.3	Constituir e coordenar a Equipe de Tratamento de Incidentes de Segurança da Informação da Universidade	Jan/17	Mar/17	CCE/DSinf	
M.06.2	Implementar e monitorar a PSI	0	100%	Percentual de processos de trabalho e procedimentos operacionais homologados	A.06.5	Homologar processos de trabalho e procedimentos operacionais necessários para a implementação da PSI/UFPR	Nov/16	Fev/17	CCE/DSinf	
		0	1	Auditorias realizadas	A.06.6	Monitorar, auditar e avaliar periodicamente as práticas de segurança da informação adotadas pela Universidade	Nov/17	Dez/17	CCE/DSinf Gestor de SI	
					A.06.7	Comunicar as unidades da UFPR sobre a necessidade de incorporação, em seus processos de trabalho, práticas inerentes à segurança da informação	Jun/16	Dez/17	Gestor de SI	

					A.06.8	Propor recursos necessários às ações de segurança da informação na Universidade			Gestor de SI	
		0	1	Política aprovada	A.06.9	Elaborar e aprovar Política de Uso de Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFPR	Set/16	Jul/17	AGT&I Comitês de TIC	
Necessidade: NP.07		Construir prédio destinado à área de TIC da UFPR.						Prioridade: 7		
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.07.1	Viabilizar recursos orçamentários e financeiros para o projeto	1	0	Projeto elaborado e viabilizado	A.07.1	Promover o projeto junto à Administração Central e viabilizar os recursos necessários no orçamento da UFPR	Mar/16	Dez/16	CCE/Direção AGT&I	
M.07.2	Projetar obra e licitar obra para construção de novo prédio	0	1	Projeto elaborado	A.07.2	Elaborar projeto de engenharia civil	Jan/17	Abr/17	SUINFRA CCE/Direção	
		0	1	Contrato assinado	A.07.3	Licitar obra	Mai/17	Out/17	SUINFRA CCE/Direção	
					A.07.4	Iniciar construção	Nov/17	Dez/17	SUINFRA	
Necessidade: NP.08		Implantar sistema de Gestão de Documentos Eletrônicos para controle de portarias e documentos oficiais (PROPLAN).						Prioridade: 8		
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.08.1	Concluir testes e implantar o sistema	1	0	Sistema implantado	A.08.1	Concluir testes e homologação do sistema para controle de portarias	Jan/16	Jun/16	CCE/DSI PROPLAN	
					A.08.2	Implementar e implantar suporte a outros documentos oficiais exceto os que forem supridos pelo SEI	Jul/16	Dez/16	CCE/DSI PROPLAN	
Necessidade: NP.09		Construir novo datacenter e site backup.						Prioridade: 9		
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	

M.09.1	Projetar e construir novo datacenter	1	0	Contrato assinado	A.09.1	Retomar projeto de construção de datacenter e negociar recursos para licitação da obra	Jan/16	Abr/16	CCE/Direção PRA
					A.09.2	Licitar obra do datacenter	Mai/16	Out/16	SUINFRA CCE/Direção
		0	1	Obra executada	A.09.3	Executar obra do datacenter	Nov/16	Mar/17	SUINFRA CCE/Direção
		0	1	Datacenter migrado e operante	A.09.4	Migrar datacenter para o novo local	Abr/17	Mai/17	CCE/DSS CCE/DRD
M.09.2	Projetar e construir datacenter para site backup	0	1	Contrato assinado ou área reformada	A.09.5	Projetar construção de datacenter site backup e negociar recursos para licitação da obra	Abr/16	Dez/16	CCE/DSS CCE/DRD SUINFRA
					A.09.6	Licitar obra do datacenter site backup ou encaminhar reforma de espaço físico	Jan/17	Jun/17	SUINFRA CCE/Direção
		0	1	Obra executada	A.09.7	Executar obra do datacenter site backup	Jul/17	Out/17	SUINFRA CCE/Direção
		0	1	Datacenter site backup montado e operante	A.09.8	Montar datacenter site backup (infraestrutura de conectividade, equipamentos, infraestrutura lógica)	Nov/17	Dez/17	CCE/DSS CCE/DRD

Necessidade: NP.10

Padronizar a identidade visual dos sítios web institucionais da UFPR.

Prioridade: 10

Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.10.1	Elaboração do modelo corporativo de sítios institucionais	1	0	Modelo elaborado	A.10.1	Mar/16	Dez/16	ACS CCE/DWEB
		60%	80%	Atendimento de demandas utilizando o novo modelo.	A.10.2	Jan/17	Dez/17	CCE/DWEB

Necessidade: NP.11

Implantar sistema para automatização de coleta de dados para o Censo da Educação Superior (Censo/INEP).

Prioridade: 11

Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador		Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.11.1	Criação de sistema para automatizar a coleta de dados para o Censo da Educação Superior (MEC/INEP)	1	0	Sistema homologado	A.11.1	Concluir o desenvolvimento do sistema e homologar	Mar/16	Mar/16	PI PROGRAD PRPPG PROEC PROGEPE CCE/DSI	
		1	0	Sistema implantado	A.11.2	Implantar o sistema	Mar/16	Mar/16	CCE/DSI	
Necessidade: NP.12		Elaborar o Planejamento Estratégico de TIC da UFPR.						Prioridade: 12		
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador		Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.12.1	Elaboração do PETI-UFPR	0	1	Plano elaborado	A.12.1	Elaborar o planejamento estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação para a UFPR	Jan/17	Jul/17	AGT&I Comitês de TIC Reitoria PRA	
M.12.2	Alinhar o PDTI ao PETI	0	1	PDTI alinhado	A.12.2	Alinhar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFPR ao PETI-UFPR	Ago/17	Dez/17	EqAPDTI AGT&I Comitês de TIC	
Necessidade: NP.13		Mapear a infraestrutura de redes de dados da UFPR.						Prioridade: 13		
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador		Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.13.1	Prover mapa da rede UFPR	30%	70%	Percentual do total de racks em operação mapeados	A.13.1	Executar mapeamento e confecção de documentação	Out/16	Dez/16	CCE/DRD	
Necessidade: NP.14		Manter e aprimorar a integração entre os sistemas de gestão e os ambientes virtuais de aprendizagem (CIPEAD).						Prioridade: 14		
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador		Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	

M.14.1	Atender demandas de integração solicitadas pela PROGRAD	1	0	Acordo de Nível de Serviço estabelecido	A.14.1	Garantir a manutenção dos sistemas de gestão acadêmica e ambientes virtuais de aprendizagem da Instituição estabelecendo atividades e responsabilidades	Jan/16	Dez/17	CCE/DSS CCE/DAU PRPPG PROGRAD/CIPEAD	
		90%	10%	Percentual de solicitações implementadas	A.14.2	Implementar solicitações de integração	Jan/16	Dez/17		
Necessidade: NP.15		Criar e implementar políticas de TIC para a UFPR.						Prioridade: 15		
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.15.1	Identificar as políticas de TIC a serem desenvolvidas pela UFPR	1	0	Levantamento concluído	A.15.1	Efetuar levantamento da necessidade de políticas de TIC para a UFPR, com base em motivações legais e boas práticas	Abr/16	Ago/16	AGT&I CCE/Direção Comitês de TIC	
M.15.2	Implantar as políticas de TIC para a UFPR	0	50%	Percentual de implantação das políticas de TIC identificadas	A.15.2	Elaborar e aprovar as políticas de TIC identificadas	Set/16	Dez/17	AGT&I CCE/Direção Comitês de TIC	
					A.15.3	Regulamentar as políticas de TIC			CCE/Direção	
					A.15.4	Implantar as políticas de TIC			CCE/Direção	
Necessidade: NP.16		Implantar novo sistema de controle de patrimônio.						Prioridade: 16		
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.16.1	Implantar novo sistema para controle patrimonial	1	0	Sistema desenvolvido	A.16.1	Concluir desenvolvimento (em andamento) de sistema para substituição do SAP	Mar/16	Jul/16	CCE/DSI PRA/Patrimônio	
				Sistema homologado	A.16.2	Homologar o sistema	Ago/16	Set/16	PRA/Patrimônio CCE/DSI	
				Sistema implantado	A.16.3	Migrar o SAP e disponibilizar em produção o novo sistema	Out/16	Nov/16	CCE/DSI PRA/Patrimônio	

Necessidade: NP.17		Implantar o SEI - Sistema Eletrônico de Informações - na UFPR.							Prioridade: 17	
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.17.1	Implantar o SEI como sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos da UFPR	0	1	Sistema implantado	A.17.1	Implantar o SEI, considerando a Metodologia de Implantação sugerida pelo MPOG	Mar/16	Nov/17	CCE	
		0	1	Ato normativo publicado	A.17.2	Publicar ato normativo de instituição do SEI	Dez/17	Dez/17	Reitoria	
Necessidade: NP.18		Integrar todos os sites institucionais e vinculá-los ao portal www.ufpr.br.							Prioridade: 18	
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.18.1					A.18.1					
					A.18.2					
Necessidade: NP.19		Implantar sistema de Acompanhamento de Recomendações (AUDIN).							Prioridade: 19	
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.19.1					A.19.1					
M.19.2					A.19.2					
Necessidade: NP.20		Estruturar serviço corporativo de teleconferência.							Prioridade: 20	
Metas		Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.20.1					A.20.1					
M.20.2					A.20.2					

Necessidade: NP.21		IntegraTI - manter e aprimorar o programa para integração das áreas de TIC da UFPR.							Prioridade: 21	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável			
M.21.1				A.21.1						
M.21.2				A.21.2						
Necessidade: NP.22		Implantar Escritório de Projetos de TIC.							Prioridade: 22	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável			
M.22.1				A.22.1						
M.22.2				A.22.2						
Necessidade: NP.23		Implantar sistema de Gestão e Processo Seletivo de Bolsas (PRAE).							Prioridade: 23	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável			
M.23.1				A.23.1						
M.23.2				A.23.2						
Necessidade: NP.24		Implantar sistema de Gestão de Estágios.							Prioridade: 24	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável			
M.24.1				A.24.1						
M.24.2				A.24.2						
Necessidade: NP.25		Implantar melhorias no sistema de gerenciamento do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/ PIC).							Prioridade: 25	

Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.25.1				A.25.1				
M.25.2				A.25.2				
Necessidade: NP.26		Implantar sistema para Gestão de Eventos (PROEC).					Prioridade: 26	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.26.1				A.26.1				
M.26.2				A.26.2				
Necessidade: NP.27		Elaborar estudo de capacidade de execução da TIC da UFPR.					Prioridade: 27	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.27.1				A.27.1				
M.27.2				A.27.2				
Necessidade: NP.28		Elaborar Plano de Gerenciamento de Riscos da TIC.					Prioridade: 28	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.28.1				A.28.1				
M.28.2				A.28.2				
Necessidade: NP.29		Implantar sistema de Arrecadações Próprias (PROPLAN).					Prioridade: 29	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	

M.29.1					A.29.1				
M.29.2					A.29.2				
Necessidade: NP.30		Readequar e ampliar a rede sem fio corporativa (UFPR sem fio).						Prioridade: 30	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.30.1					A.30.1				
M.30.2					A.30.2				
Necessidade: NP.31		Implantar sistema de Gestão de Compras (PRA).						Prioridade: 31	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.31.1					A.31.1				
M.31.2					A.31.2				
Necessidade: NP.32		Ampliar a capacidade do sistema de correio eletrônico institucional.						Prioridade: 32	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.32.1					A.32.1				
M.32.2					A.32.2				
Necessidade: NP.33		Implantar o Projeto POP (Procedimento Operacional Padrão) em todas unidades de TIC da UFPR.						Prioridade: 33	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.33.1					A.33.1				

M.33.2					A.33.2				
Necessidade: NP.34		Implantar sistema de Monitoramento de Contratos de Recursos Humanos Terceirizados (DAAST).						Prioridade: 34	
	Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.34.1					A.34.1				
M.34.2					A.34.2				
Necessidade: NP.35		Integrar a UFPR ao serviço EDUROAM da RNP.						Prioridade: 35	
	Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.35.1					A.35.1				
M.35.2					A.35.2				
Necessidade: NP.36		Criar Central de Serviços de TIC.						Prioridade: 36	
	Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.36.1					A.36.1				
M.36.2					A.36.2				
Necessidade: NP.37		Implantar Centro de Operações de Rede (NOC).						Prioridade: 37	
	Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.37.1					A.37.1				
M.37.2					A.37.2				

Necessidade: NP.38		Implantar Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Graduação) em substituição ao SIE.							Prioridade: 38	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável			
M.38.1				A.38.1						
M.38.2				A.38.2						
Necessidade: NP.39		Implantar os processos de Gerenciamento de Portfólio e de Catálogo de Serviços de TIC conforme ITIL v3.							Prioridade: 39	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável			
M.39.1				A.39.1						
M.39.2				A.39.2						
Necessidade: NP.40		Ampliar a redundância por meio de enlaces óticos para acesso à Internet.							Prioridade: 40	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável			
M.40.1				A.40.1						
M.40.2				A.40.2						
Necessidade: NP.41		Promover adesão a produtos de software com descontos acadêmicos.							Prioridade: 41	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável			
M.41.1				A.41.1						
M.41.2				A.41.2						
Necessidade: NP.42		Adquirir solução de segurança de borda/perímetro de rede.							Prioridade: 42	

Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.42.1				A.42.1				
M.42.2				A.42.2				
Necessidade: NP.43		Implementar melhorias no planejamento, na gestão e no desenvolvimento de sistemas da UFPR.					Prioridade: 43	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.43.1				A.43.1				
M.43.2				A.43.2				
Necessidade: NP.44		Reestruturar e manter ambientes de TIC em laboratórios e salas.					Prioridade: 44	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.44.1				A.44.1				
M.44.2				A.44.2				
Necessidade: NP.45		Prover gerenciamento centralizado de ativos e de itens de configuração de serviços de TIC.					Prioridade: 45	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.45.1				A.45.1				
M.45.2				A.45.2				
Necessidade: NP.46		Padronizar e atualizar pacotes de aplicativos de escritório de desktops e notebooks.					Prioridade: 46	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	

M.46.1					A.46.1				
M.46.2					A.46.2				
Necessidade: NP.47		Implantar melhorias no sistema SIGEU.						Prioridade: 47	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.47.1					A.47.1				
M.47.2					A.47.2				
Necessidade: NP.48		Implantar sistema de Ensalamento - Gestão de Salas, Horários e Professores (SACOD).						Prioridade: 48	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.48.1					A.48.1				
M.48.2					A.48.2				
Necessidade: NP.49								Prioridade: 49	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.49.1					A.49.1				
M.49.2					A.49.2				
Necessidade: NP.50		Estruturar unidade técnica especializada em tecnologia e inovação educacional e fortalecer a infraestrutura do serviço atual (CIPEAD).						Prioridade: 50	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.50.1					A.50.1				

M.50.2					A.50.2				
Necessidade: NP.51		Prover licenciamento de software com finalidade educacional ou administrativa.						Prioridade: 51	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.51.1				A.51.1					
M.51.2				A.51.2					
Necessidade: NP.52		Criar e implantar Plano de Comunicação da área de TIC.						Prioridade: 52	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.52.1				A.52.1					
M.52.2				A.52.2					
Necessidade: NP.53		Organizar a Rede UFPR sob domínio.						Prioridade: 53	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.53.1				A.53.1					
M.53.2				A.53.2					
Necessidade: NP.54		Padronizar e atualizar sistemas operacionais de desktops e notebooks.						Prioridade: 54	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas		Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.54.1				A.54.1					
M.54.2				A.54.2					

Necessidade: NP.55		Adquirir solução de antivírus corporativo para sistemas operacionais de desktops, dispositivos móveis e equipamentos servidores da Rede UFPR.						Prioridade: 55	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.55.1				A.55.1					
M.55.2				A.55.2					
Necessidade: NP.56		Implantar Portal do Egresso.						Prioridade: 56	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.56.1				A.56.1					
M.56.2				A.56.2					
Necessidade: NP.57		Implantar novo sistema para gestão de estoque e ordens de serviço gráfico (IMPrensa).						Prioridade: 57	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.57.1				A.57.1					
M.57.2				A.57.2					
Necessidade: NP.58		Elaborar projeto de virtualização de desktops.						Prioridade: 58	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.58.1				A.58.1					
M.58.2				A.58.2					
Necessidade: NP.59		Implantar IPv6 para toda a UFPR.						Prioridade: 59	

Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.59.1				A.59.1				
M.59.2				A.59.2				
Necessidade: NP.60		Implantar processo de Gerenciamento de Incidentes com base no ITIL.					Prioridade: 60	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.60.1				A.60.1				
M.60.2				A.60.2				
Necessidade: NP.61		Implantar sistema para auxiliar no atendimento do serviço de referência <i>online</i> do SiBi.					Prioridade: 61	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.61.1				A.61.1				
M.61.2				A.61.2				
Necessidade: NP.62		Implantar ambiente de computação em nuvem institucional (<i>corporate cloud</i>) para a UFPR.					Prioridade: 62	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	
M.62.1				A.62.1				
M.62.2				A.62.2				
Necessidade: NP.63		Implantar sistema de Controle de Materiais de Laboratório (JANDAIA).					Prioridade: 63	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável	

M.63.1					A.63.1				
M.63.2					A.63.2				
Necessidade: NP.64		Criar rede convergente de voz e dados, aprimorando a integração ao sistema VoIP da RNP.						Prioridade: 64	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.64.1				A.64.1					
M.64.2				A.64.2					
Necessidade: NP.65		Implantar sistema para controle de acesso e gerenciamento de academias do Projeto CED (BIOLÓGICAS).						Prioridade: 65	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.65.1				A.65.1					
M.65.2				A.65.2					
Necessidade: NP.66		Capacitar usuários de TIC.						Prioridade: 66	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.66.1				A.66.1					
M.66.2				A.66.2					
Necessidade: NP.67		Implantar sistema de Progressão Docente.						Prioridade: 67	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.67.1				A.67.1					

M.67.2					A.67.2				
Necessidade: NP.68		Implantar sistema para controle de requisições de animais de laboratório do Biotério (BIOLÓGICAS).						Prioridade: 68	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.68.1				A.68.1					
M.68.2				A.68.2					
Necessidade: NP.69		Implantar sistema de gestão de listas de e-mail.						Prioridade: 69	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.69.1				A.69.1					
M.69.2				A.69.2					
Necessidade: NP.70		Implantar sistema de Progressão de Servidores Técnico-Administrativo para CIS-UFPR e PROGEPE.						Prioridade: 70	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.70.1				A.70.1					
M.70.2				A.70.2					
Necessidade: NP.71		Implantar sistema de Gestão de Atividades Formativas (JANDAIA).						Prioridade: 71	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.71.1				A.71.1					
M.71.2				A.71.2					

Necessidade: NP.72		Renovar o parque de ativos de rede (<i>switches e patch cords</i>).						Prioridade: 72	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.72.1				A.72.1					
M.72.2				A.72.2					
Necessidade: NP.73		Implantar serviço de mensageria instantânea corporativa.						Prioridade: 73	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.73.1				A.73.1					
M.73.2				A.73.2					
Necessidade: NP.74		Implantar sistema para monitoramento e acompanhamento da saúde do servidor.						Prioridade: 74	
Metas	Valor 2016	Valor 2017	Indicador	Iniciativas	Prazo Inicial	Prazo Final	Área Responsável		
M.74.1				A.74.1					
M.74.2				A.74.2					

Quadro 12 - Plano de Metas e Ações para Necessidades Priorizadas

12. Gestão de Pessoas

Para balizamento do Plano de Gestão de Pessoas, foi identificada na UFPR a situação atual referente aos quantitativos e à distribuição dos profissionais de TIC. O levantamento também considerou profissionais de TIC não vinculados com atividades do cargo e profissionais de outras áreas do conhecimento atuando diretamente na área de TIC.

Os Analistas, o Tecnólogo e Técnicos de TIC da UFPR encontram-se distribuídos conforme segue:

Cargo	Unidade	Recursos
Analista de Tecnologia da Informação e Tecnólogo – Formação	Assessoria de Comunicação Social	1
	Centro de Computação Eletrônica	21
	Coordenação de Planejamento de Pessoal (extinta)	1
	Departamento de Expressão Gráfica	1
	Departamento de Informática	1
	Divisão de Tecnologia da Informação do DAP (extinta)	2
	Gabinete da Direção do Setor de Ciências Sociais Aplicadas	1
	Imprensa Universitária	1
	Laboratório de Informática – Jandaia	1
	Núcleo de Automação Documentária	2
	Núcleo de Concursos	1
	Pró-Reitoria de Administração	1
	Seção de Comunicação e Eventos – Litoral	1
	Seção de Tecnologia da Informação – Litoral	6
Setor de Ciências da Saúde	1	
Técnico de Tecnologia da Informação e Técnico de Laboratório de Informática	Centro de Computação Eletrônica	20
	Centro de Estudos do Mar	2
	Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal	1
	Departamento de Engenharia Elétrica	1
	Departamento de Engenharia Mecânica	1
	Departamento de Geologia	1
	Departamento de Estatística	1
	Departamento de Informática	1
Gabinete da Direção do Setor de Ciências Agrárias	1	

Cargo	Unidade	Recursos
	Gabinete da Direção do Setor de Ciências Biológicas	1
	Gabinete da Direção do Setor de Ciências da Saúde	1
	Gabinete da Direção do Setor de Ciências Jurídicas	1
	Gabinete da Direção do Setor de Ciências Sociais Aplicadas	1
	Gabinete da Direção do Setor de Educação	2
	Gabinete da Direção do Setor de Tecnologia	1
	Gabinete da Pró-Reitoria de Graduação	1
	Hospital Veterinário – Curitiba	1
	Imprensa Universitária	1
	Laboratório de Informática – Jandaia	1
	Lotação Temporária	1
	Núcleo de Automação Documentária	3
	Núcleo de Concursos	1
	PG – COORD POLIT INTEG DE EDC A DIST (extinta)	1
	Pró-Reitoria de Graduação	3
	Seção de Informação e Comunicação	1
	Seção de Serviços de Apoio Administrativos – Litoral	1
	Setor de Ciências Agrárias	1
	Setor de Ciências da Saúde	1
	Setor de Ciências da Terra	1
	Setor de Ciências Jurídicas	1
	Setor de Educação Profissional e Tecnológica	1
	Setor Jandaia do Sul (Campus)	1
	Setor Litoral	1
	Unidade de Tecnologia da Informação - Palotina	1

Quadro 13. Distribuição dos cargos de TI na UFPR. Fonte: SIGEPE-UFPR.

Cargo	Unidade	Recursos
Analista de Tecnologia da Informação e Tecnólogo - Formação	Centro de Computação Eletrônica	21
	Sem vínculo com o CCE	21
Técnico de Tecnologia da Informação e Técnico de Laboratório de Informática	Centro de Computação Eletrônica	20
	Sem vínculo com o CCE	39

Quadro 14. Resumo da distribuição dos cargos de TI na UFPR. Fonte: SIGEPE-UFPR.

Nota-se, pela distribuição dos Analistas, Tecnólogo e Técnicos de TIC, que há mais recursos humanos com formação específica em TIC realizando atividades isoladas do que promovendo, de forma sincronizada, a execução das diretrizes e metas institucionais voltadas à Tecnologia da Informação e Comunicação.

Os recursos humanos à disposição das unidades do CCE estão relacionados a seguir:

Unidade	Função	TAE	Estagiário	Terceiro	Total
Direção	1 CD4	01	-	-	01
Escritório de Governança de TIC	1 FG3	02	01	-	03
Divisão de Apoio ao Usuário	1 FG3	07	-	05	12
Divisão de Manutenção de Equipamentos de Informática	1 FG3	03	-	-	03
Divisão de Sistemas de Informação	1 FG1	19	02	01	22
Divisão de Suporte e Serviços	1 FG3	06	-	02	08
Divisão de Redes Digitais	1 FG3	10	01	01	12
Divisão de Orçamento e Finanças	1 FG3	01	-	-	01
Secretaria Administrativa	2 FG4	05	01	01	07
TOTAL	-	54	05	10	69

Quadro 15. Quadro de pessoal e funções das unidades do CCE.

A UFPR não possui, atualmente, profissionais com Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – GSISP.

12.1 Plano de Gestão de Pessoas

O presente PDTI considera que a área de TIC da UFPR é composta pelo CCE e por todas as unidades descentralizadas, mesmo sem vinculação entre as mesmas. O inventário de necessidades contempla demandas que deverão ser executadas em conjunto por todas as unidades. Um plano de gestão de pessoas, portanto, deveria considerar todo o contingente de profissionais diretamente ligados à área de TIC, impossibilitando a criação de um plano de gestão de pessoas amplo e abrangente no momento. Se proposto para o momento, o plano estaria restrito ao Centro de Computação Eletrônica.

Dada a necessidade premente de mapeamento aprofundado e preciso da realidade da área de TIC na UFPR, foi adicionado ao Inventário de Necessidades, estudo a ser desenvolvido durante a vigência do PDTI, para avaliação da capacidade de execução da TIC (NP.27). Outra necessidade adicionada ao inventário, com impactos diretos no referido plano de gestão, diz respeito a estudo e proposição de reestruturação organizacional da área de TIC (NP.04). Com base nos resultados

desses projetos, espera-se reunir elementos suficientes para a elaboração de um plano adequado, que atenda a TIC e a própria UFPR.

Apesar das dependências citadas, algumas unidades de TIC apontaram necessidades relativas a treinamentos que originaram um plano de capacitação inicial, a ser amadurecido e perseguido durante a vigência do presente PDTI.

12.2 Plano de Capacitação

“O aprendizado constante proporciona à empresa conjuntos de habilidades novas e atualizadas que permitem adaptar o seu ambiente à medida que ocorrem mudanças”.

(HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E., 2008, p. 12.)

“Trabalhadores que aprendem a utilizar novos conhecimentos de maneira produtiva são fundamentais para o êxito da organização. Em termos coletivos, a educação e as habilidades da força de trabalho de uma empresa são armas competitivas que afetam a implantação de estratégias e o desempenho da empresa”.

(HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E., 2008, p. 21.)

A fim de capacitar os times e usuários de TIC da UFPR, no levantamento de necessidades foi solicitado que se apontassem necessidades de capacitação e aprendizado contínuo. Uma análise foi realizada a fim de contemplar demandas que, do ponto de vista da TIC, fossem pertinentes, gerando um Plano de Capacitações mínimo. Para melhor organização, o Plano de Capacitação foi separado nas duas categorias a seguir:

- **Capacitação para profissionais de TIC**, visando a atualização e o nivelamento dos profissionais de TIC para que possam atuar sobre as tecnologias necessárias e sob as melhores práticas da profissão, sendo capazes de aplicar e de multiplicar os conhecimentos recebidos;
- **Capacitação para usuários de recursos da TIC**, com o objetivo de transferir aos usuários dos recursos da TIC da UFPR os conhecimentos necessários para que possam atuar em suas atividades, com o máximo de produtividade e de resultados, fazendo uso das tecnologias e recursos de TIC.

As capacitações a serem oferecidas aos técnicos e analistas de TIC, bem como a técnicos de laboratório e tecnólogo da área de TIC, devem suprir demandas pertinentes, que contribuam no atendimento das necessidades de TIC aprovadas neste Plano Diretor.

A oferta de capacitação para usuários de recursos de TIC deverá estar disponível aos usuários de forma permanente, a partir da implantação do serviço até que o mesmo seja descontinuado.

A categoria 1 corresponde à maior parte das demandas de capacitação de servidores, recebidas das unidades da UFPR, conforme quadro a seguir:

Categoria	Citações	Citações %	Vagas (Mín.)*	Vagas (Mín.)* %
Capacitação dos profissionais de TIC	77	75,49	218	71,24
Capacitação dos usuários de TIC	25	24,51	88	28,76
TOTAL	102	100	306	100

Quadro 16 - Demandas por capacitação para profissionais de TIC e para Usuários de TIC.

*Para citações de treinamento não quantificadas pelos solicitantes, foi assumido número de vagas igual a 1 (um), por isso a totalização se refere a número mínimo (Mín.) de vagas.

Nas demandas de capacitação recebidas, para ambas as categorias, foram identificados os seguintes eixos temáticos, com as respectivas quantificações dos pedidos:

Categoria	Demandas		Servidores (Mínimo a capacitar)	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Administração de Bancos de Dados	2	1,96	6	1,95
Correio UFPR	1	0,98	1	0,33
Desenvolvimento de software	2	1,96	6	1,95
Desenvolvimento Web	24	23,53	84	27,36
Gestão de TIC	13	12,75	35	11,40
Governança de TIC	9	8,82	30	9,77
Infraestrutura de redes	16	15,69	30	9,77
Pacotes de Escritório	1	0,98	1	0,33
Ambiente Virtual de Aprendizagem	2	1,96	7	2,28
Segurança da Informação	9	8,82	24	7,82
SIE	4	3,92	11	3,58
Sistemas de Informação	3	2,94	4	1,30
Sistemas Operacionais para servidores	7	6,86	44	14,33
Software Livre	1	0,98	3	0,98

Categoria	Demandas		Servidores (Mínimo a capacitar)	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Suporte e Manutenção de microcomputadores	4	3,92	10	3,26
Telecomunicações	1	0,98	2	0,65
Videoconferência	3	2,94	9	2,93
TOTAL	102	100	307	100

Quadro 17 - Demandas de capacitação por eixo temático.

As demandas de capacitação recebidas das unidades da UFPR foram analisadas em relação à necessidade e alinhamento estratégico, resultando no mapeamento das metas de capacitação a serem atendidas durante a vigência deste PDTI. Para atendimento das demandas de capacitação em TIC recebidas das unidades da UFPR, as oportunidades de capacitação a seguir deverão ser proporcionadas aos servidores.

12.2.1 Capacitação para técnicos de TIC

Todos os itens de capacitação pretendidos para os profissionais de TIC, conforme relacionados nesta seção, estão alinhados estrategicamente ao objetivo estratégico OE.06 - Melhorar a gestão e a qualificação do quadro de pessoal de TIC.

Cursos

Curso	Vagas pretendidas	Meta (vagas atendidas)		Alinhamento Estratégico
		2016	2017	
Eixo temático: Administração de Bancos de Dados				
Administração de Bancos de Dados	5	1 (Setor Jandaia do Sul) 1 (SiBi) 3 (CCE)	Não há.	OE.02, OE.03, OE.04
Eixo temático: Desenvolvimento de software				
Linguagem de programação Java	2	1 (Setor Jandaia do Sul) 1 (SiBi)	Não há.	OE.02, OE.09, OE.12
Framework Demoiselle	2	1 (Setor Jandaia do Sul) 1 (SiBi)	Não há.	OE.02, OE.09, OE.12

Curso	Vagas pretendidas	Meta (vagas atendidas)		Alinhamento Estratégico
		2016	2017	
Java Avançado	12	6 (CCE)	6 (CCE)	OE.02, OE.09
Administração JBoss	2	1 (CCE)	1 (CCE)	OE.02, OE.09
Desenvolvimento de Aplicações mobile	6	3 (CCE)	3 (CCE)	OE.02, OE.09
Eixo temático: Desenvolvimento Web				
Programação orientada a objetos com PHP	9	3 (CCE) 1 (Setor Litoral)	3 (CCE) 2 (Setor Litoral)	OE.02
jQuery	3	1 (Setor Litoral)	2 (Setor Litoral)	OE.02
Wordpress	4	2 (Setor Agrárias) 1 (Setor Palotina) 1 (SiBi)	Não há.	OE.02, OE.07
Desenvolvimento de plug-ins para Wordpress	6	3 (CCE)	3 (CCE)	OE.02
Acessibilidade Web	6	3 (CCE)	3 (CCE)	OE.02
Eixo temático: Gestão de TIC				
ITIL v3 Fundamentos e Gerenciamento de Serviços de TI com ITIL	8	2 (CCE) 1 (Setor Ciências da Saúde)	4 (CCE) 1 (Ciências da Saúde)	OE.02, OE.03, OE.04, OE.05, OE.07, OE.08, OE.12
Gerenciamento de Projetos	9	3 (CCE) 1 (Setor Ciências da Saúde)	4 (CCE) 1 (Setor Ciências da Saúde)	OE.02, OE.05, OE.08, OE.09, OE.12
Gestão de Riscos de TI - NBR 27005	5	1 (CCE)	4 (CCE)	OE.04, OE.05, OE.08
Planejamento e Contratação de Serviços de TIC	3	1 (CCE)	2 (CCE)	OE.02, OE.03, OE.05, OE.08
Lean IT Fundamentos	2	Não há.	2 (CCE)	OE.02, OE.03, OE.05, OE.08, OE.09
Eixo temático: Governança de TIC				
Planejamento e Gestão Estratégica de TIC	4	1 (CCE)	3 (CCE)	OE.02, OE.05, OE.12, OE.13
Fundamentos de Governança de TI e Governança de TI com COBIT	11	5 (CCE)	6 (CCE)	OE.01, OE.02, OE.05
COBIT 5 - Fundamentos	5	2 (CCE)	2 (CCE) 1 (Setor Ciências da Saúde)	OE.01, OE.02, OE.05

Curso	Vagas pretendidas	Meta (vagas atendidas)		Alinhamento Estratégico
		2016	2017	
Eixo temático: Infraestrutura de redes				
Arquitetura e Protocolos de Rede TCP-IP	2	Não há.	1 (Setor Jandaia do Sul) 1 (Centro de Estudos do Mar)	OE.02
Administração e Projeto de Redes	4	1 (CCE)	3 (CCE)	OE.02
Gerência de Redes de Computadores	7	3 (CCE)	4 (CCE)	OE.02
Tecnologias de Redes sem Fio	4	2 (CCE)	2 (CCE)	OE.02
Protocolos de Roteamento IP	4	2 (CCE)	2 (CCE)	OE.02
OSPF Avançado	4	1 (CCE)	3 (CCE)	OE.02
IPv6 Básico	7	3 (CCE)	4 (CCE)	OE.02
Administração de Sistemas Linux - Redes e Segurança	4	2 (CCE)	2 (CCE)	OE.02, OE.04
Furukawa Certified Professional	6	1 (CCE) 2 (Setor Ciências da Saúde)	2 (CCE) 1 (Setor Ciências da Saúde)	OE.02
Eixo temático: Ambiente Virtual de Aprendizagem				
Administrador Moodle	6	4 (CIPEAD)	2 (CIPEAD)	OE.02
Eixo temático: Segurança da Informação				
Certified Secure Computer User	5	1 (Setor Ciências da Saúde) 1 (Setor Litoral)	2 (Setor Ciências da Saúde) 1 (Setor Litoral)	OE.04, OE.07
Tratamento de Incidentes de Segurança	2	1 (CCE)	1 (CCE)	OE.02, OE.04, OE.07, OE.08, OE.10, OE.12
Segurança em Redes sem Fio	2	1 (CCE)	1 (CCE)	OE.02, OE.04
Engenharia Reversa de Código Malicioso	2	1 (CCE)	1 (CCE)	OE.04
Hardening em Linux	2	1 (CCE)	1 (CCE)	OE.02, OE.04
Introdução à Segurança de Redes	2	1 (CCE)	1 (CCE)	OE.02, OE.04
Segurança em PHP	6	4 (CCE)	2 (CCE)	OE.02, OE.04
Teste de Invasão de Aplicações Web	6	4 (CCE)	2 (CCE)	OE.02, OE.04
Eixo temático: Sistemas Operacionais para servidores				
Administração de sistemas Linux	8	1 (Setor Agrárias)	1 (Setor Agrárias)	OE.02, OE.04, OE.07

Curso	Vagas pretendidas	Meta (vagas atendidas)		Alinhamento Estratégico
		2016	2017	
		1 (Setor Ciências da Saúde) 1 (Setor Jandaia do Sul) 1 (Setor Litoral)	1 (Setor Ciências da Saúde) 1 (Setor Jandaia do Sul) 1 (Setor Litoral)	
Windows Server	2	1 (Setor Litoral)	1 (Setor Litoral)	OE.02, OE.04, OE.07
Eixo temático: Videoconferência				
Administração de Videoconferência	9	1 (CCE) 4 (CIPEAD) 1 (Setor Biológicas)	3 (CIPEAD)	OE.02, OE.07
TOTAL	198	99	99	

Quadro 18 - Cursos demandados por eixo temático.

Certificações

Certificação	Vagas pretendidas	Meta (vagas atendidas)		Alinhamento Estratégico
		2016	2017	
Eixo temático: Administração de Bancos de Dados				
Oracle Database 11g Administrator Certified Associated	1	Não há.	1 (Setor Jandaia do Sul)	OE.02, OE.03, OE.04
Eixo temático: Gestão de TIC				
ITIL Foundation Certificate in IT Service Management	3	1 (CCE)	2 (CCE)	OE.02, OE.03, OE.04, OE.05, OE.07, OE.08, OE.12
ITIL Service Strategy Certificate	2	Não há.	2 (CCE)	OE.02, OE.05, OE.08
ITIL Continual Service Improvement Certificate	2	Não há.	2 (CCE)	OE.03, OE.08
COBIT 5 – Fundamentos	3	1 (CCE)	2 (CCE)	OE.01, OE.02, OE.05
COBIT 5 – Implementação	2	Não há.	2 (CCE)	OE.01, OE.02, OE.05
TOTAL	13	2	11	

Quadro 19 - Certificações demandadas por eixo temático.

Aquisição de Bibliografias

Bibliografia	Quantidade	Meta (aquisições)		Alinhamento Estratégico
		2016	2017	
Eixo temático: Gestão de TIC				
ITIL Lifecycle Publication Suite 5 Vols	1	1 (CCE)	Não há.	OE.02, OE.03, OE.04, OE.05, OE.07, OE.08, OE.12
TOTAL	1	1	Não há.	

Quadro 20 – Aquisições de bibliografias demandadas por eixo temático.

Participação em Eventos

Evento	Vagas pretendidas	Meta (vagas atendidas)		Alinhamento Estratégico
		2016	2017	
Eixo temático: Software Livre				
FISL 17 – Fórum Internacional de Software Livre	1	1 (Setor Ciências da Saúde)	Não há.	OE.02, OE.09
WTICIFES	8	4 (CCE)	4 (CCE)	OE.01, OE.02, OE.03, OE.04, OE.05, OE.07, OE.08, OE.09, OE.10, OE.14
SCI RNP	6	3 (CCE)	3 (CCE)	OE.02, OE.03, OE.04, OE.07, OE.08, OE.09, OE.10, OE.14
TOTAL	15	8	7	

Quadro 21 – Participação em eventos demandadas por eixo temático.

A fim de reduzir custos, a execução das capacitações deverá ocorrer, prioritariamente, utilizando-se de pessoal próprio da UFPR para ministrar as aulas, em ambiente da Instituição, preferencialmente em Curitiba, devendo-se utilizar videoconferência para transmissão das aulas a unidades fora da sede, quando disponível e necessário.

Quando não houver disponibilidade de pessoal próprio para ministrar as capacitações ou havendo outras limitações, deve-se priorizar a aquisição de cursos em Curitiba, evitando-se assim o gasto com diárias e passagens.

12.2.2 Capacitação para usuários de recursos da TIC

Via de regra, as capacitações a usuários são vinculadas a contratações de serviços de TIC ou providas por servidores da própria UFPR.

Dentre as necessidades de capacitação, dirigidas a usuários, informadas pelas unidades da UFPR, identificaram-se demandas relativas a desenvolvimento de sítios web, operação de pacotes de software para escritório, plataformas Moodle, Correio UFPR e SIE, além dos sistemas corporativos desenvolvidos na UFPR e utilização do sistema Linux.

Compreendendo-se as capacitações de usuários como inerentes aos serviços de TIC, todas as capacitações pretendidas encontram-se alinhadas estrategicamente ao objetivo estratégico *OE.02 – Prover infraestrutura e demais recursos de TIC necessários*, adequados às atividades finalísticas.

A natureza dos sistemas computacionais corporativos desenvolvidos na UFPR é de software elaborado com base em atividades e processos que já são de conhecimento dos usuários, o que torna seu uso intuitivo para a maioria, com poucas exceções, viabilizando que o atendimento de dúvidas sobre funcionalidades seja atendido pontualmente, através de suporte solicitado através do sistema Oráculo. Uma exceção seria o sistema Frequência do Servidor, que exige a capacitação das chefias para controle da frequência de seus subordinados através do sistema.

É necessário que todos os serviços de TIC disponibilizados a usuários finais tenham documentação tutorial em formatos digitais contemporâneos. Aqueles serviços que ainda não dispõem desta documentação precisam, oportunamente, ter a mesma desenvolvida, bem como projetos de novos serviços de TIC precisam passar a incluir a produção deste material em seu desenvolvimento.

Devido ao volume da demanda por capacitação para o desenvolvimento de sítios web para unidades da UFPR, estas deverão ocorrer em 2 a 3 momentos por ano e precisarão atender, minimamente, as metas a seguir:

Curso	Vagas pretendidas	Meta (vagas atendidas)	
		2016	2017
Eixo temático: Desenvolvimento Web			
Wordpress	45	2 (Setor Agrárias) 21 (Setor Biológicas) 1 (Setor Ciências Humanas) 1 (Setor Ciências Sociais Aplicadas) 2 (Setor Litoral) 1 (SiBi)	1 (Setor Agrárias) 14 (Setor Biológicas) 1 (Setor Ciências Sociais Aplicadas) 1 (Setor Litoral)
TOTAL	45	28	17

Quadro 22 - Demandas por capacitação em Desenvolvimento Web para usuários de TIC.

As demandas de capacitação relativas a plataformas Moodle e SIE e ao sistema Frequência do Servidor deverão possuir oferta permanente de capacitação, sendo provida pela área de TIC, em ao menos 2 momentos por ano.

As demandas de capacitação relativas a operação de pacotes de software para escritório, plataforma Correio UFPR e utilização do sistema Linux deverão possuir oferta permanente de capacitação, sendo provida pela área de TIC, em ao menos 1 momentos por ano.

13. Plano Orçamentário

Para a adequada execução do Plano Diretor de TIC, é fundamental que sejam previstos os recursos financeiros relativos às necessidades a serem atendidas.

O Plano Orçamentário apresentado a seguir é ilustrativo, representando um valor estimado acima com base no montante gasto em 2015 com investimentos e custeio da TIC. Assim, a aprovação do PDTI e respectivo Plano Orçamentário não vincula a liberação automática de orçamento da UFPR para a execução do PDTI.

A necessidade NP.01 foi criada visando a descentralização de orçamento para a área de TIC da UFPR, estabelecendo um orçamentário pré-aprovado para investimentos e custeio da TIC. Como parte do embasamento na elaboração do referido projeto, um estudo mais aprofundado será realizado para apuração de custos mais realistas em relação à execução do presente PDTI, com respectivas bases de cálculo. Tal projeto será apresentado à Administração Central para aprovação.

Recursos Financeiros	2016	2017	Total
	R\$6.500.000,00	R\$6.500.000,00	R\$13.000.000,00

Quadro 23 - Plano Orçamentário

14. Fatores Críticos para a Execução do PDTI

Os fatores críticos de sucesso são os pontos chave que definem o êxito ou o fracasso de um objetivo definido. Esses fatores precisam ser observados, tornando-se condições fundamentais a serem cumpridas para a adequada e satisfatória execução do PDTI.

Os fatores identificados como críticos para o sucesso da execução do presente PDTI e consequente alcance das metas são:

- Apoio e envolvimento da Administração;
- Reestruturação organizacional da TIC;
- Fortalecimento da Governança de TIC;
- Acompanhamento contínuo da execução do Plano com participação ativa dos Comitês e do COPLAD;
- Garantia de recursos humanos, orçamentário e financeiro para a consecução do Plano;
- Comprometimento dos responsáveis pela execução das ações do PDTI.

15. Conclusão

O mundo está cada vez mais tecnológico. Em todas as áreas do conhecimento novas tecnologias são criadas a velocidades nunca antes vista, mudando a forma com que empresas e pessoas trabalham, se relacionam, se comunicam, fazem negócios, têm lazer e obtêm informação, criando novas oportunidades – e riscos – ainda impensados. Nas empresas, esse acelerado avanço tecnológico impacta diretamente nas decisões da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, que tem que lidar com essas constantes mudanças, investindo certo em tecnologias consistentes e duradouras e que atendam às necessidades das organizações. Em um cenário tão desafiador, planejar as ações e investimentos em TIC pode ser o diferencial para alcançar o sucesso.

A Tecnologia da Informação e Comunicação tem se posicionar como parceiro estratégico da instituição para cumprir seu papel, provendo os recursos para entregar as informações que a instituição precisa para tomar decisões. Na UFPR, como instituição governamental e de ensino, a TIC pode contribuir substancialmente para a modernização e inovação da educação, permitindo que professores, alunos e pessoal administrativo tenham uma experiência agradável e eficaz em suas tarefas cotidianas.

A elaboração do presente PDTI representa o desejo da UFPR em manter conformidade com legislação e padrões de referência, aumentar a cultura de planejamento, alinhando a TIC aos objetivos institucionais. Sua construção metódica, participativa e transparente garante um produto adequado ao atual nível de maturidade institucional em TIC e caracteriza um marco no histórico de planejamento desta Universidade.

A correta execução do Plano, no entanto, ainda é um desafio. Os atores (alta administração, áreas finalísticas, Comitês e área de TIC) precisam se conscientizar da importância de seguir o Plano, provendo acompanhamento contínuo e crítico para alcance das metas.

16. Documentos de Referência

Os seguintes documentos foram considerados na elaboração do presente PDTI da UFPR, como referências ao processo de construção participativa por parte da Comunidade da UFPR:

- Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do SISP – EGTI 2008. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Brasília: MP/SLTI 2008. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/estrategia-geral-de-ti>;
- Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do SISP – EGTI 2010. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Brasília: MP/SLTI 2010. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/estrategia-geral-de-ti>;
- Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do SISP – EGTI 2011-2012. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Brasília: MP/SLTI 2011. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/estrategia-geral-de-ti>;
- Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do SISP – EGTI 2013/2015 v1.1. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

- Brasília: MP/SLTI 2012. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/estrategia-geral-de-ti>;
- Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações – EGTIC 2014-2015. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Brasília: MP/SLTI 2014. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/estrategia-geral-de-ti>;
 - Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal – EGD 2016-2019. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Brasília: MP/SLTI 2015. Disponível em <http://www.sisp.gov.br/egd/wiki/Minuta>;
 - Estratégia de Segurança da Informações e Comunicações e de Segurança Cibernética da Administração Pública Federal 2015-2018, versão 1.0, conforme Portaria GSI/PR nº 14, de 12 de maio de 2015. Disponível em: http://dsic.planalto.gov.br/documentos/publicacoes/4_Estrategia_de_SIC.pdf;
 - Plano de Disseminação do Uso IPv6, Versão 1.6, novembro de 2014. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SISP). Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/noticias-e-eventos/biblioteca/arquivos/plano-de-disseminacao-do-uso-ipv6/download>;
 - Instrução Normativa GSI/PR nº 01/2008, de 13 de junho de 2008. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Disponível em <http://www.governoeletronico.gov.br/anexos/instrucao-normativa-no-01-2009-gsi>;
 - Instrução Normativa nº 01/2010, de 19 de janeiro de 2010. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295>;
 - Instrução Normativa nº 10/2012, de 10 de novembro de 2012. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=597>;
 - Instrução Normativa nº 04/2014, de 11 de setembro de 2014. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/nucleo-de-contratacoes-de-ti/modelo-de-contratacoes-normativos-e-documentos-de-referencia/instrucao-normativa-mp-slti-no04>;
 - Instrução Normativa nº 02/2015, de 12 de janeiro de 2015. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativa-nb0-4-de-11-de-setembro-de-2014-compilada/download>;
 - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei da Transparência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm;
 - Acórdão 1558/2003-TCU-Plenário. Tribunal de Contas da União. Disponível em: <http://contas.tcu.gov.br/portaltextual/MostraDocumento?lnk=%28AC-1558-40/03-P%29%5Bnumd%5D%5BB001,B002,B012%5D>;
 - Acórdão 1603/2008-TCU-Plenário. Tribunal de Contas da União. Disponível em http://www.mp.go.gov.br/portaweb/hp/12/docs/acordao_tcu_-_13-08-2008.pdf;
 - Acórdão 2746/2010-TCU-Plenário. Tribunal de Contas da União. Disponível em <http://contas.tcu.gov.br/portaltextual/MostraDocumento?lnk=%28AC-2746-38/10-P%29%5Bnumd%5D%5BB001,B002,B012%5D>;

- Acórdão 1200/2014-TCU-Plenário. Tribunal de Contas da União. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/controle-interno/determinacoes-tcu/acordaos/28583-acordao-tcu-12002014-plenario>;
- Levantamento de pessoal de TI / Tribunal de Contas da União; Relator Ministro Raimundo Carreiro. – Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti), 2015. Disponível em <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A24F0A728E014F0B3A0308718C>;
- Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8638.htm;
- Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm;
- Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2271.htm;
- Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7579.htm#art11;
- Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm;
- Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm;
- Portaria nº 92, de 24 de dezembro de 2014. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=50&data=26/12/2014>;
- Normas complementares do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Disponível em <http://dsic.planalto.gov.br/legislacaodsic>;
- Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPR – PDI UFPR 2012-2016. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, Coordenadoria de Planejamento Institucional. Curitiba: UFPR/PROPLAN 2012;
- Proposta de Reestruturação do Centro de Computação Eletrônica – CCE, Relatório Final da Comissão Especial designada pela Portaria Nº 622, de 21/10/2009;
- Regimento Interno do Centro de Computação Eletrônica. Universidade Federal do Paraná, Reitoria, Centro de Computação Eletrônica;
- Resolução nº 21/14-COPLAD de 24 de setembro de 2014, que cria a Política de Segurança da Informação na Universidade Federal do Paraná (PSI/UFPR);
- COBIT 5 – Control Objectives for Information and related Technology v5. ISACA – Information Systems Audit and Control Association. Disponível em: <http://www.isaca.org/> ou em <http://www.isaca-brasil.org/>;
- ITIL 2011 – Information Technology Infrastructure Library v2011. OGC – Office for Government Commerce, Inglaterra. Disponível em: <http://www.exin-library.com/Samplefiles/9789087536749SMPL.pdf>;
- PDTIs de órgãos Seccionais e Setoriais do SISP (MEC, SUSEP, AGU, CGU, MPOG, UFG, CNEM, etc). Disponível em <http://sisp.gov.br>;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da UFPR 2013-2014;
- Resolução nº 22/11-COPLAD. Cria o Comitê de Segurança da Informação, o Comitê de Recursos de Tecnologia da Informação e o Comitê de Usuários de Recursos de Tecnologia da Informação como órgãos consultivos de caráter especial da UFPR;

- Resolução nº 12/12-COPLAD. Estabelece o Regimento do Comitê de Recursos de Tecnologia e da Informação da Universidade Federal do Paraná;
- Resolução nº 13/12-COPLAD. Estabelece o Regimento do Comitê de Segurança da Informação da Universidade Federal do Paraná;
- Resolução nº 14/12-COPLAD. Estabelece o Regimento do Comitê de Usuários de Recursos de Tecnologia e da Informação da Universidade Federal do Paraná;
- Guia de PDTI do SISP versão 2.0, 2015, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná – UFPR;
- HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. Administração estratégica: competitividade e globalização. 2ª ed. brasileira (tradução da 7 ed. norte-americana). São Paulo, 2008.)

17. Anexos

Integram este Plano Diretor de TIC da UFPR o seguinte anexo:

Anexo I – Relatório de Necessidades de TIC Executadas em 2015

17.1 Anexo I - Relatório de Necessidades de TIC Executadas em 2015

O presente relatório está pautado em demandas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI UFPR 2012-2016, e demonstra os resultados de ações – vinculadas a metas e diretrizes estratégicas – atribuídas e executadas pelo Centro de Computação Eletrônica até ano de 2015.

DIRETRIZES PDI-UFPR 2012-2016	Metas	Tempo	Ações	Indicadores / Métricas	Valor
XV. Fortalecimento da atenção aos servidores docentes da UFPR	63) Informatizar o sistema de solicitação de progressão e simplificar a documentação a ser juntada pelo solicitante	Até 2013	Desenvolvimento de sistema por CCE com orientação CPPD	Sistema operacional, com documentação simplificada em relação a 2010	O sistema foi 100% desenvolvido e entregue em janeiro de 2015 para homologação à CPPD, porém não houve da CPPD encaminhamento para implantação do sistema em produção.
XVI. Fortalecimento da atenção aos servidores técnico-administrativos da UFPR	71) Nos cursos oferecidos pela PROGEPE, disponibilizar aulas por videoconferência aos campi fora de sede: $\geq 20\%$ dos Cursos até 2013 e $\geq 40\%$ dos Cursos até 2016	2015: 30%	PROGEPE + CCE	Aulas por videoconferência disponibilizadas	O CCE fornece 100% da infraestrutura de rede necessária para que seja possível a execução de aulas por videoconferência, porém não recebeu demanda de videoconferência da PROGEPE.
XXI. Universalização do acesso à internet sem fio na UFPR	82) Instalação 20%a.a. de malha sem fio para acesso à internet em todos os campi	2015: 80%	CCE / PRA	Aparelhos instalados e operacionais	Meta atingida em 100%, com instalação e ativação de 725 aparelhos.
XXIII. Aperfeiçoamento dos processos de seleção e registro acadêmicos	90) Aumentar continuamente o nível de informatização e controle acadêmicos	2012-2016	CCE, PRAE, PROGRAD, PRPPG	Sistema informatizado em todas as rotinas acadêmicas	O serviço de desenvolvimento de software é disponibilizado pelo CCE de forma contínua e conforme prioridades e contratou-se atualização, manutenção e desenvolvimento para o SIE. Foram desenvolvidos e implantados sistema e sítio web para o projeto “Conte Conosco”, sistema “Frequência do Servidor” e sistema “Orçamentário”.
XXIV. Aprimoramento dos mecanismos de registro e processamento de dados	91) Modernização e aperfeiçoamento dos programas de registro de dados	2012	CCE/PRA	SIE e outros programas modernizados e operacionais	O serviço de manutenção de software é disponibilizado pelo CCE de forma contínua e sob demanda e contratou-se atualização, manutenção e desenvolvimento para o SIE.

funcionais e operacionais da UFPR					
XXIV. Aprimoramento dos mecanismos de registro e processamento de dados funcionais e operacionais da UFPR	93) Reestruturação física do CCE, mediante reforma civil (i, 2012) e construção de novo prédio (ii, 2016)	2012 (i)	CCE + PCU	Instalações CCE compatíveis com as necessidades	O projeto aguarda recurso e priorização pela Administração Central.
XXVI. Melhoria das rotinas de suporte à aquisição e ao uso de equipamentos	98) Disponibilizar a todas as Unidades administrativas impressoras licitadas segundo ação CCE, para substituição das hoje patrimoniadas	2014 (100%)	PRA	Impressoras Instaladas	Meta atingida em 100% com a instalação de 550 impressoras.
	101) Implantar sistema eletrônico de registro de demanda de bens	2013	CCE/PRA	Sistema desenvolvido e operacional	O sistema está em fase de análise e será integrado ao sistema de Empenhamento (SIGECOF) fornecendo mais integração, agilidade e segurança aos procedimentos. O atraso se deve a falta de disponibilidade anterior de pessoal no CCE e repriorizações para o desenvolvimento de sistemas como o de Distribuição Orçamentária para a CPCO/PROPLAN, as alterações nos sistemas SIGEA, Patrimônio, SICONF, SIGEU, entre outros.
	102) Disponibilizar na página PRA o movimento de pregões, licitações, contratos, execução de obras e reformas, patrimônio e manutenção	2013	CCE/PRA	Disponibilização realizada e atualizada regularmente	O CCE forneceu 100% da infraestrutura e apoio necessário para que a CECOM possa efetuar a divulgação através do site da PRA.

ANEXO III – PLANO DIRETOR DA UFPR

Plano Diretor
Diretrizes para Ocupação dos Espaços da UFPR

Resolução nº50/2009 - COPLAD

Impressão, janeiro de 2011

Equipe de trabalho 2011

Reitor

Zaki Akel Sobrinho

Vice-Reitor

Rogério Mulinari

Pró Reitor de Administração

Paulo Roberto Rocha Krüger

Coordenadora do Plano Diretor

Maria Luiza Marques Dias

Equipe de Desenvolvimento

Clovis Ultramari

Fabiana Moreno Casado

Colaboradores

Carlos Vellozo Roderjan

Eneida Kuchpil

Paulo Chiesa

Estagiários

Bruno Cidreira Cipriano – Arquitetura e Urbanismo – UFPR

SUMÁRIO

Objeto

Apresentação

Plano Diretor de 1998

Os espaços da UFPR

Referenciais para o Plano Diretor da UFPR - Outras Experiências

Diretrizes Gerais para a UFPR

Uso e Ocupação do Solo da UFPR

Diretrizes Gerais para o Campus Agrárias (Campus I)

Diretrizes Gerais para o Campus Central (Campus II)

Diretrizes Gerais para o Campus Centro Politécnico / Jardim Botânico (Campus III)

Diretrizes Gerais para o Campus Palotina

Diretrizes Gerais para o Litoral

Diretrizes Gerais para o CEM (Centro de Estudos do Mar)

Fazendas Experimentais

Planos Complementares

Objeto

A definição de diretrizes para a ocupação adequada dos espaços da UFPR é um projeto institucional proposto pela Coordenação do Plano Diretor que tem comandado e articulado as demandas sobre planejamento e ocupação do espaço físico na UFPR.

Este documento apresenta uma síntese da situação atual da UFPR relativamente a seus espaços e indica diretrizes para a ocupação, ampliação e manutenção desses mesmos espaços, normatizando e regulando as futuras expansões. Foi amplamente discutido com a comunidade universitária em todas as suas instâncias e, levado ao Conselho de Planejamento e Administração, foi por ele aprovado em dezembro de 2009, constituindo-se portanto no Plano Diretor da UFPR que deverá ser o instrumento de regulação dos espaços da Instituição.

Apresentação

A UFPR passa por processo constante de ampliação, confirmada ou apresentada por demandas de seus diversos setores, não apenas em função do aumento no número de alunos, professores, servidores e demais usuários, mas também da crescente complexidade e diversidade de suas atividades. Tal situação se concretiza na demanda por novos espaços físicos e por reforma ou reciclagem dos existentes. Do mesmo modo, resulta também de novos cenários no entorno dos Campi devido a dinâmicas urbanas em constante mudança.

Freqüentada diariamente por cerca de 40 mil pessoas, a UFPR necessita de normas que regulamentem a ocupação dos espaços e de diretrizes que auxiliem na resolução de problemas. Além de um ordenamento da ocupação física, atual e futura, necessita de Planos Complementares, listados neste documento, e que darão respostas específicas à diversidade de suas demandas.

Atualmente a Universidade tem um Plano Diretor elaborado entre os anos de 1996 e 1997 e aprovado em 1998 pelo Conselho Universitário. Entretanto, com a constituição da Coordenação do Plano Diretor em 2007 o planejamento, análise, as obras, melhorias e ampliações dos espaços da UFPR passam por orientação e aprovação de localização e projetos por esta coordenação ficando sua execução a cargo da PCU – Prefeitura da Cidade Universitária.

Muitas das propostas do Plano de 1998 não foram implantadas e já se apresentam inadequadas de acordo com o desenvolvimento e modernização das atividades efetuadas nos Campi e, principalmente, de seu entorno (malha urbana de Curitiba), além da incorporação de novas áreas que alteraram de maneira significativa a organização das atividades da UFPR.

Plano Diretor de 1998



Plano Diretor 1998: uso do solo



Plano Diretor 1998: sistema viário proposto



Plano Diretor 1998: sistema viário



Plano Diretor 1998: diagnóstico de conflitos



Plano Diretor 1998: sistema viário proposto

Da leitura e vivência desses Planos, acredita-se poder fazer algumas proposições que deveriam constar de um novo Plano:

- Sua validade, a despeito de considerar a necessidade de constantes discussões e atualizações, necessita de uma revisão maior ao completar 10 anos;
- Um Plano Diretor deve contemplar diretrizes gerais, sem detalhamento excessivo. Todavia, deve explicitar o uso desejado adequado em grandes compartimentos (zonas) dos Campi. Disso entende-se como necessário um primeiro zoneamento, elaborado não de modo a representar setores e departamentos da Universidade, mas sim usos desejados. Por exemplo: Áreas Discentes, Áreas Administrativas, Laboratórios, Áreas Restritas ao Uso Público, Áreas Abertas ao Público e Áreas de Integração Direta com a Cidade, o projeto da BR 116.
- O Plano Diretor deve ser seguido de outros planos, programas e projetos (setoriais e específicos), tal qual mencionado acima, de forma a amparar decisões mais específicas e orientar ações de trabalho diretas.
- É necessária a constituição de um mecanismo institucional que permita tratamento ágil e eficiente à condução da política de obras, estabelecendo claramente as instâncias administrativas envolvidas, definindo-se funções e autoridades. Tal mecanismo poderia consubstanciar-se em resolução do Conselho de Administração.



Primeira fachada do Edifício Central: 1940



Plano Diretor 1998: sistema viário
Centro Politécnico:1960
Arquiteto: Rubens Meister



Plano Diretor 1998: sistema viário
Complexo da Reitoria

Hoje, o Plano que orienta as ações da Coordenação e Comissão do Plano Diretor só é reconhecido como tal em última instância, quando se deseja obter o aval nessa instância consultiva. Não raro, as propostas para as novas construções e edificações colidem com as indicações gerais desse documento. Quase constantemente, o Plano não é consultado preliminarmente para planejar projetos, expansões físicas ou remodelações nos prédios existentes. Os espaços na Universidade pertencem de fato, embora não de direito, a cada Direção Setorial, as quais, por sua vez, não participam da Comissão do Plano Diretor. Tal situação tende a se agravar se considerarmos a tendência de esgotamento dos espaços nos atuais campi para novas obras.

Conclusivamente, pode-se dizer que a UFPR não conta com um instrumento de planejamento de ordem mais geral (princípios norteadores) e de gestão institucional que oriente e regule as iniciativas dos seus dirigentes e da sua comunidade com respeito a um dos seus maiores patrimônios – o ambiente universitário constituído espacialmente pelos seus diversos Campi, edifícios e áreas livres, infraestruturas de serviços e equipamentos de apoio, bem como suas áreas de reserva e expansão.



Edifício Central



Conjunto da Reitoria



Campus Agrárias

A UFPR é referência social e cultural para a população curitibana e paranaense. A imagem de “Cidade Universitária” que a capital paranaense sustentou durante décadas forjou-se a partir da sua forte presença na paisagem urbana e pela atração que o público estudantil outorgou ao ambiente citadino. Esse cenário transformou-se radicalmente, quer seja pela existência de outras instituições de ensino superior, quer seja em decorrência do processo de urbanização acelerado e as conseqüentes mudanças nas formas de vida da população. No entanto, permanece a memória daqueles tempos e mantém-se a referência simbólica e material da UFPR na paisagem e no ambiente urbano.

É certo que os espaços e edifícios existentes mostram-se muitas vezes obsoletos ou restritivos à expansão e adequação ou abrigo de antigas e novas atividades da vida acadêmica e social. É certo também que muitas vezes estão em desacordo com as transformações verificadas espacialmente na cidade, cujo dinamismo e complexidade cobram uma permanente revisão das relações estabelecidas entre o processo de metropolização de Curitiba, a legislação urbana em vigor e as estruturas espaciais da UFPR. Novos conceitos e princípios relativos à mobilidade e acessibilidade, manutenção dos espaços e edifícios, conforto ambiental e consumo energético, qualidade do meio ambiente e sistemas de espaços e infraestruturas, além de hábitos e valores sociais em permanente mudança, precisam ser equacionados com freqüentes limitações de recursos humanos e financeiros.



Campus Palotina: Hospital veterinário



Hospital de Clínicas, Curitiba

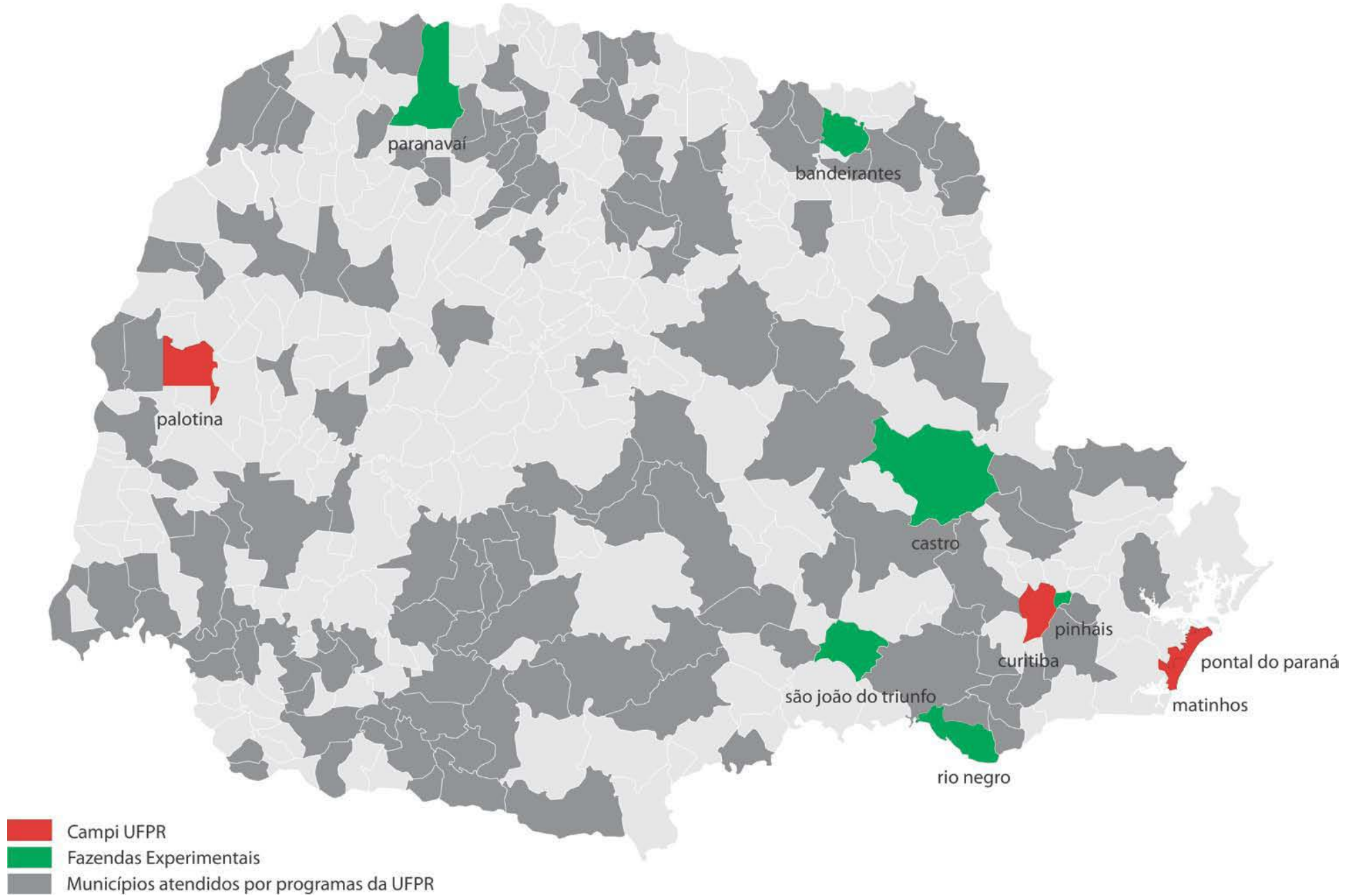
Hoje (2009), a UFPR encontra-se em um momento de grandes transformações, principalmente pela ampliação de diversos setores e departamentos em especial pela adesão ao Programa REUNI de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, sendo necessário, mais do que nunca, iniciar um processo de profunda revisão da estrutura físico-espacial, de uso e ocupação e de infraestrutura.

A partir desse cenário, têm-se novas demandas que se somam àquelas não atendidas há mais tempo. Esse volume de usuários encontra-se hoje em diversas cidades do estado do Paraná.

Considerando a complexidade de fatores que um novo Plano Diretor da UFPR deve apreender, este documento sugere que ele se construa a partir de visão técnica da situação e das suas possibilidades e seqüencialmente discutido em reuniões setoriais e absorvido pelas estruturas administrativas acadêmicas e administrativas em audiências da comunidade acadêmica e por último referendado pelo Conselho Universitário, instância máxima da Instituição. Com isso espera-se incrementar as chances de validação e respeito de suas diretrizes. Para tanto é importante o papel da Comissão do Plano Diretor, com caráter deliberativo e que se apóia nas orientações técnicas da equipe da Coordenação do Plano Diretor e designada por meio de portaria do Reitor.

Os espaços da UFPR

A estrutura de funcionamento da UFPR é semelhante à de uma cidade: 6 *campi*, (3 em Curitiba, 2 no litoral e 1 em Palotina, com edifícios de salas de aula, laboratórios, bibliotecas, teatro, hospitais, restaurantes, áreas de lazer, áreas e construções esportivas, residências). Tem amplitude espacial compatível com o território do Estado do Paraná onde atua tanto em ações diretamente vinculadas aos campi como em ações de extensão e pesquisa com capilaridade em todo o estado. A UFPR conta hoje com quase 880 ha de área total e mais de 350.000 m² de áreas edificadas em aproximadamente 300 edifícios. Tem cerca de 21500 alunos de graduação, 7000 alunos de pós-graduação, (sendo 3450 *stricto sensu* e 3770 *latu sensu*, além de 250 na residência médica e 20 na residência veterinária), 6864 servidores (sendo 2164 docentes e 4700 técnicos administrativos inclusive os da FUNPAR que prestam serviços à Instituição, especialmente ao Hospital de Clínicas) totalizando uma população diretamente envolvida de aproximadamente 40000 pessoas. A partir desse cenário, têm-se novas demandas que se somam àquelas não atendidas há mais tempo.



Referenciais para o Plano Diretor da UFPR

Outras Experiências

No intuito de balizar as diretrizes aqui propostas, buscou-se identificar experiências que tratem do uso racional atual e futuro de campi universitários. Conscientes de inúmeras preocupações similares junto a outras instituições universitárias, esta pesquisa foi obrigada a se limitar a estudos já compilados e disponíveis em publicações específicas. O que aqui se resume não tem a função de apresentar os planos propriamente ditos, mas sim de simplesmente resgatar algumas informações que possam contribuir para o debate do Plano Diretor da UFPR. As fontes das informações abaixo são documentos elaborados por equipes de planejamento das instituições selecionadas, onde foram destacados procedimentos e prioridades que poderiam eventualmente ser reproduzidas no processo de elaboração do Plano Diretor da UFPR.

Universidade de São Paulo (USP)

Da leitura do documento, destacam-se os seguintes propósitos, com destaque para transformações físicas:

- Construção de vias que incentivem as pessoas a caminhar, ligando os institutos e as áreas de apoio;
- Melhoria dos vínculos com o metrô e com outros sistemas de transportes públicos da cidade de São Paulo;
- Criação de um Centro de Convivência e de uma Biblioteca Central na Praça do Relógio e no entorno do prédio da Antiga Reitoria;
- Transformação da Praça do Relógio em local de integração, com a criação de uma infra-estrutura de serviços, por meio da instalação de sanitários, lanchonetes, serviços de xerox, entre outros;

- Implantação, dentro da USP, do sistema Ponte Orca — que interliga a Estação Cidade Universitária, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com a Estação Vila Madalena do metrô por meio de vans;
- Criação de um Centro de Convenções, incluindo a instalação de um hotel;
- Construção de uma passarela que ligue a Praça do Relógio a uma estação de metrô, caso o projeto de uma nova linha de metrô seja implantado;
- Criação de uma coordenadoria específica para gerenciar o Plano Diretor.



Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Desta iniciativa para otimizar os espaços da UERJ, destaca-se a seqüência de ações consideradas necessárias para a definição do Plano Diretor (no caso, um Plano Operacional).

- Fase da Sensibilização: oportunidade para esclarecer a importância de se realizar um Plano Diretor;
- Envolvimento de todos os segmentos da Universidade, onde cada unidade é responsável por preencher formulário eletrônico, a partir do qual será desenvolvido um Plano Estratégico contendo: Unidade, Missão da Unidade, Fatores do Ambiente Externo, Fatores do Ambiente Interno, Objetivos Estratégicos da Unidade, Temas Estratégicos;
- Plano Tático;
- Plano Operacional, com detalhamentos das propostas.



Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Dos trabalhos de intenção de ordenamento dos espaços desta instituição, destacam-se a equipe responsável pela proposição do Plano Diretor, o objetivo deste instrumento e a metodologia adotada para tal.

- Equipe de realização: Reitor, Pró-Reitoria de Planejamento, Assessoria de Planejamento Físico, Coordenação Geral, Coordenação Técnica, Coordenação Executiva, Consultorias (esportes, patrimônio, informática, programação visual e meio ambiente), colaboradores, equipe de apoio e estagiários.
- Objetivo Geral: Dotar a UFBA de um Plano Diretor, fixando diretrizes espaciais, que maximizem o uso e ocupação do solo com qualidade ambiental, valorizem seu patrimônio imobiliário e minimizem investimentos fixos e de custeio.
- Metodologia: Planejamento participativo, e divisão dos trabalhos em 4 etapas: Diretrizes de Elaboração, Elaboração Técnica, Elaboração Participativa e Elaboração Final.



Faculdade de Medicina (UFBA)



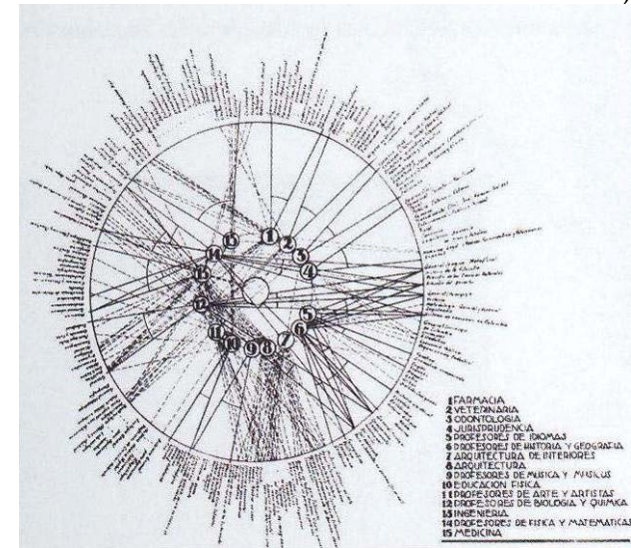
Campus Olinda (UFBA)



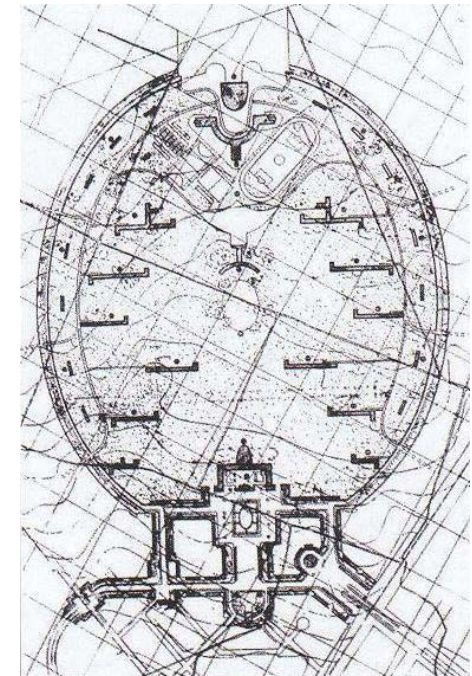
Reitoria (UFBA)

Universidad Nacional de Colômbia

Dos trabalhos produzidos por essa instituição e que poderiam contribuir à experiência da UFPR, destaca-se o Plano de Regularização e Manejo. A partir de um plano de ordenamento de uso elaborado em 1939 e desde então respeitado, a preocupação atual pode ser resumida em três principais aspectos: respeito ao patrimônio arquitetônico e ordenamento inicial proposto, integração com o entorno urbano da cidade de Bogotá, e compilação em documento único de extenso material de diagnóstico, prognóstico e propostas. A elaboração de material com projeto gráfico específico sobre os resultados do trabalho contribuiu para sensibilizar a comunidade da Universidad Nacional de Colômbia sobre a importância de se planejar o uso de seus espaços.

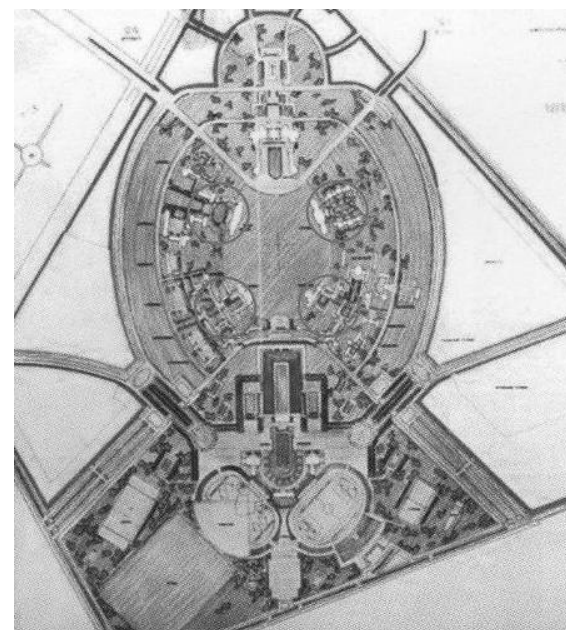


Esquema Karsen relação entre matérias didáticas da



Desenho urbano do campus baseado no esquema pedagógico de Karsen.

Vale notar ainda que o desenho de ocupação proposto para essa Universidade foi pensado em consonância com o projeto pedagógico, sintetizando um desejo institucional. Mesmo que alterado ao longo do tempo, a proposta original ainda pode ser observada em termos de definição de três grandes áreas: administrativa, esportiva e um espaço central de convivência para o qual se distribuem as atividades discentes. Já na proposta original, adota-se a diretriz de zoneamento com verticalização em até três pavimentos, demonstrando uma preocupação de hierarquia na paisagem.



Plano do Campus da Universidad Nacional da Colômbia



Campus de Ciências Humanas, Biológicas e Sociológicas

Diretrizes Gerais para a UFPR

Para a elaboração do Plano Diretor aqui proposto foram adotadas algumas diretrizes e objetivos:

- **Garantir o interesse maior da Universidade** frente ao atendimento a necessidades pontuais de um outro setor/departamento;
- **Buscar a diversidade** de usos e garantir a presença de alunos e atividades de ensino de graduação no maior número possível dos espaços e edifícios ocupados pela UFPR;
- **Otimizar espaços livres e construídos** da Universidade em todos os campi organizando fluxos e demandas por área;
- Permitir a integração das atividades precípuas da Universidade entre si e com a comunidade, servindo-se de idéias que valorizem o **compartilhamento e a permeabilidade**;
- Remanejar atividades e funções de modo a permitir que todas as atividades - ensino, pesquisa, extensão e administração – sejam exercidas com **condições de trabalho adequadas**;
- Valorizar as atividades de integração da comunidade universitária com a arte e o esporte;
- Dar visibilidade ao conhecimento gerado em locais específicos como **museus e espaços culturais**;
- Agregar atividades com grau de complexidade semelhante de maneira a **otimizar as redes de infra-estrutura**;

- Privilegiar a verticalização nas novas construções, adequando à necessidade de garantir **a acessibilidade universal, a otimização do uso do solo**. Na verticalização, procurar atender salas de aula e outras de uso intensivo nos primeiros pisos e sequencialmente: laboratórios (quando houver e quando possível), atividades administrativas e gabinetes de professores;
- Desenvolver, sempre que possível, projetos que permitam atividades de diferentes funções de maneira a garantir **o uso intensivo do edifício e uma distribuição de fluxos** com vistas à maximização do uso da infra-estrutura instalada e dos recursos investidos;
- **Valorizar os espaços livres** com a criação de áreas de convivência e de integração acadêmica;
- Estabelecer um **código de posturas** para as novas edificações e adequar, quando possível, as edificações existentes a essas normativas de maneira a facilitar a manutenção e minimizar custos.
- **Organizar o fluxo de veículos** com um sistema viário completo atendendo as diferentes hierarquias de tráfego, entre elas o transporte cicloviário e as vias de pedestres;
- Prever novas **áreas de estacionamento** quer seja em espaços adequados ainda livres e possíveis de uso para essa atividade, quer seja pela previsão de áreas para a instalação de edifícios garagem com gerenciamento a ser desenvolvido pela administração;
- Definir padrão para **projetos arquitetônicos** a serem utilizados quando de propostas de ampliação.
- Garantir que as atividades de pesquisa sejam realizadas em edifícios especialmente projetados para esse fim denominados **condomínios de laboratórios**

Uso e Ocupação do Solo da UFPR

Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo

Um dos principais instrumentos de planejamento é o Zoneamento, onde o espaço é dividido em áreas sobre as quais incidem diretrizes de uso e ocupação. O Zoneamento é a ferramenta de planejamento que intenciona agregar espacialmente usos e utilizações de imóveis segundo interesses de proximidade, otimização e redução de conflitos. Para tanto, estabelece critérios expressos em mapas e quadros síntese de uso e ocupação.

Classificação e Descrição das Zonas

Para facilitar o entendimento, e tendo em vista que em muitas áreas da Universidade são desempenhadas atividades similares, foi desenvolvida uma classificação única de zonas que deverá, adequando-se à realidade de cada espaço, ser aplicada em toda a Universidade.

As especificidades das zonas, abaixo conceituadas, serão detalhadas nos Cadernos de cada Campus ou Unidade.

- **Zona de Restrição à Ocupação**

Áreas de interesse de promoção da recuperação e da conservação ambientais. Observações: quando definidas de preservação pela legislação superior, não podem receber nenhum tipo de edificação, a não ser acessos a outras zonas; quando de conservação, deverão ter seus usos restritos àqueles de baixa densidade e com o mínimo de supressão da cobertura vegetal; em ambos os casos, deverá ser respeitada a legislação ambiental vigente.

- **Zona Consolidada**

Áreas com ocupação definida, onde não é desejável a intervenção e/ou construção de edificações nos espaços intersticiais e/ou remanescentes.

Observações: Em algumas situações pode se considerar a possibilidade de intervenções/construção/ampliação de novas edificações, mediante definição de projetos específicos para cada área, sempre sob orientação e aprovação da Coordenação do Plano Diretor.

- **Zona em Consolidação**

Áreas livres, não ocupadas, porém já comprometidas com projetos aprovados, e/ou em implantação

- **Zona de Reordenamento**

Áreas onde existem edificações ou estruturas passíveis de otimização do espaço (demolição, reforma, etc.) podendo receber novos usos e atividades.

- **Zona de Expansão**

Áreas desocupadas livres de restrições a sua utilização, sendo passíveis de ocupação e edificação.

- **Zona Especial**

Áreas com uso específico e/ou com proposta de novos usos considerados estruturantes para o uso do Campus. São áreas não ocupadas por edificações onde há necessidade de projetos específicos para definição de usos e atividades, por apresentarem condicionantes físico-ambientais e/ou legal-administrativas.

Observações: A criação de Áreas Especiais pode ser sugerida a qualquer momento pela Coordenação do Plano Diretor, e apresentada ao Conselho Universitário para aprovação.

- **Zona de Ordenamento Ambiental**

Área legalmente considerada de preservação, entretanto já ocupada por edificação, onde devem ser estudadas as possibilidades da continuidade de sua utilização. (Obs.: zona específica do CEM)

- **Zona de Concentração de Usos**

Área ainda não saturada ou ocupada dispersamente, com grande perda de espaço e maiores impactos ambientais, conduzindo à proposta de que os novos edifícios sejam verticalizados, diminuindo assim os índices de impermeabilização. (válida para o CEM e para Fazenda Canguiri. No caso da Fazenda Canguiri, esta zona é composta por dois setores: administrativo/didático e turístico/didático. No caso do CEM, deve-se considerar, ainda, o fato de que os edifícios existentes possuem baixo padrão arquitetônico, o que justifica a sua gradativa demolição seguida da construção verticalizada e da baixa impermeabilização).

- **Zona de manejo agropecuário:**

Área com necessidade de elaboração de plano de manejo específico, sobretudo para atender ao zoneamento ecológico econômico da APA do Iraí (DE nº 2200/2000). Seu uso prioritário deverá ser voltado para atividades didáticas e de pesquisas agropecuárias (válida para a Fazenda Canguiri).

Diretrizes Gerais para o Campus Agrárias (Campus I)

A despeito de esse Campus estar envolvido em malha urbana de média densidade e bairro com características centrais, sua integração com o entorno é muito baixa, pois por sua extensão impede a continuidade do sistema viário. Tal fato pode se justificar, em princípio, por questões de segurança, porém acredita-se que a questão ainda mereça mais debate, ainda que com vistas para uma integração de ciclovias ou caminho de pedestres no seu interior com continuidade para o restante da cidade.

As diretrizes básicas para o zoneamento do Campus Agrárias são:

- Estudar, em debate com seus usuários, a abertura de suas vias para o espaço urbano (parcial ou integralmente), garantindo a desejada integração como entorno;
- Reordenar as atividades no entorno da nova área de expansão didática que está sendo construída e projetada junto aos Blocos dos Departamentos de Fitotecnia e Fitossanitarismo e Solos, de modo a permitir que se crie uma área de convívio e de atividades de integração;
- Reordenar a implantação de estufas de maneira a otimizar o uso das áreas e a infraestrutura demandada para essa atividade;
- Reordenar a área de influência das atividades do Curso de Medicina Veterinária: deslocar as atividades administrativas que hoje estão instaladas no Hospital Veterinário; estabelecer fluxos e áreas de recuperação para os animais, sem interferência e sem incômodo às demais atividades do Campus;

- Estimular a verticalização nos projetos dos novos edifícios. (Vide sugestão de blocospadrões);
- Definir espaço para remanejamento dos Centros Acadêmicos e Associações de Funcionários;
- Reforçar a vocação de área esportiva; atualmente restritivo ao campo de futebol, e equipá-la com outras quadras de maneira a propiciar a prática de atividades esportivas formativas e lazer.

As zonas propostas para esse Campus, de acordo com o mapa apresentado, são:

Zona de Restrição à Ocupação

Zona Consolidada

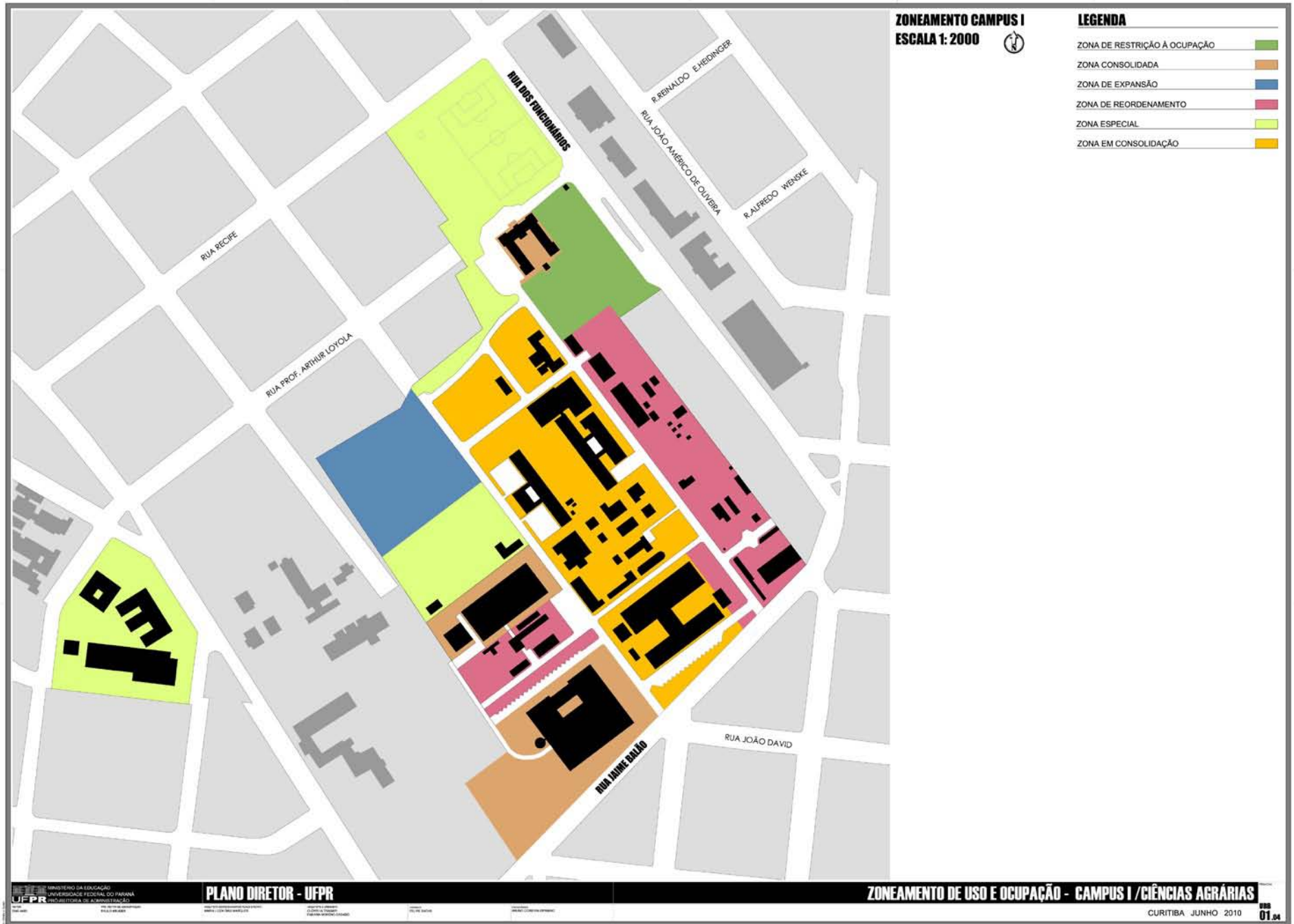
Zona em Consolidação

Zona de Reordenamento

Zona de Expansão

Zona Especial

Na seqüência são apresentados o Zoneamento proposto para este Campus, o Quadro de Usos e as Ações Pontuais que devem ser implementadas em curto prazo.



PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO CAMPUS I				
Zonas	Usos		Taxa de Permeabilidade mínima	Número de Pavimentos máximo
	Prioritários	Possíveis		
Zona Consolidada	Atividades docentes (gabinetes, sala de reuniões, copa/estar); Atividades discentes (salas de aula); Laboratórios: didáticos e de pesquisa; Atividades abertas à comunidade: esportivas, auditórios e museus.	Outros usos, desde que aprovados pela Coordenação do Plano Diretor	Incremento da taxa de impermeabilização atualmente observada em até 5% da área total da zona.	Manutenção da altura observada nas construções contíguas.
Zona em Consolidação	Atividades docentes (gabinetes, sala de reuniões, copa/estar); Atividades discentes (salas de aula); Laboratórios: didáticos e de pesquisa; Atividades abertas à comunidade: esportivas, auditórios e museus.	Outros usos, desde que aprovados pela Coordenação do Plano Diretor. Nestes casos, as prioridades seriam dadas para aquelas propostas para a Zona consolidada.	50%	5: térreo mais 4
Zona de Reordenamento	Manutenção dos usos existentes, porém com uma maior densificação/otimização dos usos ora existentes.	Outros usos, desde que aprovados pela Coordenação do Plano Diretor. Nestes casos, as prioridades seriam dadas para aquelas propostas definidas para a Zona Consolidada.	50%	5: térreo mais 4
Zona de Expansão	De acordo com o Plano de Uso específico desta Zona, com sugestão de Blocos-padrão. Atividades prioritárias: Atividades docentes – gabinetes, sala de reuniões, copa/estar; Atividades discentes - salas de aula; Laboratórios - laboratórios didáticos, laboratórios de pesquisa; Apoio administrativo - departamento de curso; coordenação de curso.	Outros usos, desde que aprovados pela Coordenação do Plano Diretor	50%	5: térreo mais 4
Zona de Restrição à Ocupação	Proteção e recuperação ambiental.	Lazer, Pesquisa Científica, Mobiliário Urbano; Atividades abertas à Comunidade.	90%	Não se aplica.

Ações Pontuais

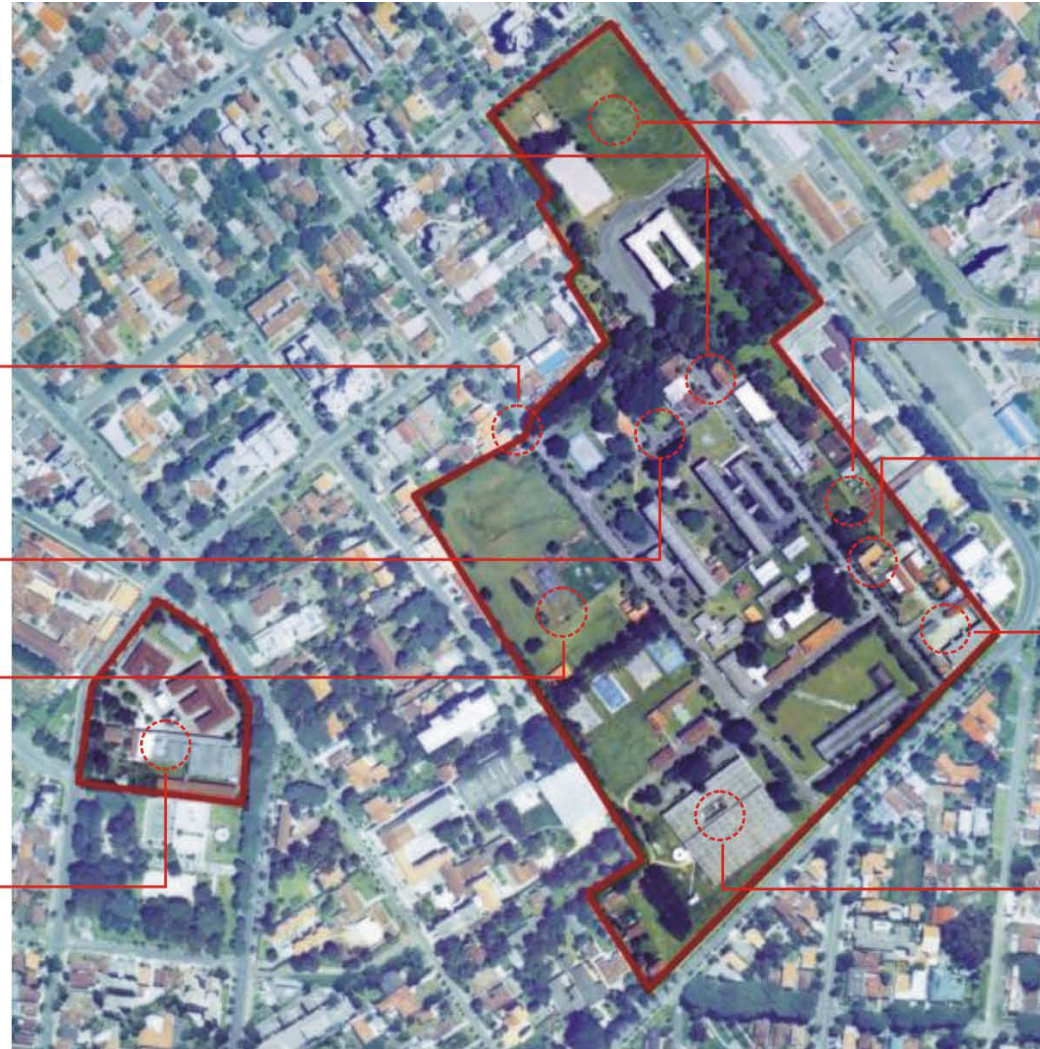
definir espaço para remanejamento dos centros acadêmicos e associação de funcionários

estudar aberturas de vias para o espaço urbano (parcial ou integralmente)

reordenar atividades no entorno da nova área de expansão didática para criação de área de convívio

adotar verticalização para novos edifícios

definição da posse da área para implantação de novo setor



reforçar a vocação do atual campo de futebol como área esportiva

reordenar a implantação de estufas otimizando o uso das áreas e a infraestrutura

discutir a transferência da CENTRAN

discutir ampliação/remanejamento da área do MADE

reordenar área de influência das atividades do curso de medicina veterinária. Estabelecer fluxos e áreas de recuperação de animais

Proposta de uso das Zonas de Expansão e Reordenamento



Diretrizes Gerais para o Campus Central (Campus II)

O Campus Central é composto por um conjunto de edifícios dispersos: Edifício Central, o conjunto da Reitoria, Hospital das Clínicas, edifício na Rua Coronel Dulcídio (Departamento de Artes), o antigo Núcleo Profilático, na av. Batel, e o recém incorporado Edifício Teixeira Soares.

Se, em princípio, sua administração pode parecer mais difícil por estar desagregado em vários edifícios, esse fato contribui para sua melhor integração com o espaço urbano que o contém. De fato, a utilização, sobretudo do Conjunto da Reitoria, por transeuntes, assim como a utilização da comunidade acadêmica das estruturas urbanas disponíveis no seu entorno, contribui em grande parte para uma relação necessária entre Universidade e cidade.

Vale lembrar que pelas características específicas deste Campus não se justifica um zoneamento do modo adotado nos demais Campi. Ao contrário, o que se apresenta aqui é uma simples apropriação dos espaços por departamentos e outras instâncias que mais se ajustam em suas atividades com os edifícios já existentes.



Edifício Central



Edifício Reitoria



Hospital de Clínicas



Edifício Teixeira Soares



Edifício	Propostas
Hospital de Clínicas	Manutenção do uso atual + plano de ordenamento específico
Biblioteca Central UFPR DCE / Casa do estudante	Manutenção do uso atual
Conjunto da Reitoria	Reestruturação do uso e valorização do patrimônio arquitetônico
PROGEPE	Manutenção do uso atual
Edifício Central	Reestruturação e adoção de novos usos
CRE - Marechal	Reordenamento para uso da área da saúde
Edifício Garcez do Nascimento	Reestruturação e definição de novos usos
Edifício Teixeira Soares	Uso futuro para atividades didáticas, em elaboração
Centro da Visão	Manutenção do uso atual
Depto. de Artes	Relocação para remembramento

Localização dos edifícios pertencentes ao Campus II

Sinteticamente, em termos de situação dos usos do Campus Central, tem-se:

Complexos	Local	Observações gerais do uso atual	Sugestões de Diretrizes de uso futuro
Complexo Reitoria	Rua XV: Auditório e reitoria	Utilização de seus espaços sem respeitar o projeto original; Redução de seu papel simbólico na paisagem urbana por falta de valorização arquitetônica como patrimônio; Edifício tombado pelo patrimônio estadual, indicando restrições de alteração arquitetônica.	Mantê-lo com o uso administrativo, sobretudo os diretamente vinculados ao Reitor.
	Rua Gal. Carneiro e Dr. Faivre: Ed. Dom Pedro I e Dom Pedro II	Todas as observações anteriores; Superlotação.	Readequação de seus usos, com transferência parcial de atividades hoje aí realizadas para o Edifício Teixeira Soares.
Edifício Central	Praça Santos Andrade	Todas as observações anteriores; Superlotação; Conflito de usos.	Readequação de seus usos, com transferência parcial de atividades hoje aí realizadas para o Edifício Teixeira Soares.
Edifício da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas	Rua Dr. Faivre	O edifício não expressa uma necessária integração ao patrimônio da UFPR.	Na eventualidade de o uso atual deste edifício ser transferido para o Edifício Teixeira Soares, sugere-se sua utilização para atividades de apoio à dinâmica da Reitoria.
Complexo do Hospital das Clínicas	Ruas General Carneiro e entorno.	Problemas de integração entre os edifícios e conflitos de uso por conta da necessidade constante alteração desse mesmo	Devido a sua complexidade, sugere-se a realização de plano de uso específico e a criação de uma equipe interna de planejamento de seus espaços.

		uso, por natureza complexo; Necessidade constante de expansão e modernização.	
Maternidade Victor Ferreira do Amaral	Avenida Iguaçu	Distância em relação a outras atividades, em especial o HC; Problemas de envelhecimento do edifício.	Devido as suas especificidades e a seu vínculo com o HC deverá ser contemplado no mesmo Plano específico citado acima.
Edifício Teixeira Soares	Rua João Negrão	Sua situação atual não permite sua utilização imediata; Apresenta grande potencial em termos de área, de localização e de valor simbólico.	Necessidade de desenvolver projeto de ocupação que permita utilização mista com usos didáticos e administrativos.
Núcleo Profilático	Av. Batel - Centro da Visão	Problemas quanto à exigüidade de área e sua limitação a ampliações.	Ao ter suas atividades transferidas para outro edifício, (o da Marechal Deodoro), sugere-se a sua utilização para atividades com menor demanda de público (devido ao seu espaço exíguo). Essa utilização pode se dar por meio da instalação de museu vinculado à área de saúde.
Edifício Garcez do Nascimento	Diretório Acadêmico Nilo Cairo	Com sérios problemas de patologia construtiva devido ao mau uso	Sugere-se discussão específica, incluindo questões como uma otimização de seu uso e uma eventual disponibilização para atividades hoje realizadas em edifícios alugados.
Edifício Rua Coronel Dulcídio	Departamento de Artes/HL	Baixa integração com o espaço urbano; Isolamento dos alunos do DEARTES do restante das demais atividades da UFPR; No caso específico das artes, de caráter gregário, esse problema é ainda maior.	Caso se confirme sua transferência do DEARTES para o Edifício Teixeira Soares, sugere-se a utilização do edifício com atividades culturais abertas à comunidade. Este fato se justifica pela relativa facilidade de acesso (próximo à área central).

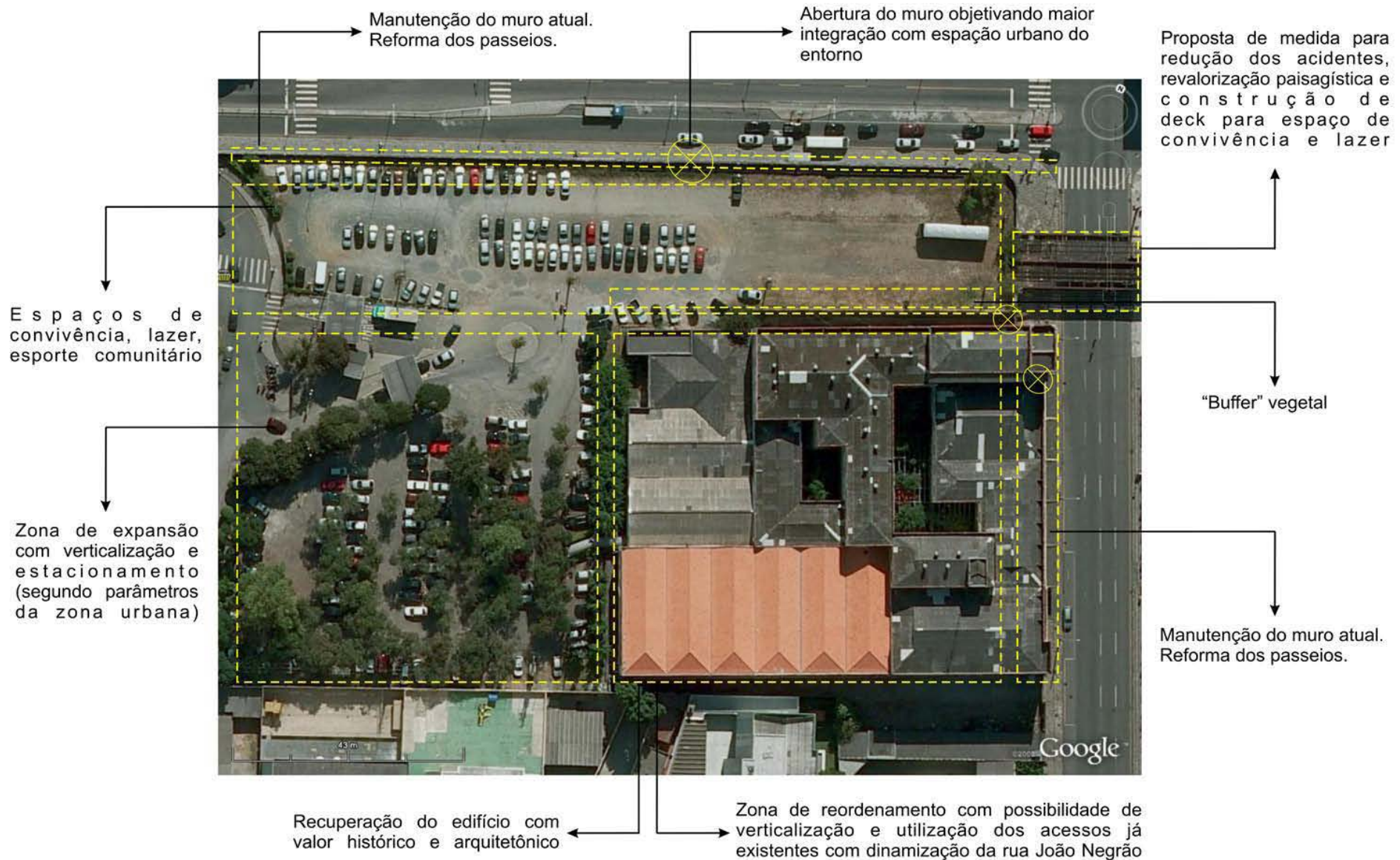
Resumidamente, em termos de diretrizes gerais para o Campus Central, destaca-se:

- Valorizar a vantagem locacional das atividades do Campus Central integradas de forma capilar à malha urbana e às atividades cotidianas da comunidade;
- Promover um rearranjo espacial de forma a descongestionar o Edifício Central (Praça Santos Andrade) e os do Complexo da Reitoria de forma a permitir melhor qualidade de uso das instalações;
- Valorizar os espaços de integração entre a comunidade interna e externa como o Auditório da Reitoria; os pátios da Reitoria e do Edifício Central e o Edifício Teixeira Soares para a prática de atividades acadêmicas, culturais e esportivas;
- Reforçar o papel simbólico da Reitoria com um estudo de refuncionalização e restauro do Edifício;
- Agregar as atividades administrativas das pró-reitorias no Complexo da Reitoria. Esse complexo arquitetônico representa o espírito de vanguarda que sempre norteou a UFPR, constituindo-se numa expressão do modernismo arquitetônico de extrema beleza e significado. Essa configuração expressada no edifício que a abriga, dá força e envergadura ao papel de representação que a Reitoria exerce na sociedade paranaense;
- Otimizar o espaço do Edifício Teixeira Soares entendendo o valor que esse edifício agrega ao patrimônio da UFPR e o valor que a UFPR agrega à cidade com a sua ocupação;

Especificamente ao Edifício Teixeira Soares, deve-se promover um projeto de ocupação que permita uma utilização mista com a implantação de atividades de ensino e atividades de apoio. É importante colocar nesta questão relativa à sua ocupação que são inúmeras as possibilidades de uso, permitindo o descongestionamento das atividades nos edifícios do Campus Central. A ocupação do edifício pela Universidade representa uma possibilidade ímpar de requalificação urbana numa área onde a Prefeitura da Cidade já vem desenvolvendo projetos com esse intuito. Há uma infinidade de arranjos possíveis e a decisão sobre a sua ocupação deve refletir esses princípios de melhoria das condições atuais à rede física existente e valorização da integração com a malha e as funções urbanas já existentes no local. Seu projeto de reforma deverá garantir áreas de estacionamento, espaço aberto para prática esportiva, auditório com capacidade de se integrar ao complexo do Centro de Convenções próximo e que, juntamente com o auditório da Reitoria, dê condições de realização de eventos científico-culturais.

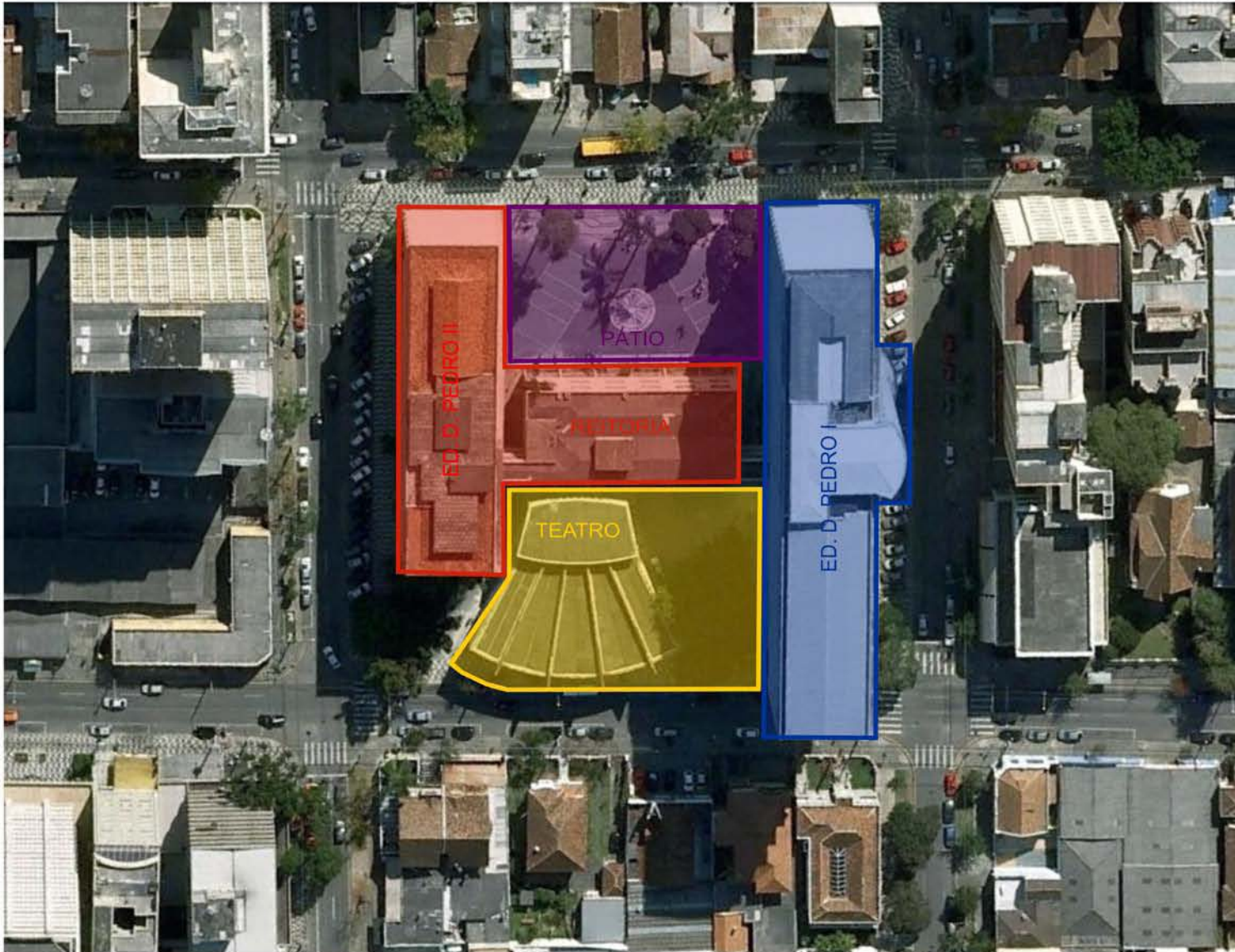
Em termos de macro setorização, tem-se:

Edifício Teixeira Soares



Definição dos Usos para o Conjunto da Reitoria

- Ed. da Reitoria e Ed. D. Pedro II
Área administrativa 
- Ed. D. Pedro I
Área didática 
- Pátio da Reitoria
Área de convivência 
- Teatro da Reitoria
Área cultural 



Diretrizes Gerais para o Campus Centro Politécnico/Jardim Botânico (Campus III)

A construção de um zoneamento, tal qual proposto por um Plano Diretor, é composta de várias etapas aproximativas. Inicia-se com uma carta síntese dos usos atuais, a qual explicita uma série de restrições de ordem natural (topografia, massas verdes e malha hídrica, por exemplo) e de ordem antrópica (edifícios construídos, em projeto e em construção). Finaliza-se com um detalhamento denominado Código de Obras e Posturas, o qual especifica a maneira como o produto final desejado, e proposto pelo zoneamento deveria ser mantido, ampliado, construído e mesmo utilizado.



De modo geral, o que chama a atenção no uso dos espaços do Campus III é:

1. Sua secção em duas grandes áreas pela Linha Verde (antiga BR 116), exigindo soluções para a ligação por veículos e pedestres;
2. Baixa relação com o entorno urbano;
3. Existência de espaços que ainda podem ser ocupados, porém em redução devido à intensificação da demanda por ampliações e novas construções;
4. Comprometimento de alguns de seus espaços devido a uma questionável implantação no terreno;
5. Necessidade de revisão de seus acessos devido ao intenso fluxo nas suas vias de acesso (sobretudo Jardim Botânico) e à urbanização da BR 116 (com construção de rótula entre as duas grandes áreas do Campus);
6. Este campus abriga os Setores de Ciências Biológicas, Ciências Exatas, Ciências da Terra, Tecnologia, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias e Ciências da Saúde (esses três últimos localizados na área do Botânico).

Implantação da rótula no acesso à BR116, proposta pelo IPPUC



As diretrizes estabelecidas para o Campus III são:

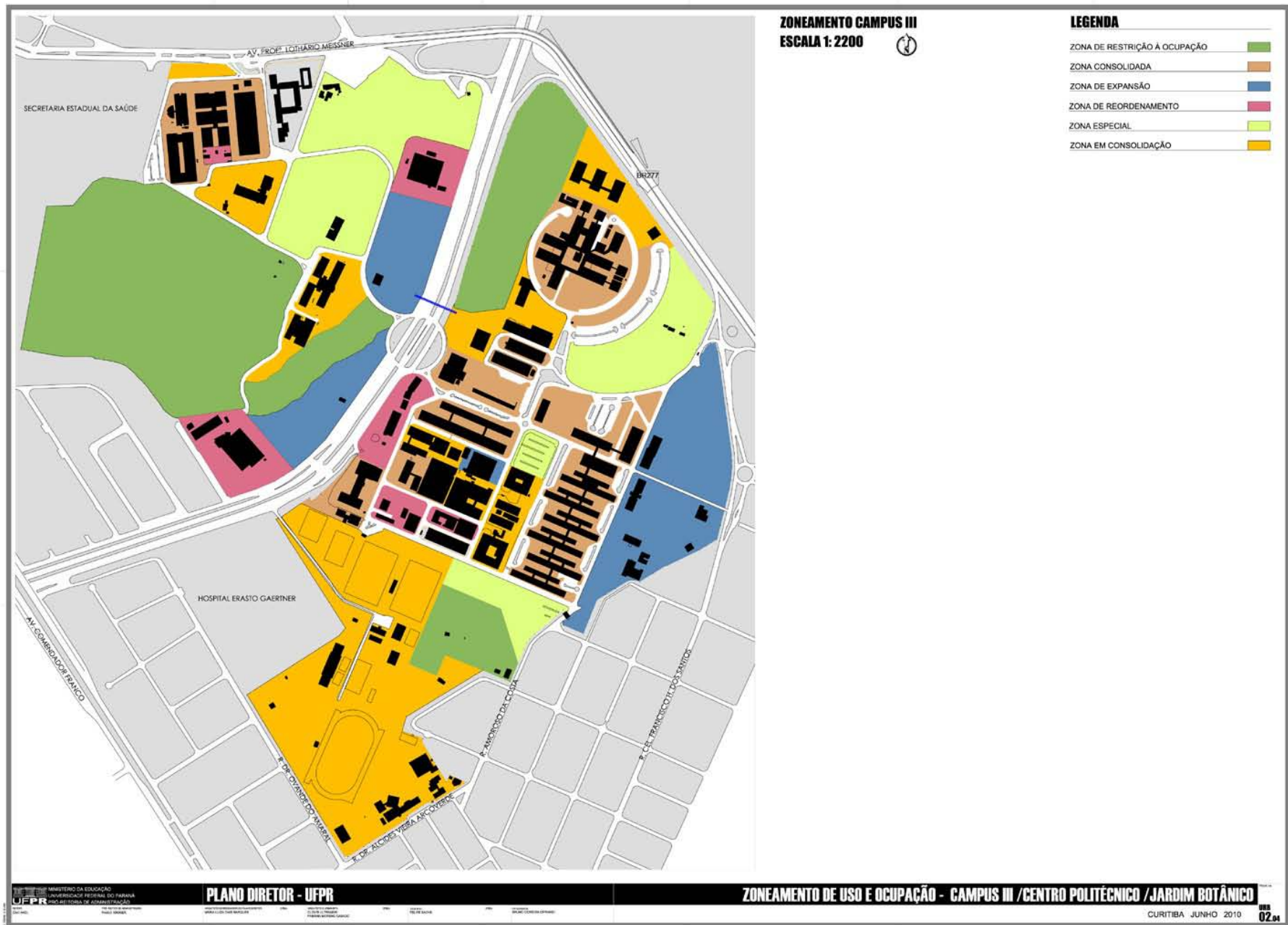
- Estabelecer a regularização fundiária do patrimônio;
- Garantir o cumprimento da legislação ambiental incidente na área, principalmente com relação às áreas de preservação permanentes;
- Desenvolver estudos dos acessos ao Campus III, principalmente aqueles na Linha Verde e na Rua Prof. Lothário Meissner, levando em conta a legislação municipal vigente e visando a integração com o tecido urbano;
- Melhorar a circulação e a mobilidade no interior do Campus III;
- Desenvolver estudos para otimização, ordenamento e ampliação das áreas de estacionamento;
- Ordenar e otimizar a ocupação das áreas do Campus III, visto que é muito grande a demanda por ampliações e novas construções, evitando o comprometimento de seus espaços;
- Otimizar o uso do solo com relação aos parâmetros definidos pelo Município de Curitiba, em especial quanto à área voltada para a Linha Verde.

Com o intuito de conhecer a realidade da ocupação deste que é o maior campus da UFPR, após 45 anos de sua implantação foi feito um levantamento dos edifícios por tipologia de uso atual, constando de função de utilização e domínio do espaço. Este estudo, ainda não totalmente concluído, visa conhecer, diagnosticar e perceber distorções e problemas na utilização do espaço com o objetivo de contribuir para a melhoria e maximização das atividades mais adequadas a cada edificação.

A partir dele foi possível estabelecer normas gerais de utilização futura do espaço que já constituem um zoneamento de uso do solo.

Neste momento, de acordo com as classificações de zonas definidas anteriormente para o Plano Diretor da UFPR, propõe-se para o Campus III sete tipologias de zonas de uso, que serão detalhadas a partir das demandas que se apresentem. Os grandes compartimentos agregam as funções principais e dão mais flexibilidade aos diferentes usos que a Universidade faz do espaço, em especial neste Campus que apresenta um grau de complexidade maior.

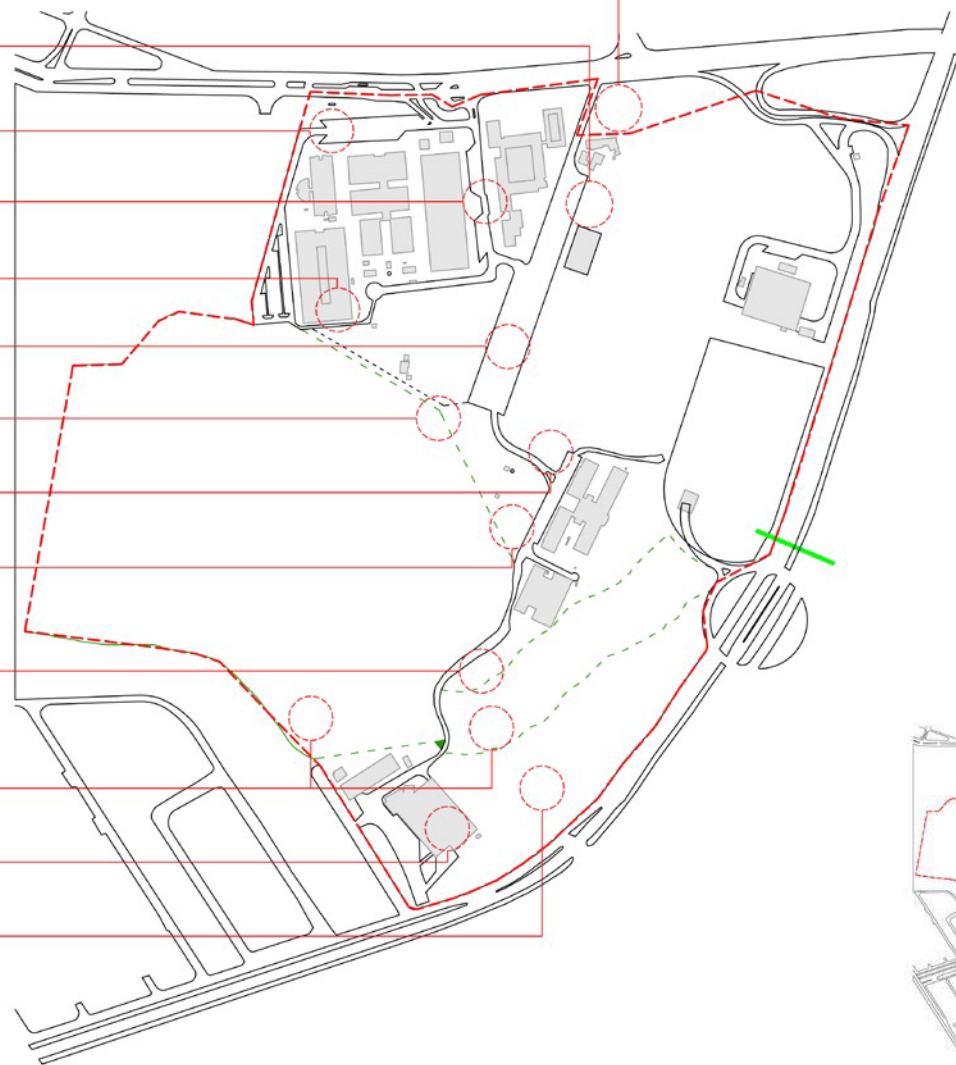
Na seqüência, o Mapa de Zoneamento do Campus III, o referente quadro síntese de parâmetros de uso e ocupação e as Ações Pontuais que devem ser implementadas a curto prazo.

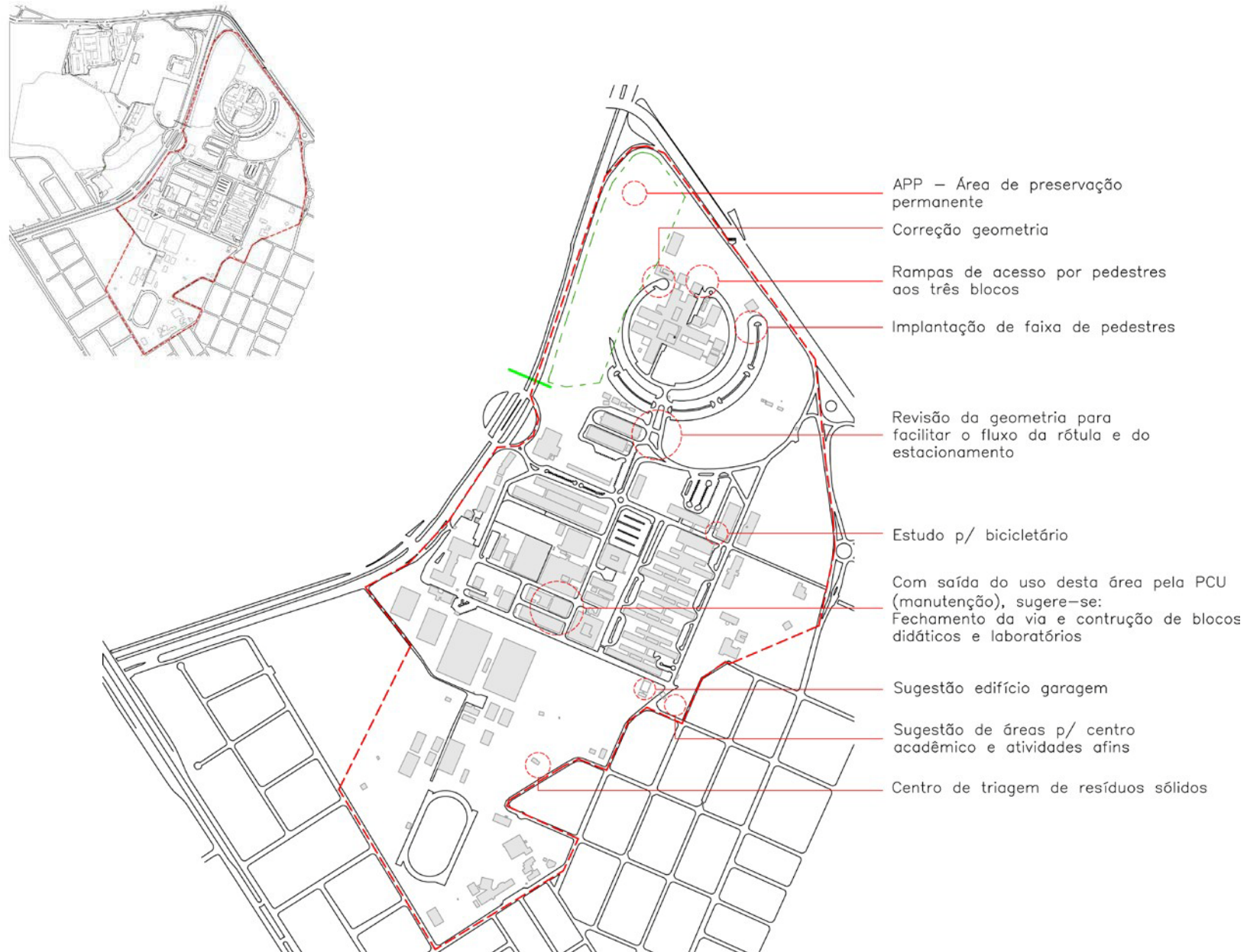


PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO CAMPUS III				
Zonas	Usos		Taxa de Permeabilidade mínima	Número de Pavimentos máximo
	Prioritários	Possíveis		
Zona Consolidada	Atividades docentes (gabinetes, sala de reuniões, copa/estar); Atividades discentes (salas de aula); Laboratórios: didáticos e de pesquisa; Atividades abertas à comunidade: esportivas, auditórios e museus.	Outros usos, desde que aprovados pela Coordenação do Plano Diretor	Incremento da taxa de impermeabilização atualmente observada em até 5% da área total da zona.	Manutenção da altura observada nas construções contíguas.
Zona em Consolidação	Atividades docentes (gabinetes, sala de reuniões, copa/estar); Atividades discentes (salas de aula); Laboratórios: didáticos e de pesquisa; Atividades abertas à comunidade: esportivas, auditórios e museus.	Outros usos, desde que aprovados pela Coordenação do Plano Diretor. Nestes casos, as prioridades seriam dadas para aquelas propostas para a Zona consolidada.	50%	5: térreo mais 4
Zona de Reordenamento	Manutenção dos usos existentes, porém com uma maior densificação/otimização dos usos ora existentes.	Outros usos, desde que aprovados pela Coordenação do Plano Diretor. Nestes casos, as prioridades seriam dadas para aquelas propostas para a Zona consolidada.	50%	5: térreo mais 4
Zona de Expansão (preferencialmente didática e preferencialmente de serviços)	De acordo com o Plano de Uso específico desta Zona, com sugestão de Blocos-padrão. Atividades prioritárias: Atividades docentes – gabinetes, sala de reuniões, copa/estar; Atividades discentes - salas de aula; Laboratórios - laboratórios didáticos, laboratórios de pesquisa; Apoio administrativo - departamento de curso; coordenação de curso.	Outros usos, desde que aprovados pela Coordenação do Plano Diretor	50%	5: térreo mais 4
Zona de Restrição à Ocupação	Proteção e recuperação ambiental.	Lazer, Pesquisa Científica, Mobiliário Urbano; Atividades abertas à Comunidade.	90%	Não se aplica.

Ações Pontuais Campus III (Jardim Botânico)

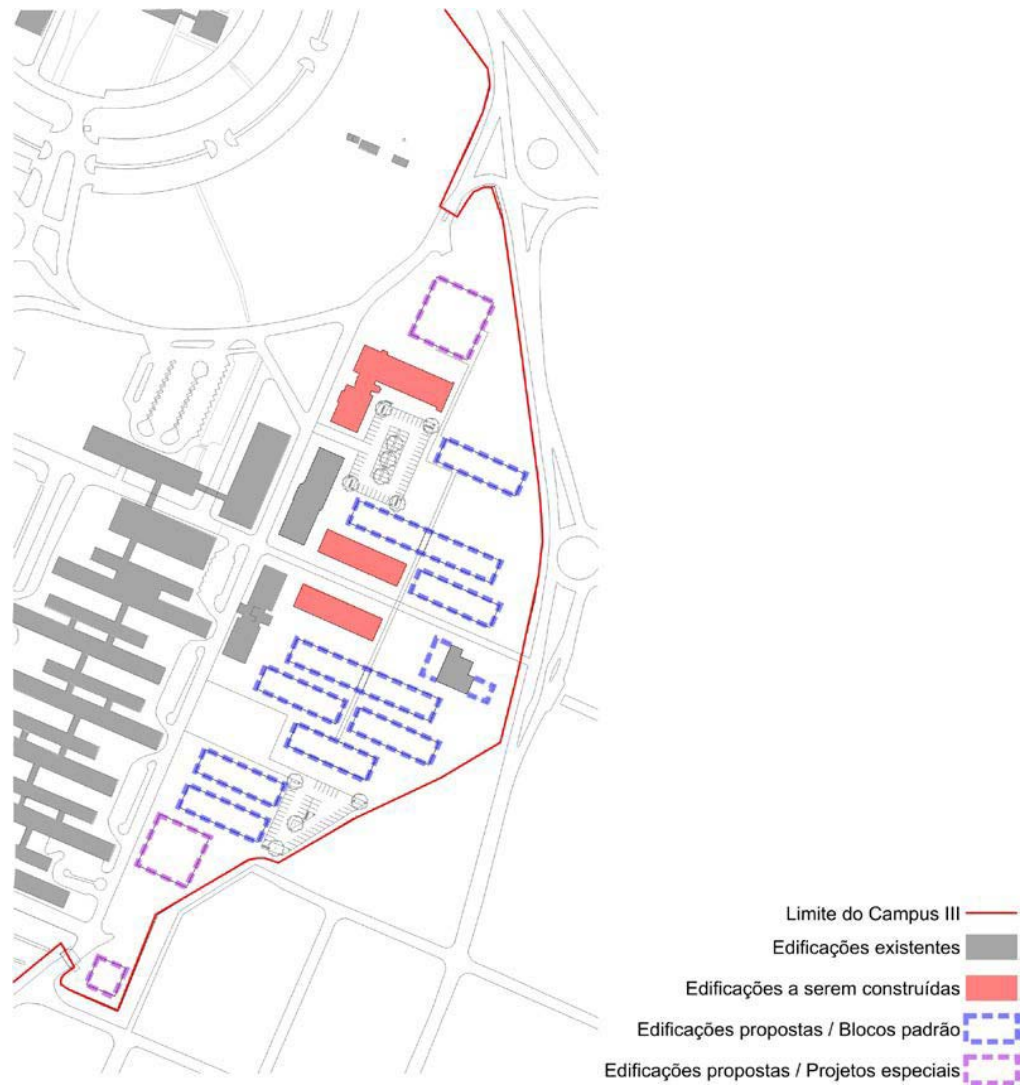
- Estudos de permuta desta área para incorporação à UFPR
- R.U. Jardim Botânico
- Liberação do atual espaço restrito para permitir fluxo
- Necessidade de projeto específico de estacionamento restrito e geometria da via principal
- Alargamento da via para comportar duas faixas em toda sua extensão
- Revisão do conflito via/estacionamento e da sua geometria
- Instalações de cercamento para definição da Zona de Restrição à Ocupação e Estudo de diretriz viária
- Sugestão edifício garagem
- Edifício condomínio para uso de projetos com recursos que não permitam ou não exijam bloco padrão
- Área com uso prioritário por estufas
- APP – Área de preservação permanente
- Área de serviços
- Parque tecnológico



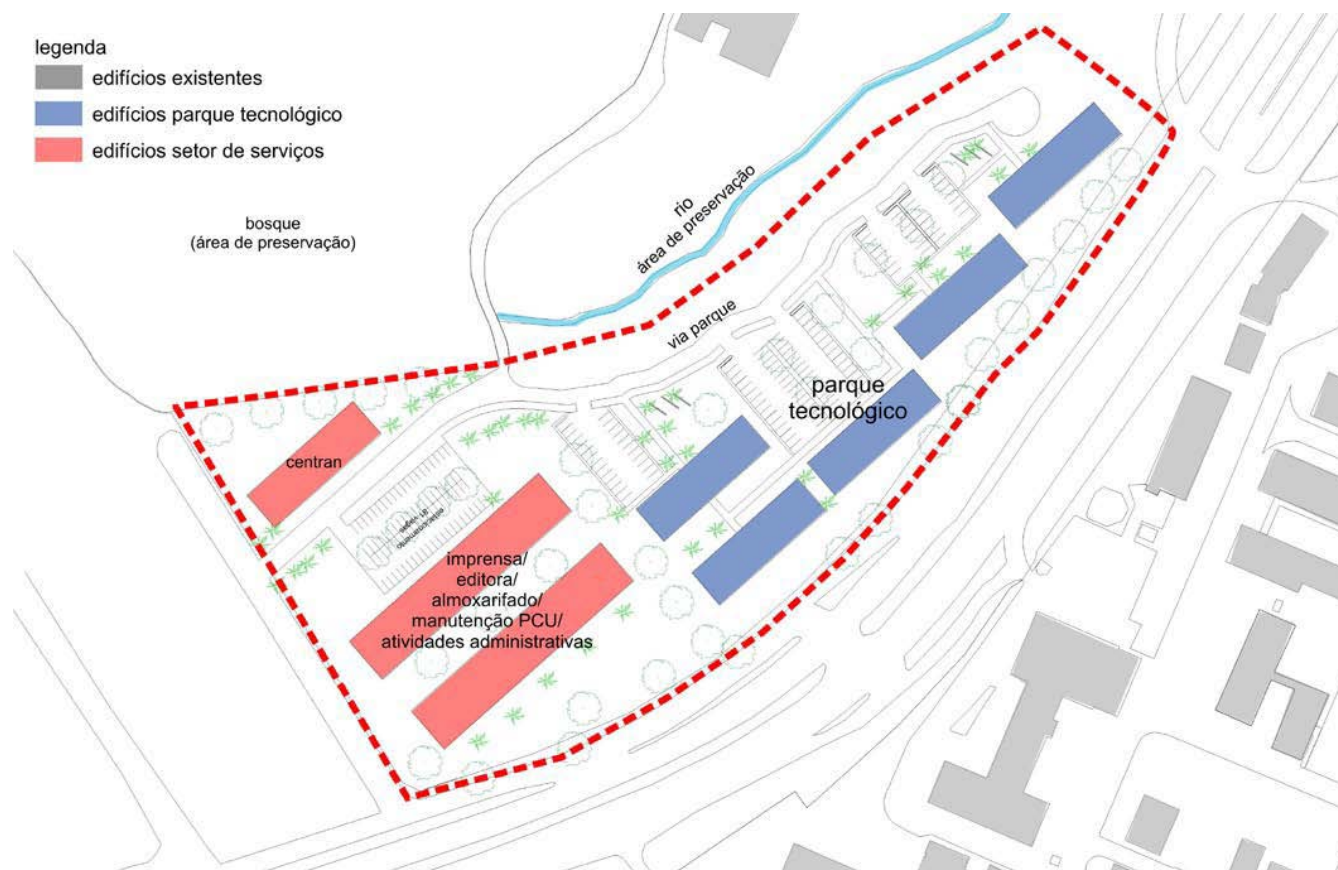


Ações Pontuais Campus III (Centro Politécnico)
Estudos para Áreas de Expansão do Campus



Área 1

Área 2



Diretrizes Gerais para o Campus Palotina

No momento da elaboração deste documento, o Campus Palotina teve sua área acrescida de um total de 13,5 hectares para 27,8 hectares. Tal campus, pela relativa disponibilidade de áreas para novos usos, se apresenta como potencial para o desenvolvimento de diretrizes gerais de uso, evitando o comprometimento de seus espaços.

Uma característica importante desse Campus é sua inserção na cidade de Palotina, localizado na área central urbana. Com isso, a premissa básica que se propõe adotar no desenvolvimento do Plano Diretor deste Campus é compatibilizar as atividades da Universidade às atividades cotidianas da área onde se insere.



Uso e Ocupação do Campus

Para a determinação das diretrizes de uso e ocupação do Campus Palotina foram analisadas principalmente as novas atividades que serão desenvolvidas, assim como as possibilidades e os problemas existentes, para possibilitar uma organização do espaço, definindo fluxos entre atividades que se relacionam, e que não causem interferências nas demais atividades do próprio campus e no entorno dele.

O zoneamento da área foi determinado de acordo com as definições já estabelecidas para os demais campi, adaptando-as às realidades e dinâmica local, e possui as seguintes zonas, apresentadas no mapa que se segue:

Zona de Restrição à Ocupação

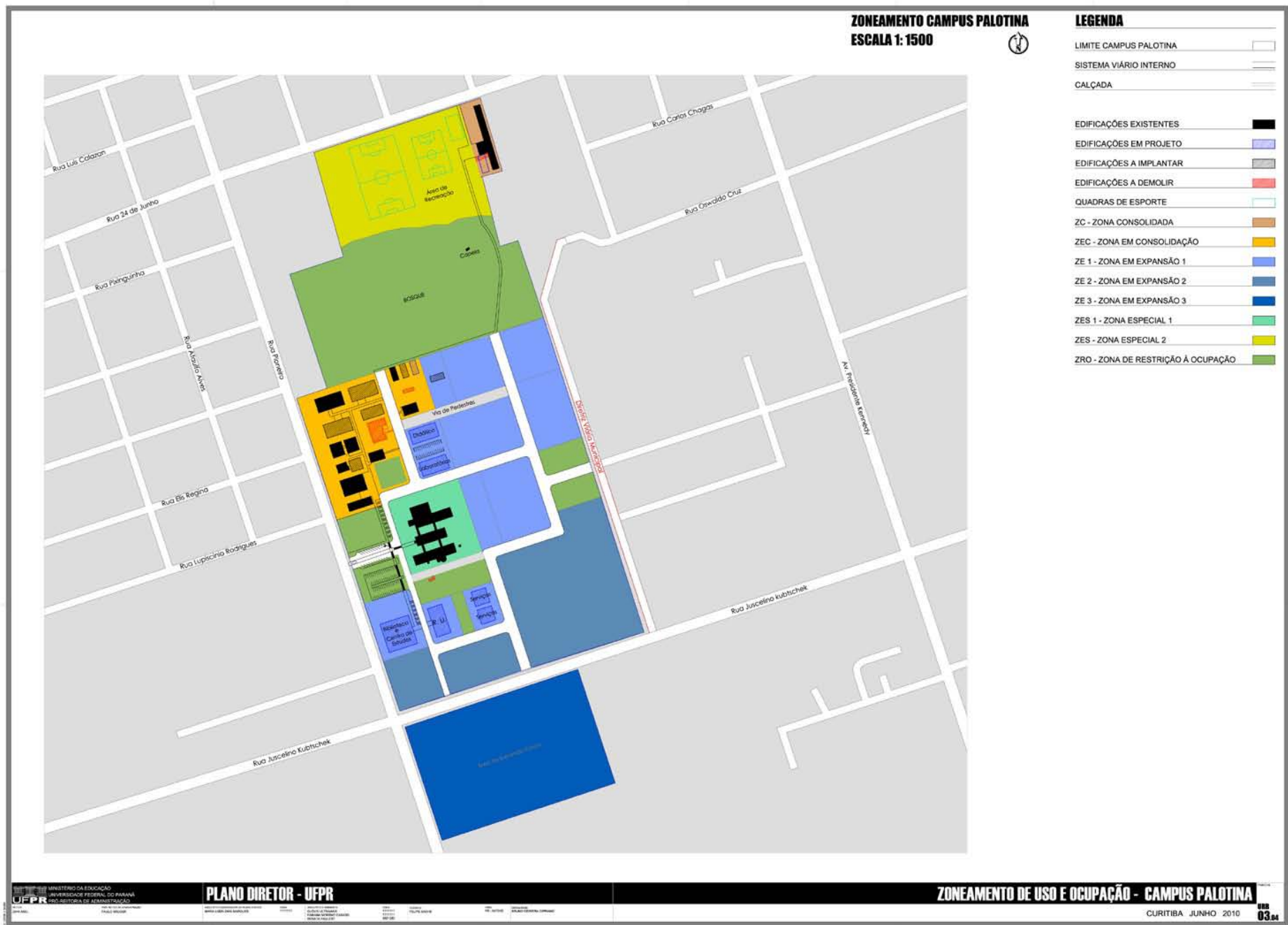
Zona Consolidada

Zona em Consolidação

Zonas de Expansão

Zonas Especiais

Na seqüência, indicação das Ações Pontuais que devem ser implementadas a curto prazo.



Ações Pontuais

campus localizado em área central urbana, com uso predom. residencial

edifícios referenciais: hospital veterinário e edifício seminário

área de adensamento de ocupação para uso imediato

eliminar problemas gerados pela presença de desnível no terreno

área da ufpr circundada por vias importantes da malha urbana



reforçar a vocação dos campos de futebol como área esportiva

novas áreas adquiridas

implantação de novo acesso ao campus

área de expansão a médio prazo

necessidade de implantação de infraestrutura na nova área adquirida

área de expansão futura

Diretrizes Gerais para o Litoral

A UFPR conta com diversos edifícios no litoral, assim distribuídos: em Paranaguá, o Museu de Antropologia e Etnologia da UFPR – MAE, atualmente em obras de restauro, porém sem alteração de uso; em Matinhos, o Campus Litoral; em Pontal do Paraná, o Centro de Estudos do Mar, vinculado ao setor de Ciências da Terra; e em Praia de Leste, unidade do CEM, com obras em início.

À exceção do Museu, que conta com uma política própria ditada pela PROEC e com uso consolidado, os outros dois espaços ainda estão em processo de consolidação e demandam planos específicos. Como no caso do Campus Central(Campus II), as Unidades do Litoral encontram-se dispersas. Além disso, estas unidades possuem condições especiais. Assim, seu planejamento e zoneamento não serão definidos a partir das zonas estabelecidas pelos demais Campi. De modo geral, as unidades no litoral são áreas de pequena dimensão, exigindo ações de manutenção dos edifícios e maiores cuidados na implantação de novas obras nos terrenos (evitando-se dispersão). No caso do

CEM, tem-se algumas particularidades que exigem setorização em termos de uso e ocupação, conforme descrito a seguir.

Campus Litoral





Museu de Antropologia e Etnologia



Museu de Antropologia e Etnologia



CEM



CEM

Diretrizes Gerais para o CEM (Centro de Estudos do Mar)

O CEM, localizado em Pontal do Paraná, passou a atuar como unidade de pesquisa da UFPR em 1980, ainda denominado de CBM (Centro de Biologia Marinha). Em 1984, o CEM foi transformado em unidade de ensino e pesquisa.

As diretrizes de utilização da área do CEM são:

- redução da área impermeabilizada, com o reordenamento da ocupação atual distanciando do RioPerequê;
- adoção, nos projetos arquitetônicos, de práticas sustentáveis de construção;
- transferência do atracadouro e garagem de barcos para área damarina, reduzindo uso de área de mangue;
- restrição de atividades na área do CEM para aquelas absolutamente necessárias;
- negociação de novas áreas contíguas para expansão ambientalmente maisadequada.

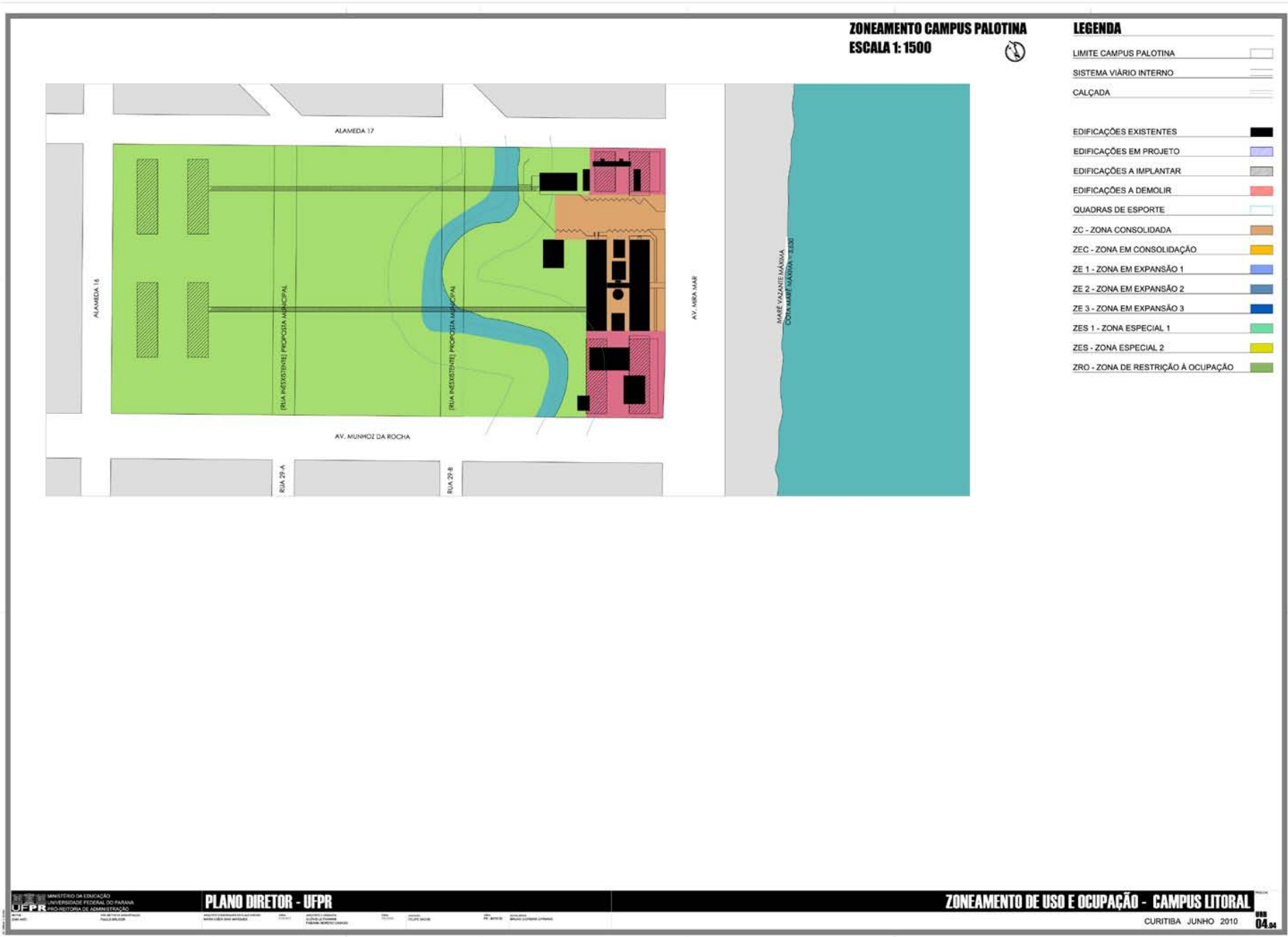
Visando a readequação da utilização de sua área, para o caso específico do CEM, sugere-se as seguintes zonas, de acordo com o mapa apresentado:

Zona de ordenamento ambiental Zona

Consolidada

Zona de Concentração de Usos

Considerando a fragilidade do espaço em que se encontra instalada esta unidade, para todos os casos de intervenção na área, inclusive reforma das edificações ou construção de novas, deve-se considerar total vinculação a princípios projetuais de arquitetura sustentável.



Fazendas Experimentais

O patrimônio da UFPR conta com uma grande extensão de terras, estabelecidas como Fazendas Experimentais, distribuídas em seis municípios do estado do Paraná: Bandeirantes, Castro, Paranavaí, Pinhais, Rio Negro e São João do Triunfo. De modo geral, pode-se dizer que elas estão subutilizadas, porém essa assertiva ainda carece de estudos específicos que esclareçam sua utilização atual, sua situação dominial, sua relação com os entornos e, sobretudo, o potencial dessas unidades para usos consorciados e não apenas para fins de pesquisa agropecuária. Considerando a questão ambiental que impõe restrições ao uso tradicional da Fazenda Experimental do Canguiri, em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, essa deverá receber prioridade em termos de estudo da Coordenação do Plano Diretor. O resultado destes estudos e diretrizes será apresentado em volume específico, segundo o princípio de se desenvolver planos setoriais específicos para questões e espaços que assim o demandem.



Fotos da Fazenda Experimental Canguiri (Pinhais)

Fazenda Experimental do Canguiri (Pinhais)

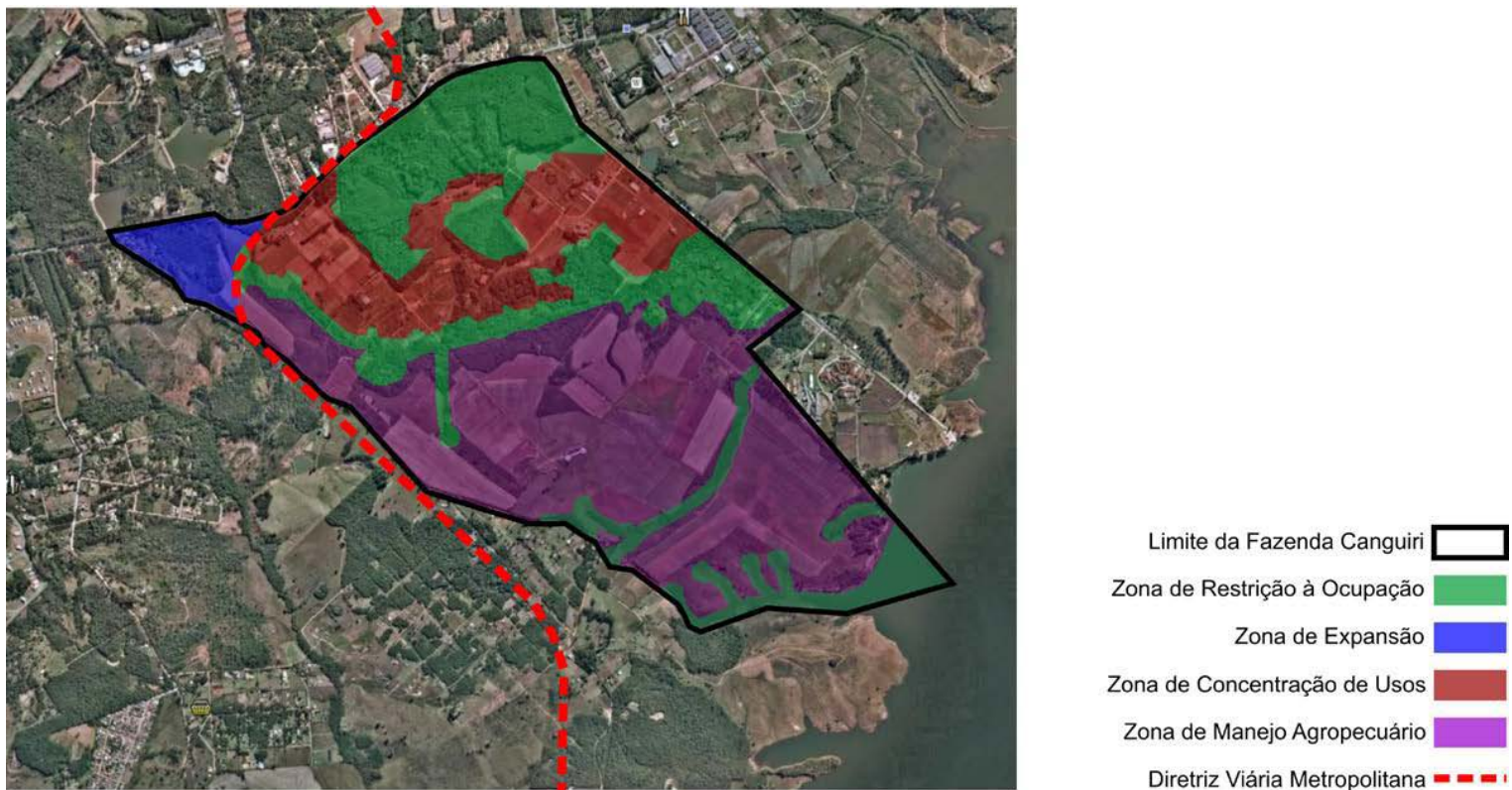
A Fazenda Experimental Canguiri localiza-se no Município de Pinhais/PR e possui uma área de aproximadamente 440 ha. Desse total, aproximadamente 66 ha é constituído de florestas e formações pioneiras.

A Fazenda encontra-se quase totalmente inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) do Irai, que apresenta diretrizes de uso e ocupação bastante restritas para a área, o que levou ao cerceamento de várias atividades que eram desenvolvidas na área.

A partir dessas condicionantes são estabelecidas as diretrizes de planejamento para a Fazenda Experimental Canguiri:

- Adotar os parâmetros de uso e ocupação do solo expressos em legislação federal e estadual para a área, inclusive com relação à Reserva Legal;
- Desenvolver Plano de Manejo que considere os interesses da Universidade e a sujeição à legislação incidente na área;
- Buscar uso multifuncional em suas áreas para além de seu atual enfoque agropecuário;
- Buscar parcerias entre a Universidade e outras instituições públicas ou privadas, com fins didáticos e de pesquisa;
- Incentivar o incremento da utilização dos espaços desta Fazenda pela população regional, garantidas as condições de segurança patrimonial;
- Utilizar critérios de concentração de uso nas áreas já ocupadas.

Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo da Fazenda Canguiri



Planos Complementares

Ao mesmo tempo em que este documento se propõe a apresentar as diretrizes gerais para a utilização dos espaços da UFPR, reconhece a necessidade de realização de estudos específicos para determinadas questões e espaços, denominados Planos Complementares. No momento da finalização do presente documento, alguns desses Planos Complementares já foram iniciados: Plano de Uso do Edifício Teixeira Soares (projeto arquitetônico em elaboração), Plano de Resíduos Sólidos (encaminhado para a PCU para detalhamento), Caderno de Diretrizes do Plano Diretor do Campus Palotina (já debatido junto aos departamentos envolvidos e aprovado pela Direção do Setor), Plano Viário (em elaboração para o campus Jardim das Américas) e Plano Diretor das Áreas da Saúde e Hospitalar da UFPR (já finalizado). Outros Planos Complementares considerados importantes e que deverão integrar as atividades da Coordenação do Plano Diretor são:

- **Obras e normas de edificação:** objetivando, sobretudo, a padronização arquitetônica e construtiva que permite racionalização de recursos, diminuição de tempo na elaboração dos projetos e maiores garantias de respeito às diretrizes gerais deste plano diretor.
- **Sustentabilidade:** conjunto de ações diversas visando economia de recursos naturais e conservação/preservação de áreas consideradas importantes do ponto de vista ambiental neste plano diretor. Como exemplo, tem-se o já elaborado Plano de Resíduos sólidos da UFPR com a definição de ações e projeto do Centro de Resíduos, localizado no Campus III;

- **Acessibilidade universal:** em resposta a demandas crescentes para que a UFPR cumpra seus compromissos com os diversos perfis de usuários. Parcialmente, já se observam algumas ações isoladas e também um melhor cumprimento de exigências nos novos edifícios. Este plano iniciaria com uma revisão da legislação, atualizaria com uma análise do que se tem feito em outras Universidades, elaboraria um diagnóstico da atual situação na UFPR e finalizaria com elaboração de manual e com propostas de ação pontual;
- **Monitoramento e segurança:** Tal Plano, a ser desenvolvido com equipe terceirizada devido ao seu perfil específico, deverá ter como diretriz a garantia do patrimônio da UFPR sem isolar suas áreas do espaço urbano que as contêm;
- **Paisagístico:** Na elaboração dos novos edifícios, tem-se proposto também ações paisagísticas para seus entornos imediatos, porém é necessária uma proposta única para cada um dos campi que garanta padronizações e distinções de espaços e vias;
- **Regularização do patrimônio da Universidade:** na elaboração de algumas das propostas contidas neste plano diretor, ficou evidente que a sua consecução depende também da regularização de algumas de suas áreas, aí incluindo situações de empréstimo, comodatos, em negociação, e mesmo de dúvidas quanto aos limites fundiários;
- **Organização funcional do hospital de clínicas:** seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor das áreas da Saúde e Hospitalar da UFPR, orientar para a elaboração de um estudo específico para essa unidade justificada pela sua complexidade, assim como a frequência com que seus usos são alterados, a grande concentração de usuários e particularidades que indicam a incompatibilidade e conflitos de uso.